



Atas do Congresso Internacional sobre Democracia e Justiça no Século XXI (JUST2021)

Recife, 22 e 23 de Abril de 2021

[Formato Online]

Comissão Organizadora @JUST2021:

Marco Ribeiro Henriques

Daniela Serra Castilhos

Isabelle de Valença Figueiredo

Paulynne de Valença Figueiredo

Título

**Atas do Congresso Internacional sobre Democracia e Justiça
no Século XXI (JUST2021)**

Editores/as

**Marco Ribeiro Henriques
Daniela Serra Castilhos
Isabelle de Valença Figueiredo
Paulynne de Valença Figueiredo**

Revisão

**Marco Ribeiro Henriques
Nadine Rita**

Capa

Daniel Monteiro

Edição

® JUS.XXI

Data

**© 1ª Edição
Abril 2021**

Formato

e-Book

ISBN

978-989-54998-4-7

DOI

<https://doi.org/10.51389/ZRAD3055>

Feito na EU.

Todos os direitos são reservados e o acesso à obra é totalmente aberto. Seja na totalidade ou em parte, este livro não pode ser reproduzido ou transmitido a título comercial sem a autorização por escrito da editora. All rights are reserved and access to this work is completely open and free. This book may not be, in whole or in part, reproduced or transmitted on a commercial basis without the written permission of the publisher.

Edições JUS.XXI é uma marca registada de Debates & Equações, Lda. www.dee.pt

Atenção:

*Os resumos estão publicados na sua versão original pelo que a responsabilidade por eventuais lapsos de escrita ou opção ou não pela utilização do novo acordo ortográfico é dos/as Autores/as.
As ideias veiculadas nos textos são da exclusiva responsabilidade dos/as autores/as
e não vinculam ou refletem necessariamente o pensamento da organização.*

ISBN 978 989 54998 4 7



Atas do Congresso Internacional sobre Democracia e Justiça no Século XXI (JUST2021)

Recife, 22 e 23 de Abril de 2021

[Formato Online]

Comissão Organizadora @JUST2021:

Marco Ribeiro Henriques

Daniela Serra Castilhos

Isabelle de Valença Figueiredo

Paulynne de Valença Figueiredo

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS DO JUST2021



COMISSÃO CIENTÍFICA

Abraão Didier

Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco

Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado

Universidade Federal da Bahia

Ana Marcato

Centro de Estudos Avançados de Processo

Ana Paula de Sales

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ana Teresa Silva de Freitas

Universidade Federal do Maranhão

André Pereira Matos

Centro de Estudos Avançados de Processo

André Pereira Matos

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Andrea Sousa

Instituto Superior Miguel Torga

Carmen Hein de Campos

Centro Universitário Ritter dos Reis

Cristiane de Souza Reis

Universidade Federal Fluminense

Daniela Serra Castilhos

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Dora Resende Alves

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Elenise Felzke Schonardie

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Érica Babini

Universidade Católica de Pernambuco

Fábia de Melo-Fournier

Promotora de Justiça do Ministério Público PA/BR

Fábio Veiga

Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos

Fabiola Miranda Pérez

Universidad Alberto Hurtado

Fátima Pacheco

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Florita Cuhanga Telo

Universidade Católica de Angola

Geraldo da Silva Gomes

Escola Superior do MPTO

Gilmar Bedin

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Gustavo Paschoal

Universidade Federal do Estado do Tocantins

Helvia Tulia Sandes Pedreira

Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins

Isa Antônio

Escola de Direito da Universidade do Minho

Isabel Baltazar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

João Lessa

Pontifícia Universidade de São Paulo

João Proença Xavier

Universidade Coimbra

José Júnior dos Santos

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Márcia Esteves de Calazans

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Maria Ângela Rosa Soares

Universidade Vila Velha do Espírito Santo

Maria Creusa de Araújo Borges

Universidade Federal da Paraíba

Mário Simões Barata

Instituto Politécnico de Leiria

Paulynne de Valença Figueiredo

Universidade Federal de Pernambuco

Rogério Rodrigo Ferreira Mota

Ministério Público do Estado de Tocantins

Rosa Adriana Dias

Universidade do Minho

Rúben Miranda

Universidade de Santiago de Compostela

Sidney Guerra

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Soraya Nour Sckell

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Tiago de Melo Cartaxo

NOVA School of Law

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Universidade Federal da Bahia

Wladimir Cerveira de Alencar

Universidade de Salamanca

PROGRAMA GERAL

DIA I - 22 DE ABRIL DE 2021

9h00 - 10h00 ^{BR}
 13h00 - 14h00 ^{PT}

Sessão de Abertura
Recepção de Trabalhos e Apresentação
 Convidados/as: Marco Ribeiro Henriques, João Lessa,
 Ana Marcato & Érica Babini

10h00 - 11h30 ^{BR}
 14h00 - 15h30 ^{PT}

Sessão Plenária I
Moderadora: Hélvia Túlia
 Convidados: João Lessa & Rogério Mota

11h00 - 13h00 ^{BR}
 15h00 - 18h00 ^{PT}

Sala 8
Eixo 6 - Teorias da Justiça, Democracia Processual e Garantismo:
o Processo como Elemento Garantidor da Justiça
 Moderador: João Lessa

Sala 10
Eixo 8 - Crime, Justiça e Democracia:
o Garantismo e as Obrigações Processuais Penais Positivas
 Moderador: Rogério Mota

14h00 - 15h00 ^{BR}
 18h00 - 19h00 ^{PT}

Sessão Plenária II
Moderador: Abraão Didier
 Convidadas: Vanessa Cavalcanti & Paulyne de Valença Figueiredo

15h00 - 17h00 ^{BR}
 19h00 - 21h00 ^{PT}

Sala 3
Eixo 2 - Estado, Democracia e Justiça no Acesso à Saúde:
a Atuação do Estado Frente aos Deveres de Promoção da Saúde
 Moderadora: Rita d'Almeida

Sala 4
Eixo 2 - Estado, Democracia e Justiça no Acesso à Saúde:
a Atuação do Estado Frente aos Deveres de Promoção da Saúde
 Moderadora: Isabelle de Valença Figueiredo

Sala 5
Eixo 3 - O Papel das Instituições na Concretização
da Democracia e da Justiça Social: a Necessidade de Agir
 Moderadora: Paulyne de Valença Figueiredo

15h00 - 17h00 ^{BR}
 19h00 - 21h00 ^{PT}

Sala 1
Eixo 1 - Direitos Humanos, Subjetividades e Identidades:
Justiça como Elemento Plural
 Moderadora: Juliana Roman

Sala 2
Eixo 1 - Direitos Humanos, Subjetividades e Identidades:
Justiça como Elemento Plural
 Moderadora: Isabelle de Valença Figueiredo

DIA 1 -
22 DE ABRIL
DE 202116h00 - 17h00 ^{BR}
20h00 - 21h00 ^{PT}**Sessão Plenária III****Moderadora:** Ana Teresa

Convidados: Tiago de Melo Cartaxo & José Júnior

DIA 2 - 23 DE ABRIL DE 202110h00 - 11h30 ^{BR}
14h00 - 15h30 ^{PT}**Sessão Plenária IV****Moderador:** Marco Ribeiro Rodrigues

Convidadas/os: Renée do Ó & Fábila de Melo-Fournier

11h00 - 13h00 ^{BR}
15h00 - 18h00 ^{PT}**Sala 6****Eixo 4 - Justiça e Proteção ao Ambiente:****Desenvolvimento Sustentável como Fonte de Equilíbrio Social****Moderadora:** Ana Guerreiro**Sala 7****Eixo 5 - Memória, Verdade e Justiça:****a Democracia como Processo Histórico****Moderadora:** Isabelle de Valença Figueiredo**Sala 9****Eixo 7 - Democracia, Estado e Cooperação Internacional na****Área da Justiça: a Necessidade de uma Comunicação Eficiente****Moderadora:** Paulyne de Valença Figueiredo14h00 - 15h00 ^{BR}
18h00 - 19h00 ^{PT}**Sessão Plenária V****Moderador:** Gustavo Paschoal

Convidadas/os: Maria Betânia Silva & Gustavo Santos

15h00 - 17h00 ^{BR}
19h00 - 21h00 ^{PT}**Sala 11****Eixo 9 - Pluralismo, Garantismo e Justiça Constitucional:****o Constitucionalismo Contemporâneo e a Essência Democrática****Moderadora:** Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti**Sala 12****Eixo 10 - Sistemas de Direitos Humanos: a Conciliação****de Interesses Múltiplos e o Respeito a Individualidade****Moderadora:** Carina Lopes**Sala 13****Eixo 11 - Mídia, Justiça e Democracia:****o Papel das Mídias na Manutenção da Democracia****e Sua Influência na Efetivação do Justo****Moderadora:** Maria Wanick17h00 - 19h00 ^{BR}
21h00 - 23h00 ^{PT}**Sessão de Encerramento**

Convidados/as: Isabelle de Valença Figueiredo,

Marco Ribeiro Henriques, Manoel Murrieta

representado por Fábila de Melo-Fournier Deluse

APRESENTAÇÕES EM LIVE STREAMING

SALA 1 · 22 DE ABRIL DE 2021 · 15h00 - 17h00

EIXO 1 · **DIREITOS HUMANOS, SUBJECTIVIDADES E IDENTIDADES:
JUSTIÇA COMO ELEMENTO PLURAL**

O (Des)Caso de Luan: Uma Trajetória de Desproteção Social

- Margarethe de Freitas Corrêa & Andréa Bittencourt Pires Chaves

Paradoxos e Dimensões de Humanos Direitos: Composição Ética e Histórica Recente

- Antônio Carlos da Silva & Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

30 Anos do Estatuto de Criança e do Adolescente: Justiça e Direitos Garantidos!

- Suzete Terezinha Orzechowski

Residência Alternada: O Terminus do Dilema ou o (Re)Início da Discórdia?

- Rita Guimarães Fialho d'Almeida

Turismo Virtual em Fortificações Coloniais do Brasil

- Elcio Rogerio Secomandi & Cesar Bargo Perez

Observatório da Cultura da Lei Aldir Blanc

- Elaine da Silva Tozzi

Equipamentos para Audição de Crianças Fora dos Tribunais

– Estudo Exploratório da Viabilidade Técnica e da Aceitação Social de Soluções

- Paulo Machado

SALA 2 · 22 DE ABRIL DE 2021 · 15h00 - 17h00

EIXO 1 · **DIREITOS HUMANOS, SUBJECTIVIDADES E IDENTIDADES:
JUSTIÇA COMO ELEMENTO PLURAL**

O Paradoxo da Natureza Humana:

Fundamentos dos Direitos Humanos a partir dos Direitos LGBTI+

- Andressa Regina Bissolotti dos Santos

Cuidado Institucionalizado de Cuidadoras Mulheres nas Casas Lares de Acolhida de Crianças E Adolescentes

- Ana Maria Silvello Pereira & Marlene Tamanini

O Gênero nas Operações de Paz da ONU e a Perspectiva da Ética Feminista do Cuidado

- Claudia Santos & Marlene Tamanini

SALA 2 ·
22 DE ABRIL DE 2021 ·
15h00 - 17h00 ·
EIXO 1 ·
DIREITOS HUMANOS,
SUBJECTIVIDADES
E IDENTIDADES:
JUSTIÇA COMO
ELEMENTO PLURAL

**Violências Contra Mulheres e o Discurso Jurídico:
Um Estudo de Sentenças Criminais do Município de Vila Velha/ES/Brasil
- 1975-2010**

- Maria Angela Rosa Soares & Vanessa Simon Cavalcanti

Duas Faces do Empoderamento: Agenciar e Promover

- Manuella Costa da Silva, Maria Odília Teixeira & Antônio Pedro de Mello Cruz

**A Revisão do Meio Ambiente Laboral como Medida de Dignidade
do Trabalhador Transgênero**

- Cláudia Maria Petry De Faria & Letícia Petry de Faria

Violência Contra Mulheres Idosas – Relacionamentos Abusivos e Tóxicos

- Jozadake Petry Fausto Vitorino

**Representatividade Feminina nos Espaços de Poder Político no Amazonas:
Um Questão de Direitos Humanos**

- Michelle do Vale

SALA 3 · 22 DE ABRIL DE 2021 · 15h00 - 17h00

**EIXO 2 · ESTADO, DEMOCRACIA E JUSTIÇA NO ACESSO À SAÚDE:
A ATUAÇÃO DO ESTADO FRENTE AOS DEVERES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE**

**Direito dos Desiguais para Alcançar a Igualdade – Análise de um Direito
do Autista. SESAI**

- Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa

**Povos Indígenas e Negrogovernamentalidade na Gestão da Pandemia
de COVID-19 no Brasil: o Caso Emblema do Racismo Institucional na Jurisdição
de Atuação da SESAI**

- Valmir Pereira

Estratégias de Enfretamento Coping e a Equipe de Enfermagem Hospitalar

- Renata Cristina da Penha Silveira

**The Institutional Lack of Protection of the Workers of the Gig Economy
in the Area of Occupational Risk Prevention**

- Raúl Payá Castiblanque

**Pandemia e Justiça Social de Género: Efeitos da Crise no Trabalho, Rendimento,
Condições de Vida das Mulheres Portuguesas**

- Fernanda Lyrio Heinzelmänn

**Como Frear os Impactos da Pandemia de COVID-19 e Cumprir os Objetivos
e Metas Propostos pela Agenda 2030?**

- Juliana Roman

**O Fortalecimento da Saúde Pública como Estratégia de Combate
ao Novo Coronavírus**

- Caroline da Rosa Cavalheiro & Adriane Medianeira Toaldo

SALA 3 ·
22 DE ABRIL DE 2021 ·
15h00 - 17h00 ·
EIXO 2 ·
ESTADO, DEMOCRACIA
E JUSTIÇA NO ACESSO
À SAÚDE:
A ATUAÇÃO DO ESTADO
FRENTE AOS DEVERES
DE PROMOÇÃO
DA SAÚDE

STOP à Violência Sexual: Avaliação de um Programa de Conscientização de Trabalhadores de Espaços de Recreação Noturna

- Irma Brito

Ensino sobre Intervenção Comunitária pela Pesquisa-ação Participativa em Saúde

- Irma Brito

Organizational Cultures that Reinforce the Intensification of Work Through Digital Resources and their Impact on Occupational Health

- Raúl Payá Castiblanque

Trabalho e Economia em Tempos de COVID-19 no Brasil

- Andréa Arruda Vaz, Sandra Mara de Oliveira Dias, Tais Martins
& Valquiria Gil Tisque

Implementação do Auxílio Emergencial no Brasil: Limites e Desafios de Acesso dos Usuários

- João Bôsco Hora Gois

A Proteção ao Emprego e a Renda no Direito Laboral Brasileiro em Tempos de COVID-19

- Andréa Arruda Vaz, Sandra Mara de Oliveira Dias, Tais Martins
& Valquiria Gil Tisque

SALA 4 · 22 DE ABRIL DE 2021 · 15h00 - 17h00

EIXO 2 · **ESTADO, DEMOCRACIA E JUSTIÇA NO ACESSO À SAÚDE:**

A ATUAÇÃO DO ESTADO FRENTE AOS DEVERES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

Direito Fundamental à Saúde e o Princípio de Justiça, em Momento de Escassez de Recursos

- Silvio Romero Beltrão

**Direito Humano e Fundamental à Saúde nos Presídios Federais e as Estatísticas de Saúde Mental no Sistema Carcerário do Brasil:
Uma Análise à Luz das Convenções Internacionais**

- Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira Bandeira

Infodemia na Saúde: Um Novo Vírus Pandêmico?

- Patricia Gorisch & Paula Carpes Victorio

A Meta 05 dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável no Segundo Quinquênio (2015-2030) e o Plano Governamental Direcionado à Violência Obstétrica no Brasil

- Ana Luiza Martins de Souza & Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino

**Os Processos Estruturais e a Judicialização de Políticas Públicas:
em Busca de Alternativas para a Crise Ocasionalada pela Pandemia da COVID-19**

- Micaela Porto Filchtiner Linke

Depressão: Fatores em Reflexão em Jovens Infratores

- Manuella Costa da Silva, Antônio Pedro de Mello Cruz & Maria Odília Teixeira

SALA 4 ·
22 DE ABRIL DE 2021 ·
15h00 - 17h00 ·
EIXO 2 ·
ESTADO, DEMOCRACIA
E JUSTIÇA
NO ACESSO À SAÚDE:
A ATUAÇÃO DO ESTADO
FRENTE AOS DEVERES
DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

**O Direito a Morrer com Dignidade e o Direito a uma Morte Autodeterminada:
Aproximação a uma Prestação Sui Generis de Políticas Públicas de Saúde
em Fim De Vida**

- Patrícia Cardoso Dias

**Discrecionabilidade Administrativa no Paradigma do Estado Democrático
de Direito em Tempos de Pandemia**

- Fernanda Cláudia Araújo da Silva

**Estado de Exceção Democrático Causado pela Pandemia Mundial:
o Limite da Liberdade em Decorrencia da COVID-19 no Brasil**

- Fernanda Cláudia Araújo da Silva

SALA 5 · 22 DE ABRIL DE 2021 · 15h00 - 17h00

**EIXO 3 · O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E DA JUSTIÇA SOCIAL:
A NECESSIDADE DE AGIR**

Justiça Social e Pobreza: o Desafio pela Ordem Econômica na CF do Brasil

- Celso Lopes Seus

**Justiça Distributiva, Tributação e Desigualdade – Um Debate sobre a Legitimidade
do Estado de Reduzir Desigualdades através da Tributação**

- Jonathan Mendo da Silva

**A Proteção do Whistleblower como Mecanismo de Combate à Corrupção:
Notas sobre o Estado da Arte em Portugal**

- Tânia Ferreira & Ana Lambelho

**A Importância das Políticas Autárquicas na Promoção da Cidadania
e Efetivação dos Direitos Humanos em Portugal**

- Maria João Carvalho Vaz

**O Papel das Instituições de Ensino Superior na Oferta de Serviços
para População Vulnerável: A Experiência do Centro Universitário INTA
em Sobral-CE**

- Cláudia dos Santos Costa

Exclusão Social e Trabalho

- Ana Paula Guimarães & Fernanda Rebelo

**Autocracia S/A: o Papel de Empresas Transnacionais nos Processos de Erosão
Democrática**

- Danielle Anne Pamplona & João Gabriel Archegas

**O Papel de Actuação do Estado na Erradicação da Injustiça Social
que Atinge os Trabalhadores da Cultura**

- Helena Ferreira

**Mutações na Socialização Escolar e a Educação em Direitos Humanos
na Contemporaneidade**

- Eliane Castro Vilassanti

SALA 5 ·
22 DE ABRIL DE 2021 ·
15h00 - 17h00 ·
EIXO 3 ·
O PAPEL
DAS INSTITUIÇÕES
NA CONCRETIZAÇÃO
DA DEMOCRACIA
E DA JUSTIÇA SOCIAL:
A NECESSIDADE DE AGIR

Governança Pública e Compliance na Administração Direta
- Marcelo Pereira dos Santos

**O Direito Fundamental Implícito de Acesso às Modernas Tecnologias
e o Papel da Defensoria Pública na Garantia Desse Direito**
- Silma Dias Ribeiro de Lavigne

Os Desafios da ONG - AML, na Defesa dos Direitos Humanos, no Brasil
- Tânia Sofia Tavares de Carvalho Ribeiro Libório

SALA 6 · 23 DE ABRIL DE 2021 · 11h00 - 13h00

**EIXO 4 · JUSTIÇA E PROTEÇÃO AO AMBIENTE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COMO FONTE DE EQUILÍBRIO SOCIAL**

**The Protected Areas Concession: Analysis From a Socio-Environmental
Perspective**
- Giovana Cioffi

**El Estado como Promotor de la Participación Pública: El Acceso y Control
de los Recursos Territoriales por las Comunidades Tradicionales**
- Giovana Cioffi

O Direito à Cidade no Processo de Cernização das Cidades
- Fernanda Figueiredo D'Agostini

**A Proposta Waratiana da Mediação para a Resolução
de Conflitos Socioambientais nas Cidades**
- Elenise Felzke Schonardie, Carina Deolinda da Silva Lopes & Bruna de Medeiros
Bolzani

**A Jurisprudência “Verde” do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos:
Sinais de um Compromisso em Vestir os Interesses Ambientais com os Trajes
dos Direitos Humanos**
- Susana Almeida

**www.saojoaodelreitrtransparente.com.br: A Cidade com que Sonhamos é a Cidade
que Podemos Construir: pelo Empoderamento Transparente Local/Global**
- Alzira Agostini Haddad

**A Política Pública Habitacional Brasileira: Cidades Excludentes,
Negação do Direito de Cidadania**
- Ideni Terezinha Antonello & Léia Aparecida Veiga

**Belo Sun Mining Corporation: a Case Study of Public Participation
in Environmental Impact Assessment (EIA) in Brazil**
- Cristiane Bena Dias

SALA 7 · 23 DE ABRIL DE 2021 · 11h00 - 13h00

EIXO 5 · **MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA: A DEMOCRACIA COMO PROCESSO HISTÓRICO**

**A Voz da Memória de Familiares de Vítimas da Ditadura Portuguesa:
Moldando Vidas e Constituindo Subjetividades**

- Eliane Cristina da Silva Nascimento & Isabel Maria Freitas Valente

**Justiça e Democracia: Ethos Político das Ações Afirmativas põe em Xequo
o Papel da Sociedade Civil frente à Injustiça Histórica do Brasil
e Demanda Abertura**

- Zilda Martins Barbosa

**O Regime Militar Brasileiro e o Autoritarismo: uma Revisão
sobre a Institucionalização da Repressão Política e a “Democracia Controlada”**

- Tiago Viesba Pini Inácio

Os Mecanismos Causais da Crise Democrática no Brasil (2013-2016)

- David Beltrão Simons Tavares de Albuquerque

**Povos Originários e a (in)Efetividade dos Direitos Humanos Indígenas
na Jurisdição do Sistema Americano de Direitos Humanos: Comissão Nacional
da Verdade e as Violações dos Direitos Indígenas no Brasil entre 1946 e 1988**

- Walmir Pereira

**Quando o Tempo e Redes são Determinantes de Vidas:
Desaparecimento e Proteção de Pessoas em Contexto Brasileiro**

- Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, Maria Ângela Rosa Soares & Fabiana Neiva Almeida Lino

Mídia, Memória e Justiça: Notícias do AI-5 no Jornal de Alagoas

- Rafael Cavalcanti Barreto

**“Nenhuma Bala Vai Nos Calar”. Por uma Política de Des-Silenciamentos:
o Dispositivo Clínico-Político das Oficinas de Escrita com o Movimento
Mães em Luto da Zona Leste**

- Cláudia Cristina Trigo de Aguiar, Lúcia Filomena Carreiro, Maria Cristina Gonçalves Vicentin & Cristiane Fernandes Tavares

SALA 8 · 22 DE ABRIL DE 2021 · 11h00 - 13h00

EIXO 6 · **TEORIAS DA JUSTIÇA, DEMOCRACIA PROCESSUAL E GARANTISMO:
O PROCESSO COMO ELEMENTO GARANTIDOR DA JUSTIÇA**

**O Contraditório no Código de Processo Civil de 2015 e as Ações Repetitivas
Decorrentes da Pandemia da COVID-19**

- Rafaela Sánchez Vissoky & Marco Félix Jobim

A Atual Visão Principiológica Do Processo Civil

- Dinara de Arruda Oliveira

**Uma Nova Concepção de Jurisdição: Cooperativa-Participativa
como Condição para Efetivação, Garantia e Humanização da Tutela Jurisdicional**

- Adriane Medianeira Toaldo & Caroline da Rosa Cavalheiro

SALA 8 ·
22 DE ABRIL DE 2021 ·
11h00 - 13h00 ·
EIXO 6 ·
TEORIAS DA JUSTIÇA,
DEMOCRACIA
PROCESSUAL
E GARANTISMO:
O PROCESSO
COMO ELEMENTO
GARANTIDOR DA JUSTIÇA

Como o Gerenciamento do Processo Efetiva a Celeridade Processual Prevista no Novo Código de Processo Civil

- Pedro Henrique Gonçalves Silva & Milena Santos Coelho

Mediação Judicial: Uma Análise dos Espaços Judiciários Frente a Resolução de Conflitos

- Graciela Fernandes Thisen

A Third-Party Funding: Algumas Reflexões

- Maria João Mimoso

Processo Coletivo Estrutural: Uma Análise sobre a Representatividade Adequada e a Proteção de Direitos Fundamentais

- Caroline Oliveira da Silva

Os Influxos do Garantismo Processual no Processo Democrático Brasileiro

- Fernanda Gomes e Souza Borges

SALA 9 · 23 DE ABRIL DE 2021 · 11h00 - 13h00

EIXO 7 · **DEMOCRACIA, ESTADO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA:
A NECESSIDADE DE UMA COMUNICAÇÃO EFICIENTE**

Uma Nova Ordem Jurídica Fiscal Internacional Através da Cooperação Eletrônica de Informações Financeiras-Fiscais

- Leonardo Saraiva Págio

O Crime de Tráfico de Pessoas como Hipótese de Extradicação entre o Brasil e os Países da América do Sul

- Jordana Martins Perussi & Paulo César Correa Borges

The Case of Muslim Polygamy within Western European Legal Systems: Comparative Approach between France and England

- Ana Filipa Neves

A Fundamentação das Decisões Judiciais e os Direitos Humanos: Uma Interpretação Convencional do Art. 489, § 1º. do Código de Processo Civil Brasileiro a partir da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

- Vítor Fonsêca

Decisão Europeia de Investigação e o Direito à Ação Consagrado no Artigo 47º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

- Mário Simões Barata

A Importância da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia na Construção de um Espaço Unificado de Direitos Humanos

- Susana Sardinha Monteiro

SALA 9 ·
23 DE ABRIL DE 2021 · 11h00 - 13h00 ·
EIXO 7 ·
DEMOCRACIA, ESTADO
E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL
NA ÁREA DA JUSTIÇA:
A NECESSIDADE
DE UMA COMUNICAÇÃO
EFICIENTE

O TJUE Enquanto Guardião do Estado de Direito
– Reine a Justiça e Pereçam os que a Ameaçam
- Maria de Fátima Pacheco & Dora Resende Alves

Modern Rule of Law in Migration Control
- Catarina Milhais Ferreira Gonçalves

SALA 10 · 22 DE ABRIL DE 2021 · 11h00 - 13h00
EIXO 8 · **CRIME, JUSTIÇA E DEMOCRACIA:**
O GARANTISMO E AS OBRIGAÇÕES PROCESSUAIS PENAIS POSITIVAS

Aspectos Polêmicos do Acordo de Não Persecução Penal
- Fabiano Justin Cerveira

O Dever de Punir como Standard de Direitos Humanos e a Necessidade
de se Compatibilizar o Direito à Tutela Judicial Efetiva com as Demais Garantias
Processuais (- com a Proposta de Redução de Recursos às Vias Extraordinárias
como Meio de Compatibilização Desses Direitos)
- Letícia Schirmer de Souza

O Programa de Remição de Pena pela Leitura:
Contribuições, Óbices e Ressocialização
- Hercules Guimarães Honorato

Impactos das Sucessivas Suspensões de Prazos Processuais
no Período Pandémico na Realização da Justiça Processual Penal em Portugal
- Sandra Tavares

O Direito à Educação das Pessoas Privadas da Liberdade: uma Pesquisa-Ação
- Thaís Barbosa Passos

Ressocialização e Remição da Pena:
o Direito à Educação no Sistema Penitenciário de Porto Velho
- Aparecida Luzia Alzira Zuin

Brasil: Comarca de Barra do Garças/MT Descumpre Prazo Legal
para Realizar Audiência de Custódia
- Catarini Vezetiv Cupolillo & Sandra Negri

SALA 11 · 23 DE ABRIL DE 2021 · 15h00 - 17h00
EIXO 9 · **PLURALISMO, GARANTISMO E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL:**
O CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E A ESSÊNCIA DEMOCRÁTICA

Análisis a la Consulta Popular en México, desde la Teoría del Derecho
y de la Democracia de Luigi Ferrajoli
- Ivan Espino Pichardo, Roberto Wesley Zapata Durán & Martha Gaona Cante

Simbolismo Constitucional e Legitimação Social nas Democracias Recentes
- Luís Cláudio Martins de Araújo & Rodrigo Augusto Fatudo Magalhães

SALA 11 ·
23 DE ABRIL DE 2021 ·
15h00 - 17h00 ·
EIXO 9 ·
PLURALISMO,
GARANTISMO
E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL:
O CONSTITUCIONALISMO
CONTEMPORÂNEO
E A ESSÊNCIA DEMOCRÁTICA

Democracia e o Constitucionalismo além do Estado sob a Ótica da Sociedade Pós-Moderna diante a Globalização e Glocalização

- Jamile Gonçalves Calissi & Renato Zanolli Montefusco

Sobre Justiça e Afins: Alguns Apontamentos Conceituais

- Jamile Gonçalves Calissi & Renato Zanolli Montefusco

O Síndrome de Estocolmo, a Anestesia Social e a Qualidade da Democracia em Portugal

- António Duarte Santos

A Desobediência Civil Enquanto Ato Político em um Sociedade Fragmentada

- Fernando de Oliveira Domingues Ladeira

O Que se Quer Quando se Pede Por mais Democracia?

- Filipe de Contti Asth

SALA 12 · 23 DE ABRIL DE 2021 · 15h00 - 17h00

EIXO 10 · SISTEMAS DE DIREITOS HUMANOS: A CONCILIAÇÃO DE INTERESSES MÚLTIPLOS E O RESPEITO A INDIVIDUALIDADE

A Parentalidade em Tempos de Pandemia - Tratamento Desigual dos Pais, Durante a Gestação e Nascimento dos Filhos

- Susana Loureiro & José Duque Vicente

Ações de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes em Período de Pandemia

- Érica de Souza Paixão

Direitos Humanos: Um Estudo Sobre Alteridade e Fraternidade na Enc lica Fratelli Tutti do Papa Francisco e no Romance o Homem Duplicado de José Saramago

- Maria Irene da Fonseca e S 

Estigma, Discriminação e Serofobia

- Marta Maia

A Gestação de Substituição e os Direitos Humanos: Os Direitos e as Liberdades Individuais dos Participantes no Respetivo Processo

- Cândida Carvalho

Direitos Humanos "Contrariados":

Ao Encontro de Intervenções Sociais Culturalmente Sensíveis

- Helena Reis Amaro da Luz, Clara Cruz Santos & Vanessa Nunes

A Aplicação da CEDH na Jurisprudência Portuguesa: em Especial a Liberdade de Expressão

- Melanie Oliveira Neiva Santos

SALA 12 ·
23 DE ABRIL DE 2021 ·
15h00 - 17h00 ·

EIXO 10 ·
SISTEMAS
DE DIREITOS HUMANOS:
A CONCILIAÇÃO
DE INTERESSES MÚLTIPLOS
E O RESPEITO
À INDIVIDUALIDADE

Inteligencia Artificial, Fake Ethics y Derechos Humanos: Un Comentario a partir de las “Directrices Éticas para una IA Fiable” de la Unión Europea
- Jonathan Piedra Alegría

Portugal entre Crises: A Justiça e o Merecimento no Sistema de Proteção Social Atual
- Clara Cruz Santos, Helena Reis Amaro da Luz, Vanessa Nunes & Joana Ricarte

ARBot, um Software de Reconhecimento de Perfis Automatizados no Twitter
- Rodrigo Silva

SALA 13 · 23 DE ABRIL DE 2021 · 15h00 - 17h00

EIXO 11 · **MÍDIA, JUSTIÇA E DEMOCRACIA: O PAPEL DAS MÍDIAS NA MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA E SUA INFLUÊNCIA NA EFETIVAÇÃO DO JUSTO**

Liberdade de Expressão em Nome da Intolerância: Um Debate Sobre Tecnologias Políticas do Neofascismo e as Ameaças à Democracia
- Marcela Magalhães de Paula

Garantias Constitucionais e Liberdade Opinião em Risco? Ponderações Acerca do Posicionamento do Supremo Tribunal Federal Brasileiro Sobre “Atos Antidemocráticos”
- Mônica Faria Baptista Faria

A “Comodificação” de Informação e o Ambiente Midiático Democrático
- Carla Ferreira Gonçalves & Joaquim Humberto Coelho de Oliveira

Por uma Outra Comunicação? A Mídia Livre e a Busca Pela Efetivação dos Direitos Humanos - Uma Análise de Discursos do Coletivo Brasileiro Intervozes
- Mayara da Costa e Silva

Direito à Imagem, Agentes Públicos e Mídia: Impactos sobre a Proteção da Imagem de Suspeitos após a Nova Lei de Abuso de Autoridade
- Elaine Alves Silva de Santana

A Publicidade Dirigida a Menores e os Reflexos dos Novos Limites em Velhos Hábitos no Direito à Alimentação
- Rita Guimarães Fialho d'Almeida

Free Speech and Disinformation Under Article 13 of OAS Convention: Media and Informational Literacy as a Possible Solution
- Elder Maia Goltzman

A Influência dos Algoritmos e das Fake News no Processo Eleitoral Brasileiro: Existem Alternativas Jurídicas para Defesa do Sistema Democrático e Proteção dos Direitos Humanos?
- Carolina Merida & Jasmyne Linhares Yassin

A Justiça em Praça Pública: Uma Justiça para ou Contra o Povo?
- Ana Teresa Carneiro & Ana Raquel Conceição

ÍNDICE

30	Isabelle de Valença Figueiredo & Marco Ribeiro Henriques	Andréa Arruda Vaz, Sandra Mara de Oliveira Dias, Tais Martins & Valquíria Gil Tisque	43
	CAPÍTULO INTRODUTÓRIO	A PROTEÇÃO AO EMPREGO E A RENDA NO DIREITO	
	ESTÁ A DEMOCRACIA	LABORAL BRASILEIRO EM TEMPOS DE COVID-19	
	ENCURRALADA		
	NO SÉCULO XXI?		
33	EIXO I	Andréa Arruda Vaz, Sandra Mara de Oliveira Dias, Tais Martins & Valquíria Gil Tisque	45
	DIREITOS HUMANOS,	TRABALHO E ECONOMIA EM TEMPOS DE COVID-19	
	SUBJETIVIDADES	NO BRASIL	
	E IDENTIDADES:		
	JUSTIÇA COMO		
	ELEMENTO PLURAL		
34	Vitor Aparecido Molina	Maria Angela Rosa Soares & Vanessa Simon Cavalcanti	47
	RACISMO RELIGIOSO E RACISMO ESTRUTURAL	VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E O DISCURSO	
36	Thais Barbosa Passos	JURÍDICO: UM ESTUDO DE SENTENÇAS CRIMINAIS	
	O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS	DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES/BRASIL - 1975-2010	
	DA LIBERDADE: UMA PESQUISA-AÇÃO		
37	Raúl Payá Castiblanque	Suzete Terezinha Orzechowski	48
	ORGANIZATIONAL CULTURES THAT REINFORCE	30 ANOS DO ESTATUTO DE CRIANÇA E DO	
	THE INTENSIFICATION OF WORK THROUGH DIGITAL	ADOLESCENTE: JUSTIÇA E DIREITOS GARANTIDOS!	
	RESOURCES AND THEIR IMPACT ON OCCUPATIONAL		
	HEALTH		
38	Michelle de Souza Vale & Viviane de Oliveira Rocha	David Beltrão Simons Tavares de Albuquerque	49
	REPRESENTATIVIDADE FEMININA NOS ESPAÇOS	OS MECANISMOS CAUSAIS DA CRISE DEMOCRÁTICA	
	DE PODER POLÍTICO NO AMAZONAS:	NO BRASIL (2013-2016)	
	UM QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS		
40	Cláudia dos Santos Costa	Fernando de Oliveira Domingues Ladeira	51
	O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	A DESOBEDIÊNCIA CIVIL ENQUANTO ATO POLÍTICO	
	SUPERIOR NA OFERTA DE SERVIÇOS PARA	EM UM SOCIEDADE FRAGMENTADA	
	POPULAÇÃO VULNERÁVEL: A EXPERIÊNCIA		
	DO CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA EM SOBRAL-CE		
41	Clara Cruz Santos, Helena Reis Amaro da Luz, Vanessa Nunes & Joana Ricarte	Filipe de Contti Asth	52
	PORTUGAL ENTRE CRISES: A JUSTIÇA	O QUE SE QUER QUANDO SE PEDE POR MAIS	
	E O MERECEMENTO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO	DEMOCRACIA?	
	SOCIAL ATUAL		
		Ana Paula Guimarães & Fernanda Rebelo	54
		EXCLUSÃO SOCIAL E TRABALHO	
		Danielle Anne Pamplona & João Gabriel Archegas	56
		AUTOCRACIA S/A: O PAPEL DE EMPRESAS	
		TRANSNACIONAIS NOS PROCESSOS DE EROÇÃO	
		DEMOCRÁTICA	
		Fernanda Cláudia Araújo da Silva	57
		DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	
		NO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO	
		DE DIREITO EM TEMPOS DE PANDEMIA	
		Rita Guimarães Fialho d'Almeida	58
		RESIDÊNCIA ALTERNADA: O TERMINUS	
		DO DILEMA OU O (RE)INÍCIO DA DISCÓRDIA?	

97	António Duarte Santos O SÍNDROME DE ESTOCOLMO, A ANESTESIA SOCIAL E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL	Irma Brito STOP À VIOLÊNCIA SEXUAL: AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO DE TRABALHADORES DE ESPAÇOS DE RECREAÇÃO NOTURNA	113
99	Ana Luiza Martins de Souza & Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino A META 05 DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEGUNDO QUINDÊNIO (2015-2030) E O PLANO GOVERNAMENTAL DIRECIONADO À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL	Irma Brito ENSINO SOBRE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA PELA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EM SAÚDE	115
101	Juliana Roman COMO FREAR OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 E CUMPRIR OS OBJETIVOS E METAS PROPOSTOS PELA AGENDA 2030?		
102	Andressa Regina Bissolotti dos Santos O PARADOZO DA NATUREZA HUMANA: FUNDAMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DOS DIREITOS LGBTI+		
104	Micaela Porto Filchtiner Linke OS PROCESSOS ESTRUTURAIS E A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A CRISE OCASIONADA PELA PANDEMIA DA COVID-19		
105	Caroline da Rosa Cavalheiro & Adriane Medianeira Toaldo O FORTALECIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS		
107	Manuella Costa da Silva, Antônio Pedro de Mello Cruz & Maria Odília Teixeira DEPRESSÃO: FATORES EM REFLEXÃO EM JOVENS INFRATORES		
109	Ana Maria Silvello Pereira & Marlene Tamanini CUIDADO INSTITUCIONALIZADO DE CUIDADORAS MULHERES NAS CASAS LARES DE ACOLHIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
110	Claudia Santos & Marlene Tamanini O GÊNERO NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E A PERSPECTIVA DA ÉTICA FEMINISTA DO CUIDADO		
111	Patrícia Cardoso Dias O DIREITO A MORRER COM DIGNIDADE E O DIREITO A UMA MORTE AUTODETERMINADA: APROXIMAÇÃO A UMA PRESTAÇÃO SUI GENERIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM FIM DEVIDA		
112	Silma Dias Ribeiro de Lavigne MUDANÇA DE PARADIGMA PARA O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE DE IDOSOS: A SAÚDE DIGITAL		
		EIXO 3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E DA JUSTIÇA SOCIAL: A NECESSIDADE DE AGIR	117
		Silma Dias Ribeiro de Lavigne O DIREITO FUNDAMENTAL IMPLÍCITO DE ACESSO ÀS MODERNAS TECNOLOGIAS E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA GARANTIA DESSE DIREITO	118
		Tânia Sofia Tavares de Carvalho Ribeiro Libório OS DESAFIOS DA ONG - AMI, NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, NO BRASIL	119
		Giovana Cioffi EL ESTADO COMO PROMOTOR DE LA PARTICIPACIÓN PÚBLICA: EL ACCESO Y CONTROL DE LOS RECURSOS TERRITORIALES POR LAS COMUNIDADES TRADICIONALES	121
		Ideni Terezinha Antonello & Léia Aparecida Veiga A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL BRASILEIRA: CIDADES EXCLUDENTES, NEGAÇÃO DO DIREITO DE CIDADANIA	123
		João Bosco Hora Gois IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NO BRASIL: LIMITES E DESAFIOS DE ACESSO DOS USUÁRIOS	125
		Ana Teresa Carneiro & Ana Raquel Conceição A JUSTIÇA EM PRAÇA PÚBLICA: UMA JUSTIÇA PARA OU CONTRA O POVO?	127
		Catarini Vezetiv Cupolillo & Sandra Negri BRASIL: COMARCA DE BARRA DO GARÇAS/MT DESCUMPRE PRAZO LEGAL PARA REALIZAR AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	129
		Maria João Mimoso A THIRD-PARTY FUNDING: ALGUMAS REFLEXÕES	130

139

131	Fernanda Cláudia Araújo da Silva	Elenise Felzke Schonardie, Carina Deolinda da Silva Lopes & Bruna de Medeiros Bolzani	148
	ESTADO DE EXCEÇÃO DEMOCRÁTICO CAUSADO PELA PANDEMIA MUNDIAL: O LIMITE DA LIBERDADE EM DECORRÊNCIA DA COVID-19 NO BRASIL	A PROPOSTA WARATIANA DA MEDIAÇÃO PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS CIDADES	
132	Caroline Oliveira da Silva	Susana Almeida	149
	PROCESSO COLETIVO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA E A PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	A JURISPRUDÊNCIA “VERDE” DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS: SINAIS DE UM COMPROMISSO EM VESTIR OS INTERESSES AMBIENTAIS COM OS TRAJES DOS DIREITOS HUMANOS	
133	Leticia Oliveira Antonio	Alzira Agostini Haddad	151
	O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	WWW.SAQJOAODELREITRANSARENTE.COM.BR : A CIDADE COM QUE SONHAMOS É A CIDADE QUE PODEMOS CONSTRUIR: PELO EMPODERAMENTO TRANSPARENTE LOCAL/GLOBAL	
134	Catarina Milhais Ferreira Gonçalves	Carla Ferreira Gonçalves & Joaquim Humberto Coelho de Oliveira	153
	MODERN RULE OF LAW IN MIGRATION CONTROL	A “COMODIFICAÇÃO” DE INFORMAÇÃO E O AMBIENTE MÍDIÁTICO DEMOCRÁTICO	
136	Paulo Machado		
	EQUIPAMENTOS PARA AUDIÇÃO DE CRIANÇAS FORA DOS TRIBUNAIS – ESTUDO EXPLORATÓRIO DA VIABILIDADE TÉCNICA E DA ACEITAÇÃO SOCIAL DE SOLUÇÕES		
138	Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, Maria Ângela Rosa Soares & Fabiana Neiva Almeida Lino		
	QUANDO O TEMPO E REDES SÃO DETERMINANTES DE VIDAS: DESAPARECIMENTO E PROTEÇÃO DE PESSOAS EM CONTEXTO BRASILEIRO		
	EIXO 4	EIXO 5	155
	JUSTIÇA E PROTEÇÃO AO AMBIENTE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FONTE DE EQUILÍBRIO SOCIAL	MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA: A DEMOCRACIA COMO PROCESSO HISTÓRICO	
140	Maria João Carvalho Vaz	Eliane Cristina da Silva Nascimento & Isabel Maria Freitas Valente	156
	A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS AUTÁRQUICAS NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM PORTUGAL	A VOZ DA MEMÓRIA DE FAMILIARES DE VÍTIMAS DA DITADURA PORTUGUESA: MOLDANDO VIDAS E CONSTITUINDO SUBJETIVIDADES	
142	Giovana Cioffi	Claudia Cristina Trigo de Aguiar, Lucia Filomena Carreiro, Maria Cristina Gonçalves Vicentin & Cristiane Fernandes Tavares	158
	THE PROTECTED AREAS CONCESSION: ANALYSIS FROM A SOCIO-ENVIRONMENTAL PERSPECTIVE	“NENHUMA BALA VAI NOS CALAR”. POR UMA POLÍTICA DE DES-SILENCIAMENTOS: O DISPOSITIVO CLÍNICO-POLÍTICO DAS OFICINAS DE ESCRITA COM O MOVIMENTO MÃES EM LUTO DA ZONA LESTE	
144	Fernanda Figueiredo D’Agostini	Zilda Martins Barbosa	160
	O DIREITO À CIDADE NO PROCESSO DE CENARIZAÇÃO DAS CIDADES	JUSTIÇA E DEMOCRACIA: ETHOS POLÍTICO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PÔE EM XEQUE O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE À INJUSTIÇA HISTÓRICA DO BRASIL E DEMANDA ABERTURA	
146	Vladimir Stolzenberg Torres	Tiago Viesba Pini Inácio	162
	QUESTÕES AMBIENTAIS E A PROIBIÇÃO DE USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PELAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA - CASE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL	O REGIME MILITAR BRASILEIRO E O AUTORITARISMO: UMA REVISÃO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPRESSÃO POLÍTICA E A “DEMOCRACIA CONTROLADA”	

165

EIXO 6
TEORIAS DA JUSTIÇA,
DEMOCRACIA PROCESSUAL
E GARANTISMO: O PROCESSO
COMO ELEMENTO GARANTIDOR
DA JUSTIÇA

- 166 Rafaela Sánchez Vissoy
O CONTRADITÓRIO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E AS AÇÕES REPETITIVAS DECORRENTES DA PANDEMIA DA COVID-19
- 167 Fabiano Justin Cerveira
ASPECTOS POLÊMICOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL
- 168 Leticia Schirmer de Souza
O DEVER DE PUNIR COMO STANDARD DE DIREITOS HUMANOS E A NECESSIDADE DE SE COMPATIBILIZAR O DIREITO À TUTELA JUDICIAL EFETIVA COM AS DEMAIS GARANTIAS PROCESSUAIS (- COM A PROPOSTA DE REDUÇÃO DE RECURSOS ÀS VIAS EXTRAORDINÁRIAS COMO MEIO DE COMPATIBILIZAÇÃO DESSES DIREITOS)
- 170 Dinara de Arruda Oliveira
A ATUAL VISÃO PRINCIPIOLÓGICA DO PROCESSO CIVIL
- 172 Adriane Medianeira Toaldo & Caroline da Rosa Cavalheiro
UMA NOVA CONCEPÇÃO DE JURISDIÇÃO: COOPERATIVA-PARTICIPATIVA COMO CONDIÇÃO PARA EFETIVAÇÃO, GARANTIA E HUMANIZAÇÃO DA TUTELA JURISDICCIONAL
- 174 Pedro Henrique Gonçalves Silva & Milena Santos Coelho
COMO O GERENCIAMENTO DO PROCESSO EFETIVO A CELERIDADE PROCESSUAL PREVISTA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
- 175 Roberto da Silva, Sabrina Paroli, Geysa Rodrigues Gomes & Andréa Svicero
REVISITANDO OS CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL
- 176 Hercules Guimarães Honorato
O PROGRAMA DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA: CONTRIBUIÇÕES, ÓBICES E RESSOCIALIZAÇÃO
- 178 Fernanda Gomes e Souza Borges
OS INFLUXOS DO GARANTISMO PROCESSUAL NO PROCESSO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
- 179 Ivan Espino Pichardo, Roberto Wesley Zapata Durán & Martha Gaona Cante
ANÁLISIS A LA CONSULTA POPULAR EN MÉXICO, DESDE LA TEORÍA DEL DERECHO Y DE LA DEMOCRACIA DE LUIGI FERRAJOLI

Sandra Tavares

IMPACTOS DAS SUCESSIVAS SUSPENSÕES DE PRAZOS PROCESSUAIS NO PERÍODO PANDÉMICO NA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA PROCESSUAL PENAL EM PORTUGAL

180

EIXO 7
DEMOCRACIA, ESTADO
E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
NA ÁREA DA JUSTIÇA:
A NECESSIDADE
DE UMA COMUNICAÇÃO EFICIENTE

Maria de Fátima de Castro Tavares Monteiro Pacheco & Dora Resende Alves

O TJUE ENQUANTO GUARDIÃO DO ESTADO DE DIREITO – REINE A JUSTIÇA E PEREÇAM OS QUE A AMEAÇAM

182

EIXO 8
CRIME, JUSTIÇA E DEMOCRACIA:
O GARANTISMO E AS OBRIGAÇÕES
PROCESSUAIS PENAS POSITIVAS

Susana Loureiro & José Duque Vicente

A PARENTALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA - TRATAMENTO DESIGUAL DOS PAIS, DURANTE A GESTAÇÃO E NASCIMENTO DOS FILHOS

186

Érica de Souza Paixão

AÇÕES DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PERÍODO DE PANDEMIA

188

EIXO 9
PLURALISMO, GARANTISMO
E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL:
O CONSTITUCIONALISMO
CONTEMPORÂNEO E A ESSÊNCIA
DEMOCRÁTICA

Maria Irene da Fonseca e Sá

DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE ALTERIDADE E FRATERNIDADE NA ENCÍCLICA FRATELLI TUTTI DO PAPA FRANCISCO E NO ROMANCE O HOMEM DUPLICADO DE JOSÉ SARAMAGO

190

181

185

189

192	Luís Cláudio Martins de Araújo & Rodrigo Augusto Fatudo Magalhães SIMBOLISMO CONSTITUCIONAL E LEGITIMAÇÃO SOCIAL NAS DEMOCRACIAS RECENTES	Mônica Faria Baptista Faria GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E LIBERDADE OPINIÃO EM RISCO? PONDERAÇÕES ACERCA DO POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO SOBRE “ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS”	214
194	Leonardo Saraiva Págio UMA NOVA ORDEM JURÍDICA FISCAL INTERNACIONAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO ELETRÔNICA DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS-FISCAIS	Tânia Ferreira & Ana Lambelho A PROTEÇÃO DO WHISTLEBLOWER COMO MECANISMO DE COMBATE À CORRUPÇÃO: NOTAS SOBRE O ESTADO DA ARTE EM PORTUGAL	215
196	Jordana Martins Perussi & Paulo César Correa Borges O CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS COMO HIPÓTESE DE EXTRADIÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	Margarethe de Freitas Corrêa & Andréa Bittencourt Pires Chaves O (DES)CASO DE LUAN: UMA TRAJETÓRIA DE DESPROTEÇÃO SOCIAL	217
198	Chiara Ramos A JUSTIÇA NA ENCRUZA: DIREITO E INTERSECIONALIDADE	António Carlos da Silva & Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti PARADOXOS E DIMENSÕES DE HUMANOS DIREITOS: COMPOSIÇÃO ÉTICA E HISTÓRICA RECENTE	219
200	Celso Lopes Seus JUSTIÇA SOCIAL E POBREZA: O DESAFIO PELA ORDEM ECONÔMICA NA CF DO BRASIL		
202	Graciela Fernandes Thisen MEDIACÃO JUDICIAL: UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS JUDICIÁRIOS FRENTE A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	EIXO 10 SISTEMAS DE DIREITOS HUMANOS: A CONCILIAÇÃO DE INTERESSES MÚLTIPLOS E O RESPEITO A INDIVIDUALIDADE	221
203	Jonathan Mendo da Silva JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, TRIBUTAÇÃO E DESIGUALDADE – UM DEBATE SOBRE A LEGITIMIDADE DO ESTADO DE REDUZIR DESIGUALDADES ATRAVÉS DA TRIBUTAÇÃO	Ana Filipa Neves THE CASE OF MUSLIM POLYGAMY WITHIN WESTERN EUROPEAN LEGAL SYSTEMS: COMPARATIVE APPROACH BETWEEN FRANCE AND ENGLAND	222
205	Eugênio Facchini Neto A LEGITIMIDADE JUDICIAL DO CONTROLE DOS ATOS DOS DEMAIS PODERES: ONDE SE SITUAM OS LIMITES?	Helena Reis Amaro da Luz, Clara Cruz Santos & Vanessa Nunes DIREITOS HUMANOS “CONTRARIADOS”: AO ENCONTRO DE INTERVENÇÕES SOCIAIS CULTURALMENTE SENSÍVEIS	223
207	Jamile Gonçalves Calissi & Renato Zanolla Montefusco DEMOCRACIA E O CONSTITUCIONALISMO ALÉM DO ESTADO SOB A ÓTICA DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA DIANTE A GLOBALIZAÇÃO E GLOCALIZAÇÃO	Vitor Fonseca A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E OS DIREITOS HUMANOS: UMA INTERPRETAÇÃO CONVENCIONAL DO ART. 489, § 1º. DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	224
209	Jamile Gonçalves Calissi & Renato Zanolla Montefusco SOBRE JUSTIÇA E AFINS: ALGUNS APONTAMENTOS CONCEITUAIS	Mário Simões Barata DECISÃO EUROPEIA DE INVESTIGAÇÃO E O DIREITO À AÇÃO CONSAGRADO NO ARTIGO 47º DA CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA	225
211	Marcela Magalhães de Paula LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM NOME DA INTOLERÂNCIA: UM DEBATE SOBRE TECNOLOGIAS POLÍTICAS DO NEOFASCISMO E AS AMEAÇAS À DEMOCRACIA		
212	Walmir Pereira POVOS INDÍGENAS E NECROGOVERNAMENTALIDADE NA GESTÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: O CASO EMBLEMA DO RACISMO INSTITUCIONAL NA JURISDIÇÃO DE ATUAÇÃO DA SESAI	Melanie Oliveira Neiva Santos A APLICAÇÃO DA CEDH NA JURISPRUDÊNCIA PORTUGUESA: EM ESPECIAL A LIBERDADE DE EXPRESSÃO	227

- 228 Susana Sardinha Monteiro
A IMPORTÂNCIA DA CARTA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA
NA CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO UNIFICADO
DE DIREITOS HUMANOS
- 230 Jonathan Piedra Alegria
INTELIGENCIA ARTIFICIAL, FAKE ETHICS Y DERECHOS
HUMANOS: UN COMENTARIO A PARTIR
DE LAS “DIRECTRICES ÉTICAS PARA UNA IA FIABLE”
DE LA UNIÓN EUROPEA
- 231 Mizia Duarte Silva
PASSOS LARGOS AO RETROCESSO: A IMAGEM
DO BRASIL FRENTE ÀS DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO
DE DIREITOS HUMANOS NA ONU DURANTE
A PANDEMIA DE COVID-19
- Carolina Merida & Jasmyne Linhares Yassin
242 A INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS E DAS FAKE NEWS
NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO:
EXISTEM ALTERNATIVAS JURÍDICAS PARA DEFESA
DO SISTEMA DEMOCRÁTICO E PROTEÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS?

**COMISSÃO
ORGANIZADORA**

245

**233 EIXO II
MEDIA, JUSTIÇA E DEMOCRACIA:
O PAPEL DA MEDIA
NO DESENVOLVIMENTO
DA DEMOCRACIA**

- 234 Mayara da Costa e Silva
POR UMA OUTRA COMUNICAÇÃO? A MÍDIA LIVRE
E A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS
HUMANOS - UMA ANÁLISE DE DISCURSOS
DO COLETIVO BRASILEIRO INTERVOZES
- 235 Rafael Cavalcanti Barreto
MÍDIA, MEMÓRIA E JUSTIÇA: NOTÍCIAS DO AI-5
NO JORNAL DE ALAGOAS
- 236 Elaine Alves Silva de Santana
DIREITO À IMAGEM, AGENTES PÚBLICOS E MÍDIA:
IMPACTOS SOBRE A PROTEÇÃO DA IMAGEM
DE SUSPEITOS APÓS A NOVA LEI DE ABUSO
DE AUTORIDADE
- 238 Rita Guimarães Fialho d’Almeida
A PUBLICIDADE DIRIGIDA A MENORES E OS REFLEXOS
DOS NOVOS LIMITES EM VELHOS HÁBITOS
NO DIREITO À ALIMENTAÇÃO
- 240 Thaysa Luarah Prado Leandro
A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO CENÁRIO
POLÍTICO
- 241 Elder Maia Goltzman
FREE SPEECH AND DISINFORMATION UNDER ARTICLE
13 OF OAS CONVENTION: MEDIA AND INFORMA-
TIONAL LITERACY AS A POSSIBLE SOLUTION

ESTÁ A DEMOCRACIA ENCURRALADA NO SÉCULO XXI?

Isabelle de Valença Figueiredo & Marco Ribeiro Henriques

Conforme nos ensinou Huntington, estamos vivenciando a terceira onda democrática. O cientista político norte-americano precisou o início dessa terceira onda de democratização no ano de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal. A partir daí, vários países iniciaram mudanças internas que culminaram com a adoção da democracia como regime de governo, sobretudo os países latino-americanos e africanos.

Sem dúvida, o século XX finalizou com a democracia como fórmula vencedora entre os regimes de governo experimentados. Parecia, e apenas parecia, que o mundo estava se tornando democrático. Mas Huntington não nos disse quando o movimento reverso à democratização da terceira onda iniciaria, embora nos pareça evidente que este movimento já esteja em curso.

As democracias atuais não terminam com uma ruptura abrupta ou violenta, como experimentado no século XX. O crescimento de regimes autoritários é impulsionado pelo esfacelar paulatino e constante das instituições de controle, como o Ministério Público e a imprensa.

Responder se a crise atual vivenciada

pelas democracias pode ser vencida foi papel da comunidade acadêmica e das entidades parceiras do Just2021.

O Just firmou em 2021 um compromisso com a defesa da democracia aliada à pesquisa científica qualificada, tratando, em onze eixos temáticos, de importantes questões sobre Justiça e consequentes reflexões sobre a democracia contemporânea.

O presente livro de resumos traz os 118 (cento e dezoitos) trabalhos apresentados por pesquisadores de diversos países, nos mais variados graus acadêmicos, nos dias 22 e 23 de abril de 2021, nas salas virtuais do evento, sediadas em Recife, no Brasil.

O evento contou com parceiros comprometidos com a democracia e com a justiça, dentre eles, a Unicap (Universidade Católica de Pernambuco), a CONAMP (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Brasileiro), a Fundação Arcadas da Universidade de São Paulo, o CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo), a ANNEP (Associação Norte-Nordeste de Professores de Processo), a ADEPPE (Associação dos Delegados de Polícia

ESTÁ A DEMOCRACIA ENCURRALADA NO SÉCULO XXI?

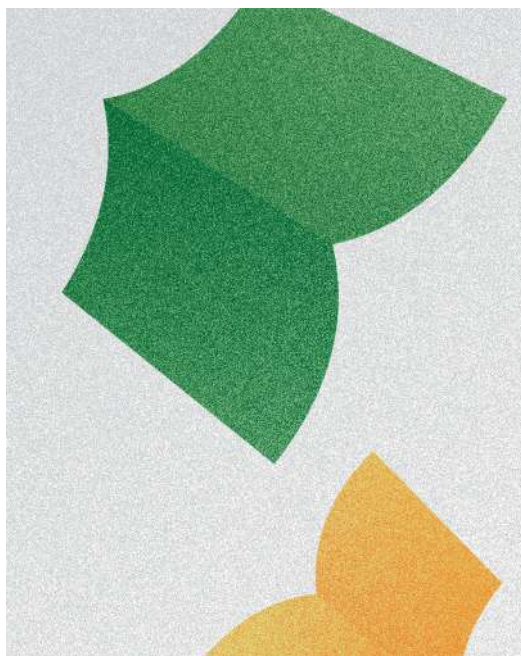
Isabelle de Valença Figueiredo & Marco Ribeiro Henriques

de Pernambuco) e a AMPPE (Associação do Ministério Público de Pernambuco), o que evidencia o comprometimento das instituições com o bom caminhar da democracia no Brasil.

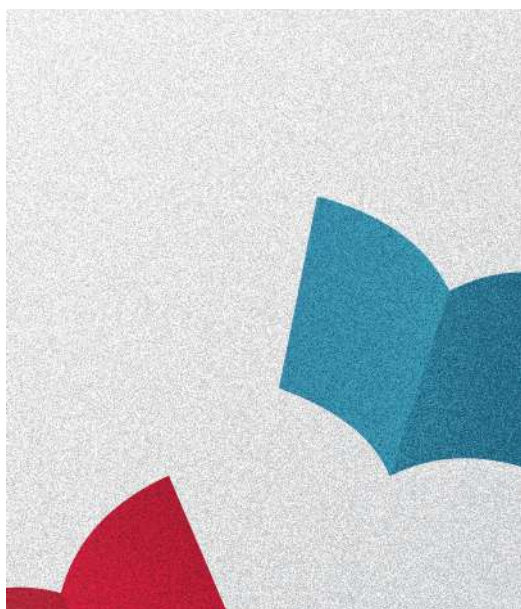
Não há dúvidas de que para triunfarem os regimes autoritários é fundamental que as ofensas aos elementos essenciais da democracia sejam banalizadas e que se espalhe a incompreensão de seus papéis perante o Estado e a sociedade.

Como bem dito pelo Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, “a democracia já não se limita ao momento do voto periódico, mas é feita de um debate público contínuo que deve acompanhar as decisões políticas”, e é disto que é composto esse livro de resumos.

O nosso mundo obrigado a todos/as que trazem em si um espírito verdadeiramente democrático.



EIXO I DIREITOS HUMANOS, SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES: JUSTIÇA COMO ELEMENTO PLURAL



Ref.: I00000M20202021

RACISMO RELIGIOSO E RACISMO ESTRUTURAL

Será discutido sobre o conceito de racismo religioso e a intolerância religiosa, pois esse último conceito não traduz todo a complexidade do processo de construção do preconceito e da não aceitação no Brasil das religiosidades afro brasileiras.

Ao longo da história do Brasil no processo de colonização, uma das principais justificativas era a inferioridade dos povos africanos, e a ideia de que os povos africanos possuíam Alma ou não, permitindo a sua escravização. Portanto, a escravização dos africanos negros era legítima, porque segundo a Bíblia Cristã, eles eram resultados da maldição de Noé sobre seu filho Cam. Por muitos séculos, essa justificativa não só legitimou a escravização, como amparou a disseminação do racismo contra os africanos apoiada pela Igreja Católica.

No pós-independência no final do século XIX, as teorias racistas científicas inseriam conceitos científicos a velhos racismos. No início do século XX, onde a elite intelectual importava as ideias da Europa, sobretudo a concepção da Eugenia, e fazendo sua própria releitura, pois éramos uma sociedade

multirracial, para a construção da nação brasileira através da política de branqueamento, não somente da cor da pele, mas culturalmente, assim sendo a cultura, em especial as religiosidades afros brasileira sofreram com essa política e a discriminação, e muitas vezes, com a criminalização de suas práticas.

O termo racismo religioso já vem sendo utilizado especialmente por pessoas ligadas a movimentos sociais, principalmente aos movimentos negros, como acredita Laiela Santos, entender que o racismo religioso existe é o primeiro passo para termos um debate centralizado e coerente, esse crime que parece ser invisível aos nossos olhos está sempre presente no cotidiano do povo negro, e membros das comunidades de terreiro. Segundo Sidnei Nogueira a intolerância religiosa é uma categoria maior e mais universal, uma categoria generalizante, não dando conta do racismo porque ela é igualmente cordial, gentil, suportável e feita para justificar a própria intolerância.

No entanto para Ariadne Moreira Basílio de Oliveira (2017) apesar de ser uma categoria que está crescendo nos

Vitor Aparecido Molina
Universidade Estadual de Maringá

Ref.: I00000M20202021

RACISMO RELIGIOSO E RACISMO ESTRUTURAL

Vitor Aparecido Molina

Universidade Estadual de Maringá

meios militantes das pautas sobre religiões afro-brasileiras, a discussão acadêmica sobre o tema ainda é incipiente.

Faz-se necessário uma análise de como ocorreu o processo de construção dessa sociedade que excluiu e marginalizou a população negra e afrodescendente, compreender a elaboração desses mecanismos de preconceito e discriminação racial. Como a escravização dos povos africanos também se relacionou com a justificativa religiosa, e como essa justificativa não só legitimou a escravização, como amparou a disseminação do racismo contra os africanos apoiada pela Igreja Católica e igrejas Protestantes, ao logo do processo de escravização dos povos africanos, quanto na atualidade na construção do racismo religioso. De acordo com Mariano (1999) a partir dos anos 80, houve um aumento da hostilidade contra os cultos afro brasileiros, com conflitos, ataques e agressões entre os membros dessas religiões.

Palavras-Chave: *Racismo Religioso, Racismo Estrutural, Religiões Afro Brasileiras, Intolerância Religiosa.*

Ref.: I00000M20212021

O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DA LIBERDADE: UMA PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa realizada teve como objetivo fomentar a produção textual das pessoas presas na Província da Lunda Norte, em Angola, a fim de identificar seus elementos constitutivos, as narrativas predominantes e o uso da competência escritora tanto na afirmação da identidade quanto na afirmação de direitos. Entendendo que Educação se faz ao longo da vida, em todos os tempos, todos os espaços e que a escrita das pessoas presas constitui uma Literatura Carcerária ainda a ser tematizada pela pesquisa acadêmica, desenvolvemos o estudo por meio da oferta de oficinas literárias para posterior análise dos materiais produzidos. Para tanto, foram realizadas análise bibliográfica acerca do tema e análise documental. Para analisar o processo educacional no contexto prisional desenvolvemos algumas reflexões a respeito das instituições sociais dessa natureza, enfatizando suas características, seus dispositivos organizacionais, seus mecanismos de controle e disciplinamento, bem como reflexões atinentes ao direito à educação no contexto prisional, no que tange à análise de diretrizes e regulamentos existentes. Pensar a oferta de educação na prisão significa refletir sobre sua contribuição para a vida dos encarcerados e da sociedade em geral; a oferta de atividades educacionais nos espaços de privação da liberdade guarda especificidades que a diferenciam de outros espaços no contexto prisional. É uma oportunidade de socialização, na medida em que oferece aos participantes novos referenciais, possibilidade de reconstrução da iden-

tidade e de resgate da cidadania perdida. Por meio do desenvolvimento da pesquisa estamos confirmando a hipótese que, em uma população prisional com acesso somente à leitura da Bíblia e, pouco estímulo à leitura e a escrita, a afirmação da identidade e a busca por reconhecimento predominaram. Ao desenvolvermos uma pesquisa-ação de cunho pedagógico em um contexto, no qual impera a truculência, a vigilância, a desconfiança, o poder, o cumprimento de normas rígidas e a subserviência definimos como estratégia inicial convencer as autoridades locais quanto à importância de promover atividades educativas com vistas à diminuição do ócio e que contribuiria com a penitenciária, por meio de doações de livros e materiais didáticos. Registro aqui a necessidade de estratégias para obter autorização a fim de realizar atividades educativas dentro do contexto prisional, foram muitos entraves encontrados, desde a falta de espaço físico, material didático e receio de indisciplina. Tais estratégias configuraram-se certa e, após o preenchimento de questionário por parte dos presos, a fim de identificarmos principalmente se desejavam ou não participar da atividade proposta, realizamos a análise dos dados obtidos e decidimos por formar uma turma destinada aos reclusos que já tinham sido condenados, liam e escreviam. Assim como no Brasil, a maior parte é constituída por pessoas com baixa renda, histórico de evasão escolar, com a média de idade entre 30 e 45 anos e pouca qualificação profissional.

Thais Barbosa Passos

Universidade de São Paulo (FEUSP)

Palavras-Chave: *Direito, Educação, Prisão.*

Ref.: I00000M203I2021

ORGANIZATIONAL CULTURES THAT REINFORCE THE INTENSIFICATION OF WORK THROUGH DIGITAL RESOURCES AND THEIR IMPACT ON OCCUPATIONAL HEALTH

Raúl Payá Castiblanque
University of Valencia

The objective of this research was to demonstrate how people who perform jobs on demand via digital applications in the platform economy or gig economy, are unprotected by the regulations governing occupational risk prevention (PRL) within the Spanish institutional framework. To this end, first, through the analysis of the microdata of the National Survey of Working Conditions of 2011 in Spain ($n^{\circ} = 8,892$), the standards of preventive management of digital platform workers are compared with those who do not use digital applications, estimating the odds ratio (OR) and their 95% confidence intervals (95% CI) using raw binary logistic regressions (ORc) and adjusted (ORa) by sociodemographic variables. Secondly, the study is complemented with a series of interviews with PRL technicians. The results obtained show that the workers of the gig economy have a lower protective intensity in preventive management both in the evaluation of workplace risks (ORa = 0.69; 95% CI = 0.62-0.77) and in compliance with individual rights (ORa = 0.79; IC95: 0.71-0.87 training and information on risks; and, ORa = 0.82; 95% CI 0.73-0.92

in conducting medical examinations) and interest representation groups (OR = 0.78; 95% CI: 0.67-0.89, provision of prevention delegates). The PRL technicians consulted identified two possible causes of deprotection. On the one hand, the majority of platform economy workers are in precarious situations such as false self-employed workers and the preventive regulations only contemplate the protection of the self-employed when they work in the same workplace with salaried workers with whom they must coordinate. This situation leads to not applying the regulations derived from the fact that the work center of the gig economy is considered the digital platform itself, so coordination is not possible. On the other hand, digital workers are mostly exposed to psychosocial risks and regardless of their legal qualification, these types of risks are not well protected by preventive regulations. Therefore, it is necessary to adapt the institutional framework to protect the health of workers in the Gig Economy.

Palavras-Chave: *Gig Economy, Work-On-Demand Via Apps, Labour Risks, Prevention.*

Ref.: I00000M2037202I

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NOS ESPAÇOS DE PODER POLÍTICO NO AMAZONAS: UM QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS

A luta pelos direitos das mulheres é histórica e ao longo dessa trajetória por reconhecimento, as mulheres também adquiriram algumas conquistas, mas a preço de alto custo, desde serem perseguidas e queimadas como bruxas na Idade Média até os dias atuais, enquanto vítimas do feminicídio. Mulheres em diferentes momentos da história como Mary Wollstonecraft (2015), e Angela Daves (2016), tornaram-se símbolos das lutas feministas em diferentes contextos da história. Foi em 1791 que Wollstonecraft, através de sua obra *Reivindicação dos direitos das mulheres* se posicionou contra o modelo de educação dado as meninas da época, pois elas eram criadas e educadas para se tornarem esposas economicamente, intelectualmente e espiritualmente dependentes de seus cônjuges. Angela Daves, mulher, negra, ativista, intelectual e membro de um dos movimentos negros mais atuante dos Estados Unidos na década de 1970, enquanto intelectual, sempre se recusou a aceitar uma suposta neutralidade epistemológica e sua obra *Mulheres, raça e classe*, foi essencial para que novos olhares sobre a opressão das mulheres surgissem no

âmbito dos debates feministas a partir da década de 1970.

No Brasil, a luta pelos direitos políticos como o de votar e ser votada, tornou-se a porta de entrada das mulheres na arena política brasileira e o fato mais marcante dessa história de luta foi o direito ao voto em 1932, tendo a zoóloga Bertha Lutz como a primeira mulher candidata nas eleições de 1934. Bertha não foi eleita, mas em 1936, assumiu a primeira suplência, tornando-se a primeira mulher a assumir um cargo de deputada federal.

A baixa representatividade feminina traz impactos negativos na vida das mulheres, pois o campo político é o local onde as leis são criadas, e sendo os homens em sua maioria os representantes, não há compromisso em criar leis que atendam as demandas femininas. O marco na conquista dos direitos das mulheres foi em 1988 com a promulgação da Constituição Federal. Foi também através da CF/88 que diversos segmentos sociais, até aquele momento, discriminados e marginalizados juridicamente, passaram a contar com a proteção do Estado. Esses

Michelle de Souza Vale

Assistente social, Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Especialista em Antropologia Social, Integrante do grupo de pesquisa Laboratório de Gênero -UFAM, Orientadora e Co-orientadora no curso de Mestrado em Educação pela Universidad Del Sol – UNADES / Paraguai.

& Viviane de Oliveira Rocha

Assistente Social da Policlínica Naval de Manaus, Comando do 9º Distrito Naval, Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Integrante do grupo de pesquisa Laboratório de Gênero- UFAM

Ref.: I00000M20372021

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NOS ESPAÇOS DE PODER POLÍTICO NO AMAZONAS:
UM QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS

Michelle de Souza Vale

Assistente social, Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Especialista em Antropologia Social, Integrante do grupo de pesquisa Laboratório de Gênero -UFAM, Orientadora e Co-orientadora no curso de Mestrado em Educação pela Universidad Del Sol – UNADES / Paraguai.

& Viviane de Oliveira Rocha

Assistente Social da Policlínica Naval de Manaus, Comando do 9º Distrito Naval, Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Integrante do grupo de pesquisa Laboratório de Gênero- UFAM

avanços só foram possíveis porque 26 mulheres foram eleitas para compor as comissões responsáveis em elaborar as emendas constitucionais que fariam parte da nova Constituição Federal (VALE, 2019). A eleição de 1986 foi considerada histórica para a representatividade feminina na política, pois nunca na história das eleições se teve um número tão expressivo de mulheres eleitas, o que nos mostra a relevância da representatividade feminina no parlamento para a garantia de direitos femininos.

Partindo desse pressuposto, objetiva-se aqui, fazer uma análise acerca da representatividade feminina junto as casas parlamentares do Amazonas que apesar dos avanços jurídicos, como a Lei 9.100/95 e a Lei 9.504/97 que proporcionou um aumento de 20% para 30% do número de mulheres candidatas, a baixa representatividade feminina ainda persiste. Esta pesquisa é de caráter qualitativo sem excluir os dados quantitativos. Quanto aos resultados apresentados, observou-se que a baixa representatividade feminina nas casas parlamentares do Amazonas ainda é bem expressiva. A política na Amazônia ainda estabele-

ce relações através do clientelismo, da burocracia, da corrupção, do isolamento geográfico e cultural que dificulta o acesso das mulheres a exercer um cargo político de representatividade. Mulheres de diferentes segmentos da sociedade civil no Amazonas não se sentem representadas pelas parlamentares eleitas, o que confirma as análises de Hirata (2014), quando afirma que discutir relações de gênero sob o olhar da interseccionalidade é tomar como base a unidade indissociável sexo, raça e classe. Partindo desse pressuposto, conclui-se que não há igualdade de gênero no âmbito da política partidária no Amazonas, o que também fere a própria Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal de 1988.

Palavras-Chave: *Representatividade Feminina, Poder Político, Direitos Humanos, Desigualdade de Gênero.*

Ref.: I00000M20432021

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA OFERTA DE SERVIÇOS PARA POPULAÇÃO VULNERÁVEL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA EM SOBRAL-CE

O Centro Universitário INTA-UNINTA está sediado na zona norte do Estado do Ceará e desenvolve serviços de extensão e responsabilidade social desde a sua fundação em 1999. Para melhor organização e gerenciamento destas ações foi estruturada uma pró-reitoria de extensão e responsabilidade social com ampla capilaridade entre os cursos de graduação do Centro Universitário. Há, em cada curso, um professor com carga horária remunerada para gerenciar ações de extensão e responsabilidade social com ações específicas e coerentes com os projetos pedagógicos de cada curso. Um dos papéis deste gestor de extensão é a busca de parcerias com outros órgãos para oferta de novos serviços. Neste sentido em 2014 foi firmada parceria com a Defensoria Pública do Estado do Ceará para implantação do Projeto Laços de Família-conhecer para amar. Dada a efetivação da parceria com a Defensoria, importante ressaltar que o perfil do público a ser atendido é o público hipossuficiente, público em situação de vulnerabilidade social, tão excluído de tantos outros acessos a serviços e políticas públicas. O Projeto Laços de Família trata-se de um projeto de mediação de conflitos familiares executado sob a responsabilidade das duas instituições, sendo uma pública e outra privada, com partilha de responsabilidades e de orçamento. São ofertados serviços de mediação familiar, assessoria jurídica e atendimento

multidisciplinar com profissionais de serviço social e psicologia. Trata-se de uma experiência que já atendeu cerca de 1.300(hum mil e trezentos famílias) e tem sido eficaz na consolidação dos direitos humanos na região. Antes situado no mesmo bairro onde está sediada a instituição de ensino superior, hoje sediado em área de maior visibilidade e de melhor acesso para a população. Na verdade trata-se do único projeto de extensão com sede fora do Centro Universitário. A análise das estatísticas de atendimento do Projeto Laços de Família revelam que 80%(oitenta por cento) das pessoas que procuram o projeto são do sexo feminino, revelando assim um cenário de maior vulnerabilidade da população feminina e um contexto de desresponsabilização dos homens pelos cuidados com seus filhos. Diante deste diagnóstico foram criadas estratégias de empoderamento destas mulheres através de atendimentos psicológicos, acompanhamento em grupos e de articulação com órgãos de inserção em vagas de trabalho, bem como indicação para o próprio setor de recursos humanos do Centro Universitário INTA-UNINTA.

Palavras-Chave: *Instituições de Ensino Superior, População Vulnerável, Parceria Público-Privado, Extensão, Responsabilidade Social.*

Cláudia dos Santos Costa

Projeto Laços de Família/Centro
Universitário INTA

Ref.: I00000M20562021

PORTUGAL ENTRE CRISES: A JUSTIÇA E O MERECIMENTO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL ATUAL

Clara Cruz Santos,

Universidade de Coimbra
– Observatório de Cidadania
e Intervenção Social da FPCEUC

Helena Reis Amaro da Luz,

Universidade de Coimbra – CEIS20

Vanessa Nunes

Universidade de Coimbra
– Observatório de Cidadania
e Intervenção Social da FPCEUC

& Joana Ricarte

Universidade de Coimbra – CEIS20

O modelo de Estado Social dos países do Sul e os seus sistemas de proteção social foram postos em causa após a grande crise económica de 2008, testemunhando uma retração do Estado face à necessidade de compensação dos grupos mais vulneráveis e uma privatização crescente do investimento no bem-estar. A pandemia COVID 19 e o renascimento dos movimentos extremos, nomeadamente a extrema-direita, colocou em causa a universalidade da proteção social e da meritória compensação económica e estrutural das populações que não contribuem para as despesas sociais. Surgem não só de um ponto de vista populista, mas também no âmbito da atual crise económica, cujos contornos ainda não estão totalmente identificados.

Conceitos como a tolerância e a coesão social são cruciais para evitar a ocorrência de conflitos e ruturas sociais e políticas. No entanto, em Março de 2020, tudo mudou. Os efeitos secundários económicos e sociais da Pandemia exigiram uma nova posição da sociedade e do Estado em relação à solidariedade formal e informal. Os “novos riscos” associados aos efeitos secun-

dários da COVID 19 estão, agora, para além do controlo do Estado, transcendem as fronteiras, com efeitos difíceis de antecipar, prevenir e resolver em comparação com os riscos tradicionais.

A questão do merecimento às prestações e apoios da proteção social ganhou um novo ímpeto. Quem deve contribuir e quem deve beneficiar do Estado Social são temas que ganharam um lugar central nos debates públicos. Por exemplo, se a maioria dos cidadãos for da opinião de que as transferências financeiras do Estado ou os cuidados a pessoas necessitadas deve depender da medida em que a sua situação lhes for imputável, os cortes nas prestações para viúvas obteriam menos apoio do que os cortes nas prestações para pessoas divorciadas? e o acesso mais restrito a esquemas de acidentes de trabalho seria menos legítimo do que o acesso mais restrito a esquemas de incapacidades em geral? De um ponto de vista sociológico, o conhecimento dos critérios predominantes de merecimento é interessante porque nos ajuda a compreender o carácter e a intensidade dos padrões de solidariedade entre grupos. Permite-nos não só analisar que prin-

Ref.: I00000M20562021

PORTUGAL ENTRE CRISES:
A JUSTIÇA E O MERECIMENTO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL ATUAL

cípios e normas as pessoas consideram importantes quando pensam numa distribuição justa das oportunidades de vida na sociedade, mas também quão rigorosa e fortemente tendem a aplicar tais princípios e normas quando se trata de ajudar aqueles em necessidade e/ou vulnerabilidade. Podemos ainda questionar sobre como são percecionados e desenhados os contornos da vulnerabilidade no contexto atual de perigosa instabilidade ideológica.

Este é um debate urgente no que poderá ser o futuro da solidariedade social estatal. Pretende-se com este artigo realizar, do ponto de vista metodológico, um scoping review sobre a conceptualização, aplicação e variáveis relativas ao merecimento social para as aplicar, mais tarde em trabalho empírico a um Estado português desolado pelas demandas severas das sucessivas crises que no atual panorama de mobilização ideológica e de posições extremadas tendem a ser fraturantes.

Palavras-Chave: *Merecimento Social, Proteção Social; Populismo, Crise, Estado Social.*

Clara Cruz Santos,

Universidade de Coimbra
– Observatório de Cidadania
e Intervenção Social da FPCEUC

Helena Reis Amaro da Luz,

Universidade de Coimbra – CEIS20

Vanessa Nunes

Universidade de Coimbra
– Observatório de Cidadania
e Intervenção Social da FPCEUC

& Joana Ricarte

Universidade de Coimbra – CEIS20

Ref.: I00000M20582021

A PROTEÇÃO AO EMPREGO E A RENDA NO DIREITO LABORAL BRASILEIRO EM TEMPOS DE COVID-19

Andréa Arruda Vaz,

UniBrasil e Unifaesp

**Sandra Mara
de Oliveira Dias,**

TRT9

Tais Martins

UniBrasil e Unifaesp

& Valquiria Gil Tisque

Polícia Civil Pr e Sinclapol

Atualmente se impõe a análise dos acontecimentos decorrentes do momento econômico com restrição vigente no Brasil em decorrência da pandemia pela Covid-19. A constatação de um momento de crise econômica repete o cenário de momentos anteriores em que o trabalhador é diretamente afetado, sendo inclusive o emprego formal um dos primeiros cortes adotados pelo empresário.

A percepção de que as políticas públicas para proteção ao emprego e a renda não têm sido uma medida reiterada pelo Estado brasileiro o lança ao cenário de que “nas últimas décadas prosseguiu-se em todo o império neoliberal, uma política de diminuição da parte dos salários no rendimento global e do poder de compra dos salários, sabendo-se que esta política potenciava a ocorrência de uma crise” (NUNES, 2012, p. 61).

Assim o Brasil não está fora do eixo de degradação do trabalho e da drástica redução dos postos de trabalho como consequência ao momento de austeridade econômica em decorrência da pandemia. Ademais uma série de medidas, atualmente vêm sendo implementadas pelo Estado afim de tentar a contenção

dos efeitos de uma economia em Estado de colapso. Entre tais medidas estão o fornecimento de auxílio emergencial, empréstimos facilitados e linhas de crédito para o empresariado, entre outras medidas, inclusive tributárias, na tentativa de conter o desemprego e consequentemente uma maior desaceleração da economia.

Nesse viés, segundo Nunes, a pretensão com a diminuição dos salários e do poder de compra é avançar no aniquilamento dos direitos sociais dos trabalhadores, com objetivo de regressão aos tempos do capitalismo selvagem (NUNES, 2012, p. 61). A redução drástica da renda e mais, dos postos de trabalho em geral são instrumentos efetivos na retirada das pessoas do mercado de consumo e nesse momento se faz o caminho inverso ao desenvolvimento. Atualmente os jornais têm noticiado que todos os dias centenas de empregados perdem seus postos de trabalho e mais ao retornar ao mercado, quando há o retorno, o valor do salário é menor ao alcançado no emprego anterior. O avanço da pandemia e a falta de capacidade no fornecimento

Ref.: I00000M2058202I

A PROTEÇÃO AO EMPREGO E A RENDA NO DIREITO LABORAL BRASILEIRO EM TEMPOS DE COVID-19

das vacinas faz com que a crise econômica avance a cada dia mais.

Nesse sentido, a incerteza e todo o desastre econômico trazido pela pandemia pela Covid-19 a cada dia causam impactos ainda maiores na geração de emprego e renda. Ademais, o trabalhador é o mais afetado, uma vez que é quem efetivamente sofre os impactos da desaceleração econômica, assim como a redução da renda, postos de trabalho e poder aquisitivo. Ante a tamanha incerteza trazida por tal pandemia, é necessário pensar em medidas, certamente mais austeras e que tenham o condão de conter a recessão econômica.

É preciso compreender que em um país como o Brasil, as medidas implementadas devem ter um lastro e uma amplitude intercontinental, assim como considerar as regionalidades. Ademais, as necessidades laborais e sociais do sul do país nem sempre são iguais na região norte, por exemplo.

A Pandemia que atualmente assola o planeta é algo a ser enfrentado pelos países e cada um deve se pautar em medidas de saúde, medidas sociais e

medidas para conter a recessão econômica e consequentemente assegurar um mínimo de dignidade.

Palavras-Chave: *Trabalho, Economia, Covid-19.*

Andréa Arruda Vaz,

UniBrasil e Unifesp

**Sandra Mara
de Oliveira Dias,**

TRT9

Tais Martins

UniBrasil e Unifesp

& Valquiria Gil Tisque

Polícia Civil Pr e Sinclapol

Ref.: I00000M20592021

TRABALHO E ECONOMIA EM TEMPOS DE COVID-19 NO BRASIL

Andréa Arruda Vaz,

UniBrasil e Unifaesp

Sandra Mara

de Oliveira Dias,

TRT9

Tais Martins

UniBrasil e Unifaesp

& Valquiria Gil Tisque

Polícia Civil Pr e Sinclapol

Quando o assunto é o equilíbrio entre economia e trabalho, principalmente dentro de momentos como os atuais, em um cenário de pandemia, é preciso compreender a necessidade de se equilibrar institutos tão próximos, mas por outro lado, tão contraditórios, como é o caso do trabalho e economia. A problemática está justamente aí, em aproximar institutos tão amplos, em um momento de recessão econômica. Ademais, na recessão a quantidade de emprego é reduzida e com ela as condições de trabalho. É preciso pensar em um mínimo possível, porém ao mesmo tempo pensar a longo prazo, em prosperidade e aumento do emprego, da renda e do crescimento.

Há um impasse econômico e contraditório até, ademais desde a década de 90, “à escala mundial, calcula-se que, nos últimos 20 anos, a produtividade aumentou cerca de 30%, enquanto o aumento dos salários não foi além de 18%” (NUNES, 2012, p. 68). Essa disparidade demonstra o quão degradado permanece o mercado de Trabalho em detrimento da Economia, ou seja, não há uma convergência entre a produção

e a distribuição dos lucros e da renda. Esse é o exemplo clássico do capital se sobrepondo sobre a economia.

Para Acemoglu e Robinson para alcançar a prosperidade é necessário resolver problemas políticos básicos, vez que para explicar a desigualdade mundial é necessário que a economia compreenda que os distintos tipos de Estados e acordos sociais afetam a sistemática econômica e política (2014, p. 89).

Para Nunes, o aumento da produtividade muito além do aumento aos salários demonstra que a revolução científica tem servido para aumentar os lucros, porém deveriam ter ajudado na libertação dos trabalhadores, não somente em função do aumento do salário, mas “sobretudo proporcionando garantias mais sólidas no que toca aos direitos no âmbito da segurança social, melhores condições de vida e de trabalho, redução do horários de trabalho, melhores serviços públicos de educação, saúde, universais, gerais e gratuitos”(NUNES, 2012, p. 68-69).

Para Gabardo “a democracia liberal não é democracia no sentido mais apro-

Ref.: I00000M20592021

TRABALHO E ECONOMIA EM TEMPOS DE COVID-19 NO BRASIL

priado ao termo. Não é possível admitir, portanto, qualquer espécie de “eficiência de Estado” em uma democracia, que não seja aquela de proteção aos direitos e garantias fundamentais, notadamente sociais” (2003, p. 158).

Nesse aspecto Antônio José Avelãs Nunes assevera a respeito da baixa salarial no pensamento liberal, abre “o caminho para que, com base no funcionamento do mercado livre, se atinjam situações de reequilíbrio com pleno emprego para todos os mercados e em todos os setores da economia (2012, P. 61).

Ademais em momentos de crise econômica há que se resgatar não só as diretrizes fundamentais ao trabalho e a proteção ao emprego, mas também a responsabilidade social empresarial, que consiste no âmbito interno, na relação com os trabalhadores e a gestão do ambiente, enquanto que a dimensão externa está relacionada a empresa e sua relação com a comunidade e a sociedade civil (ROMITA, 2014, p. 254). Importante compreender a necessidade de implementação de medidas a curto, médio e longo prazo, quando o assunto

a manutenção de emprego e renda em momentos tão ímpares como o atual cenário pandêmico.

Palavras-Chave: *Trabalho, Economia, Covid-19.*

Andréa Arruda Vaz,

UniBrasil e Unifesp

Sandra Mara

de Oliveira Dias,

TRT9

Tais Martins

UniBrasil e Unifesp

& Valquiria Gil Tisque

Polícia Civil Pr e Sinclapol

Ref.: I00000M20722021

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E O DISCURSO JURÍDICO: UM ESTUDO DE SENTENÇAS CRIMINAIS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES/BRASIL - 1975-2010

Maria Ângela Rosa Soares

UFES – Universidade Federal
do Espírito Santo

& Vanessa Simon Cavalcanti

UCSAL – Universidade Católica
de Salvador

O presente trabalho, ainda em desenvolvimento, analisa sentenças criminais que envolvem violências contra mulheres no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo/Brasil, no período de 1975 a 2010, objetivando identificar a adequação do discurso jurídico às transformações do papel das mulheres na sociedade, bem como analisar a (des)construção do sujeito mulher por esse discurso. Justifica-se a presente pesquisa, considerando que os valores misóginos, fortemente presentes na sociedade brasileira, são heranças de uma desigualdade estrutural, objetivamente criada para manter o controle sobre as mulheres. Essa desigualdade produz violências que as vitimizam desde os mais remotos tempos e a permanência desse fenômeno nos convida a aprofundar os estudos, a fim de pensar estratégias que possam quebrar esse ciclo. Nessa perspectiva, considera-se o fenômeno das violências contra mulheres como um dos graves problemas que o Brasil enfrenta, uma vez que o país figura como o 5º em homicídio feminino, dentre os oitenta e três analisados pela pesquisa da FLACSO, de acordo com o Mapa da Violência 2015. Essa mesma pesquisa apresenta o estado do Espírito Santo como o segundo colocado em

comparação às vinte e seis unidades da federação brasileira e Vitória, capital do estado, como a primeira colocada quando comparada às demais capitais. A hipótese que orienta o trabalho é a de que a instrumentalização do discurso jurídico impede a eficácia social e a aplicabilidade adequada da lei, uma vez que, na crença da neutralidade jurídica, a linguagem técnica desse campo de saber se apresenta pouco sensível às desigualdades de direitos existentes entre homens e mulheres e não atua em uma perspectiva interseccional que contemple a pluralidade do feminino e nem as violências cometidas contra as mulheres como afeitas aos Direitos Humanos. São utilizados como fontes, livros de sentenças criminais relativas a violências contra mulheres no município pesquisado. As fontes serão trabalhadas na perspectiva qualitativa, orientadas pela metodologia da análise de discurso crítica (ADC). O resultado esperado remete à compreensão da atuação do direito no trato das violências envolvendo mulheres, no sentido de perceber em que medida suas práticas têm atuado como catalisadoras de soluções para esse tipo de conflito ou funcionado como instâncias reprodutoras das desigualdades e violências.

Palavras-Chave: *Discurso Jurídico, Formação Jurídica, Relações de Gênero, Cultura Patriarcal, Violências Contra Mulheres.*

Ref.: I00000M2075202I

30 ANOS DO ESTATUTO DE CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: JUSTIÇA E DIREITOS GARANTIDOS!

O Estatuto da Criança e do Adolescente ao completar 30, ainda respira esperança. A Lei 8.069/1990 ainda carece do devido reconhecimento a partir das instituições que compõem toda a sociedade; dos cidadãos que fazem parte das comunidades marginalizadas; além dos órgãos que compõem as redes de garantias de direitos. Neste contexto cabe aos organismos de fomento implementar atividades de socialização do conhecimento nas comunidades onde se inserem, com o apoio das instituições de ensino da educação básica até as Universidades. O texto apresentado a seguir pretende retomar algumas ideias difundidas no VII Seminário Estadual Paranaense ocorrido em novembro de 2020, o qual denota a preocupação sobre a garantia de direitos para as crianças e adolescentes em tempos de perdas democráticas em alusão aos direitos humanos. Em um processo de pandemia e desgastes econômicos, onde a educação e a saúde, no Brasil, sofre um descaso técnico, político e científico se maximizam todos os tipos de violências (físicas ou simbólicas), nas quais crianças e adolescentes estão inseridas, realidade que independe da classe social. Além de trazer as ideias principais do seminário

para o debate, a análise pautar-se-á em autores que possam contribuir no aprofundamento pretendido. Os resultados dessa imersão pretendem imprimir a relevância no cuidado e proteção à criança e ao adolescente das cidades até as comunidades tradicionais identificando e sistematizando as principais ações apontadas no seminário, objeto da nossa investigação bibliográfica e eventual. Diante do emaranhado socio-cultural e socioeducativo que hodiernamente nos defrontamos, passa a ter significado mais acentuado, os valores humanos de solidariedade, de colaboração e de respeito pela vida com equidade. Autores como GOHN(2011), CALIMAN (2010) fundamentam as reflexões sobre os contextos socioculturais e socioeducativos. As análises sobre as políticas sociais especificamente referindo-se ao ECA terão como base PEREZ e PASSONI(2010); FARINELLI e PIERINNI(2016). O processo metodológico está embasado na concepção qualitativa de pesquisa objetivando a fidedignidade dos debates nas mesas expositivas, MINAYO(2002). A Constituição Federal e PAGANINI (2011) sustentam o estudo sobre a garantia de direitos fundamentais nos quais estão cimentados os 5 eixos do ECA.

Suzete Terezinha

Orzechowski

UNICENTRO – Universidade Estadual
do Centro-Oeste

Palavras-Chave: *Eca, Justiça, Criança, Adolescente, Sociedade.*

Ref.: I00000M20852021

OS MECANISMOS CAUSAIS DA CRISE DEMOCRÁTICA NO BRASIL (2013-2016)

**David Beltrão Simons
Tavares de Albuquerque**

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política – Universidade
Federal de Pernambuco (PPGCP/UFPE)

Quais são os mecanismos causais da crise democrática brasileira entre os anos de 2013 a 2016? A proposta deste artigo é abordar os mecanismos causais que levaram o Brasil a uma nova crise democrática entre os anos de 2013 a 2016, da qual ainda permanecem os efeitos. Considerada uma flawed democracy, segundo o índice de democracia desenvolvido pela revista The economist, a democracia brasileira verifica oscilações de expectativas nas últimas três décadas. O pessimismo econômico e institucional dos anos 90 diferencia-se da eufórica década seguinte.

Há uma malaise na percepção de representatividade, por meio da inefetividade do Estado (Melo, 2017). Atualmente, 24 países estão gravemente afetados pelo que é estabelecido como uma “terceira onda de autocratização”. Esses países incluem o Brasil, a Índia, os Estados Unidos e vários países do Leste Europeu (Coppedge et al, 2019; Norris e Inglehart, 2019). As manifestações de 2013, denominadas Jornadas de Junho e de cunho apartidário, verificaram uma miríade, normalmente desconexas, de demandas da sociedade. A

literatura aponta diversas causas para o problema, mas não aborda os mecanismos causais existentes.

A literatura compete sobre as causas desse fenômeno. Fatores econômicos (Campello e Zucco, 2016; Bolle, 2016; Carvalho, 2018), por intermédio do desaquecimento da economia; institucionais, por meio de análises sobre o Presidencialismo de coalizão, e o papel do Judiciário, especialmente da operação Lava-Jato (Bersch, Praça e Taylor, 2013; Melo, 2017; Figueiredo e Limongi, 2017), os quais não são observados ocasionalmente de maneira heurística, prejudicando uma análise pragmática da crise democrática brasileira.

O caso brasileiro, nesse sentido, é único, haja vista ser a conjunção de características inerentes às instituições brasileiras com aspectos não-institucionais. Aspectos institucionais e não-institucionais, como economia e sociedade, são interdependentes no contexto brasileiro. A renda e o grau de institucionalidade sustentam uma democracia. Além disso, a percepção dos cidadãos sobre o problema prejudica a análise existente.

Ref.: I00000M20852021

OS MECANISMOS CAUSAIS DA CRISE DEMOCRÁTICA NO BRASIL (2013-2016)

As aparentes similitudes a outros Estados emergentes ou aos Estados desenvolvidos em crises democráticas comportam tão somente impressões na compreensão do problema. A queda da confiança política e o declínio do desempenho institucional constituem uma “armadilha social” que representa um sério risco para as sociedades que estão passando por um forte aumento da desigualdade, especialmente em momentos de crise econômica. Não há razão para acreditar que as democracias ocidentais estejam mais imunes a esses riscos do que as democracias de transição quando expostas a pressões semelhantes. O Brasil não é exceção a esse fenômeno mundial.

O process-tracing, por meio da variação theory-building, é ideal para uso em estudos de caso, haja vista as particularidades do problema. Os métodos de process-tracing são ferramentas para estudar mecanismos causais em um projeto de pesquisa de caso único (single-case research design), como é a crise democrática brasileira. Uma das três variações desse método, denominado processo de construção de teo-

rias (theory-building process-tracing), o qual será utilizado no presente artigo, busca construir uma explicação teórica generalizável a partir de evidências empíricas, inferindo que existe um mecanismo causal mais geral a partir dos fatos de um caso particular. (Beach e Pedersen, 2013).

O artigo inicia com uma apresentação sobre o método e as diferentes interpretações empíricas e historicamente concorrentes à crise democrática no Brasil. A seção seguinte abordará os mecanismos causais existentes nesse fenômeno.

Palavras-Chave: *Crise Democrática, Brasil, Process-Tracing.*

**David Beltrão Simons
Tavares de Albuquerque**

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política – Universidade
Federal de Pernambuco (PPGCP/UFPE)

Ref.: I00000M20862021

A DESOBEDIÊNCIA CIVIL ENQUANTO ATO POLÍTICO EM UM SOCIEDADE FRAGMENTADA

Fernando de Oliveira

Domingues Ladeira

Doutorando em Direito Político
e Econômico na Universidade
Presbiteriana Mackenzie /SP

A fragmentação da sociedade é um evento complexo e um dos seus reflexos políticos é a perda da representatividade nas democracias ocidentais. A ausência de vínculos e interesses comuns que construíram a polis, os indivíduos não mais se reconhecem como cidadãos, enquanto partes de um todo. O único vínculo que ainda é capaz de aproximar indivíduos na modernidade líquida é o papel de consumidores. Nesta condição, não há o reconhecimento da res publica, o Estado torna-se apenas um dentre muitos prestadores de serviço e bens. O interesse remanescente dos cidadãos em face do Estado é a adequação dos serviços públicos. A questão não se limita à falta de uma democracia material, mas também a fragilização do aspecto formal da democracia enquanto procedimento legitimador do Estado, transmutando-se em um fenômeno de violência física e psicológica cujo objetivo primeiro é a destruição dos adversários e seus apoiadores. Os cidadãos transformados em consumidores tornam-se então torcedores. O inimigo passa a localizar-se dentro do próprio Estado que deixa de arbitrar conflitos em detrimento de entes políticos intermediários que passam a ocupar espaços onde não se reconhece a figura do Estado. Como reflexo desta

transformação no âmbito da atuação estatal, observam-se outros três efeitos: o imediatismo dos projetos estatais, com ausência de planejamento de longo, o aumento do uso da força por intermédio de inúmeros órgãos, desde agentes tributários, a autoridades policiais e um déficit comunicacional entre governantes e governados interditando a compreensão mútua, desde os ; as mensagens não atingem os destinatários e quanto atingem não são compreendidas; no seio de um mesmo Estado, surgem novas linguagens e a comunicação chega como simples rumor. Do quadro desalentador, remanesce, contudo, a esperança naqueles que se insurgem contra o Estado e sua violência com o fito de assegurar a ampliação de direitos e restabelecer o mínimo de dignidade de que privados por intermédio de atos particulares que de especial tem a capacidade de conclamar outros atores do estado de alienação para a promoção do bem comum: o desobediente civil. A delimitação do conceito de desobediência civil e especialmente a aceitação do comportamento como um ato político inserido na participação democrática, afasta a conduta do crime comum e gera efeitos aos limites admissíveis da resposta do Poder Judiciário.

Palavras-Chave: *Democracia, Fragmentação, Desobediência, Civil, Repressão.*

Ref.: I00000M2088202I

O QUE SE QUER QUANDO SE PEDE POR MAIS DEMOCRACIA?

Partimos do ponto que democracia é o ideal político considerado como o mais universal de nossos dias e que nos habituamos tanto a estimá-la como objeto de uma vontade política de melhorar a qualidade da existência individual e coletiva, que com isso, acabamos não considerando que essa melhora possa implicar algo mais do que sua conquista. Aprendemos a ter horizontes políticos extremamente limitados e uma noção bastante restrita das possibilidades humanas e com isso, acabamos não pensando sobre as práticas que se instituem e são consideradas como democráticas e que, por essa condição, seriam supostamente menos autoritárias e mais horizontalizadas. Assim, em nome da conquista de mais espaços considerados democráticos, ou da garantia daquilo que se acredita ter conquistado como democracia, naturalizamos o que se institui como prática política. George Bush a usou para justificar a invasão do Iraque; Obama parabenizou os rebeldes da Praça Tahrir por levarem-na ao Egito; o movimento Occupy Wall Street alegou tê-la experimentado em sua forma mais pura; Bolsonaro sugere que as forças armadas

decidirão se o povo vai viver ou não em uma democracia. De um canto a outro do Brasil e do mundo, praticamente todo governo e movimento popular diz ser democrático. Contudo, o desencanto da população em relação à forma como vive a democracia é crescente. E com a chegada da pandemia, os governos aproveitaram para avançar medidas de isolamento e pacificação, nas quais democratas esclarecidos, “progressistas” de toda a ordem, lançaram mão dos aparatos jurídicos, policiais e militares para fortalecer ainda mais os controles sobre as condutas. A força é utilizada em nome do que se entende como Estado democrático sempre que é necessário, usando todos os meios para isso, e confirmando que a aparência de democracia serve apenas para manter a imensa maioria da população acreditando que têm real participação política. Assim, investidas repressivas se intensificaram, resultado das alianças e de políticas públicas que adotaram posturas cada vez mais coercitivas e punitivistas, reforçando o papel do Estado como principal agente da repressão. No entanto, haverá possibilidade de lutas democráticas contra o despo-

Filipe de Contti Asth

Universidade do Estado do Rio
de Janeiro

Ref.: I00000M20882021

O QUE SE QUER QUANDO SE PEDE POR MAIS DEMOCRACIA?

Filipe de Contti Asth

Universidade do Estado do Rio
de Janeiro

tismo deste Estado que nos cerceia? Ou apresentando o questionamento pelo ângulo que nos questiona o coletivo Crimethinc: “poderia alguma forma de democracia nos salvar da democracia?”. Acontece que quando alguém questiona o atual sistema econômico e político ser encarado como o único possível, é imediatamente instado a fornecer os detalhes do funcionamento de um sistema alternativo. Ou seja, sempre haverá alguém para perguntar o que colocar no lugar, quando na real não há lugar a ser preenchido, mas sim como produzir e ocupar o vazio, pois como diria Edson Paseti, se trata de uma “heterotopia de percurso”. Desde a virada do século, vimos inúmeros novos movimentos que prometem a “democracia real”, em contraste com instituições ostensivamente democráticas que são descritas como elitistas, coercitivas e alienadoras. No entanto, alguma dessas experiências consideradas democráticas pode nos dar a inclusão e a liberdade que associamos com essa palavra? O que queremos de fato quando pedimos por mais democracia? Assim, tratar dos pedidos por democracia, e do que temos construído de entendimento para tal, é o

que amarra o campo de análise para se pensar as concepções de poder, das próprias lutas, e, sobretudo, o modo como essas noções têm nos atravessado e especialmente constituído as nossas práticas cotidianas, interessando-me então, voltar à análise de discursos e práticas para se pensar como os modos de governar têm sido sitiados por uma lógica de Estado como elemento central de constituição de uma Democracia margeada pela polícia.

Palavras-Chave: *Estado Democrático de Direito, Polícia, Lutas.*

Ref.: I00000M20902021

EXCLUSÃO SOCIAL E TRABALHO

O trabalho é hoje um direito consagrado constitucionalmente mas nem sempre assim foi. Do ponto de vista histórico, o trabalho, enquanto instrumento do poder público, constituiu uma arma do Estado ao serviço da regeneração das pessoas que eram capazes de laborar. Na óptica político-económica, o trabalho foi encarado como fonte de subsistência e, simultaneamente, como arma de controlo do êxodo rural por forma a evitar a escassez de produtos agrícolas e consequentemente a fome. Ao mesmo tempo, o trabalho obrigatório veio garantir a paz pública e afiançar os bons hábitos sociais, tendo em vista regenerar as pessoas e avalizar uma perseverante imagem e boa organização da sociedade portuguesa face ao exterior.

Nesta investigação, centrámos a nossa atenção na perspectiva do trabalho imposto em virtude da adopção de políticas sociais e económicas pelo poder público que historicamente assim decidiu por conveniente e adequado. Os objetivos principais consistiram na análise da protecção do trabalho e do trabalhador na Constituição, bem como

no estudo das questões relacionadas com o trabalho imposto e a repressão da mendicidade, numa perspectiva histórico-evolutiva. Foram ainda objeto de análise algumas prestações económicas concedidas pelo Estado nos dias de hoje.

A metodologia seguida para a prossecução dos objetivos traçados baseou-se quer na análise documental, sobretudo, em fontes legais, como os instrumentos internacionais, a Constituição Portuguesa e a lei ordinária, quer numa parte importante da doutrina, nesta matéria muito vasta, com recurso àquela que foi considerada a mais adequada, atentas as características próprias do presente estudo, completada com recolha e tratamento de dados empíricos referentes às prestações económicas e outras de cariz social asseguradas pela Segurança Social.

Os resultados obtidos revelaram que a discriminação e a desigualdade encontram-se muitas vezes ligadas a factores de desfavorecimento ou vulnerabilidade social e/ou económica de certas pessoas ou de certos grupos de pessoas que as afasta do perímetro

Ana Paula Guimarães

Universidade Portucalense

& Fernanda Rebelo

Universidade Portucalense

Ref.: I00000M20902021

EXCLUSÃO SOCIAL E TRABALHO

Ana Paula Guimarães

Universidade Portucalense

& Fernanda Rebelo

Universidade Portucalense

considerado suficientemente digno e dignificante do ser humano, longe do grau desejável de bem-estar.

Concluiu-se que a atribuição de prestações de sobrevivência e o chamado rendimento de inserção social por parte da segurança social tentam diluir o limiar da pobreza. São concedidos também outros apoios de natureza não pecuniária, entre eles, o acompanhamento e a definição de programas de inserção e de projectos de vida, com vista a contribuir para a obtenção de emprego e integração social. Passou-se de uma óptica do trabalho obrigatório como um dever ao serviço de finalidades do poder público ao trabalho como um direito de auto-subsistência e de auto-realização da pessoa, incumbindo ao Estado assegurar este direito.

Palavras-Chave: *Exclusão Social, Direito ao Trabalho, Vulnerabilidade, Trabalho Imposto, Políticas Públicas.*

Ref.: I00000M209I202I

AUTOCRACIA S/A: O PAPEL DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS NOS PROCESSOS DE EROÇÃO DEMOCRÁTICA

Nos últimos anos, a eleição de líderes autoritários em diversos países levou acadêmicos a tentar explicar este fenômeno sob a luz do direito e da sociologia. O foco desses estudos está nas causas que levam os cidadãos ao encantamento com discursos populistas e ignora um importante aspecto do fenômeno: esse é o primeiro momento em que um decaimento democrático ocorre num cenário de globalização da economia, no qual empresas transnacionais passam a ser agentes políticos ativos. É com a finalidade de suprir essa lacuna que o presente estudo se propõe a analisar o fenômeno sob a perspectiva de participação de um novo ator: as corporações. A partir de revisão bibliográfica, documental e breves estudos de casos exemplificativos, este artigo demonstra como grandes corporações podem contribuir com a erosão democrática por meio de dois fenômenos: a captura e a ruptura do discurso político. O primeiro se refere à adoção, pelas corporações, de discursos sociais, e os efeitos que esta conduta surte sobre direitos econômicos e sociais. O segundo se refere à ataques empresariais a direitos civis e políticos.

Ambos os processos são exemplificados por meio de recentes condutas corporativas. Quanto ao processo de captura do discurso político, o artigo aborda o caso da varejista transnacional Amazon que, a despeito do seu discurso público de proteção aos trabalhadores, atua de forma constante para sabotar tentativas de sindicalização destes. Já no que diz respeito à ruptura do discurso político, o artigo traz dois breves estudos de caso. O primeiro versa sobre a atuação das corporações de Big Tech e como sua atividade empresarial viola elementos basilares da democracia liberal; o segundo por sua vez, discorre sobre a atuação do banco britânico HSBC no continente asiático, marcada por financiamento econômico e intelectual de atividades autoritárias e violadoras dos direitos humanos. O texto, antes de alcançar alguma conclusão sobre a melhor solução para o tema, chama a atenção para o papel das corporações na erosão democrática, convidando ao debate.

Palavras-Chave: *Empresas, Direitos Humanos, Erosão Democrática.*

Danielle Anne Pamplona
Pontifícia Universidade Católica
do Paraná
& João Gabriel Archegas
Pontifícia Universidade Católica
do Paraná

Ref.: I00000M20922021

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Fernanda Cláudia Araújo da Silva

Universidade Federal do Ceará

Analisar as decisões administrativas sob a ótica da discricionariedade é olhar para a atuação administrativa sob o viés do interesse público, dentro de uma ponderação entre o público e o privado, a prevalecer o interesse da coletividade. A discricionariedade pressupõe uma margem de liberdade legal de adotar a decisão que, subjetivamente, pareça ao Estado a melhor situação para a coletividade, dentro da legalidade. Encontrar o limite do paradigma do Estado Democrático de Direito é fundamentar a escolha na legalidade e na legitimidade que se reconfigura na atuação governamental. Porém, em tempos de pandemia, a discricionariedade administrativa se legitima no interesse da saúde pública, e, igualmente se legitima, no direito fundamental à vida. Dentro desse referencial, propõe-se analisar as decisões discricionárias tomadas em razão da pandemia, de forma que tais posturas administrativas se oportunizam na busca da saúde pública, e que, em muitos casos, se constroem de decisões que não se encontram inseridas dentro do sentido da democracia. A pesquisa é realizada a partir de decisões administrativas

adotadas pelo governo brasileiro em virtude da pandemia em que se estabeleceram, na sua grande maioria, em decisões administrativas ultra lege, pautadas a partir de decretos autônomos que regulamentaram os governos municipais e estaduais e definiram a limitação e o condicionamento da liberdade e da propriedade se a preservação dos preceitos democráticos. Em virtude da excepcionalidade vivenciada pela pandemia, reconfigura-se a discricionariedade administrativa a partir de novos parâmetros e vetores do Estado em que se busca não a legalidade ou legitimidade da postura administrativa, mas a vida, o que talvez, o contorno democrático se delimite pelo direito à vida, legitimado pela efetivação da saúde pública e nos mecanismos de enfrentamento à Covid-19. Assim, a democratização enfrenta a isonomia pela sobrevivência, e a liberdade se reconhece pela fruição das políticas públicas que alcançam o setor público e privado na efetivação dos atuais interesses da sociedade, que desaguam na sobrevivência das pessoas.

Palavras-Chave: *Discricionariedade, Pandemia, Vida, Saúde Pública, Covid-19.*

Ref.: I00000M2097202I

RESIDÊNCIA ALTERNADA: O TERMINUS DO DILEMA OU O (RE)INÍCIO DA DISCÓRDIA?

É nosso objectivo desenvolver uma análise e reflexão sobre a regulação do exercício das responsabilidades parentais nas situações de ruptura da vida em comum dos progenitores, analisando, em especial, as condições em que o tribunal pode decretar a residência alternada do filho, à luz das mais recentes alterações ao artigo 1906.º do Código Civil, operadas pela Lei n.º 65/2020 de 4 de Novembro.

O nosso impulso no interesse e escolha desta problemática prende-se com a constatação de que, embora entre nós, insuficientemente estudada, esta matéria assume importância fundamental e atenção redobrada numa área em contínua evolução, marcando a actualidade do discurso no ramo do Direito da Família, além de que, quanto a nós, a mesma assume repercussão imediata na construção da justiça em uma sociedade plural e na promoção da igualdade de género, família, infância e educação.

Numa primeira aproximação ao conceito, a residência alternada consiste numa modalidade de coparentalidade após a dissociação familiar, caracterizada por uma divisão rotativa e ten-

dencialmente paritária dos tempos de residência, dos cuidados e da educação da criança, entre o pai e a mãe, possibilitando, por conseguinte, a cada um dos pais de uma criança ter o filho a residir consigo, alternadamente, segundo um ritmo de tempo que pode ser de um ano escolar, um mês, uma quinzena, uma semana ou uma repartição organizada do dia-a-dia.

Na concepção de residência alternada, tal como a perfilhamos, as responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho hão-de ser exercidas em comum por ambos os progenitores, competindo o exercício das responsabilidades parentais relativas aos actos da vida corrente do filho ao progenitor que com ele se encontre a residir no momento.

Revisitadas as vantagens e as desvantagens usualmente apontadas à residência alternada no seu confronto com o estabelecimento de uma residência única é nossa intenção analisar as recentes alterações ao artigo 1906.º do Código Civil e, bem assim, reflectir sobre se os efeitos práticos do

**Rita Guimarães Fialho
d'Almeida**

Escola Superior de Tecnologia e Gestão,
Politécnico de Leiria

Ref.: I00000M2097202I

RESIDÊNCIA ALTERNADA:
O TERMINUS DO DILEMA OU O (RE)INÍCIO DA DISCÓRDIA?

**Rita Guimarães Fialho
d'Almeida**

Escola Superior de Tecnologia e Gestão,
Politécnico de Leiria

reconhecimento expresso da residência alternada pelo legislador português são verdadeiramente relevantes ou, ao invés, simplesmente parcos, porque limitados ao acolhimento daquela que já vinha sendo, nos últimos anos, a prática dos Tribunais, atenta a mudança de paradigma sobre o papel do pai na educação e rotina diária dos filhos.

Naturalmente, e disso daremos igualmente conta, a fixação de residência alternada não poderá descurar ordinariamente a verificação de determinados critérios exclusivos ou particulares, além dos critérios normativos gerais, sob pena de o regime resultar completamente inviabilizado e, em vez de criar os filhos para uma situação de equilíbrio e de harmonia, justificar conflitos permanentes, sem esquecer também a averiguação de outros aspectos relevantes (como sejam, as orientações educativas mais relevantes, o estabelecimento da residência habitual, a indicação do encarregado de educação e a previsão de um regime tendente a permitir os contactos e o convívio com os progenitores).

Terminaremos com a indagação dos eventuais impactos da pandemia neste regime de responsabilidades parentais em residência alternada, considerando algumas interrogações colocadas no contexto do Estado de Emergência, bem como ao longo da evolução geral da pandemia em Portugal.

Palavras-Chave: *Coparentalidade, Residência, Menoridade, Família.*

Ref.: I00000M20982021

O PAPEL DE ACTUAÇÃO DO ESTADO NA ERRADICAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL QUE ATINGE OS TRABALHADORES DA CULTURA

Todos os países com regimes democráticos, independentemente das suas especificidades históricas, geográficas e políticas, partilham o entendimento de que o Estado deve ter um papel importante e estratégias bem definidas para o sector da cultura. As diferentes referências ideológicas entre a esquerda e a direita explicam, no entanto, os múltiplos modelos de políticas públicas para este sector, bem como as repercussões das opções programáticas dos governos nas seguintes dimensões: lugar que ocupa na orgânica governamental, volume do orçamento para o sector, distribuição e enquadramento dos apoios financeiros atribuídos.

Em Portugal, devido às particularidades da conjuntura da história: o facto de se ter vivido em ditadura até 1974 e possuir, por isso, um contexto a nível social muito invulgar no seio da Europa daquela época, com quadros de extrema pobreza, elevado grau de analfabetismo e pouco desenvolvimento económico, o investimento na cultura só aconteceu a partir dos anos oitenta, uma vez que até essa data o novo regime democrático ocupou-se

a investir, prioritariamente, em áreas como a educação e a saúde. Desde essa altura, o tema foi mais recorrente nos programas governamentais e nos discursos políticos. Apesar disso, Portugal é o quinto país da União Europeia que menos emprega no sector da cultura, com cerca de 132.200 trabalhadores, representando apenas 2,7% do total dos trabalhadores e o trabalho destes profissionais é, na grande maioria das vezes, temporário, intermitente ou a tempo parcial, com contratos temporários e precários, provocando, deste modo, uma enorme instabilidade, principalmente pela ausência de sistemas de regulação em matéria de protecção social.

Com a pandemia do coronavírus, este sector foi o primeiro a ser afectado e estima-se que será o último a retomar a actividade, devido aos grandes ajuntamentos e ao facto de se realizarem muitas vezes em espaços fechados, o que levou a que todos estes trabalhadores ficassem sem trabalho, sem rendimento e sem perspectivas para o futuro.

É sabido que os direitos económicos, sociais e culturais encontram-se

Helena Ferreira
Universidade de Aveiro

Ref.: I00000M20982021

O PAPEL DE ACTUAÇÃO DO ESTADO NA ERRADICAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL QUE ATINGE
OS TRABALHADORES DA CULTURA

Helena Ferreira

Universidade de Aveiro

dependentes da existência de condições sociais, económicas ou até políticas para se efectivarem e a sua não concretização não atribui, em princípio, o poder de obrigar o Estado a agir, nem o direito a indemnizações, no entanto, considera-se que uma democracia só se concretiza na sua plenitude quando as suas políticas públicas garantem a protecção social de todos os seus trabalhadores.

Para Teixeira Lopes (2007, p.59) “falar de políticas culturais públicas é falar de condições de liberdade e de cidadania em sociedades democráticas”. Neste sentido, pretendemos neste trabalho reflectir sobre a actual situação dos trabalhadores da cultura, demonstrando que a ausência de políticas públicas e de protecção social os empurra para uma eterna precariedade que coloca em risco a nossa democracia. Por outro lado, pretendemos trazer para o espaço académico a discussão sobre este tema, para que se procurem soluções para um problema, que nas actuais circunstâncias, se considera global.

Palavras-Chave: *Trabalhadores da Cultura, Políticas Públicas, Protecção Social, Democracia, Estado.*

Ref.: I00000M2I03202I

ARBOT, UM SOFTWARE DE RECONHECIMENTO DE PERFIS AUTOMATIZADOS NO TWITTER

Escrito em Java Script, ARBot é um software de reconhecimento de perfis automatizados no Twitter, conhecidos como bots. Ele faz chamadas as APIs do Botometer e do Twitter, a partir de uma base de dados, respondendo de forma precisa se um determinado perfil é automatizado ou não. Para apresentar o ARBot, foram recolhidos 63.737 tweets no dia 29/05/2020 que mencionavam a hashtag #leidacensuranao (censure law not), um evento onde usuários de redes sociais protestaram contra um projeto de lei que visa “combater as fake news” do governo de Jair Bolsonaro. Neste estudo, constatou-se que, dentre os usuários mais relevantes neste debate, 66,6% dos perfis possuíam algum tipo de automatização, 26% era perfis reais, 10,2% eram contas já excluídas e 7,2% a aplicação não conseguir distinguir.

O ARBot, trabalhando junto com outras ferramentas de visualização de dados, como o Gephi e o RawGraphs 2.0 ainda permitiu concluir que os perfis automatizados possuíam mais influência no debate que os perfis reais.

Palavras-Chave: *Twitter, Fake News, Bots, Big Data.*

Rodrigo Silva
ISCSP/UL

Ref.: I00000M2I042021

RESSOCIALIZAÇÃO E REMIÇÃO DA PENA: O DIREITO À EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PORTO VELHO

Aparecida Luzia Alzira Zuin

Universidade Federal de Rondônia
(UNIR)

Este trabalho aborda o direito do acesso à educação aos presos condenados do regime fechado, semiaberto e aberto, inclusive aos presos provisórios do Sistema Penitenciário de Porto Velho-RO. Aponta o ato da leitura e da escrita no cárcere como condição para a ressocialização e remição da pena. Tem como justificativa que o acesso à leitura e escrita, na prisão, leva o apenado a compreender a liberdade como uma categoria da educação; para enfim analisar a liberdade pela perspectiva dos direitos humanos e do exercício da cidadania. A educação aqui é considerada como um direito multilateral que possibilita ao ser humano desenvolver o senso crítico, adquirir a dignidade da pessoa humana e conscientização para participar da vida social de modo livre, com tolerância e respeito à vida e às regras sociais. Também analisa criticamente a Resolução nº 9/2011 que trata das Diretrizes da Arquitetura Penal retirando a obrigatoriedade das salas de aulas dos presídios, para que se aumente o número de celas nos estabelecimentos penitenciários.

Nesse sentido, o problema deste

estudo recaiu sobre a seguinte questão: – o acesso e incentivo à leitura nos estabelecimentos prisionais de Porto Velho-RO servem como mecanismos para a remição de pena, e ao mesmo tempo contribuem para a ressocialização e a transformação social do apenado? O referido problema tem relação com a justificativa, haja vista que apesar de o estado de Rondônia ser responsável por garantir a oferta de educação às pessoas privadas de liberdade, bem como a existência de várias ferramentas previstas na legislação brasileira para possibilitar o direito à educação aos apenados, na prática não é o que acontece, pois, apesar dos incentivos legais, poucos presos têm, de fato, acesso à educação, por isso, conferir se os presídios têm infraestrutura adequada para este acesso.

Para abordar a educação nas prisões através da leitura e da escrita, trazemos a realidade da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia. Em 2013, quase oito mil detentos que faziam parte do sistema penitenciário de Rondônia, cerca de 17% estavam em sala de aula, segundo dados

Ref.: I00000M2I04202I

RESSOCIALIZAÇÃO E REMIÇÃO DA PENA:
O DIREITO À EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PORTO VELHO

da Secretaria de Justiça do Estado (Sejus). Também em 2013, quase 1,5 mil detentos cursavam todas as séries do ensino fundamental e médio pelo sistema modular ou Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Segundo dados do último levantamento feito pela Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia (SEJUS), no mês de agosto de 2019, o Estado de Rondônia possuía 13.817 presos nas unidades prisionais em funcionamento, sendo 6.298 nas 14 unidades de Porto Velho.

Para a averiguação do caso nos presídios de Porto Velho, a metodologia proposta é da pesquisa-ação, numa abordagem qualitativa; com procedimento metodológico empírico, identificando como está o acesso à leitura e à escrita no sistema prisional de Porto Velho, e de que forma se aplica a política de incentivo às práticas educativas, com o fornecimento de material didático e espaço físico nos presídios. Por enfim, por se tratar de uma pesquisa-ação consta no projeto de pesquisa propor ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), a implantação do Projeto “Ler e escrever a liberdade:

ressocialização e remição da pena no sistema prisional de Porto Velho-RO”.

Palavras-Chave: *Ressocialização, Remição da Pena, Educação na Prisão, Liberdade, Autonomia.*

Aparecida Luzia Alzira Zuin

Universidade Federal de Rondônia
(UNIR)

Ref.: I00000M21I82021

“CONTROVERSIA POLÍTICA Y DESAFÍO DEMOCRÁTICO: LA APROBACIÓN E IMPLEMENTACIÓN DE LA LEY DE EDUCACIÓN SEXUAL INTEGRAL EN LA ARGENTINA RECIENTE”

Andrea Bolcatto

Facultad de Humanidades y Ciencias.
Universidad Nacional del Litoral
(Santa Fe, Argentina)

No es novedoso afirmar que la educación sexual ha sido, históricamente, un tema social tabú, más aún donde la religión ha sido preponderante, demostrando la realización del Estado plenamente laico.

Sin embargo, en Argentina se ha avanzado en la ampliación de derechos ciudadanos, consagrados, por ejemplo, en las leyes de Matrimonio Igualitario (2010) y de Identidad de Género (2012), que se han distinguido como el reconocimiento a derechos por orientación sexual y género, en un proceso de lucha por la igualdad de derechos y el fortalecimiento de una democracia sustantiva.

Dentro de contexto, es que se debatió y promulgó en Argentina, en el año 2006, la Ley de Educación Sexual Integral, simplificada como ESI (Ley Nacional Nº 26.150/2006). Este logro significó el reconocimiento del derecho de niños y niñas a recibir educación sexual integral en todos los establecimientos educativos, teniendo como ejes la perspectiva de género y el respeto a la diversidad.

El problema se empezó a plantear en su efectiva implementación, ya que la ley nacional tuvo y tiene potencia dispar en cada provincias y distritos. Dichos problemas se plasmaron en cada institución, localidad, etc. y se visibilizó fundamentalmente a través de la resistencia de grupos contrarios, sostenidos por Iglesias Evangélicas, congregacio-

nes educativas católicas y ONGs, que ven en la ESI la ruina moral de la familia. La idea de ruina moral está ligada a lo que dichos grupos definen como la “ideología de género”.

A nivel de la disputa política y del debate público en torno a la ley y los derechos es que también movimientos feministas, LGBTTIQ+ y de enseñanza han organizado múltiples acciones educativas y sociales (como el movimiento #NiUnaMenos), para defender los postulados de la ESI.

En este trabajo nos interesa describir esta puja de sentidos, desde los postulados políticos y las acciones públicas de los movimientos, a fin de entender la puesta en jaque de los derechos y normativas constitucionales (disputa Estado-familia-derechos), y, asimismo plantear vinculaciones con los movimientos regionales conservadores y moralistas (con lemas como “Con Mis Hijos No Te Metas”). Las Ciencias Sociales tienen un gran compromiso para interpretar cómo estos movimientos sirven a la reconfiguración del conservadurismo moral regional frente a una democracia que se pretende diversa y plural.

Palavras-Chave: *Estado, Derechos, Educación Sexual, Democracia, Moralidad.*

Ref.: I00000M2I20202I

DUAS FACES DO EMPODERAMENTO: AGENCIAR E PROMOVER

Uma das medidas socioeducativas mais graves para adolescentes em conflito com a lei no Brasil é sua internação por até 3 anos em centros de detenção juvenil. O encarceramento de jovens e o fenômeno da violência são assuntos transdisciplinares e que mobilizam esforços e pesquisas em todo o mundo. A teoria do empoderamento advém da psicologia comunitária numa procura de melhorar a saúde e o bem-estar de indivíduos e populações. É um construto multidisciplinar, em que o foco está na capacitação dos grupos marginalizados, possibilitando promover a justiça e a mudança social. Empoderamento é um processo pelo qual pessoas, organizações e comunidades obtêm domínio sobre questões que lhes dizem respeito. Empoderamento psicológico não é simplesmente autopercepção de competência, mas inclui engajamento ativo na comunidade de alguém e um entendimento de seu ambiente sócio-político-político. Na Psicologia Positiva, as pesquisas e diretrizes das teorias de empoderamento social apontam na direção de um desenvolvimento positivo da juventude, designadamente na procura de oportunidades para desen-

volver competências e opções saudáveis de vida, na confiança pessoal para tomar decisões, na conexão e ligação com os outros em relacionamentos afetuosos com adultos e pares, no caráter num senso de responsabilidade por si e pelos outros, no sentimento de pertença e contribuição para a comunidade, participando em trabalho comunitário significativo. A educação por empoderamento acrescenta a estratégia participativa dos jovens, identificando seus problemas, planejando e engajando-se em ações sociais para mudar as condições subjacentes que causam transtornos e doenças.

Métodos

Aqui, relatamos um estudo em que 175 adolescentes do sexo masculino de três instituições de detenção juvenil do Distrito Federal preencheram voluntariamente um Questionário Demográfico e de Projetos de Vida; Escala de Percepção do Ambiente Escolar; Escala de Controle Sociopolítico para a Juventude (Empoderamento); Escala Multidimensional de Autoeficácia Percebida; Escala de Desenvolvimento e Bem-Estar; bem como os Inventário de Ansiedade e

Manuella Costa da Silva,

Faculdade de Psicologia
– Universidade de Lisboa

**Antônio Pedro de Mello
Cruz**

Faculdade de Psicologia
– Universidade de Lisboa

& Maria Odília Teixeira

Departamento de Processo
Psicológicos Básicos – Instituto
de Psicologia – Universidade de Brasília

Ref.: I00000M2I20202I

DUAS FACES DO EMPODERAMENTO:
AGENCIAR E PROMOVER

Manuella Costa da Silva,

Faculdade de Psicologia
– Universidade de Lisboa

**Antônio Pedro de Mello
Cruz**

Faculdade de Psicologia
– Universidade de Lisboa

& Maria Odília Teixeira

Departamento de Processo
Psicológicos Básicos – Instituto
de Psicologia – Universidade de Brasília

Depressão de Beck (BAI e BDI). Tais dados foram cruzados com um questionário sobre a percepção de 52 servidores – agentes socioeducativos e especialistas socioeducativos (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) que atuam nas medidas.

Resultados

Nossos resultados mostram uma correlação significativa e negativa entre a vontade de mudança do servidor para a instituição e os sentimentos negativos dos jovens face ao futuro. Na instituição onde os servidores demonstraram maior satisfação e motivação intrínseca (variedade, identificação com contexto, significado, resultados), os jovens apresentaram níveis mais altos de empoderamento. Também as correlações são significativas e positivas entre motivação extrínseca (ou material) dos servidores e bem-estar e autoeficácia e percepção positiva do ambiente dos adolescentes. Ao contrário, naquelas instituições onde os servidores relataram maiores dificuldades de recursos (divergências, falta de recursos materiais e humanos), houve aumento dos sintomas de depressão, diminuição do

bem-estar e diminuição da percepção positiva do ambiente. Onde os servidores relataram dificuldades relacionadas aos seus sentimentos (como insalubridade ou descrença), nos adolescentes aumenta a depressão e o sentimento negativo face ao futuro e, diminui o empoderamento.

Conclusões

Este trabalho objetivou avaliar a relação entre a percepção e satisfação dos servidores em atendimento socioeducativo e alguns construtos sócio-cognitivos de jovens em ambiente de privação de liberdade. Os resultados do nosso trabalho demonstram a importância da atuação profissional e organizacional para o desenvolvimento e apoio de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação. Além disso, refletimos sobre a importância de intervir com jovens e educadores para a promoção do empoderamento social.

Palavras-Chave: *Internação, Adolescentes, Empoderamento Social, Servidores.*

Ref.: I00000M2I46202I

MUTAÇÕES NA SOCIALIZAÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE

O presente texto apresenta reflexões sobre as mutações no modo de socialização escolar contemporâneo: anteriormente marcado pela normatização das condutas, centrado na integração social, para um modelo de socialização escolar marcado pelo desenvolvimento da personalidade moral e a autonomia dos indivíduos sociais. Estas transformações na socialização escolar exigem novos paradigmas e procedimentos didáticos apoiados na Cooperação, no Diálogo e na Transformação de Conflitos para a Educação em Direitos Humanos, no âmbito do Currículo Escolar. Para tanto, a Comunicação Não Violenta (CNV) e as Práticas Restaurativas se apresentam como metodologias centrais para a educação de valores e desenvolvimento de tecnologias da convivência escolar na contemporaneidade.

A educação em Direitos Humanos deve estar articulada ao desenvolvimento da dimensão do “Saber Conviver”, um dos quatro pilares para a Educação do Cidadão do Século XXI, conforme o Relatório Jacques Delors (1996). Aprender a viver juntos é a competência fundamental na contem-

poraneidade, pois desenvolvendo o conhecimento acerca dos outros, da sua história, tradições e espiritualidade chega-se a percepção das nossas crescentes interdependências. O saber conviver já é parte do cotidiano escolar, seja por meio da socialização escolar e seus produtos: o Regimento Escolar (normas disciplinares e suas sanções) e os conteúdos curriculares, em especial os conteúdos da formação moral e ética; seja na convivência cotidiana e nas práticas individuais e coletivas de transformação de conflitos diversos, por meio do diálogo (ou não) entre os sujeitos da escola e a afirmação do caráter democrático da gestão escolar. No entanto, o saber conviver, isto é, a nossa capacidade de socialização é uma dimensão da vida humana que está inserida em processos amplos de relações e representações do que é o indivíduo social ao longo da história humana, seus desafios e suas potencialidades no âmbito dos processos de individuação e autonomia, a partir dos quais são atribuídas funções educativas para a família, a escola e a sociedade. Este processo educativo passa por com-

Eliane Castro Vilassanti

Grupo de Pesquisa “Juventude e Educação na Cidade”,
da Faculdade de Educação da UFMG

Ref.: I00000M2I46202I

MUTAÇÕES NA SOCIALIZAÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
NA CONTEMPORANEIDADE

Eliane Castro Vilassanti

Grupo de Pesquisa "Juventude
e Educação na Cidade",
da Faculdade de Educação da UFMG

preender a dimensão ética da educação, visto que a inserção do indivíduo em um "ethos" deve afirmar, também, o campo de liberdade humana.

As mutações sobre a socialização escolar são tratadas a partir do conceito de experiência social, de F. Dubet (1994), com sua fundamentação teórica a partir da crítica à Sociologia Clássica, este autor nos ajuda a compreender que a instituição escolar, na contemporaneidade, passa por profundas transformações que desestabiliza os papéis sociais de cada segmento social da escola – processo denominado por DUBET de "desinstitucionalização" -, enfraquecendo certa homogeneização dos comportamento esperados, bem como fragilizando a normatização das condutas como forma de resolução dos conflitos escolares, já que a mera punição, como mecanismo de controle disciplinar, é enfraquecido. Neste contexto de transformações da escola, o que prevalece não são as normas escolares em si mas a capacidade de convivência social por meio da qual os indivíduos constroem sua experiência social escolar. Por outro lado, para Puig(1998) e

La Taille (2006) a experiência é a chave na construção da personalidade moral porque é o fundamento de todo saber e de toda ação moral. Isso ocorre especialmente quando a experiência se torna problemática para o sujeito e o obriga a um trabalho de construção ou reconstrução dos elementos morais de sua personalidade. De modo que o conflito moral é o elemento de desenvolvimento da personalidade moral. Saber lidar com a transformação dos conflitos por meio das competências comunicativas parece ser a chave do desenvolvimento da consciência ética e da educação em Direitos Humanos. As práticas restaurativas (PRANIS) e a Comunicação Não Violenta (ROSEMBERG) são novos modelos de tratamento dos conflitos relacionais que se apoiam nos valores de Justiça, Respeito e Cooperação Social.

Palavras-Chave: *Socialização Escolar, Educação em Direitos Humanos, Experiência Social, Psicologia Moral, Práticas Restaurativas.*

Ref.: I00000M2I49202I

**POVOS ORIGINÁRIOS E A (IN)EFETIVIDADE DOS DIREITOS
HUMANOS INDÍGENAS NA JURISDIÇÃO DO SISTEMA
AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS:
COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E AS VIOLAÇÕES
DOS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL ENTRE 1946 E 1988**

Contemporaneamente compete distinguir a existência e a legitimidade/legalidade jurídico política e civilizacional de um regime global de direitos humanos, bem como a materialização e estruturação histórica no Sistema Mundo internacional de Sistemas Regionais de Direitos Humanos, em estreita conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas (DPPI). Nesse contexto complexo e pluralista por excelência, os povos, coletividades e pessoas indígenas constituem entes livres e iguais ao conjunto de conglomerados dos demais povos e indivíduos não indígenas e têm respaldados o direito de não serem submetidos a nenhuma forma de discriminação no exercício de seus direitos humanos, que esteja fundada, em particular, em sua origem ou identidade indígena (Organização das Nações Unidas – ONU -, 2007). Diante deste cenário sumariamente aqui delineado, a comunicação tem como objetivo a apresentação e a abordagem de um caso paradigmático, situação social histórica e política reconhecidamente emblemática, de perpetuação ao longo de quatro décadas da vida republicana nacional, recoberta por

um período histórico estendido entre os anos de 1946 e 1988, de inúmeras e sistemáticas ações governamentais que se enquadram nos desígnios de violações de direitos humanos e de violência de estado contra grupos sociologicamente minoritários. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva interdisciplinar no campo das ciências sociais, pretende-se refletir sobre o capítulo intitulado “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”, produção discursiva que descortinou graves transgressões e violências cometidas pelos agentes e agências estatais contra os povos, coletividades e pessoas indígenas no Brasil contemporâneo, documento integrante do relatório final apresentado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), dispositivo textual síntese e basilar, responsável de forma inédita na história da democracia e dos direitos humanos no Brasil, para o processo de reconhecimento e inclusão dos povos, coletividades e pessoas indígenas nos debates e trâmites jurídicos e políticos oficiais em torno da noção de Justiça de Transição.

Walmir Pereira
UNISINOS/COGIPIT

Palavras-Chave: *Direitos Humanos
Indígenas, Povos Indígenas, Comissão Nacional
da Verdade.*

Ref.: I00000M2I50202I

GOVERNANÇA PÚBLICA E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Marcelo Pereira dos Santos

Universidade Estácio de Sá
(PPGD-UNESA)

A Administração Pública Direta, compreendida pelos órgãos públicos vinculados aos entes federativos brasileiros, enfrenta um problema alusivo à baixa aderência entre as escolhas públicas e as demandas sociais. Parcela da sociedade, destituída de sistemas informacionais para conhecer das razões de decidir dos governantes que empreendem as políticas públicas, está distanciada da arena deliberativa e conta com poucos mecanismos de participação para assegurar a legitimidade das decisões de interesse geral. Portanto, existe uma preocupação com o grau reduzido de juridicidade das decisões diretamente ligadas à regulação dos direitos fundamentais, que são tomadas na esfera dos centros de competência subordinados aos poderes sob o domínio do Estado. Nessa perspectiva, é justificável a proposição de um modelo de gestão ancorado nos ideais de governança pública, e, paralelamente, impulsionado por intermédio de programas de compliance para facilitar o controle e o monitoramento, no ambiente interno, sobre o processo decisório que englobe matérias que possam repercutir positiva ou negativamente sobre interesse público, e que estejam inseridas na órbita das discricionariedades administrativas. Se existe um espaço para o administrador dizer qual direção seguir, no sentido de melhor atender à supremacia do interesse público, é necessário que as justificativas, bem como os critérios para eleger tais direcionamentos, sejam apresentados de forma clara e objetiva. Desse modo, o cidadão terá maior facilidade para compreender a motivação que induziu os gestores apontarem para determinada escolha. Ademais, é possível que se torne mais simples a avaliação sobre as decisões tomadas, com fundamento na vontade coletiva, frente à realidade fática que releva as prioridades circunscritas nas demandas sociais. Assim, governança pública e compliance ganham destaque no contexto dos órgãos estatais para que possam ser empregados como mecanismo de ampliação das fronteiras democráticas, com o objetivo de dar concretude ao princípio da juridicidade, e, ainda, primar por uma cultura de gestão responsável e responsiva em favor dos direitos fundamentais, tão caros à sociedade que hoje comemora a dinâmica progressiva dos valores con-

Ref.: I00000M2I50202I

GOVERNANÇA PÚBLICA E COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

substanciados no conceito de Estado Democrático de Direito. Investir no emprego da governança pública e do compliance pode render a redução do custo da deliberação e promover um incremento na legitimidade das escolhas públicas. Outrossim, a potencial aproximação da Administração Direta com a sociedade civil é oportuna para a formação de redes e compartilhamento de informações que possam contribuir para a redução das ambivalências apresentadas em um universo de crescente complexidade, enfrentado pelos agentes públicos que procuram conciliar os interesses conflitantes para dar maior densidade ao conceito de bem comum. As críticas sobre a transposição do compliance para o setor público, fundadas na interpretação que sua origem relaciona-se à Teoria da Agência, não são suficientes para rebater a proposição descrita nesse trabalho, uma vez que o escopo da pesquisa é apresentar o programa de conformidade como um recurso para aprimorar e otimizar o processo decisório no âmbito da Administração Direta, levando em consideração as peculiaridades características dos órgãos públicos. Por outro lado, os atos

administrativos de caráter vinculado e de mero expediente não são objeto de análise para incidência do compliance e da governança pública. O pensamento alinhado ao referencial da juridicidade alude aos ensinamentos de Diogo de Figueiredo Moreira Neto, administrativista que muito contribuiu para os avanços do Direito Administrativo brasileiro, partindo das evidências em torno do desgaste do princípio da legalidade sobre os atos da administração. Para além da lei, o processo decisório sucedido na Administração Direta tem que se adequar aos valores, princípios e regras abarcados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Palavras-Chave: *Compliance, Governança, Legitimidade, Juridicidade, Discricionariedade.*

Marcelo Pereira dos Santos

Universidade Estácio de Sá
(PPGD-UNESA)

Ref.: I00000M21512021

A REVISÃO DO MEIO AMBIENTE LABORAL COMO MEDIDA DE DIGNIDADE DO TRABALHADOR TRANSGÊNERO

**Claudia Maria Petry
De Faria**

Universidade Feevale

& Letícia Petry de Faria

Universidade Feevale

A legislação trabalhista consolidada a partir de 1943, com o advento da CLT, bem como as normas de segurança e medicina do trabalho, especialmente concentradas na Portaria nº 3214/78, do antigo Ministério do Trabalho, hoje Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, encontram-se obsoletas no que tange ao meio ambiente laboral dos trabalhadores transgêneros. Na categoria dos transgêneros são encontradas aquelas pessoas que não se identificam com o seu sexo biológico, estando envolvidos nesse conceito os indivíduos transexuais, travestis e outros. A diferença em relação ao sexo biológico, entretanto, não pode permitir discriminação no ambiente de trabalho, como, por exemplo utilização de vestiários de acordo com o sexo biológico. A Constituição Federal, reconheceu o direito a dignidade da pessoa humana, não fazendo qualquer distinção entre transgêneros e cisgêneros (pessoa que se identifica com o sexo biológico). O Supremo Tribunal Federal, através do julgamento da ADI 4.275, reconheceu o direito de os transgêneros substituírem no Registro Civil o seu prenome e o sexo, indepen-

dentemente de terem ou não realizado procedimento cirúrgico para transgenitalização ou qualquer outro tratamento. A decisão da Suprema Corte contribuiu para acelerar a necessidade de transformações no ambiente de trabalho. O mercado de trabalho, desde o processo de seleção, já demonstra ser excludente para trabalhadores transgêneros, assim como as políticas de mercado de trabalho externo e interno. O preconceito e a transfobia encontram-se cada vez mais presentes, desconhecendo que o número de transgêneros já supera 500 mil pessoas. As políticas públicas para promoção de iguais oportunidades precisam ser realizadas em todos os níveis da Organização Estatal, com especial atenção pelos Estados e Municípios que precisam combater a discriminação por sexo, vedada constitucionalmente. Neste sentido, o estudo propõe-se a contribuir para identificação dos aspectos laborais que urgem reforma com vistas a propiciar a igualdade entre os trabalhadores. A pesquisa é empírica, com revisão bibliográfica.

Palavras-Chave: *Meio Ambiente, Dignidade, Transgêneros, Cisgêneros, Igualdade.*

Ref.: I00000M2I52202I

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES IDOSAS – RELACIONAMENTOS ABUSIVOS E TÓXICOS

A violência intrafamiliar, seja ela física, sexual ou psicológica contra as mulheres idosas é sempre uma grave violação de direitos. Além disso, a violência não é um dado isolado, pelo contrário, envolve questões socioculturais, jurídicas e de saúde. A todo o momento nas redes sociais somos informados sobre assuntos relacionados à violência, tendo grande parte das vítimas o sexo feminino, porém o que poucas pessoas comentam nas redes sociais é sobre os relacionamentos abusivos e tóxicos. Objetivo: Conhecer os principais motivos que pelos quais muitas mulheres insistem em permanecer em relacionamentos abusivos e tóxicos, correndo risco de serem, inclusive, assassinadas. A pergunta a se problematizada é: Quais as percepções e formas de enfrentamento das mulheres idosas, diante da violência vivenciada no seu cotidiano? Em relação ao método: optou-se por um estudo bibliográfico e qualitativo.

O relacionamento abusivo é quando a dinâmica do relacionamento não necessariamente causa dor e sofrimento, mas sim, quando o domínio e o controle sobre o outro prevalecem. Assim sendo,

relacionamentos abusivos constituem relação de poder em detrimento do outro para satisfazer as próprias vontades e necessidades momentâneas ou tardias.

O relacionamento tóxico pode ser pensado em duas vias: a primeira seria a relação mais comum, em que a mulher é submetida a pequenos episódios de violências diárias e diversas, como: “incidentes” de violência verbal, emocional e física; e a segunda, a relação tóxica e, ao mesmo tempo abusiva, é quando o desrespeito é predominante e ultrapassa à vontade, o espaço e os limites do outro, sendo elas: episódios repetitivos de gritos, xingamentos, brigas, vitimização, culpabilização e intimidação. Nesse sentido, é necessário que as vítimas conheçam os seus limites na relação, e identifiquem quando eles estão sendo ultrapassados, a fim de garantir a saúde mental, física e emocional, e por vezes, a própria vida.

Entretanto, é importante que as vítimas de violências saibam que a mulher, até mesmo as mais idosas, tem a força da sua voz, todavia, a ingenuidade em relação à sua dor, o susto da agressão

Jozadake Petry Fausto Vitorino

Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.
Especialista em Políticas Sociais Integradas pela Universidade Estácio de Sá, Florianópolis (SC).
Estudante e Pós-Graduanda em Saúde Pública pela Universidade EducaMais.
Membro do NECAD – Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (UFSC) e do Grupo de Estudos Virtual: Violência, Direito e Políticas Públicas (GEV/UFSC).
Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa trabalho, feminismo e Serviço Social. [Projeto de Extensão Faladeiras] (NESSOP/UFSC)

Ref.: I00000M2I52202I

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES IDOSAS
– RELACIONAMENTOS ABUSIVOS E TÓXICOS

**Jozadake Petry Fausto
Vitorino**

Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.
Especialista em Políticas Sociais Integradas pela Universidade Estácio de Sá, Florianópolis (SC).
Estudante e Pós-Graduanda em Saúde Pública pela Universidade EducaMais.
Membro do NECAD – Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (UFSC) e do Grupo de Estudos Virtual: Violência, Direito e Políticas Públicas (GEV/UFSC).
Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa trabalho, feminismo e Serviço Social. [Projeto de Extensão Faladeiras] (NESSOP/UFSC)

que sofreu, levou-a, por vezes, a não revidar, e esse fato ocorre principalmente devido à fragilidade ocasionada pela idade.

Então, se a mulher não sabe de suas vontades, de seus próprios desejos, não tem o controle ou o cuidado com a sua própria vida, e permite que as suas decisões sejam tomadas pelo outro, isso facilita o abuso. Para tanto, é preciso destacar que o empoderamento das mulheres, enquanto mulheres de direitos, inibe situação de abusos, pois todas, sem exceção, merecem ser respeitadas; contudo, isso só será possível quando a mulher identificar os seus limites e os seus desejos, e ter clareza para decidir sobre quem fica, ou sai da sua vida.

Logo, é preciso delimitar o que se espera do outro, e mesmo assim, nenhuma mulher está livre de passar por situação de violência psicológica, física, financeira ou de abuso sexual. Ter o conhecimento sobre o que é abuso e violência é um elemento importante para identificar a violência, e denunciar o seu algoz.

Na relação de poder, o lugar da mulher é o de submissão, e pode chegar ao ponto de ela perder a sua própria identidade, e nesse sentido, o abuso passa a ser considerado invasivo quando ultrapassa a barreira do outro, quando a falta de respeito prevalece na relação fora do limite estabelecido entre os pares.

No que tange à violência contra a pessoa idosa, geralmente as vítimas protegem os seus agressores, pois estes violadores de direitos costumam ser seus entes queridos. Em virtude disso, a vítima não revela o que acontece dentro da sua casa e lhe perdoa, por sentir pena, ou compaixão, e assim permanecem nessa relação doentia e tóxica.

Palavras-Chave: *Violência, Mulheres Idosas, Relacionamentos, Abusivos, Tóxicos.*

Ref.: I00000M2I70202I

TURISMO VIRTUAL EM FORTIFICAÇÕES COLONIAIS DO BRASIL

O documento tem como objetivo apresentar um projeto educacional de origem digital, desenvolvido a partir de comunicação iconográfica feita no encerramento do XXIX Colóquio de História Militar, promovido pela Comissão Permanente de História Militar / Ministério da Defesa de Portugal em 2020. Trata-se do resultado de uma pesquisa estruturada a partir de uma compilação de dados em portais de diversas instituições que abordam o tema da Educação Patrimonial e das Fortificações Militares no Brasil Colonial, sempre pautado pela indicação para o Patrimônio Mundial de um “conjunto de bens seriados,” composto por dezenove (19) fortificações coloniais que permeiam o vasto perímetro da América de origem portuguesa. Por meio de sete (7) chaves principais (links), vinte e seis (26) chaves secundárias e uma (1) de acesso ao projeto EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional, o visitante virtual terá a oportunidade de realizar um “voo imaginário” sobre essas 19 fortificações coloniais edificadas em pontos estratégicos ao longo da fronteira (terrestre e marítima) em todas as regiões geográficas do Brasil.

O artigo tem seu complemento estrutural na dissertação sobre os “seis passos para a eternidade”, que se constituem, em atributos indispensáveis à postulação para o Patrimônio Mundial da UNESCO (Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 2022, bicentenário da Independência do Brasil. “Historia magistra vitae”, Cícero (106-43 AC). O material foi estruturado na forma de um conjunto de pranchas imprimíveis, de forma a oferecer uma visita virtual pelas regiões geográficas do Brasil, visitando o “conjunto seriado” das dezenove fortificações coloniais dos séculos XVI, XVII e XVIII, postulantes ao título de Patrimônio Mundial pela UNESCO. O material é rico em iconografia e possibilita, quando de sua impressão, rico suporte didático aos aspectos históricos da formação e consolidação do território nacional.

O atributo que serve de ponto focal para o trabalho é o “pertencimento,” único dos seis pontos de análise que “que não se pode apresentar como um projeto a realizar”, pois representa o sentimento que cada um de nós possui sobre o valor simbólico de um bem patrimonial.

Elcio Rogerio Secomandi

Universidade Católica de Santos

& Cesar Bargo Perez

Universidade Católica de Santos

Ref.: I00000M2I70202I

TURISMO VIRTUAL EM FORTIFICAÇÕES COLONIAIS DO BRASIL

Elcio Rogerio Secomandi

Universidade Católica de Santos

& Cesar Bargo Perez

Universidade Católica de Santos

Entende-se que existe um senso de pertencimento do cidadão comum para com sua comunidade, em um viés misto de influência religiosa, política e socioeconômica, porém com aparente carência de uma identidade cultural.

A hipótese inicial é que a consolidação desse senso de pertencimento extensível ao bem patrimonial passa pela criação de um suporte cultural à comunidade, um foro de convergência para histórias e narrativas orais que ali circulam e que reforçam os valores que caracterizam o bem no imaginário coletivo.

O trabalho aborda tal hipótese colocando uma luz sobre os caminhos possíveis para que de elicite tal sentimento nas comunidades vicinais às fortificações de interesse.

Palavras-Chave: *Patrimônio, Pertencimentos, Fortificações, Educação Patrimonial, História Militar.*

Ref.: I00000M2I90202I

OBSERVATÓRIO DA CULTURA DA LEI ALDIR BLANC

A sociedade informacional constitui uma dimensão fundamental da sociedade global. Pode ser descrita como aquela em que os valores imateriais, dados, informações e tecnologia, constituem a força do desenvolvimento social. Reveste-se de características especiais que permitem distingui-la de outros domínios do direito e da economia. Atividades comerciais relacionados à recolha, processamento ou transmissão da informação são capazes de alterar o seu status a ponto de transformá-la numa comodificação. A comodificação da informação pode ser compreendida como a “dimensão comercial, caracterizada pela massificação, produção em série e distribuição em cadeia, que permite a negociação por amostragem de grandes conglomerados” (NETAANAEL e ELKIN-KOREN, 2002. p. viii). Em todas essas condições estão estritamente presentes critérios relacionados ao funcionamento do mercado e a interesses estritamente econômicos. Não há como datar com precisão o aparecimento do conceito de comodificação. No entanto, desde os meados dos anos oitenta do século XX, teóricos já se empenhavam em conceituar e nomear tal fenômeno.

Identificava-se, então, a expansão da mercadoria (commodity) ser referência não apenas de um bem tangível, mas incluir também todos os tipos de bens intangíveis. (FAIRCLOUGH, 2001. p. 255). A propósito das transformações e impactos trazidos pela sociedade informacional, nomeadamente a globalização da economia, apontamos para a perda da autonomia dos Estados para regular as atividades econômicas. A defesa de um mercado autorregulado, ameaça a atuação do Estado na proteção de direitos dos cidadãos. Com o processo de virtualidade promovidos pelas tecnologias, de diferentes setores e ramos de atividades da sociedade, os cidadãos passam à condição de meros consumidores, subordinados aos ditames do mercado. Além dessa consequência sobre os direitos de cidadania, a globalização e a disseminação das tecnologias de informação não significam facilidade de transferência de conhecimento. A falta de ponderação sobre os impactos advindos dos processos de comodificação universal, caso permaneçam omissos, pode gerar processos sociais de objetivação dos indivíduos e padronização das relações

Elaine da Silva Tozzi

Programa WASH – Workshop
Aficionados em Software e Hardware
(atividades educacionais não formais)

Ref.: I00000M2I90202I

OBSERVATÓRIO DA CULTURA DA LEI ALDIR BLANC

Elaine da Silva Tozzi

Programa WASH – Workshop
Aficionados em Software e Hardware
(atividades educacionais não formais)

sociais. O tratamento da informação como mercadoria e a subordinação dos seus interesses aos valores econômicos estipulados única e exclusivamente pelas regras do mercado, estendidas aos domínios que antes a protegiam como bem público sob fiscalização de entidades estatais, trará dentre outras consequências a ampliação das desigualdades entre indivíduos e grupos econômicos detentores da informação. Dessa forma, a informação é hoje a base das relações sociais, da economia e do poder político e a sua apropriação é objeto de disputas entre instituições. Por isso, é fundamental também concebê-la como um bem público, de modo a não restringir o seu acesso a nichos sociais privilegiados por uma infraestrutura informacional.

Palavras-Chave: *Informação, Comodificação, Ambiente Democrático.*

Ref.: I00000M2I97202I

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITOS HUMANOS: VIDAS POSSÍVEIS E AGENDAS FUNDAMENTAIS

Em contexto de crescente explosão demográfica de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e familiar, paradoxos entre promoção e violação de direitos humanos e fundamentais, planejamento de políticas públicas e de visibilidade não só da temática. Com eixo nas categorias relacionais dignidade da pessoa humana, relações familiares e direitos humanos, o capítulo traz uma vertente teórica e histórica com destaque à Teoria Crítica de Judith Butler, Sociologia da Justiça Boaventura Sousa Santos e João Pedroso e Ética de Emmanuel Levinas e Amartya Sen. Com viés qualitativo, centra-se o estudo ensaístico sobre pessoas em situação de rua e dimensões dos direitos humanos através de revisão historiográfica interdisciplinar. Como resultados, demonstramos que ação social, educativa e ética confirma a centralidade na pessoa humana e promoção de direitos humanos, a construção de agendas pautadas nos fundamentos relativos à pessoa humana, focalizando na centralidade de defesa, promoção e garantia de direitos e a valorização da vida. A falta de moradia, de abrigo, de condições básicas

de existência podem ser situações devastadoras, perigosas e de extremo isolamento social, de convivência e de ruptura de direitos (Santos, 2019). As pessoas que vivem, trabalham, dormem nas ruas apresentam “quadros de guerra” (Butler, 2015), observando o distanciamento de “vidas vivíveis” e do reconhecimento por parte do poder público, Estado e suas esferas, sociedade, contextos familiares e individuais. Estão pré-dispostas a enfrentamentos de não dignidade e de rompimento de garantias asseguradas através de marcos legais e políticas sociais específicas, desenhadas e matizadas, em âmbito brasileiro, desde os anos 90. A população em situação de rua aparece como um segmento expressivo da desigualdade social, sobretudo a partir das mudanças políticas, sociais e econômicas mundiais das últimas décadas. Apresenta-se como uma categoria social complexa, fundamentalmente por conta da necessidade de se considerar o processo de “vulnerabilização” como dinâmico e anterior à ida para as ruas. Existe uma tendência, proveniente de abordagens contemporâneas, em se analisar e compreender

Vanessa Ribeiro Simon

Cavalcanti

Universidade Católica do Salvador

Ref.: I00000M2I97202I

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITOS HUMANOS:
VIDAS POSSÍVEIS E AGENDAS FUNDAMENTAIS

**Vanessa Ribeiro Simon
Cavalcanti**

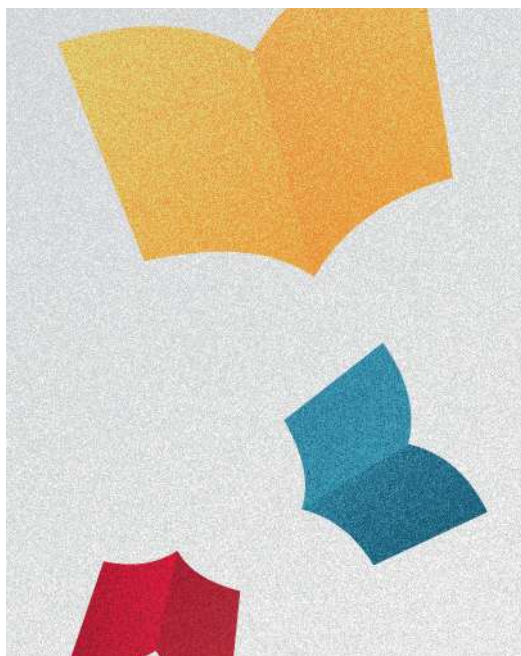
Universidade Católica do Salvador

as particularidades em que vivem essa população, principalmente no âmbito da saúde pública, a partir de uma redução desta condição complexa a um enfoque individualista e patologizante. A PSR é composta por sua maioria de homens, negros, imigrantes e pessoas que tiveram seus laços familiares rompidos. observa-se que a entrada para o mundo das drogas não se dá da casa para a rua, mais sim da rua para a (falta) da casa. Outra evidência é a de que a violência encontrada nas narrativas não surgiram antes da suas chegadas às ruas, a violência é relatada como forma de defesa e sobrevivência. O cuidado de si, que muito acredita-se que não há nesta população é fortemente relatado como questão de dignidade.

O fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito

como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade”.

Palavras-Chave: *Pessoas em Situação de Rua, Direitos Humanos, Teoria Crítica, Cidadania.*



EIXO 2 ESTADO, DEMOCRACIA E JUSTIÇA NO ACESSO À SAÚDE: A ATUAÇÃO DO ESTADO FRENTE AOS DEVERES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE



Ref.: I00000M2005202I

DIREITO DOS DESIGUAIS PARA ALCANÇAR A IGUALDADE – ANÁLISE DE UM DIREITO DO AUTISTA

O objetivo desse trabalho é tecer considerações acerca do parágrafo único, artigo 3º, da lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em tal dispositivo se verifica o direito a acompanhante especializado em caso de comprovada necessidade para o aluno autista em ensino regular. Também visa discutir como deve ser a ação que peticiona tal direito. A metodologia é um misto de análise bibliográfica, jurisprudencial e um estudo de caso já autorizado pela representante legal do aluno. Espera-se com isso esclarecer alguns pontos acerca desse direito.

A relevância está ligada a direitos da igualdade de âmbito constitucional. O princípio da igualdade pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual: “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”. (NERY JUNIOR, 1999, p. 42). A problemática está no fato de que nem sempre

esse direito é cumprido, ou se é não é de modo efetivo. A maioria das escolas não tem profissional especializado, quando tem é uma única professora, nem sempre especializada em autismo, muitas vezes apenas especializada em educação especial, que atende todas as patologias da escola apenas algumas horas da semana, o que implica em pouca ou nenhuma eficácia da lei.

O autismo pode ser definido como um transtorno no qual o portador tem dificuldades de interação com o mundo ao seu redor. Não se trata de uma patologia que pode ser estigmatizada, mas um transtorno, de causas ainda desconhecidas, com relações psíquicas e neurológicas, que impõem um padrão de comportamento diferente ao seu portador. Não se trata de professor especializado. Na educação inclusiva, o professor é único na sala. O direito aqui é um acompanhante que deverá acompanhar o aluno que necessita em sua trajetória educacional, que poderá ajudar a superar suas limitações em sala de aula.

Esse profissional exige especialização. Isso porque há falta de regulamentação

**Otávio Barduzzi Rodrigues
da Costa**

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Ref.: I00000M20052021

DIREITO DOS DESIGUAIS PARA ALCANÇAR A IGUALDADE
– ANÁLISE DE UM DIREITO DO AUTISTA

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa

Universidade Presbiteriana Mackenzie

da lei. No entanto ela é clara em se ter especialização, ou seja, no mínimo profissional graduado com especialização *latu sensu*.

A falta de regulamentação, já é um problema em si. Seria necessário urgente uma regulamentação da lei. Atualmente está ainda em tramite na Comissão de constituição e justiça uma regulamentação encomendada pelo deputado Pedro Francisco Uczai que encomendou uma regulamentação do departamento de educação especial do

UFSC, mas que ainda não foi proposta a votação para aprovação na Câmara.

Não é também um direito absoluto. Ou seja, não é todo diagnosticado com TEA que terá direito a acompanhante especializado. Apenas aquele com comprovada necessidade Através de laudo técnico médico.

Os professores, que em sua formação não receberam preparo especial para o ensino do autista, entram em conflito quanto à melhor maneira de trabalhar essa temática na escola. Nesse sentido, este ponto pode ser um dos obstáculos estabelecidos com

a lei 12.764/12, porque nessa lei não há nenhuma menção de cursos para capacitação dos professores ou ainda a reestruturação das bases pedagógicas num movimento que resgate e ressalte a importância dessa capacitação em sala de aula. Sendo assim, é primordial a preparação desses professores, principalmente os do ensino infantil onde Sendo assim, é primordial a preparação desses professores, principalmente os do ensino infantil onde se inicia o desenvolvimento humano e social das crianças; porque é durante a educação infantil que as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, como existe esse fato. É fundamental que exista um acompanhante especializado se se pretende a verdadeira integração do autista.

Como e observa é um direito fundamental do autista que deve se expressar em toda sua efetividade.

Palavras-Chave: *Autismo, Educação e Integração, Sociologia do Direito, Direito, Lei Nº 12.764/2012.*

Ref.: I00000M20I3202I

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E O PRINCÍPIO DE JUSTIÇA, EM MOMENTO DE ESCASSEZ DE RECURSOS

No mundo temos pessoas ricas, saudáveis, com acesso a saúde, mas também temos pessoas pobres, com deficiências, machucadas, sem acesso a saúde. Os problemas que envolvem a distribuição da saúde vão aparecer sempre que existirem condições de escassez de recursos. E são nesses momentos em que ficam visíveis as desigualdades sociais, aumentando as preocupações e as questões de ordem ética em face do que é justo quanto a distribuição da saúde. Vivemos em uma loteria natural, com resultados arbitrários do ponto de vista moral no qual o simples fato de nascer em uma família pobre ou rica determinará qual modelo de saúde que o indivíduo irá receber. Trata-se de um tema atual e presente nas questões que envolvem a responsabilidade pública na efetivação de direito fundamental à saúde e a busca do seu verdadeiro significado. Enfim, quando se trata do acesso a saúde com base na políticas públicas e ações da sociedade, a pergunta é: o que é justo? A resposta necessariamente deve percorrer as teorias da justiça presentes na bioética: a libertária, a utilitária e a igualitária com o objetivo de determinar seus impactos

na distribuição de recursos para tratamentos médicos e de saúde. Bem como, impõe a discussão da existência de um mínimo razoável de cuidados da saúde diante do conflito com a dignidade da pessoa humana e a extensão do direito fundamental à saúde. A teoria libertária da justiça, em síntese, determina que a pessoa tem a saúde na medida que pode pagar, como uma interpretação liberal da justiça que consiste na operação livre e desimpedida de procedimentos justos, sem qualquer preocupação com a utilidade pública e a satisfação dos cidadãos. A teoria utilitária por sua vez, depende de configurações na sociedade que maximizem a utilidade social da saúde, de acordo com as circunstâncias, enxergando a justiça através de escolhas que sejam vantajosas ou desvantajosas na formação de políticas de macro e micro alocação de recursos. A teoria igualitária entende que importantes benefícios e encargos da sociedade devem ser distribuídos equitativamente, independente de riqueza ou posição social. Os cidadãos teriam acesso a um nível adequado e não máximo de assistência médica, oferecendo um mínimo garantido de cuidados de saúde para

Silvio Romero Beltrão

Faculdade de Direito do Recife

– Universidade Federal de Pernambuco

– CCJ/UFPE

Ref.: I00000M20I3202I

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E O PRINCÍPIO DE JUSTIÇA, EM MOMENTO DE ESCASSEZ DE RECURSOS

Silvio Romero Beltrão

Faculdade de Direito do Recife
– Universidade Federal de Pernambuco
– CCJ/UFPE

todos. Mas haveria um mínimo adequado de cuidados da saúde? Há uma dificuldade enorme em se determinar esse mínimo, e até mesmo de definir o que é o mínimo de cuidados de saúde. Será para uma divisão igual de saúde e de recursos? Para a melhor saúde possível? Ou para algo modesto, realmente mínimo? Não podemos esquecer que em outra medida há o direito fundamental à saúde, com base na dignidade da pessoa humana, buscando uma saúde melhor para todos. Na verdade, em momentos de escassez de recursos temos que fazer contas e tentar otimizar os tratamentos com o que há de recursos existentes. Um sistema justo ainda é um desafio, especialmente para milhares de pessoas. É dificilmente com a permanente escassez de recursos e com as desigualdades sociais não será possível resolver todos os aspectos que envolvem o Direito Fundamental à Saúde. Estamos diante de um dilema ético, em que qualquer resultado não será bom. Porém, ao menos nesse momento de escassez de recursos, pode não ser bom para todos, mas deverá ser o justo. Por fim, em uma sociedade com extremos de desigual-

dades em que há escassez de recursos é muito difícil construir uma teoria que capture todas as concepções, contudo, deve-se com políticas e programas de acesso à saúde tentar reequilibrar as diferenças sociais determinadas pela loteria da vida para possibilitar de forma mais eficiente a alocação de recursos e promover a justiça.

Palavras-Chave: *Direito à Saúde, Princípio da Justiça, Escassez de Recursos.*

Ref.: I00000M20I9202I

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO COPING E A EQUIPE DE ENFERMAGEM HOSPITALAR

O trabalho é a atividade central da nossa sociedade seja pelo aspecto de reconhecimento social que ele proporciona ou pela natureza econômica de prover o sustento das famílias. Assim, o trabalho ganha importância na constituição do modo de vida e, portanto, na saúde física e mental do indivíduo pois o mesmo faz parte da vida do trabalhador. Por conseguinte, o ambiente de trabalho apresenta potencial influência sobre a saúde do trabalhador e pode influenciar sua qualidade de vida e, inclusive, proporcionar estresse ao trabalhador. Desse modo, o equilíbrio entre o indivíduo, o ambiente e a satisfação no trabalho faz-se preciso, pois a interação negativa do sujeito e as condições laborais no seu trabalho podem desencadear insatisfação e levar ao adoecimento dos trabalhadores. A enfermagem é um profissão estressante pelas suas próprias características de assistir inúmeros pacientes em diferentes contextos desde a atenção primária até pacientes graves em hospitais, centros de terapia intensiva, dentre outros. Por conseguinte, as características do trabalho da enfermagem em hospitais podem desencadear processos de adoecimento, haja vista que a prática desse profissional é permeada pela convivência constante com o sofrimento humano e a morte, e essas situações podem inter-

ferir de forma negativa sobre o trabalho e gerar prejuízos psicológicos para o indivíduo, incluindo o estresse. **Objetivo:** avaliar as estratégias de enfrentamento de coping de trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário. **Método:** estudo transversal, realizado em 2019 com 68 trabalhadores de enfermagem. Para a avaliação das estratégias de enfrentamento foi utilizado a Escala de Coping Ocupacional. **Resultados:** 80,3% eram do sexo feminino, 26,9% solteiros, 52,2% casados, 56,9% brancos, a média de idade foi de $39,5 \pm 9,96$ anos, 47,8% enfermeiros, 89,6% atuavam com carga horária de 36 horas semanais e 58,2% pertenciam ao turno diurno, tempo de trabalho na enfermagem média de 12,58 anos. A estratégia mais utilizada tanto pelos técnicos de enfermagem quanto pelos enfermeiros foi o controle ($p = 0,000$). Não houve diferença estatística entre gênero, turnos, categoria profissional e as subescalas da ECO. **Conclusão:** o conhecimento das estratégias de coping favorecem o gerenciamento de recursos humanos, proporcionam a compreensão de como as situações estressoras ocorrem, podem realizar a detecção precoce de problemas relacionados ao ambiente laboral e auxiliar na prevenção de riscos ao trabalhador e promoção da saúde laboral.

**Renata Cristina da Penha
Silveira**

Universidade Federal de São João Del
Rei

Palavras-Chave: *Enfermagem, Saúde
do Trabalhador, Condições de Trabalho,
Adaptação Psicológica, Saúde Pública.*

Ref.: I00000M20302021

THE INSTITUTIONAL LACK OF PROTECTION OF THE WORKERS OF THE GIG ECONOMY IN THE AREA OF OCCUPATIONAL RISK PREVENTION

Raúl Payá Castiblanque
University of Valencia

The digitalization of the economy has had an ambivalent impact on labor relations, on the one hand, it has been a dynamic element (working at any place and time or having a flexible working day), but, on the other hand, it is influenced by organizational cultures that reinforce the intensification of work and the imbalance between personal and work commitments. In this context, this research studies the impact of digital work on the emergence of psychosocial risks from the field of occupational risk prevention. For this purpose, through the theories of demand-control-social support of Karasek, it is analyzed with the microdata of the National Survey of Working Conditions of 2011 in Spain ($n^o = 8,892$) prepared by the National Institute of Health and Safety in The Work exposure to psychosocial risks among digital workers with respect to non-digital workers, estimating the odds ratio (OR) and their 95% confidence intervals (95% CI) through raw binary logistic regressions (ORc) and adjusted (ORa) by sociodemographic variables. The results obtained show that the combined effect of high demands (ORa = 1.87; 95% CI: 1.65-2.11, main-

tain high level of care; ORa = 1.42; 95% CI: 1.28-1.57, work within tight deadlines; and, ORa = 2.16; 95% CI: 1.95-2.39, attend several tasks at the same time) with a low degree of control (ORa = 0.43; 95% CI: 0.39-0.47, on the order of the tasks; ORa = 0.54; 95% CI: 0.48-0.60, working methods; ORa = 0.65; 95% CI: 0.59-0.72 production rates; and ORa = 0.52; 95% CI: 0.47-0.58, on the distribution and duration of work breaks) and low social support (ORa = 0.58; 95% CI: 0.50-0.67, get help from supervisors; ORa = 0.51; 95% CI: 0.46-0.58, get help from peers) lead to higher levels of technostress, techno-anxiety or cyberbullying (ORa = 1.71; 95% CI: 1.50-1.96) of digital workers over non-digital workers. The study demonstrates the need to develop human resources policies that regulate the workload and avoid the social isolation of people who usually work with digital devices.

Palavras-Chave: *Digital Work, Organizational Culture, Labor Intensification, Social Isolation, Psychosocial Risks.*

Ref.: I00000M204I202I

DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À SAÚDE NOS PRESÍDIOS FEDERAIS E AS ESTATÍSTICAS DE SAÚDE MENTAL NO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL: UMA ANÁLISE À LUZ DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

O presente estudo tem como objeto investigar e descrever a situação do sistema penitenciário do Brasil através da análise dos presídios federais, considerando o regime de isolamento prolongado e suas consequências para o preso. Se pretende comentar as estatísticas de saúde mental e as políticas públicas do modelo brasileiro através da aplicação das garantias constitucionais de proteção a dignidade da pessoa humana. Visamos evidenciar como se dá a observância das garantias fundamentais durante a inclusão e manutenção de preso em estabelecimentos penais federais de segurança máxima, que deveria ser medida excepcional e por prazo determinado. O que está a ocorrendo é a subversão da ordem de todo um sistema, está se tornando regra o que deveria/deve ser excepcional e provisório. Inúmeros são os casos de suicídios e morte no Sistema Penitenciário Federal. Além disso, é inegável que as sucessivas renovações que vem sendo aplicadas na prática estão trazendo sérias patologias mentais aos custodiados das Penitenciárias Federais. A metodologia de pesquisa consiste em pesquisa de campo e na rara pesquisa sobre a literatura e bibliografia especializada sobre a matéria, além da análise

de dados e estatísticas que demonstrem a estrutura do sistema carcerário e de tratamento aos ingressados em prisões federais brasileiras, além das constatações resultantes da experiência profissional na advocacia atuante nos presídios federais brasileiros. É necessária a análise de garantias constitucionais e da carta de direitos humanos relacionados ao tema, a fim de verificar e/ou buscar que sejam observadas tais garantias no sistema penitenciário. Dentre os objetivos deste trabalho: expandir o debate acerca do tema a fim de colaborar com a expansão de medidas e políticas gerenciais/administrativas que garantam a efetivação dos direitos em comento; discutir ideias e compreender a evolução histórica de conquistas de direitos nesta área. Dentre as conclusões deste estudo, destaque-se que a custódia no Sistema Penitenciário Federal está a gerar danos psíquicos e emocionais, submetendo os condenados a malefícios que não se limitam à privação de liberdade. Sendo direito fundamental, o direito à saúde, um direito de segunda geração, conclui-se que o seu desrespeito macula uma conquista histórica, garantida constitucionalmente.

Paloma Gurgel de Oliveira
Cerqueira Bandeira
Universidade de Salamanca

Palavras-Chave: *Direito, Humano, Saúde, Mental, Presídios.*

Ref.: I00000M20482021

ESTIGMA, DISCRIMINAÇÃO E SEROFOBIA

Marta Maia

Instituto Universitário de Lisboa,
Centro em Rede de Investigação
em Antropologia

O estigma e a discriminação associados à doença são sobejamente reconhecidos. Ora, estes são fatores de perda de saúde, física como mental, representam um obstáculo à prevenção da doença e atentam contra os Direitos Humanos.

A serofobia, o estigma e a discriminação das pessoas que vivem com VIH (PVVIH) perduram, apesar dos avanços científicos que permitem hoje que uma pessoa em tratamento e com uma carga viral indetetável tenha uma longevidade semelhante à da população em geral e permitem travar a transmissão viral.

A serofobia existe em todo o mundo numa variedade de formas e graus. O medo da infeção e das PVVIH tornam-se um obstáculo à procura do teste de diagnóstico e, portanto, ao controlo da epidemia de VIH, assim como um desrespeito pelos Direitos Humanos.

As PVVIH são alvo de estigma e discriminação, apesar de se encontrar já descrita cientificamente a intransmissibilidade do vírus, tanto por via sexual como vertical (na gravidez e no parto) quando a pessoa está em tratamento e tem uma carga viral indetetável,

O medo do contágio e a necessidade de ancorar o mal no outro mobilizam a discriminação e levam os indivíduos a

uma negação do risco para si, o que se traduz num obstáculo à prevenção pelo teste de deteção precoce.

As PVVIH têm os mesmos deveres que os cidadãos em geral, porque se dá como adquirido que tenham a mesma longevidade e capacidade de trabalho, mas, paralelamente, aceita-se, social e juridicamente, que os seguros de vida, por exemplo, para compra de habitação, sejam rejeitados ou tenham um prémio tão alto que se tornam inoportáveis, ou que haja tabelas de inaptidão para o ingresso nas forças armadas e militarizadas, onde o VIH é referido como fator de exclusão por si só, e ainda que os Pareceres da Provedoria da Justiça afirmem que tais tabelas são discriminatórias e que a infeção por VIH per si não deve ser fator de exclusão.

São evidentes a várias formas de discriminação, a falha dos Governos em proteger as PVVIH da discriminação, consubstanciando uma violação dos Direitos Humanos.

O desconhecimento alimenta a serofobia, o estigma e a discriminação, que por sua vez permitem que sejam ignorados e permaneçam sem consequências os vários atropelos aos Direitos Humanos das PVVIH.

Palavras-Chave: VIH/Sida, Discriminação, Direitos Humanos, Morte Social, Prevenção.

Ref.: I00000M2067202I

A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS: OS DIREITOS E AS LIBERDADES INDIVIDUAIS DOS PARTICIPANTES NO RESPECTIVO PROCESSO

Estima-se que, por ano, nasçam cerca de 750 crianças através da gestação de substituição. Entende-se por gestação de substituição qualquer situação em que a mulher se disponha a suportar uma gravidez por conta de outrem e a entregar a criança após o parto, renunciando aos poderes e deveres próprios da maternidade. Na base deste processo, está a proteção da vida privada que compreende diversos fatores relacionados com a dignidade do indivíduo, que compreende a capacidade de desenvolver a sua personalidade e criar os seus projetos de vida. O conceito de vida privada inclui o direito à autonomia pessoal e o direito ao livre desenvolvimento da personalidade. Por sua vez, estes dois direitos abarcam a maternidade e a paternidade como parte essencial dos mesmos. Para além disso, o processo de gestação de substituição, assim como qualquer forma de procriação medicamente assistida, está envolvido numa atmosfera de altruísmo. Em Portugal, a celebração de negócios jurídicos de gestação de substituição só é possível a título excecional e com natureza gratuita, nos casos de ausência de útero, de lesão ou de doença deste órgão que impeça de forma absoluta e definitiva a gravidez da mulher ou em situações clínicas que o justifique. A gestação de substituição só pode ser autorizada através de uma técnica de

procriação medicamente assistida com recurso aos gametas de, pelo menos, um dos respetivos beneficiários, não podendo a gestante de substituição ser a dadora de qualquer ovócito usado no concreto procedimento em que é participante.

Ao mesmo tempo que processo de gestação de substituição permite que o casal beneficiário possa concretizar o seu projeto parental, levanta diversos dilemas éticos e jurídicos que não alcançam consenso entre os especialistas. Entre os quais, a instrumentalização da criança ou da gestante de substituição; o direito à identidade da criança; o acesso à verdade biológica; a limitação voluntária dos direitos de personalidade; o direito a constituir família; o direito à privacidade; o direito ao livre desenvolvimento da personalidade; a determinação da filiação da criança no caso de colisão positiva de projetos parentais; a revogação do consentimento; a dignidade humana de todos os intervenientes; a colisão de direitos, interesses e deveres, entre outros. O objetivo deste resumo prende-se com a reflexão multidisciplinar dos dilemas e desafios relacionados com a gestação de substituição, tendo por base os direitos humanos e a legislação de diversos ordenamentos jurídicos.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, Gestação de Substituição, Direito à Vida Privada, Liberdade Reprodutiva, Dignidade Humana.*

Cândida Carvalho

Coordenadora do Centro de Estudos de Bioética. Doutoranda em Direito, com especialidade em Direito Civil, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutoranda em Bioética, Instituto de Bioética, Universidade Católica Portuguesa

Ref.: I00000M207I202I

INFODEMIA NA SAÚDE: UM NOVO VÍRUS PANDÊMICO

Patricia Gorisch

Universidade Santa Cecília

– UNISANTA

& Paula Carpes Victorio

Universidade Católica de Santos

Introdução: A palavra “infodemia” faz referência a um grande aumento no volume de informações associadas a um mesmo assunto, e, dessa forma, surgem dúvidas quanto ao uso (ou não) de máscaras e mesmo eficácia de vacinas, rumores sobre a idoneidade da informação; bem como, sua manipulação e desinformação. Em pandemia, a rotina é atípica e a falta de confiança nas informações relacionadas contribui para perturbações e agravamento da saúde mental das pessoas que precisam discernir entre a oferta na internet de 361 milhões de vídeos, 19.200 artigos publicados no Google Scholar e cerca de 550 milhões de tuítes, conforme revela para o período de fevereiro e março de 2020 a Organização Pan Americana da Saúde (PAHO, 2020). Na maior base de dados médica do mundo, a Pubmed apresenta mais de 30 milhões de citações com diferentes expressões para o mesmo assunto: pandemia COVID-19, sendo sem dúvida, a maior pandemia da Era Comunicacional-Digital (MEDICINA: EDITORIAL, 2020). Estudos apontam consequências psicológicas significativas, como estresse, ansiedade e insônia em médicos e enfermeiras já

sobrecarregados com a eclosão da crise COVID-19 (SECOSAN, I. e col., 2020), além de pânico, estresse pós-traumático, desconfiança, xenofobia e racismo (Jakovljevic, M e col., 2020). Não obstante, o desgoverno de alguns países que almejam demonstrar à população rápido controle da situação acabam por causar erosão na confiança pública e sensação de desamparo quando veiculam informações extraídas de artigos científicos antes que tenham sido revistas, como nas pré-impressões (THE LANCET: EDITORIAL, 2020). **Objetivos:** Como objetivo geral, analisaremos o fenômeno da infodemia reportada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na atual pandemia da covid-19 e como objetivo específico, analisaremos as consequências da infodemia no acesso ao direito humano à saúde. **Metodologia:** Para tanto, utilizaremos a metodologia qualitativa, com verificação em páginas de internet e portais, tendo como base filosófica o pensador Yurval Harari, sobre a pandemia e direito fraterno. **Hipóteses:** Partiremos da hipótese de que a infodemia acabou atrasando ou mesmo obstando o acesso à vacina no âmbito da saúde global. Refletiremos

Ref.: I00000M207I202I

INFODEMIA NA SAÚDE:
UM NOVO VÍRUS PANDÊMICO

e buscaremos respostas aos seguintes questionamentos: A infodemia fez com que pessoas resistissem às vacinas? O acesso às vacinas faz parte dos direitos humanos? Há uma crise informacional mundial no tocante ao direito da saúde? Há infodemia científica? Buscaremos, com base em nossa pesquisa, discutir e refletir sobre este fenômeno da era digital e pandêmica que vivemos.

Palavras-Chave: *Infodemia, Direito à Saúde, Pandemia, Vacina.*

Patricia Gorisch

Universidade Santa Cecília
– UNISANTA

& Paula Carpes Victorio

Universidade Católica de Santos

Ref.: I00000M20772021

PANDEMIA E JUSTIÇA SOCIAL DE GÉNERO: EFEITOS DA CRISE NO TRABALHO, RENDIMENTO, CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES PORTUGUESAS

Lina Coelho

Professora auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora no Núcleo de Estudos em Ciência, Economia e Sociedade do Centro de Estudos Sociais (CES)

& Fernanda Lyrío Heinzelmann

Investigadora Júnior no Núcleo de Estudos em Ciência, Economia e Sociedade do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra

Ao início da pandemia de SARS-CoV-2 muito se falou sobre o caráter “democrático” do coronavírus, mas logo se percebeu que determinados grupos sociais estavam a ser desproporcionalmente afetados. Após um ano a conviver com a pandemia, pode-se afirmar que o que a COVID-19 fez foi revelar e intensificar desigualdades sociais pré-existentes. Pessoas que já viviam com dificuldades antes da pandemia, se viram numa situação económica ainda mais frágil. Percebe-se que os efeitos da crise causada pela pandemia afetam a construção da justiça social em uma sociedade plural, em particular no que se refere ao género. Com o objetivo de conhecer de que forma a vida das mulheres e suas famílias estão a ser atingidas pela crise em termos de emprego, rendimento e condições de vida, a investigação em curso, “Mulheres e Homens em tempo de pandemia. Trabalho, rendimento, condições de vida”, levantou dados preliminares que corroboram o que já vinha sendo descrito desde março de 2020 na literatura relacionada.

Trabalho

As mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho tendem a impactar as mulheres mais severamente em função dos setores em que a maior parte destas atuam, ligados ao cuidado e à prestação de serviços. Setores que concentram o emprego feminino – como hotelaria, restauração, serviços às pessoas e comércio a retalho – são tradicionalmente mal remunerados e precarizados, e foram muito afetados com a pandemia. O recolhimento obrigatório e a premissa do teletrabalho não são aplicáveis em muitas destas atividades, gerando desemprego e/ou layoff com incidência reforçada para as mulheres. Ademais, a dupla jornada desempenhada por muitas mulheres, ao acumularem emprego com trabalho doméstico e cuidados a crianças e outros dependentes, reforça a sua vulnerabilidade.

Rendimento

As desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e no acesso a rendimentos, situa-as como um grupo menos favorecido. A crise gerada pela pandemia ultrapassa

Ref.: I00000M2077202I

PANDEMIA E JUSTIÇA SOCIAL DE GÉNERO:

EFEITOS DA CRISE NO TRABALHO, RENDIMENTO, CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES PORTUGUESAS

as questões ligadas à saúde pública, e seus efeitos sociais e económicos impactam mais as mulheres. Trata-se de uma crise diferente das anteriores, dada a relação com as atividades e os setores económicos mais atingidos. Globalmente as mulheres correspondem a mais de 70% da força de trabalho em saúde e serviços de cuidado a idosos e pessoas dependentes. São, assim, as profissionais mais presentes na linha de frente e mais expostas a contágio, mas também à exaustão relatada por trabalhadores em saúde.

Condições de vida

O confinamento é especialmente exigente para as famílias com crianças e as famílias unipessoais de idade mais elevada. Em ambos os casos, as mulheres são especialmente penalizadas. Nas famílias em teletrabalho e com crianças em tele-escola, a sobrecarga recai desproporcionalmente sobre as mães, obrigando a níveis de esforço físico e emocional muito exigentes. Mas para as pessoas idosas que vivem sós, maioritariamente mulheres, o isolamento e a ameaça da doença tornaram-se fonte de sofrimento acrescido. Embora algu-

mas mulheres relatem ter aumentado a sua qualidade de vida com o confinamento e o teletrabalho, tal parece ser uma percepção associada a condições económicas e a organização familiar prévia à pandemia muito específicas. Para a maioria das mulheres esta crise degradou as suas condições de vida, reforçando desigualdades pré-existent.

Discussão

A revisão da literatura e a análise preliminar dos resultados do inquérito revelaram que os efeitos da crise causada pela pandemia de COVID-19 estão a ser mais sentidos pelas mulheres, sobretudo as mães de crianças pequenas e as trabalhadoras dos setores mais afetados pelo confinamento. São dados a ter em conta, pelas perspetivas preocupantes que traçam para o período pós-pandémico no que respeita às desigualdades entre homens e mulheres.

Palavras-Chave: COVID-19, Mulheres, Crise Económica, Desigualdades de Género.

Lina Coelho

Professora auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora no Núcleo de Estudos em Ciência, Economia e Sociedade do Centro de Estudos Sociais (CES)

& Fernanda Lyrío Heinzelmann

Investigadora Júnior no Núcleo de Estudos em Ciência, Economia e Sociedade do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra

Ref.: I00000M20792021

O SÍNDROME DE ESTOCOLMO, A ANESTESIA SOCIAL E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

António Duarte Santos

Universidade Autónoma de Lisboa

O tema da democracia e democratização dos regimes políticos tem estado no topo da agenda das ciências sociais, especialmente da Ciência Política e da Economia. À medida que um número crescente de nações tem passado a escolher os seus líderes políticos através de eleições livres e justas, a atenção dos investigadores tem-se também dirigido para a necessidade de descobrir o que diferencia as democracias entre si. Esta atenção académica não é independente, pelo contrário, do peso crescente deste tema na agenda pública. Os alegados declínios da participação eleitoral, da confiança dos cidadãos nas instituições políticas, da qualidade das elites políticas e dos mecanismos de responsabilização do poder são temas recorrentes. E existe uma noção, pelo menos difusa, de que as bases económicas, sociais e culturais que proporcionaram o surgimento da Democracia nos países industrializados sofreram mutações de tal modo importantes que podem estar a afetar os aspetos mais básicos da relação entre os cidadãos e o poder político. Analisamos o caso português em que a qualidade do funcionamento da democracia se tem tornado

num tópico cada vez mais relevante, em que o Estado acaba por ser o raptor, aplicando o tópico do síndrome de Estocolmo, de um povo refém da promiscuidade entre as conveniências privadas e os favores públicos. Essa maquinação torna o sistema eleitoral desadequado à realidade e sobretudo desajustado ao futuro. O povo português tornou-se anestesiado, acostumado e rendido a um sistema democrático que não favorece o crescimento económico e o bem-estar dos cidadãos. É a qualidade da democracia que está em causa, ao permitir que ela seja completamente capturada por uma determinada conceção normativa da Democracia, que pode, por sua vez, não ser representativa das visões partilhadas pela generalidade dos cidadãos ou dos agentes políticos. Por outro lado, ao privilegiar aspetos institucionais do sistema político, esta abordagem negligencia o aspeto fundamental de um regime democrático: os cidadãos e as suas perceções e avaliações. A política existe como a arte do possível no momento oportuno, suportada na Constituição de cada país tido como Estado de Direito. Ela proporciona a gestão dos bens e serviços sociais.

Ref.: I00000M2079202I

O SÍNDROME DE ESTOCOLMO, A ANESTESIA SOCIAL E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Os bens e serviços sociais proporcionam um racional destinado ao exercício da sua afetação orçamental. Embora sempre difícil de resolver esta pretensão que se pretende que seja otimizada, ela é de importância central da economia do setor público. No entanto, com esta otimização, vertida nos Orçamentos de Estado anuais e nos Planos plurianuais, nem todas as decisões políticas são concretizáveis ex-post ou até adotadas com equidade. No caso português, a dívida pública tornou-se no principal obstáculo ao crescimento económico, a par da dívida externa. Logo, os políticos eleitos são servidores públicos do povo com mandatos temporários e assegurados economicamente por quem trabalha e produz riqueza com valor acrescentado. Gerir os bens sociais por agentes escolhidos pelo voto do povo não é sinónimo de escolhas públicas impulsionadoras do bem-estar. O fato de serem eleitos faz com que o tipo de governo seja democrático mas, no caso português, acrescenta anualmente muito pouco valor à riqueza já existente. Em Portugal está em causa a própria sobrevivência digna das pessoas de um país da União Europeia.

Palavras-Chave: *Síndrome de Estocolmo, Anestesia Social, Qualidade da Democracia, Bem-Estar Social.*

António Duarte Santos

Universidade Autónoma de Lisboa

Ref.: I00000M20842021

A META 05 DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEGUNDO QUINDÊNIO (2015-2030) E O PLANO GOVERNAMENTAL DIRECIONADO À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

**Ana Luiza Martins
de Souza**

Universidade Federal do Maranhão
(UFMA)

**& Maria da Glória Costa
Gonçalves de Sousa Aquino**

Universidade Federal do Maranhão
(UFMA)

O alcance do potencial humano e a promoção do desenvolvimento sustentável, essenciais à prosperidade e à paz universal (ONU, 2015), foram estabelecidos como objetivos mundiais do segundo quindênio (2015-2030) pela ONU, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os objetivos orientam a atuação dos Estados-membros em nível regional e global para o asseguramento de vida digna e, em específico, para o alcance da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e das meninas.

A promoção do desenvolvimento sustentável é essencial para que toda a população tenha igualdade de condições de participação e contribuição social, política e econômica, o que torna imperativa a superação da desigualdade de gênero (ONU, 2015) como importante pauta em matéria de direitos humanos.

As concepções de poder, hierarquia e gênero são a origem de potenciais violências contra a mulher a partir do momento em que a ideologia dominante é a de que o gênero feminino é a exceção à regra, que é o gênero masculino,

cabendo a este definir a forma como as relações se estabelecem (WOLFF; WALDOW, 2008).

A violência obstétrica, enquanto forma de violência de gênero e violência contra a mulher, originada na apropriação e controle dos corpos e da sexualidade de mulheres e crianças pelos profissionais que prestam assistência desde o pré-natal até o puerpério e ao processo de abortamento, é fundada no exercício de poder e de dominação, que justifica desigualdades contra a mulher, e na autoridade científica e moral do conhecimento do homem-médico.

A OMS (2014) publicou uma declaração sobre violência obstétrica em que afirma que “[...] Os abusos, os maus-tratos, a negligência e o desrespeito durante o parto equivalem a uma violação dos direitos humanos fundamentais das mulheres [...]” (p. 01-02). Embora, “atualmente não há consenso internacional sobre como esses problemas podem ser cientificamente definidos e medidos. Em consequência, sua prevalência e impacto na saúde, no bem-estar e nas escolhas das mulheres não são conhecidas” (OMS, 2014).

Ref.: I00000M2084202I

A META 05 DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEGUNDO QUINDÊNIO (2015-2030)
E O PLANO GOVERNAMENTAL DIRECIONADO À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

No Brasil, segundo a pesquisa “Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento” (LEAL et. al., 2012), 52% dos partos realizados pelo setor público foram por meio de cesárea, enquanto, no setor privado, esse percentual alcançou incríveis 88%, sem que haja justificativa clínica ou indicação obstétrica; 70% das mulheres desejavam um parto vaginal no início da gravidez, o que “[...] sugere que a orientação no pré-natal pode estar induzindo a maior aceitação da cesariana” (p. 04).

Assim, o presente trabalho considera em que medida a violência obstétrica consiste em um obstáculo ao ODS-5 que pretende pelo alcance à igualdade de gênero e ao empoderamento todas as mulheres e meninas, visando compreender e refletir sobre os desafios de erradicação da violência obstétrica.

Metodologicamente, se utiliza o método dedutivo para promover uma análise sob a perspectiva histórico-normativa da violência obstétrica. A técnica da pesquisa empregada é bibliográfica e documental, de cunho exploratório, tendo como critério os dados empíricos

disponibilizados pela ONU, OMS, OPAS e Ministério da Saúde do Governo Brasileiro.

Compreende-se que a violência obstétrica se constitui em sério obstáculo à persecução da agenda do desenvolvimento sustentável, tendo em vista que o alcance do potencial humano está intrinsecamente conectado à garantia plena e universal de direitos humanos, direitos fundamentais e de oportunidades.

No Estado brasileiro, a manutenção de um modelo médico-hospitalar de assistência à saúde e a insuficiência de normativos para identificar a violência obstétrica perpetuam a ocorrência de violações, sendo necessária a mudança de paradigma na formação de recursos humanos, os quais se constituem em elementos essenciais à promoção do empoderamento das mulheres e à adoção e ao fortalecimento de políticas públicas tendentes à promoção da igualdade de gênero e à implementação efetiva das metas traçadas no plano internacional.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável, Violência de Gênero, Violência Contra a Mulher, Violência Obstétrica.*

**Ana Luiza Martins
de Souza**

Universidade Federal do Maranhão
(UFMA)

**& Maria da Glória Costa
Gonçalves de Sousa Aquino**

Universidade Federal do Maranhão
(UFMA)

Ref.: I00000M20932021

COMO FREAR OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 E CUMPRIR OS OBJETIVOS E METAS PROPOSTOS PELA AGENDA 2030?

Juliana Roman

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

Adotada no dia 25 de setembro de 2015 em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 estipula 17 objetivos – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – e 169 metas, os quais buscam, através da promoção e da adoção colaborativa de medidas, a superação das principais dificuldades que o ser humano enfrenta, mirando alcançar um mundo de verdadeira “prosperidade, equidade, liberdade, dignidade e paz” (NAÇÕES UNIDAS, 2015), tornando-se, por isso, uma verdadeira agenda internacional, definidora de ações e políticas públicas nacionais e internacionais, que envolve os mais diversos atores, tanto do ramo público como do privado (CARVALHO, 2019). A Agenda 2030 figura como um dos maiores “alvos” da Covid-19, uma vez que a recessão econômica causada pela pandemia causará “a massive impact on the implementation of almost all the United Nation’s Sustainable Development Goals (SDGs)” em especial nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, do Sul Global, os quais dependem de investidores estrangeiros e do setor privado para a manutenção da balança comercial e a estabilização de suas economias (VAN BARNEVELD et al, 2020, p. 12). Logo, faz-se imperioso que busquemos outras formas de atingi-la, não só para a presente geração, mas igualmente para as vindouras, enquanto um legado positivo,

que, diante do presente contexto, mostra-se imperioso. Almeja-se com o presente texto verificar como a pandemia de SARS-CoV-2 pode ser contornada, especialmente quando o Estado se mostra incapaz de fazê-lo sozinho. Nesse passo, importante avultar a premissa da qual parte este texto, qual seja, de que o Estado já se mostrava incapaz de corrigir as injustiças sociais existentes antes do advento da Covid-19, e que, desde o advento da pandemia, tornaram-se evidentes “la vulnerabilidad de los Estados para proteger la vida humana y las contradicciones de sociedades que han colocado en el centro el crecimiento económico por encima de otras consideraciones relacionadas con el desarrollo humano y sostenible” (MILLÁN; SANTANDER, 2020, p. 256). Portanto, mostra-se necessário repensar as relações entre o público e o privado, em busca de meios que mitiguem os resultados desastrosos, à nível mundial, ocasionados pela crise sanitária. Suscita-se a seguinte questão: quais os possíveis meios para alcançar os objetivos e metas propostos pela Agenda 2030 diante dos impactos ocasionados pela pandemia de covid-19? A pesquisa será guiada pelo método dedutivo e mediante a realização de uma pesquisa qualitativa cujos objetivos serão analisados desde os modelos descritivo e exploratório, seguindo os procedimentos documental e bibliográfico.

Palavras-Chave: *Agenda 2030, Covid-19, Direitos Humanos.*

Ref.: I00000M2096202I

O PARADOZO DA NATUREZA HUMANA: FUNDAMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DOS DIREITOS LGBTI+

Nas clássicas teorias acerca dos Direitos Humanos, esses são pensados como decorrentes de uma certa “natureza humana”, no sentido de que tais direitos se depreenderiam imediatamente de uma dignidade fundante da categoria do “humano”. Tal afirmação simplória, no entanto, se coloca em paradoxo com a imensa dificuldade de garantia de direitos humanos a coletividades inteiras, especialmente quando estão em operação formas excludentes de formação identitária, ligadas a nacionalismos, racializações, ou a experiências de gênero e sexualidade compreendidas como “desviantes”. Nessas últimas, o paradoxo da natureza humana mostra-se em sua crueza, tendo em vista que as vivências de grupos LGBTI+ foram historicamente identificadas como “não naturais”. As demandas por direitos de pessoas LGBTI+, assim, vêm acompanhadas no contexto mundial de uma demanda por integrar a categoria do humano, inclusive apelando-se, em alguns casos, para compreensões bio-ontológicas da definição da sexualidade humana como argumento chave. Assim, ao observar os processos de construção dos direitos humanos LGBTI+ no

contexto brasileiro, podemos encontrar a constante necessidade de afirmação de que a existência LGBTI+ não seria jamais uma escolha, mas uma espécie de “destino”, seja ele imposto pela própria genética, ou por razões conhecidas. Tal postura possui o evidente objetivo de naturalizar a experiência LGBTI+, disputando assim quais experiências corpóreas e sexuais a categoria do humano pode “naturalmente” conter. A hipótese deste trabalho é que tal movimento mostra um paradoxo: ao passo que o fundamento na natureza humana é com frequência colocado como uma forma de proteger os direitos de tendências excludentes e reducionistas, ele é em si mesmo excludente, no sentido de que a “natureza humana” não possui um sentido ontológico único a ser descoberto, mas é ela mesma socialmente definida. Assim, em diversos momentos históricos, e ainda hoje, pessoas foram excluídas da natureza, seja por razões raciais, sexuais, de gênero, estreitando o alcance dos direitos apesar de sua concepção como “universal”. Tal problemática pode ser visualizada em teorias clássicas dos direitos humanos, mas mesmo em certos aspectos de teorias

**Andressa Regina Bissolotti
dos Santos**

Universidade Federal do Paraná

Ref.: I00000M20962021

O PARADOZO DA NATUREZA HUMANA: FUNDAMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS
A PARTIR DOS DIREITOS LGBTI+

**Andressa Regina Bissolotti
dos Santos**

Universidade Federal do Paraná

críticas como a de Joaquín Herrera Flores (2009), ao fixar seu conceito de direitos humanos na categoria de “dignidade humana”, a qual é devedora de uma longa tradição humanista que mantém profundo diálogo com o conceito kantiano de dignidade. Ao desenvolver essa problemática, este trabalho procura dialogar com perspectivas da filosofia contemporânea, como as de Michel Foucault (2014) e Judith Butler (2007; 2015), as quais nos mostram que toda ontologia, em especial aquela relacionada às identidades sexuais e de gênero, é histórica. Assim é também a “natureza humana”, sendo necessário questionar os sentidos que esta ocupa como fundamento dos direitos humanos. Nesse sentido, ao abandonar um sentido “biológico” de “natureza humana”, propõe-se que todo sentido de natureza humana é histórico e, portanto, coletivo. Assim, os direitos humanos passar a ser pensados a partir de fundamentos contingentes, no sentido trazido por Butler (1998), que para cumprirem seu papel de expansão de formas vivíveis de vida, devem permanecer sempre abertos à contestação e à ampliação de suas fronteiras, incluindo novas experiências

humanas. Enfim, tal reflexão pareceria indicar que o fundamento dos direitos humanos não deveria ser buscado naquilo que possuíamos em comum como indivíduos isolados (como uma natureza biológica similar), mas naquilo que possuímos em comum apenas no sentido da nossa interconexão como sujeitos sociais, sempre profundamente ligados à existência de diversos

Outros, que nos constituem enquanto Eu humano.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, Natureza Humana, LGBTI+.*

Ref.: I00000M2I I0202I

OS PROCESSOS ESTRUTURAIS E A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A CRISE OCASIONADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

A presente pesquisa centraliza-se na área de Ciências Jurídicas e Sociais, Direito Público e Direito Processual Civil com ênfase nos processos estruturais e a judicialização de políticas públicas, em face à pandemia da COVID-19 e a crise global ocasionada. O tema encontra-se em franco desenvolvimento no país, o que foi amplificado no atual contexto com as políticas públicas em voga e a franca tendência de sua judicialização. Com isso, tornaram-se os processos estruturais alternativas importantes para resolução de litígios envolvendo problemas sistêmicos por meio do estabelecimento de diálogo entre os setores envolvidos do executivo, do legislativo, da sociedade civil e do judiciário, sendo o estudo acadêmico essencial e necessário para a sua correta aplicação. Com isso, o objetivo fundamental do projeto foi analisar os processos estruturais no estabelecimento de diálogo para a resolução de litígios envolvendo políticas públicas e a pandemia da COVID-19. Especificamente almejou-se avaliar o embasamento essencial do processo estrutural e a situação teórica e prática desse no Brasil, especialmente nos casos de judicialização de políticas públicas frente ao cenário de crise ocasionado pela pandemia de 2020. O trabalho de pesquisa teve cunho exploratório haja vista o estado da arte em que se encontra a temática. Pautado pelos objetivos traçados, utilizou-se, essencialmente o método dedutivo tradicional, tendo como base material de

estudo a doutrina e a legislação brasileira, sobre a qual se realizou uma abordagem analítica. Como resultado da pesquisa, os processos estruturais – uma possibilidade reconfigurada de resposta baseada no dinamismo do processo civil contemporâneo – não são uma inovação jurídica recente e podem ser resumidos em procedimentos judiciais cujo objetivo é a implementação efetiva de reformas sistêmicas, institucionais ou organizacionais, almejando a consolidação de uma realidade conforme à constituição brasileira. Paralelamente, tem-se as políticas públicas definidas como conjuntos de medidas ou programas de ações que visam concretizar objetivos públicos, almejando o alcance de bem estar social, as quais, quando sem sucesso na via institucional e administrativa, acabam sendo judicializadas e identificando-se com os processos estruturais. Por fim, conquanto a teoria dos processos estruturais esteja em desenvolvimento e a judicialização de políticas públicas traga consigo diversas problemáticas, esta é uma realidade e aquela é uma alternativa legítima, acobertada pelos ideais fundamentais do Código de Processo Civil vigente, para, no cenário brasileiro atual de múltiplas falhas sistêmicas e graves bloqueios políticos e institucionais, lidar adequadamente com os litígios estruturais e políticas públicas que aportarem ao poder judiciário, inclusive nesse período de crise.

Palavras-Chave: *Litígios Complexos, Tutela Jurisdicional, Coronavírus.*

Micaela Porto Filchtiner

Linke

Mestranda da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul
– PUCRS

Ref.: I00000M21I72021

O FORTALECIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS

**Caroline da Rosa
Cavalheiro**

Universidade Luterana do Brasil
(ULBRA), Campus Santa Maria, RS

**& Adriane Medianeira
Toaldo**

Universidade Luterana do Brasil
(ULBRA), Campus Santa Maria, RS

Este trabalho tem como objetivo debater estratégias para combater a pandemia do novo coronavírus através do fortalecimento da saúde pública. Trata-se de um estudo focado no método dedutivo realizado através de pesquisa bibliográfica. A construção do texto se deu pelo método monográfico. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma grande conquista da população brasileira, resultado da organização da sociedade civil através das conferências de saúde em todo o país, que resultaram em um conjunto de propostas incorporadas pelo legislador na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Criou-se, desta maneira, a maior política pública de saúde da nação, administrada em conjunto pela União, Distrito Federal, estados e municípios. Desde seu surgimento, o SUS tem crescido em oferta e diversidade de serviços, atendendo ao preceito constitucional que afirma ser a saúde um direito de todos e um Dever do Estado. A organização do SUS se destaca por atender aos princípios de universalidade, integralidade, regionalização e eficiência, evidenciando seu caráter democrático e de prestação de serviços à população.

No entanto, apesar dos inúmeros avanços alcançados em mais de trinta anos, ainda há muito a ser feito em prol da eficiência e da eficácia. Como serviço público, tem sofrido as mazelas de gestões ineficientes, desvios de verbas e processos corruptivos, favorecimentos políticos a grupos de interesse, falta de motivação das equipes de saúde e remuneração incompatível com a devida qualidade dos serviços prestados. Porém, o que mais tem afetado o SUS é a política de desmantelamento desta rede pública de saúde, que acontece como resultado da intervenção de governos neoliberais, alinhados com o mercado e os grandes grupos econômicos, interessados em promover a saúde privada dentro de um modelo hospitalocêntrico e atendimento aos sintomas das doenças (com o crescente consumo de medicamentos). Assim, a saúde, que era um direito de todos, passa a ser o direito de uma minoria que possui poder aquisitivo para pagar pelos procedimentos. E o Estado, por sua vez, desobriga-se de fornecer este serviço, deixando de prestar políticas públicas de saúde. Felizmente, ou infelizmente, teve que ocorrer uma pandemia em nível mun-

Ref.: I00000M2I17202I

O FORTALECIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS

dial para mostrar que somente países que possuem uma estrutura pública de saúde poderiam oferecer uma melhor resposta às demandas da população. Desta forma, salvo pelo gongo, o SUS recuperou sua importância no cenário nacional e seus profissionais voltaram a ser reverenciados como aqueles que se dedicam a salvar vidas, estando na linha de frente de combate ao covid-19. Em alguns Estados, dobraram-se ou triplicaram-se os leitos de UTI e multiplicaram-se os leitos de enfermagem. Também houve a construção de inúmeros hospitais de campanha. A sociedade civil organizada e as empresas somaram esforços para dotar as unidades de saúde de equipamentos e infraestrutura. Nunca houve tanta necessidade de profissionais preparados para atender em unidades de terapia intensiva. Foi o fortalecimento da saúde pública que impediu que o caos e o colapso fossem ainda maiores, revelando-se esta como a estratégia mais acertada de combate à pandemia. Atualmente, até mesmo aqueles que apostaram na saúde privada, presenciando a sua incapacidade, estão procurando leitos no SUS, como forma de salvar suas vidas ou de seus

entes queridos. Os alarmantes números da pandemia, que tendem a crescer diante da irresponsabilidade da população, somente poderão ser combatidos através do fortalecimento da saúde pública, inclusive, no rápido fornecimento de vacinas, sendo esta a única estratégia capaz de derrotar o vírus. Mas para que isto aconteça, a sociedade civil organizada e os governos precisam repensar seus conceitos, visto que as práticas liberais de direcionamento ao mercado não conseguem dar conta de uma demanda por saúde que clama por equidade e dignidade humana.

Palavras-Chave: *Pandemia, Saúde Pública, Fortalecimento do SUS, Estratégia.*

**Caroline da Rosa
Cavalheiro**

Universidade Luterana do Brasil
(ULBRA), Campus Santa Maria, RS

**& Adriane Medianeira
Toaldo**

Universidade Luterana do Brasil
(ULBRA), Campus Santa Maria, RS

Ref.: I00000M21I92021

DEPRESSÃO: FATORES EM REFLEXÃO EM JOVENS INFRATORES

Manuella Costa da Silva,

Faculdade de Psicologia
– Universidade de Lisboa

**Antônio Pedro de Mello
Cruz**

Departamento de Processos
Psicológicos Básico, Instituto
de Psicologia, Universidade de Brasília

& Maria Odília Teixeira

Faculdade de Psicologia
– Universidade de Lisboa

Introdução

Uma das medidas socioeducativas mais graves para adolescentes em conflito com a lei no Brasil é sua internação por até 3 anos em centros de detenção juvenil. Isso pode representar uma grande fonte de estresse para essa população e um aumento na reincidência do infrator.

Métodos

Aqui, relatamos um estudo em que 175 adolescentes do sexo masculino de três instituições de detenção juvenil do Distrito Federal preencheram voluntariamente um Questionário Demográfico e de Projetos de Vida; Escala Multidimensional de Autoeficácia Percebida; e os Inventário de Ansiedade e Depressão de Beck (BAI e BDI). Os participantes foram então convidados a preencher um pequeno questionário de autoavaliação para avaliar seu perfil de uso de drogas anterior, perguntando se e com que frequência eles haviam experimentado maconha, álcool e outras “drogas pesadas” (ou seja, crack, cocaína) um ano antes de institucionalização. Apenas os dados de participantes que relataram uso recorrente de alguma dessas

substâncias na vida foram incluídos como usuários de drogas. Os participantes que relataram nunca ter usado maconha, álcool ou outras “drogas pesadas” e aqueles que relataram ter usado alguma dessas substâncias até três vezes durante a vida foram todos contabilizados como não usuários.

Resultados

Do total de participantes, 21,14% tiveram escores de BDI variando de 17-29 (depressão moderada), e 6,86% tiveram escores de BDI maiores que 29 (depressão grave). Em relação ao BAI, 17,71% dos participantes apresentaram escores variando de 16 a 25 (ansiedade moderada) e 16,57% tiveram escores do BAI acima de 25 (ansiedade grave). No geral, os escores de depressão moderada a grave representaram 28% dos participantes, e os escores de ansiedade moderada a grave representaram 34,28% dos participantes. A grande maioria dos participantes também relatou algum uso de drogas antecedentes, incluindo cannabis (33,14%), álcool (28,00%) e outras “drogas pesadas” (27,42%). As análises estatísticas de regressão demonstram

Ref.: I00000M21I92021

DEPRESSÃO:

FATORES EM REFLEXÃO EM JOVENS INFRATORES

que a ansiedade, sentimento negativo face ao futuro e projetos de vida extrínsecos (voltados para fontes materiais), estão correlacionados positivamente com a depressão. Por outro lado, o sentimento negativo face ao futuro, a percepção de autoeficácia, os projetos de vida intrínsecos (voltados para fontes não materiais) e o uso de maconha foi correlacionado negativamente com a depressão.

Conclusões

Nossos resultados indicam níveis potencialmente preocupantes de sofrimento emocional nesses jovens institucionalizados, que parecem ser independentes de comportamentos aditivos. Além disso, os dados sugerem variáveis que podem ser objeto de intervenção para a promoção de saúde e bem-estar com esses adolescentes.

*Observação: Resultados parciais deste estudo foram submetidos para publicação.

Palavras-Chave: *Interação, Adolescentes, Ansiedade, Depressão.*

Manuella Costa da Silva,

Faculdade de Psicologia

– Universidade de Lisboa

Antônio Pedro de Mello

Cruz

Departamento de Processos

Psicológicos Básico, Instituto

de Psicologia, Universidade de Brasília

& Maria Odília Teixeira

Faculdade de Psicologia

– Universidade de Lisboa

Ref.: I00000M2I2I2021

CUIDADO INSTITUCIONALIZADO DE CUIDADORAS MULHERES NAS CASAS LARES DE ACOLHIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ana Maria Silvello Pereira,

Universidade Federal do Paraná

& Marlene Tamanini

Universidade Federal do Paraná

O artigo proposto tem como objetivo discutir e analisar o conteúdo que ganha o cuidado nas casas lares como instituições de acolhida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e familiar. Essas casas lares podem abrigar até 10 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, possuem estrutura semelhante a uma residência privada e têm como objetivo de preservar a identidade e a individualidade dos acolhidos, além de possibilitar que as relações se aproximem daquelas vividas num ambiente familiar favorecendo a autonomia, interação social e afetiva entre as crianças, adolescentes, cuidadoras e sua família biológica, equipe técnica e de apoio, voluntários e com a comunidade.

Foca-se na experiência de cuidado institucionalizado de mulheres cuidadoras residentes em casas lares administradas por Organizações Não Governamentais na cidade de Curitiba/PR, Brasil. Essas mulheres residem nas casas lares e são responsáveis pelos cuidados diários e diretos dos acolhidos. De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-

CONANDA/CNAS (2009) esse é um serviço de acolhimento que se enquadra no Nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que garante a proteção integral como moradia, alimentação, higienização para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e foram retirados provisoriamente de seu núcleo familiar como medida de proteção e cuidado. Contudo é preciso analisar e discutir as condições em que este trabalho é desenvolvido, quando ele envolve os arranjos familiares e institucionais, as políticas de cuidado e quando ele possibilita o cuidado dos filhos biológicos das cuidadoras, o cuidado das crianças e adolescentes acolhidos e os cuidados com a casa. Analisar esses aspectos da experiência vivida na casa lar permite pensar processos de naturalização ou de desnaturalização das próprias concepções de cuidado institucionalizado e comporta uma visão ética e política para a vulnerabilidade.

Palavras-Chave: *Cuidado, Casa Lar, Cuidadoras.*

Ref.: I00000M2I22202I

O GÊNERO NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E A PERSPECTIVA DA ÉTICA FEMINISTA DO CUIDADO

O presente artigo tem por objetivo investigar como se apresentam os conteúdos de um dos principais documentos oficiais produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre gênero nas Operações de Paz e como estes conteúdos podem ser pensados a partir de uma perspectiva da ética do cuidado. As Operações de Paz como um dos instrumentos da ONU para salvaguardar a paz e a segurança internacionais, foram criadas em um contexto de mudanças no cenário internacional decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial, e acen-tuadas com o Pós-Guerra Fria, no qual houve um aumento de conflitos regionais e civis em detrimento dos tradicionais conflitos entre Estados. Ao longo dos anos, a fim de atender as novas demandas do sistema internacional, a ONU desenvolveu mecanismos para a construção da paz que ultrapassassem o conceito tradicional de paz como a ausência de conflito, eximindo o caráter mais militar das primeiras operações, e implementou operações de paz com atuações mais complexas e multidimensionais. A importância deste artigo justifica-se pelo esforço teórico em refletir sobre o potencial analítico que a ética

do cuidado apresenta para os estudos sobre missões de paz, visto que ela propõe uma abordagem alternativa que compreende os seres enquanto inter-dependentes, ao invés de indivíduos independentes, e busca fazer com que os Estados realistas sejam mais cuidadosos quanto aos seus interesses nacionais no que diz respeito às intervenções de fazer, manter e/ou construir a paz, contribuindo para o fortalecimento da democracia. O artigo trata de uma pesquisa qualitativa de análise de um dos principais documentos de princípios e orientações das Operações de Paz sobre gênero denominado Policy on Gender Responsive UN Peacekeeping Operations Policy disponível no site oficial da ONU sob uma perspectiva da ética do cuidado como teoria feminista, levando em consideração suas potencialidades e fraquezas enquanto perspectiva de análise, de forma a se pensar os desafios que estes conteúdos incidem à democracia e aos processos de desnaturalização de gênero.

Palavras-Chave: *Ética Feminista do Cuidado, Operações de Paz, ONU.*

Claudia Santos

Universidade Federal do Paraná - UFPR

& Marlene Tamanini

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Ref.: I00000M2I23202I

**O DIREITO A MORRER COM DIGNIDADE E O DIREITO
A UMA MORTE AUTODETERMINADA:
APROXIMAÇÃO A UMA PRESTAÇÃO SUI GENERIS
DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM FIM DE VIDA**

Patrícia Cardoso Dias

Universidade Autónoma de Lisboa
"Luís de Camões"

Partindo da análise das decisões do Tribunal Constitucional italiano e do Tribunal Constitucional alemão, pretende-se ensaiar a configuração de um direito à disposição sobre a própria vida, que implicitamente já se encontra parcialmente no perímetro protetor do direito à autodeterminação em matéria de cuidados de saúde. O direito a morrer com dignidade compreende o direito a recusar tratamentos médico-cirúrgicos e bem assim o direito à abstenção de tratamentos, ainda que se produza o resultado morte. Radicando estes direitos do direito à autodeterminação pessoal, o reconhecimento implícito de um direito à interrupção voluntária da vida indica que o direito a uma morte autodeterminada inclui a liberdade de disposição sobre a própria vida num contexto de fim de vida como verdadeira alternativa ao direito de acesso a cuidados paliativos, devendo a decisão doente em antecipar a sua morte ser respeitada pelo Estado e pela sociedade como um ato de autonomia pessoal e autodeterminação, que deve ser integrado na promoção de políticas públicas de garantam um fim de vida digno, uma vez que a morte poderá ser componente essencial do cumprimento

integral do mandato de otimização do livre desenvolvimento da personalidade. O respeito pelo direito fundamental à autodeterminação, compreendendo a autodeterminação nas decisões relativas ao fim da vida, de uma pessoa que decide livre e voluntariamente antecipar o fim da sua vida não colide com o dever do Estado de proteger a vida, uma vez que o direito que protege o bem jurídico não pode ser imposto ao próprio titular sob pena de o convolar num direito/dever, uma imposição jurídica ao doente que nele já não encontra a ideia que o precede como "bem" e, por conseguinte, como interesse protegido. Neste desiderato, visando salvaguardar a liberdade do pressuposto ético-jurídico da ordem jurídica que é a pessoa humana, não parecem existir motivos para que não reconheça integralmente um direito à disposição sobre a própria vida do qual decorrem as garantias e poderes necessários a proteger com êxito da dignidade no contexto de um Estado Democrático de Direito que, enquanto projeto ético inacabado, deverá assegurar a consecução deste ato médico de acordo com um verdadeiro paradigma de respeito integral pelo primado da pessoa humana.

Palavras-Chave: *Fim de Vida, Cuidados Paliativos, Morrer com Dignidade, Interrupção Voluntária da Vida, Direito à Autodeterminação Pessoal.*

Ref.: I00000M2I75202I

MUDANÇA DE PARADIGMA PARA O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE DE IDOSOS: A SAÚDE DIGITAL

A presente pesquisa surgiu da percepção da existência de modernas tecnologias como juridicamente eficazes no domínio da proteção do direito fundamental à saúde dos idosos. Nesse sentido será realizada uma breve análise sobre o envelhecimento populacional, a pandemia da Covid-19, a quarta revolução industrial e em um segundo momento tratar-se-á sobre o direito à saúde, equidade e desigualdades, partindo-se da observação de demandas de hipossuficientes ajuizadas por intermédio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco. O envelhecimento populacional, fenômeno mundial, eleva em consequência o número de pessoas acima de 60 anos que necessita de políticas públicas de proteção e promoção da saúde. Nesse contexto, as modernas tecnologias surgem como ferramentas imprescindíveis, proporcionando autonomia, independência e dignidade a essa parcela da população. Com o aumento da expectativa de vida cresce hodiernamente o número de pessoas da terceira idade que moram sozinhas, acarretando a necessidade de utilização de serviços em casa ou instrumentos que possibilitem a independência des-

ses idosos, sendo necessário, portanto, repensar o significado atual de cuidado da pessoa idosa.

Neste contexto, qual postura o Poder Público tem adotado em relação ao planejamento e à implementação de políticas públicas de acesso à estas inovações na área da saúde? Para atingir resultados concretos com a pesquisa e atribuir um grau de precisão relevante à análise é primordial utilizar os critérios consagrados na doutrina sobre os direitos fundamentais, analisando se as novas tecnologias revelam-se eficazes para os cuidados da saúde. Para tanto a análise é feita com base em pesquisa bibliográfica, onde são utilizadas as posições doutrinárias e jurisprudenciais que tratam do direito à saúde. O método de abordagem a ser utilizado na pesquisa e investigação será o indutivo. O texto finaliza sem a pretensão de esgotar a matéria, que é tão complexa, mas reconhecendo que as novas tecnologias representam uma mudança de paradigma no trato da saúde da pessoa idosa.

Palavras-Chave: *Saúde Digital, Idosos, Direito à Saúde.*

**Silma Dias Ribeiro
de Lavigne**

Defensoria Pública do Estado
de Pernambuco

Ref.: I00000M2I84202I

STOP À VIOLÊNCIA SEXUAL: AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO DE TRABALHADORES DE ESPAÇOS DE RECREAÇÃO NOTURNA

Irma Brito

Escola Superior de Enfermagem
de Coimbra & UICISA

Os espaços de recreação noturna tornaram-se contextos de lazer para muitas pessoas, sobretudo jovens. Embora tais ambientes possam oferecer um espaço seguro para socialização e diversão, as evidências sugerem que são frequentemente locais onde há muitos comportamentos de risco e onde o consumo excessivo de álcool e outras drogas favorecem a ocorrência de danos a vários níveis. Do ponto de vista individual observa-se a ocorrência de lesões não intencionais e intencionais, onde se inclui a violência sexual. A violência sexual relacionada com a vida noturna pode incluir incidentes que ocorrem nos espaços, ou depois em casa, e abrange todas as formas de violência sexual, incluindo assédio, toques sexuais indesejados e violação. Tais incidentes têm impacto para as vítimas/sobreviventes e têm o potencial de afetar negativamente a economia noturna se, por exemplo, os clientes se inibirem de os frequentar, por se sentirem inseguros.

A prevenção da violência sexual em espaços de recreação noturna é uma questão premente em muitos países,

uma vez que se reportam cada vez mais situações nesta matéria. Embora os estudos que exploram esta temática sejam raros e predominantemente nos países de elevado rendimento, estes evidenciam violência sexual nos frequentadores da vida noturna. A prevenção e resposta à violência sexual deve ser uma prioridade. Contudo, uma revisão recente encontrou poucas provas do que funciona para prevenir tais danos. As estratégias de prevenção identificadas incluíram: abordagens individuais (por exemplo, monitorização ou alteração de comportamentos para promover a segurança pessoal); campanhas de sensibilização e de comunicação social; abordagens de prevenção e resposta à violência sexual; programas de capacitação das testemunhas (bystander). Estes últimos visam promover ações que protegem da violência sexual e, ao mesmo tempo, encorajam a intervenção positiva das pessoas que se encontram nesses espaços e presenciam os atos. Tais programas têm sido associados a redução da violência e/ou fatores facilitadores em vários contextos.

Ref.: I00000M2I84202I

STOP À VIOLÊNCIA SEXUAL:

AValiação de um programa de conscientização de trabalhadores de espaços
de recreação noturna

Este estudo explorou o impacto associado de um programa de conscientização de trabalhadores da noite: STOP SV sobre a crenças e aceitação da violência sexual pelos formandos e a sua prontidão e confiança para intervir.

Métodos: Inquéritos pré e pós-teste (n=118), e seguimento de 3 meses (n=38) a trabalhadores de espaços noturnos (de 3 países, República Checa, Portugal e Espanha) e que frequentaram a formação STOP SV. Os testes de amostras emparelhadas analisaram as mudanças ao longo dos períodos de tempo na aceitação do mito pelos participantes (por exemplo, os avanços sexuais indesejados são uma parte normal de uma noite fora), e a prontidão e confiança para intervir. Utilizamos teste de regressão para examinar a relação entre a mudança nas pontuações de pré- formação e as características dos formandos.

Resultados: A comparação dos resultados pré e pós- formação tiveram uma probabilidade significativa ($p < 0,01$) de reduzir os mitos da violência sexual, e uma maior probabilidade de estarem prontos e confiantes para intervir nes-

sas situações. Nas análises bi-variadas e multi-variadas, não encontramos associações significativas entre a alteração das pontuações pré e pós- formação e as características dos formandos. A análise da pequena subamostra de acompanhamento ilustraram algumas mudanças positivas nos períodos pós- formação e de tempo de acompanhamento, ou seja, redução na aceitação do mito da violência sexual.

Conclusão: Este estudo exploratório sugere que o programa de formação STOP-SV foi associado a uma diminuição da aceitação dos mitos de violência sexual pelos formandos, e a um aumento da sua prontidão e confiança para intervir. As nossas conclusões apoiam os argumentos a favor de uma maior implementação e avaliação de programas de conscientização para trabalhadores dos espaços noturnos que visem prevenir e responder adequadamente à violência sexual.

Palavras-Chave: *Violência, Sexual, Prevenção, Contextos, Noturnos.*

Irma Brito

Escola Superior de Enfermagem
de Coimbra & UICISA

Ref.: I00000M2I87202I

ENSINO SOBRE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA PELA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EM SAÚDE

Irma Brito

Escola Superior de Enfermagem
de Coimbra & UICISA

O cuidado centrado em grupos comunitários tem especificidades que exigem habilidades complexas e valores éticos ancorados na competência cultural; e raramente é eficiente uma intervenção de base comunitária que não seja interprofissional. Urge promover o diálogo académico sobre da importância de garantir o acesso à saúde. A pesquisa-ação participativa em saúde (PaPS) permite a consolidação deste conceito, sobretudo se concilia atividades de ensino, investigação e extensão na formação de profissionais de saúde.

O cuidado centrado em grupos comunitários exige a identificação e priorização de necessidades, o planeamento, a intervenção comunitária e a avaliação dos resultados e impactes dessa ação. Tal processo tem de ser feito com o grupo-alvo, envolvendo líderes comunitários, os serviços de saúde e os de desenvolvimento social. Trata-se de uma prática profissional que se perfila no respeito pela natureza e os direitos de um grupo comunitário, que não é a soma das pessoas que o integram. Ora, não se trata apenas de cuidar do outro ou lidar com as pessoas. Uma atitude de

empowerment conquistará as dimensões de: autêntico reconhecimento e acolhimento do outro na sua liberdade, dignidade e diferença; respeito pelas suas fragilidades; e valorização das suas potencialidades. Os princípios da PaPS fornecem um referencial para uma prática ética e fundamentada na evidência neste domínio.

A PaPS é uma abordagem de pesquisa e intervenção que enfatiza a participação das pessoas que vivem problemas comunitários, em todas as etapas do processo: desde a identificação das questões e seus objetivos até às soluções de execução/ação, medição de processo, resultado e impacto assim como a disseminação. Há evidências de que a PaPS leva à integração do conhecimento local no processo de pesquisa e, por outro lado, a participação das partes interessadas faz aumentar a sua capacidade de efetuar mudanças nas condições sociais mais amplas que afetam a saúde e bem-estar a longo prazo, proporcionando reflexão, cocriação de conhecimento e geração de teorias in situ. Tal abordagem gera intervenções complexas e trabalho interprofissional

Ref.: I00000M2I87202I

ENSINO SOBRE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA PELA PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EM SAÚDE

baseado nas verdadeiras necessidades e desejos da comunidade, assim como transferência imediata do conhecimento e produção de políticas públicas gloais.

Na intervenção comunitária, um desempenho profissional de excelência exige abertura ao outro na sua liberdade, dignidade e diferença, assim como a cooperação interprofissional na construção de contextos de atuação. Os alicerces de tal desempenho fortalecem-se durante a formação académica, pela conscientização sobre os múltiplos fatores e dimensões envolvidas na intervenção, reduzindo sentimentos caritativos. As atividades de voluntariado e empreendedorismo social também subsidiam esta aprendizagem pois acontecem com base na educação não formal, espaços de livre expressão e praxis.

Desde 2002, coordeno na ESEnfC várias atividades de educação e trabalho interprofissional objetivando o ensino da intervenção comunitária, para gerar uma sensibilidade que contemple ou, pelo menos reconheça, os seus princípios e desafios éticos e deontológicos. Em 2002 o Atelier de

Expressividade reuniu estudantes e professores da ESEnfC em torno da temática Sexualidade Responsável. Em 2006, como o apoio de IREFREA Portugal, este grupo evoluiu para a intervenção nas festas académicas: o projeto Antes que te Queimes. Em 2009 criámos o PEER-IESS, um modelo de Instituição de Ensino Superior Salutogénica e envolvemos 16 instituições de ensino de enfermagem (Portugal, Angola, Brasil e Cabo Verde). Esta iniciativa levou, em 2013, à integração da ESEnfC no consórcio da International Collaboration of Participatory Research (ICPHR) e, em 2015, na Rede Ibero-americana de Universidades Promotoras de Saúde (RIUPS). Desde 2015 formamos profissionais saúde em PaPS. Apresentarei tal percurso no formato sistematização de experiências.

Palavras-Chave: *Pesquisa-Ação, Participação, Acesso à Saúde, Ensino da Saúde, Conscientização.*

Irma Brito

Escola Superior de Enfermagem
de Coimbra & UICISA



EIXO 3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA CONCRETIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E DA JUSTIÇA SOCIAL: A NECESSIDADE DE AGIR



Ref.: I00000M20I6202I

O DIREITO FUNDAMENTAL IMPLÍCITO DE ACESSO ÀS MODERNAS TECNOLOGIAS E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA GARANTIA DESSE DIREITO

A presente pesquisa surgiu da percepção da existência de modernas tecnologias como parte essencial dos cuidados de saúde e garantidoras do direito ao livre desenvolvimento da personalidade. Nesse sentido será realizada uma breve análise sobre a pandemia da Covid-19 e em um segundo momento tratar-se-á sobre o princípio da abertura material dos direitos fundamentais, judicialização da saúde, os direitos da personalidade e o papel da defensoria pública na promoção de direitos humanos, partindo-se da observação de demandas de hipossuficientes ajuizadas por intermédio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco. A nova ordem constitucional reconhece que as normas definidoras dos direitos fundamentais têm aplicabilidade imediata, nos termos do art 5º, parágrafo 1º da Constituição Federal. Sendo assim, é dever do poder público investir e garantir o acesso a todos os recursos tecnológicos, inclusive de Inteligências Artificiais e robótica como desdobramento da dignidade humana. Com efeito, na área da saúde, os programas de inteligência artificial fornecem importante apoio à decisão clínica, tendo em vista a sua capacidade de processar rapidamente grande quantidade de dados. As inovações tecnológicas revolucionaram a forma como os procedimentos cirúrgicos são realizados. A relação médico-paciente por sua vez deixa de ser pontual e passa a se desenvolver de maneira contínua, pre-

ventiva e centrado na individualidade de cada paciente. Neste contexto, qual postura o Poder Público tem adotado em relação ao planejamento e à implementação de políticas públicas de acesso à estas inovações na área da saúde? Para atingir resultados concretos com a pesquisa e atribuir um grau de precisão relevante à análise é primordial utilizar os critérios consagrados na doutrina sobre os direitos fundamentais, direito da personalidade analisando se o acesso às novas tecnologias revela-se como um direito fundamental. Para tanto a análise é feita com base em pesquisa bibliográfica, onde são utilizadas as posições doutrinárias e jurisprudenciais que tratam do direito à saúde. O método de abordagem a ser utilizado na pesquisa e investigação será o indutivo. O texto finaliza sem a pretensão de esgotar a matéria, que é tão complexa, mas reconhecendo a necessária atuação da defensoria pública a fim de se garantir aos vulneráveis o acesso às novas tecnologias como direitos fundamentais.

Palavras-Chave: *Novas Tecnologias, Judicialização da Saúde, Direito Fundamental Implícito, Defensoria Pública.*

**Silma Dias Ribeiro
de Lavigne**

Defensoria Pública do Estado
de Pernambuco

Ref.: I00000M20242021

OS DESAFIOS DA ONG

- AMI, NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, NO BRASIL

**Tânia Sofia Tavares
de Carvalho Ribeiro Libório**
Investigadora Independente

Num mundo controverso, pleno de diferenças, de constantes desafios que nos colocam à prova diariamente, a atuação pelos Direitos Humanos pela construção de caminhos de Paz, de Igualdade, de Fraternidade, de Justiça social, através das missões das ONG, são um exemplo do que de bom se pode fazer, com vista a tornarmos o mundo um lugar melhor para se viver.

Podemos fazer a diferença, podemos desenvolver as nossas capacidades e competências, podemos dar o rumo que quisermos para nos tornarmos melhores, mais justos e humanos, através da solidariedade e do voluntariado praticado pelas missões das ONG.

Pretende-se com esta comunicação, compreender a importância dos desafios da cooperação intercultural e voluntária na sociedade do século XXI, como forma de ajudar ao desenvolvimento da cidadania ativa, através, especificamente de uma ONG portuguesa, a AMI – Assistência Médica Internacional, e a sua atuação no Brasil; por outro lado, pretende-se demonstrar como as missões promovidas por esta ONG combatem as desigualdades e injustiças

sociais, e promovem os Direitos Humanos e a Cidadania Global.

Foi realizado um trabalho de pesquisa, através da análise observador participante, na qual a autora realizou um estudo sobre o impacto das missões solidárias, em zonas desfavorecidas do mundo, com o apoio e suporte da AMI, através do Projeto “Aventura Solidária”, no Brasil.

Entende-se por Missão Aventura Solidária, a participação ativa de voluntários na comunidade local, a nível de apoio a ONG local, como ações de sensibilização para a educação em diversas áreas, sendo que, o ponto de partida é a questão da justiça social e da necessidade de agir, com vista à concretização dessa realidade.

No ano de 2007, é realizado o lançamento do projeto “Missão Aventura Solidária”, que permite a qualquer pessoa participar num projeto de desenvolvimento concreto, contribuindo para um diálogo singular entre diferentes culturas, aproximar as populações e estreitar laços de solidariedade. É uma oportunidade para viajar contra a Indiferença e conhecer o mundo tal como ele é.

Ref.: I00000M20242021

OS DESAFIOS DA ONG

- AMI, NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, NO BRASIL

O desafio é o de colocar a educação no centro do desenvolvimento socioeconómico e da luta contra a pobreza, promovendo iniciativas de empreendedorismo social, e lutar pela defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Deste modo, acreditamos que estes projetos de voluntariado, levados a cabo pelos voluntários têm um papel fundamental na dinâmica da cooperação e nos desafios propostos pela sociedade, sendo um modo de intervenção comunitária gerada pelos movimentos sociais do voluntariado.

Verificámos então que, podemos nós cidadãos conscientes fazer a diferença e atuar em nome de uma Humanidade mais justa, deste modo é este o desafio que propomos para a nossa capacidade de atuação e de interação na sociedade do século XXI, na qual as redes sociais, o mediatismo, as facilidades e a rápida e instantânea informação contrastam com as dificuldades de acesso ao mundo contemporâneo e nos desafiam constantemente para alterar esta situação.

Através de experiências e relatos deste trabalho humanitário, integrado

no eixo temático: O papel das instituições na concretização da democracia e da justiça social: a necessidade de agir, realizado pela AMI, conseguimos promover e desencadear laços de cooperação e de solidariedade, estreitando relações entre Portugal e o Brasil.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, ONG, Cooperação, Voluntariado.*

**Tânia Sofia Tavares
de Carvalho Ribeiro Libório**
Investigadora Independente

Ref.: I00000M20292021

EL ESTADO COMO PROMOTOR DE LA PARTICIPACIÓN PÚBLICA: EL ACCESO Y CONTROL DE LOS RECURSOS TERRITORIALES POR LAS COMUNIDADES TRADICIONALES

Giovana Cioffi
Universidade de São Paulo

El Estado es un importante agente de desarrollo económico, así como el principal protector del bien común. En Brasil, a pesar de los avances en el período de redemocratización, ninguna de estas funciones apuntan a mejorar las condiciones socioeconómicas de los diferentes grupos culturales característicos de la realidad latinoamericana. La materialización de los instrumentos de planificación y gestión, en su mayor parte, termina de manera jerárquica y exclusiva, negando el derecho de acceso y control a los recursos naturales. El presente trabajo hace un atajo para identificar esta dinámica estatal en áreas que concentran tradicionalidad, exploración turística y áreas naturales protegidas (AP's). Las interfaces de este traslape revelan una complejidad producida por algunos temas clave: la acción política dada por el turismo y las políticas de protección ambiental en territorios tradicionales ha restringido y criminalizado la continuidad de las prácticas tradicionales de subsistencia, provocando que varias comunidades se apropien del turismo como fuente principal de renta; por otro lado, es posible inferir que la presencia de áreas protegidas repri-

mió parcialmente el avance del capital inmobiliario en los frentes de expansión urbana y fraccionamiento, garantizando la expresión de prácticas socioculturales en algunas regiones; y el turismo de masas representa una de las principales amenazas a la salud de los ecosistemas y el Estado es ineficiente para garantizar la protección efectiva de la naturaleza, evidenciando la necesidad de enfoques de gestión más plurales y participativos. En este contexto, este estudio tiene como objetivo comprender cómo el desempeño del Estado en sus diferentes instancias puede contribuir a la mitigación de la injusticia socioambiental histórica, permitiendo una inserción concreta y significativa de las comunidades en el proceso de gestión y uso turístico de las AP's como una forma de redistribuir el poder en el territorio. La metodología se apoyó en un enfoque cualitativo para analizar el caso de la Comunidad Tradicional Caiçara de Picin-guaba, Ubatuba, Brasil. Se obtuvo una triangulación de datos mediante observación participante, investigación documental y entrevistas semiestructuradas. El área en cuestión, además de ser un territorio tradicional habitado por una

Ref.: I00000M20292021

EL ESTADO COMO PROMOTOR DE LA PARTICIPACIÓN PÚBLICA:

EL ACCESO Y CONTROL DE LOS RECURSOS TERRITORIALES POR LAS COMUNIDADES TRADICIONALES

comunidad costera, alberga dos áreas naturales protegidas, el Parque Estadual da Serra do Mar y el Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte, y se inserta en uno de los principales destinos turísticos del sureste brasileño. Los resultados obtenidos se compararon con la bibliografía favoreciendo la extrapolación de los datos a otras áreas cuyo contexto sea cercano al de la estudiada. Entre las inferencias alcanzadas, existían algunas condiciones legales e institucionales para fomentar los movimientos comunitarios como una forma de promover una participación sólida y cohesionada. Algunos de los principales puntos observados fueron: llamado de los actores por parte del órgano moderador y supervisor del Estado para que se asuman responsabilidades con el territorio tradicional; aplicación de instrumentos legales y creación de espacios de decisión que garanticen la legitimidad de las organizaciones comunitarias como tomadores de decisiones; reconocimiento y estandarización de pautas de uso deliberadas por el cuerpo colectivo de la comunidad; y el uso de cuerpos policiales para apoyar a la comunidad en la organización de la explotación

turística, evitando su sumisión a actores fuera del territorio. Esta investigación permitió identificar el Estado como uno de los tres principales pilares del compromiso público para la descentralización del poder, junto con las asociaciones locales y redes de apoyo. Sin embargo, es necesario señalar que la activación del Estado como potenciador depende directamente del reclamo colectivo sobre los recursos territoriales.

Giovana Cioffi

Universidade de São Paulo

Palavras-Chave: *Participación Pública, Comunidades Tradicionales, Recursos Naturales.*

Ref.: I00000M20332021

A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL BRASILEIRA: CIDADES EXCLUDENTES, NEGAÇÃO DO DIREITO DE CIDADANIA

Ideni Terezinha Antonello

Universidade Estadual de Londrina

& Léia Aparecida Veiga

Universidade Estadual de Londrina

No Brasil a política pública habitacional voltada para a construção de moradias de interesse social não foi suficiente para enfrentar o desafio da urbanização acelerada e desorganizada nacional. Pelo contrário, percebe-se uma ligação direta entre o Estado, o capital financeiro e a produção imobiliária, transformando habitação social em de mercado, tal fato fomenta a produção de cidades excludentes, expressão da negação do direito de cidadania, ao não proporcionar o direito à moradia digna. Objetiva-se fazer uma reflexão do papel desempenhado pela política pública habitacional brasileira na produção social do espaço urbano com foco nos domicílios ocupados em aglomerados subnormais (favelas), que corresponde a um dos componentes do déficit habitacional. De abordagem qualitativa e a luz do materialismo dialético, essa pesquisa foi realizada a partir de levantamentos secundários em material bibliográfico e os dados publicizados por órgãos e institutos de pesquisa. Verifica-se que essa dinâmica de exclusão se mantém, uma vez que, em 2017, tinha-se um déficit estimado em 7,77 milhões de unidades, alcançando o

maior patamar em 10 anos, o que retrata que PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009) não atingiu as metas propostas, já que ocorreu um crescimento constante do déficit desde 2013, atingindo 967.270 unidades habitacionais em condições precárias de habitabilidade e abrange 3.289.948 unidades que sofrem com o ônus de pagar um aluguel para poder viver, sendo o maior percentual dentre esse componente, a coabitação involuntária (3.209.299 unidades), que é fruto da mesma lógica de exploração do trabalhador, isto é, a necessidade de convivência indesejada de mais de uma família no mesmo domicílio, em função da incapacidade de assumir o pagamento de um aluguel de forma individual. Desta realidade conjugada com o quadro de pandemia – Covid-19, sobressai o seguinte questionamento: como exigir isolamento, distanciamento social e demais medidas de controle do espalhamento do vírus, para essa população que vive em um adensamento social. Para se ter uma visão mais ampla desta realidade agregou-se a análise os dados divulgados pelo IBGE (2020) das áreas subnormais versus

Ref.: I00000M20332021

A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL BRASILEIRA:
CIDADES EXCLUDENTES, NEGAÇÃO DO DIREITO DE CIDADANIA

áreas regulares, sendo a definição de Aglomerados Subnormais, compreende a residência de populações com baixo poder aquisitivo, com moradia; saneamento precários e alta densidade de edificações, fato grave na atual situação de pandemia do COVID -19, que torna impeditivo o isolamento social. Observa-se o aumento, entre 2010 a 2019, da presença desta forma de ocupação irregular (que pode-se designar de favelas, pois são caracterizados pela carência de serviços públicos essenciais), que passou de 6.329 para 13.151 e o número de domicílios de 3 224 529 para 5 127 747. Essa realidade se torna extremamente preocupante ao identificar que o elevado número de domicílios localizados nessas áreas de ocupações irregulares desprovidas de condições de habitabilidade, sobressaindo o estado da Amazônia com 34,59% de residência nestas condições. A população que submete a viver em condições extremas nos aglomerados subnormais não dispõem de uma renda que proporcione outra situação de sobrevivência, o que fica claro como os dados renda da população dos aglomerados subnormais, no que se refere a porcentagem da popu-

lação, que vive com até meio salário mínimo mensal, tanto as localizadas em áreas regularizadas como as irregulares, por exemplo, na Região Nordeste que 40,8% da população que residente de forma irregular consegue viver com essa renda. Perante essa realidade de negação ao direito de moradia se agrega a negação dos demais direitos, o que remete a questão que o Brasil está ferido diretamente as diretrizes do relatório das Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada (05/03/2020). O que demonstra a necessidade de atuação da sociedade organizada e das instituições para alterar essa situação de injustiça social que formata as cidades da exclusão.

Palavras-Chave: *Moradia Urbana, Direito a Cidade, Terra Urbana, Ocupações Irregulares, Brasil.*

Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina
& **Léia Aparecida Veiga**
Universidade Estadual de Londrina

Ref.: I00000M20602021

IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NO BRASIL: LIMITES E DESAFIOS DE ACESSO DOS USUÁRIOS

João Bôsco Hora Gois
UFF

O contexto recente no qual o Auxílio Emergencial se insere é marcado por diversos eventos, os quais descrevemos a seguir. Em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, foi identificado o Novo Coronavírus (Covid-19), que rapidamente se espalhou pelo planeta. Isto levou a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, a emitir uma Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional. Já em 11 de março a mesma entidade classificou o COVID-19 como uma pandemia. Poucos dias depois, em 20 de março, o Decreto Legislativo nº 6/2020, reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil. Diante da gravidade da doença, houve a disseminação de informações sobre medidas preventivas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde, tais como: distanciamento e isolamento social, higienização das mãos e uso de máscaras. Dessas medidas, a de maior impacto na economia, em decorrência da demanda premente de isolamento social, foi a suspensão de parte expressiva das atividades laborais. Isso gerou modificações nas dinâmicas de

consumo, com tendência à redução, e impactos negativos substanciais na renda de grande parte da população.

Para fazer frente a essa situação e em meio a demandas da sociedade civil e negociações com o poder legislativo o governo federal instituiu o Auxílio Emergencial, por meio da Lei nº 13.982/2020. O objetivo deste era transferir o valor de R\$600,00 (seiscentos reais) para microempreendedores individuais (MEIs), contribuintes individuais (CIs), trabalhadores informais, além de cidadãos inscritos no Cadastro Único do Governo (CadÚnico) que fossem ou não beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Nessa ambiência, este trabalho objetiva refletir sobre o Auxílio Emergencial implementado pelo governo federal durante a pandemia de COVID-19. Buscamos trazer ao debate as direções política e econômica dadas pelo governo e as suas dificuldades de operacionalização.

Para a realização desse estudo compulsamos um conjunto diversificado de fontes impressas e digitais, nomeadamente documentos oficiais, reportagens

Ref.: I00000M20602021

IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NO BRASIL:
LIMITES E DESAFIOS DE ACESSO DOS USUÁRIOS

de jornais sobre o auxílio emergencial e relatos dos participantes de grupos que tratavam desse auxílio existentes na plataforma Facebook. Esses grupos foram criados por indivíduos da sociedade civil que buscaram acessar o referido benefício e encontraram dificuldades, ou por profissionais da área de Direito dispostos a tirar dúvidas dos cidadãos sobre o acesso. Igualmente, os grupos tinham o intuito comum de debater, esclarecer e compartilhar informações sobre o auxílio emergencial. Uma das variáveis observadas para seleção das páginas foi o número de seguidores, uma vez que o quantitativo foi importante para compreender a abrangência populacional dos problemas debatidos. Após análise das páginas criadas, dos seus conteúdos e do número de seguidores, foram selecionados os seguintes grupos: a) "Auxílio Emergencial", criado em 09 de abril de 2020, que chegou a ter 343.000 membros; b) Auxílio Emergencial | Bolsa Família | FGTS | Pis/Pasep (Oficial) criado em 08 de abril que chegou a 313.000 membros e; c) Auxílio Emergencial | Bolsa Família | FGTS | Pia Pasep (Oficial), criado em 5 de abril de 2020 que chegou a 400.000 membros.

No qual questionou-se: como se deu o acesso a esse Auxílio? Quais as dificuldades enfrentadas para a sua obtenção por parte dos potenciais beneficiários? Que estratégias foram utilizadas para suplantar essas dificuldades? Tendo essas questões em mente é que produzimos esse trabalho.

A partir da análise, identificou-se que o auxílio emergencial reproduz a lógica de combate à pobreza e da focalização das ações das políticas públicas brasileiras e que, por variadas determinações, não foi acessado por milhões de brasileiros que deveriam ter sido cobertos pelo mesmo.

Palavras-Chave: *Pandemia, Auxílio Emergencial, Transferência de Renda, Direitos Sociais.*

João Bôsco Hora Gois
UFF

Ref.: I00000M206I2021

A JUSTIÇA EM PRAÇA PÚBLICA: UMA JUSTIÇA PARA OU CONTRA O POVO?

Ana Teresa Carneiro

Mestre em Direito Judiciário
– Organização Judiciária e práticas processuais pela Escola de Direito da Universidade do Minho e doutoranda na Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela. Assistente Convidada do Instituto Universitário da Maia e Consultora em Jorge Carneiro & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL, colabora na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC/ISMAI) e no Centro de Investigação em Justiça e Governança (JusGov/Universidade do Minho)

& Ana Raquel Conceição

Doutorada em Direito
– ramo das Ciências Jurídico-Criminais, pela Universidade Lusíada Norte (Porto) e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar do Instituto Universitário da Maia, Professora Convidada, equiparada a Professora Auxiliar, na Escola de Direito da Universidade do Minho, Advogada- Sócia da CMB- Sociedade de Advogados, R.L. e investigadora na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC/ISMAI) e no Centro de Investigação em Justiça e Governança (JusGov/Universidade do Minho)

Enquadrando-se o presente trabalho no eixo temático Media, justiça e democracia: o papel da media no desenvolvimento da democracia, pretendem aqui as autoras analisar a influência da media na construção da justiça ou, pelo menos, na construção das percepções de justiça, por forma a entender qual o real valor e contributo da media para a opinião pública e para a daqueles que exercem a soberania do povo.

Pretende-se, mais especificamente, analisar o papel da media enquanto representatividade do povo e a relevância da justiça em praça pública, transmitida pelos vários meios de comunicação, em detrimento da confiança nas instituições detentoras da soberania popular.

Daqui decorrente, não podemos também deixar de analisar a influencia da media na livre convicção dos juízes e, consequentemente na decisão judicial e, como tal, a possibilidade da media enquanto eventuais potenciadores do erro judiciário.

É inegável hoje, mais do que nunca, a existência de um direito público à informação no que concerne à investigação criminal, em especial, e ao processo

penal, em geral. Tal direito advém da legitimidade comunitária em conhecer – saber gnoseológico – o funcionamento da justiça e do direito e, presentemente, ou por força da dimensão da danosidade de certo tipo de criminalidade ou pela notoriedade de alguns dos agentes envolvidos, esse conhecimento é indiscutível e garantido.

Importa assim aferir qual o critério a utilizar de forma a permitir-se a ponderação entre o interesse público da divulgação – que pode ter até pendor no que concerne à prevenção geral positiva e à própria repressão e perseguição criminal, – e a salvaguarda da reserva da vida privada de todos os intervenientes judiciais.

É igualmente importante salientar que a comunicação social não tem – porque não tem de ter – conhecimento técnico-jurídico, pelo que se torna mais permeável ao uso de métodos de obtenção ou produção de prova proibidos. O jornalista que investiga mais não é do que um comum cidadão a o fazer, ainda que com o único propósito, acreditamos nós, de garantir o direito à informação. O que deverá ser feito à luz duma

Ref.: I00000M206I202I

A JUSTIÇA EM PRAÇA PÚBLICA:
UMA JUSTIÇA PARA OU CONTRA O POVO?

ética profissional que nem sempre se parece coadunar com o regime jurídico da obtenção de prova, mas considerada legítima porque informativa, pública e até mais eficaz. Ora, é esta diferença de tratamento processual e de opinião comunitária que faz com que hoje a justiça penal tenha uma imagem social negativa e que a maioria dos cidadãos, por força da comunicação social, não confie no regular funcionamento dos tribunais.

Realce-se ainda que quanto mais mediático for o processo mais exigente é a tarefa do defensor, em especial, e dos demais sujeitos processuais, em geral. Pois, para além da delimitação da estratégia de defesa do ponto de vista processual, terá aquele ainda de exercer toda uma defesa perante a opinião pública formatada pela comunicação social.

As próprias autoridades judiciais devem esforçar-se para não se deixarem influenciar pelas mensagens que trespassam os meios de comunicação social, de forma a garantir e executar o seu juízo decisório imparcial e independentemente. A influência pela opinião

pública pode ter, ainda que inconscientemente, efeitos muito nefastos na justiça da decisão.

Não se esqueça finalmente que o processo penal e os tribunais, em particular, protegem as pessoas, sejam elas criminosos ou vítimas. A diferença de posição outorga-lhes meios diferentes de agir mas sempre sob a alçada do princípio da igualdade de armas, o que os media parecem não querer reconhecer.

Palavras-Chave: *Media, Opinião Pública, Juízo Decisório, Justiça.*

Ana Teresa Carneiro

Mestre em Direito Judiciário
– Organização Judiciária e práticas processuais pela Escola de Direito da Universidade do Minho e doutoranda na Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela. Assistente Convidada do Instituto Universitário da Maia e Consultora em Jorge Carneiro & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL., colabora na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC/ISMAI) e no Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov/Universidade do Minho)

& Ana Raquel Conceição

Doutorada em Direito
– ramo das Ciências Jurídico-Criminais, pela Universidade Lusíada Norte (Porto) e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar do Instituto Universitário da Maia, Professora Convidada, equiparada a Professora Auxiliar, na Escola de Direito da Universidade do Minho, Advogada- Sócia da CMB- Sociedade de Advogados, R.L. e investigadora na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento (UICCC/ISMAI) e no Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov/Universidade do Minho)

Ref.: I00000M20622021

BRASIL:

**COMARCA DE BARRA DO GARÇAS/MT DESCUMPRE
PRAZO LEGAL PARA REALIZAR AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA**

Catarini Vezetiv Cupolillo

Graduanda em Direito
pela Universidade Federal de Mato
Grosso (UFMT) e membra
pesquisadora do Núcleo
de Pesquisa em Direito do Araguaia
(NUPEDIA – UFMT)

& Sandra Negri

Professora do Curso de Direito
da UFMT, Doutora em Administração
e Mestre em Direito, coordenadora
NUPEDIA-UFMT

No Brasil, por determinação da lei nº 13.964/19, deve-se realizar a audiência de custódia, procedimento que consiste na apresentação da pessoa presa ao juiz em até 24 horas após a sua prisão. A audiência de custódia tem como finalidade garantir a humanização do ato de encarcerar, na medida em que o juiz analisa as circunstâncias em que se deu a prisão, evitando eventuais arbítrios e assegurando direitos subjetivos do custodiado. A questão de pesquisa levantada é: Quais foram os impactos das audiências de custódia na gestão da justiça criminal da comarca de Barra do Garças/MT, observado o lapso temporal de janeiro de 2016 a dezembro de 2019? A pesquisa foi motivada pelo fato de que as regras relacionadas às audiências de custódia, para todo o território brasileiro, tiveram início em 15 de dezembro de 2015, por força da Resolução nº 213 do Conselho Nacional de Justiça. O objetivo geral da pesquisa é verificar como ocorre a gestão das audiências de custódia na comarca de Barra do Garças no estado de Mato Grosso, e tendo como objetivos específicos a) identificar possíveis dificuldades enfrentadas, b) verificar como os profissionais que atuam nas audiências de custódia percebem este procedimento e c) visualizar os impactos das audiências de custódia nos índices populacionais carcerários da Cadeia Pública Masculina de Barra do Garças. Duas hipóteses

foram levantadas: 1) o prazo de até 24 horas após a prisão para apresentação do conduzido ao juiz é desrespeitado na comarca de Barra do Garças/MT e 2) com a realização das audiências de custódia em todo o território brasileiro, houve a redução da população carcerária total e de presos provisórios na Cadeia Pública Masculina de Barra do Garças. Na metodologia efetuou-se pesquisa exploratória inicial com posterior revisão da literatura, análise de dados diretos e indiretos, entrevistas semiestruturadas com experts e análise de conteúdo. A pesquisa contribuiu cientificamente a partir da demonstração de forma quantitativa e qualitativa como acontece a gestão das audiências de custódia na comarca de Barra do Garças/MT. Constatou-se que há problemas de gestão para a realização das audiências de custódia no Tribunal de Justiça de Mato Grosso no que se refere ao cumprimento do prazo de até 24 horas para a apresentação da pessoa presa em flagrante ao juiz, problemática esta que se restringe às situações de plantão judiciário de finais de semana e feriados em que o juiz e a pessoa presa encontram-se em comarcas diversas. Diante deste problema de gestão da justiça propôs-se a mesma recomendação encontrada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, qual seja a realização das “audiências nas prisões”.

Palavras-Chave: *Gestão da Justiça, Audiência de Custódia, Barra do Garças.*

Ref.: I00000M208I202I

A THIRD-PARTY FUNDING: ALGUMAS REFLEXÕES

A Escolha da arbitragem como modo de resolução de litígios entre empresas liga-se, essencialmente, às vantagens da arbitragem, designadamente celeridade processual, neutralidade do foro arbitral, confidencialidade, possibilidade da escolha de árbitros com conhecimentos técnicos precisos na área do litígio, de entre outras.

As partes elegem a arbitragem como meio de resolução de litígios respeitantes a interesses de natureza patrimonial. Contudo, deveremos ter em atenção que, alguns legisladores, elegem a disponibilidade dos direitos como critério de arbitrabilidade.

O pagamento das custas é condição sine qua non para a constituição do tribunal arbitral. As partes devem proceder ao pagamento das taxas, no caso da arbitragem institucionalizada, aos centros de arbitragem, e honorários aos árbitros que escolheram.

Importa, ainda, referenciar que existem outros custos a ser contabilizados pelas partes, v.g. honorários dos mandatários no decurso da arbitragem

Considerando que a situação económica das empresas sofre oscilações ao longo da sua existência (designadamente, durante a execução de um contrato; aquando do surgimento de um litígio; no momento da constituição do tribunal arbitral; durante o iter processual) foi-se delineando a possibilidade de financiamento da arbitragem. Sendo

que, atualmente, assume contornos muito precisos.

Não podemos olvidar que, por vezes, o único ativo financeiro de uma empresa radica na expectativa de ganho de uma lide. Contudo, pode acontecer que a empresa não possua liquidez suficiente para instaurar a demanda. Como sabemos, em sede de foro arbitral, não é possível recorrer a apoio judiciário, pois estamos no âmbito de um modo de justiça privada, embora alternativa aos tribunais estaduais.

A Third-Party Funding, TPF, surgiu para dar guarida a estes problemas. Trata-se de uma figura que envolve um terceiro, founder (financiador profissional) alheio ao litígio, que irá custear as despesas devidas por uma das partes na arbitragem. A sua contrapartida assentará, sobretudo, na participação no eventual resultado, no caso financeiro, alcançado por via do êxito da arbitragem.

Existem diversas modalidades de financiamento que importará analisar e delimitar de figuras afins.

Como metodologia, além da análise do estado da arte, citaremos jurisprudência elucidativa para uma visão crítica do problema. Avaliaremos, ainda, os motivos de crescimento do TPF, fruto da atual situação, não menosprezando as questões deontológicas e éticas atinentes aos mandatários das partes, aos árbitros e à entidade financiadora.

Maria João Mimoso

Instituto Jurídico Portucalense – IJP

Palavras-Chave: Arbitragem, Despesas, Empresas, Financiamento.

Ref.: I00000M20822021

**ESTADO DE EXCEÇÃO DEMOCRÁTICO CAUSADO
PELA PANDEMIA MUNDIAL:
O LIMITE DA LIBERDADE EM DECORRÊNCIA DA COVID-19
NO BRASIL**

**Fernanda Cláudia Araújo
da Silva**

Universidade Federal do Ceará

A pandemia condicionou Estados, pessoas, atividades e mercadoria com o propósito de minimizar a propagação da doença. Mesmo assim, o aumento no número de óbitos é crescente e os cofres públicos têm sido onerados por conta da situação. Além de medidas que afetaram o aspecto financeiro, duas questões enquadram-se na violação da liberdade, como condicionantes do Estado Democrático: o uso obrigatório de máscara e o confinamento de pessoas em suas casas. A partir desses dois limites, discute-se acerca da violação da liberdade individual e seu quantum de afetação à existência de um estado de exceção democrática causada pela pandemia no ordenamento jurídico, e que condicionam medidas administrativo-políticas para conduzir a vigilância sanitária. A complexidade da situação da saúde mundial afetou a liberdade de ir, vir e se expressar sobrepondo a soberania da saúde além da liberdade democrática, sem hesitação a outra condição, de forma que usar máscara e confinamento relativo ou severo pelo lockdown são situações de normalidade ante a extraordinária que se vivencia. O procedimento

metodológico consiste numa pesquisa bibliográfica e documental, a partir de referências teóricas que tratam sobre os efeitos causados pela pandemia na ordem interna brasileira, principalmente na condução de restrições determinadas pelo poder estatal em limitar os direitos relacionados à liberdade do indivíduo, como pressuposto lógico da democracia, além de colocar em 'xeque' os pilares do mundo moderno advindos dos fundamentos da globalização econômica, o que se encontra sob limites. Porém, a crise da saúde pública mundial tem de ser contida por meio de limitações que desafiam o Direito, por isso, é equiparado a um estado de exceção, adotando-se medidas de restrição à locomoção durante o estado de emergência decorrente da pandemia do novo coronavírus, colocando a liberdade em segundo plano. Liberdade de locomoção e de expressão são elementos do poder decisório de medidas adotadas por estados e municípios brasileiros e atendem à excepcionalidade da situação, identificadas dentro do contexto administrativo do poder de polícia, que condiciona a liberdade e da sociedade que se sujeita à pandemia.

Palavras-Chave: *Democracia, Exceção, Pandemia, Liberdade.*

Ref.: I00000M2I07202I

PROCESSO COLETIVO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA E A PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

O processo coletivo é a lide que apresenta como objeto uma situação jurídica coletiva de titularidade de um grupo de indivíduos. O processo coletivo brasileiro se dá por um alto nível de aprofundamento analítico e o Código de Processo Civil de 2015 amplificou ainda mais estes estudos. No país, o processo coletivo é altamente desenvolvido, com um marco forte de influência nas class actions norte-americanas, mas sem deixar de considerar os aprendizados do direito italiano. Dentro deste contexto, criou-se as técnicas estruturais. O problema estrutural é aquele em que há uma divergência fática e que há a necessidade de reorganizar estes fatos ou uma estrutura específica, com a finalidade de chegar em um Estado de Coisas ideal, onde por meio de uma sentença de unificação restou julgada diversas outras ações de tutela, sendo esta uma forma de remédio constitucional que propõe provocar o Judiciário para a defesa de um direito fundamental violado com um procedimento mais célere, não necessariamente individual, e concretizando direitos fundamentais. Consoante isto, determinadas demandas coletivas culminam em processos estruturais pela elaboração de decisões estruturais. A decisão estrutural possui conteúdo complexo, de interesse

público e é aquela que partindo de um estado de desconformidade, determina o seu estado ideal de coisas a ser atendido e os meios para que alcance seu fim. Ou seja, buscando a reestruturação de certa instituição pública, visando concretizar direitos fundamentais ou de relevância social. O problema surge nas etapas de garantir que os legitimados estejam amplamente envolvidos no processo estrutural de forma que todas as partes envolvidas possam expressar suas opiniões no litígio. Embora o Brasil ainda não tenha uma estrutura legal e cultural para atender adequadamente aos requisitos estruturais, o judiciário não pode e, portanto, não deve se recusar a conceder a proteção judicial minimamente adequada aos representados. O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a questão da representatividade adequada em processos coletivos estruturais para que a decisão estrutural seja adequada, tempestiva e de modo a promover maior efetividade na proteção de direitos metaindividuais levados ao Judiciário. Esta pesquisa utilizará o método dedutivo tradicional, tendo como base material de estudo a doutrina, a legislação brasileira e comparada, e, coleta jurisprudencial no que se traduz o tema do trabalho.

Caroline Oliveira da Silva
Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS, 2021

Palavras-Chave: *Decisões Estruturais, Direitos Fundamentais, Processo Civil, Direito Constitucional, Representatividade Adequada.*

Ref.: I00000M2I33202I

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Leticia Oliveira Antonio
Universidade do Minho

O aumento da criminalidade é um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade brasileira, que precisa lidar diariamente com o cerceamento de direitos como a segurança, liberdade, dignidade, propriedade e igualdade. Destarte, torna-se necessário analisar a relação existente entre a ineficácia do sistema prisional brasileiro e os altos índices de criminalidade e reincidência, através da observação dos problemas enfrentados nas prisões, especialmente as violações de legislações e direitos humanos, verificando-se a inconstitucionalidade do atual sistema prisional, a extinção da função ressocializadora da pena e a legitimação da função retributiva como um fim em si mesmo, tornando-se o próprio cárcere um fator criminógeno. Neste sentido, são analisadas as causas, consequências e possíveis soluções para a atual crise do sistema penitenciário e a melhoria da segurança pública no Brasil, principalmente através da devida execução de políticas públicas. O artigo almeja demonstrar a importância da justa execução penal para que o objetivo de ressocializar verdadeiramente o delinquente seja alcançado, na maior

medida possível, possibilitando maiores chances de progresso individual e proporcionando, através de uma instituição eficaz, responsável e inclusiva, a redução da criminalidade e uma sociedade mais justa e igualitária. Desta forma, são analisadas legislações, relatórios prisionais, estatísticas e as consequências psicológicas causadas pelo encarceramento em condições desumanas e sem a devida concretização de projetos – ainda que legalmente previstos – para a mudança do indivíduo, observando-se, em contraposição, a existência de instituições que conseguem efetivar os objetivos penais e garantir os direitos previstos nas legislações. Dentre estas instituições encontram-se as APACs, instituições capazes de oferecer grande assistência e obter êxito na ressocialização de maioria dos apenados sob sua custódia, representando um modelo institucional que demonstra capacidade de reduzir a criminalidade e a reincidência, com um custo menor, trabalhando de forma eficaz a função penal e beneficiando toda a sociedade através do desenvolvimento individual e do progresso social.

Palavras-Chave: Sistema Penitenciário, Políticas Públicas; Criminalidade, Ressocialização, Direitos Humanos.

Ref.: I00000M2I34202I

MODERN RULE OF LAW IN MIGRATION CONTROL

The ever more pronounced globalization processes exert a strong influence on the accentuation of North-South inequalities, with special relevance to the phenomenon of migration, whose complexity and scope are undeniable, especially when considering its human dimension. We are currently living in a period of unprecedented mobility, with one in seven people being considered migrants. The conflicts that arise from this growth are also remarkable, with multiple and prolonged humanitarian crises linked to ongoing conflicts worldwide. It is not surprising, therefore, that situations of human rights abuse, often diffuse and prolonged, are added, leading individuals to seek better living conditions. However, in the search for a better life, they are often faced with situations of abuse, in which their basic needs are not taken into account or properly addressed, nor are their rights as citizens of the world, which is supposed to be without borders, nor as human beings, guaranteed. There are, nevertheless, several challenges when we talk about mobility, and all its facets must be carefully analyzed, bearing in mind that it is a complex issue, both because of

the human aspect that it encompasses, and, as we are interested in analyzing in this case, because of its underlying political and security dimension. States face the challenge of combining border control, which is increasingly diffuse and interconnected as a result of globalization processes and the various bilateral and multilateral agreements at a global level, with the management of large-scale migratory movements, guaranteeing the security of their constituents and ensuring, at the same time, the maintenance and guarantee of the basic rights of migrant populations. Thus, and taking into account that the constitution of Modern Democratic States is based on the pursuit of collective security, but based on the principles of freedom and equality, our subject of analysis, and in a more holistic perspective, will relate to migratory movements, and how these can constitute a challenge to security. We will be based on the connection between the triangles democracy-freedom-security and democracy-freedom-migrations, and the subsequent legitimation of regulation, which seem to make sense to us, especially if we take into account

**Catarina Milhais Ferreira
Gonçalves**

FCSH-UNL/IPRI; FCT

Ref.: I00000M2I34202I

MODERN RULE OF LAW IN MIGRATION CONTROL

**Catarina Milhais Ferreira
Gonçalves**

FCSH-UNL/IPRI; FCT

the latest developments related to the migratory phenomenon and that have accentuated the discussions about its implications in security terms, with special consideration to its erroneous connection with terrorist attacks, and with the self-denominated Islamic State. More concretely, we intend to understand the interaction between globalization and international migrations, addressing concepts and theories that are essential in focusing on fundamental and current issues related to processes that undoubtedly constitute themselves as defining contemporary social dynamics and policies.

Palavras-Chave: *Human Rights, Migrations, Democratic States, Security, State of Law.*

Ref.: I00000M2I56202I

EQUIPAMENTOS PARA AUDIÇÃO DE CRIANÇAS FORA DOS TRIBUNAIS

– ESTUDO EXPLORATÓRIO DA VIABILIDADE TÉCNICA E DA ACEITAÇÃO SOCIAL DE SOLUÇÕES

Há hoje uma fundamentação política, social e jurídica que sinaliza a necessidade de transformação das atuais condições de audição de menores nos Tribunais, reconhecendo a fragilização das crianças e jovens adolescentes (enquanto vítimas, testemunhas ou sujeitos), o que prejudica o próprio objetivo da audição. Essa realidade adversa decorre das características intrínsecas do desenvolvimento psicológico do menor, agravadas por condições externas desfavoráveis (situações de rutura familiar, precaridade social) ao Tribunal mas que condicionam fortemente o que se passa no seu interior. A superação dos problemas identificados passa por reconhecer que a presença de um menor num Tribunal é, em si mesmo, um problema social complexo (wicked problem). A literatura disponível permite concluir que os problemas sociais complexos exigem: uma abordagem orientada para a oportunidade de os estudar e dominar; uma tomada de decisões informada pelo conhecimento; a realização de experiências; o lançamento de programas-piloto; o teste de protótipos. Estes são, precisamente, os propósitos que estão inscritos num

projeto que os autores procuram levar por diante.

Testemunhar numa sala de Tribunal justifica a criação de condições físicas e funcionais, incluindo tecnológicas, muito especialmente adaptadas para menores, cuja boa concretização dependerá bastante da auscultação dos atores envolvidos e do desenho de uma solução inovadora para o que podemos definir como um novo equipamento social. Trata-se de um espaço de audição autónomo do edifício do Tribunal, pensado de raiz para amplificar as oportunidades de colaboração dos menores com a Justiça.

Há uma oportunidade histórica relevante para propor este estudo exploratório. Ela decorre não só da disponibilização de fundos nacionais e comunitários para investir em projetos inovadores com elevado valor social (no âmbito de um programa governamental de recuperação e resiliência pós Covid, mas também no âmbito Quadro Comunitário de Apoio), mas também da progressiva transferência de competências da Administração Central para o Poder Local (de acordo com a legis-

Paulo Machado

Laboratório Nacional
de Engenharia Civil (LNEC)

Ref.: I00000M2I56202I

EQUIPAMENTOS PARA AUDIÇÃO DE CRIANÇAS FORA DOS TRIBUNAIS
– ESTUDO EXPLORATÓRIO DA VIABILIDADE TÉCNICA E DA ACEITAÇÃO SOCIAL DE SOLUÇÕES

Paulo Machado

Laboratório Nacional
de Engenharia Civil (LNEC)

lação publicada na última Legislatura). Em termos internacionais, quer por via da literatura científica, quer pelas publicações recentes de diferentes entidades, nomeadamente de relatórios da Comissão Europeia, reforçam-se os argumentos a favor de uma crescente sensibilidade e necessidade de atender às especificidades que os menores apresentam diante dos procedimentos judiciais (quer nos Tribunais de Família, quer nos Tribunais Penais), aos quais chegam em número crescente desde há quase duas décadas.

Para produzir recomendações de natureza técnica e funcional para a criação de espaços de audições dedicados aos menores, apresenta-se um modelo de auscultação aos stakeholders, multi-etápico, com recurso a metodologias colaborativas (brainstorming, catowe, SWOT) que permitam fazer emergir os fatores sociais e técnicos de oportunidade e inovação, bem como as resistências à mudança social que sempre ocorrem. As condições amostrais sugeridas passam por realizar uma amostra estratificada por regiões e comarcas, a partir do universo dos municípios que

aderiram, através da celebração de protocolos com o Governo Central, aos programas de descentralização de competências na área da Justiça (n= 129).

Este projeto observa duas fases: a) caracterização da situação de referência em termos da audição de menores nos Tribunais; b) desenvolvimento de um modelo de referência para esse novo equipamento social através de um processo iterativo com os diferentes stakeholders (juizes, procuradores do Ministério Público, oficiais de diligências, advogados, técnicos de serviço social, autarcas).

Esta iniciativa de investigação-ação orienta-se por uma abordagem tributária do paradigma da sociologia pública, sobretudo com enfoque numa sociologia profissional e das políticas públicas, na tradição dos trabalhos efetuados pelos proponentes desde há 20 anos.

Palavras-Chave: *Mudança Social, Inovação Social, Child-Friendly Environment, Menores, Stakeholders.*

Ref.: I00000M22002021

QUANDO O TEMPO E REDES SÃO DETERMINANTES DE VIDAS: DESAPARECIMENTO E PROTEÇÃO DE PESSOAS EM CONTEXTO BRASILEIRO

Entre contextos totalitários e democráticos em Tempo Presente, a experiência brasileira nas últimas cinquenta décadas tem aberto descrições e análises sobre o tripé desaparecimento de pessoas (tráfico, forçado, violência de gênero e doméstico-familiar, etc), promoção de Direitos Humanos e acesso à cidadania e à justiça através de políticas públicas. Entre uma “sociologia das emergências” e acessibilidade à justiça social e à cidadania, a base teórica aproxima-se da Teoria Crítica e da Sociologia Jurídica como basilares para o desenvolvimento desse texto. A partir disso, várias foram as elaborações e as alterações nos institutos, especialmente para assegurar abordagem jurídico-institucional e proteção às pessoas, às vidas e à dignidade, corroborando com dimensões pertinentes ao campo dos direitos humanos e fundamentais. Como objetivo cabe, analisar a rede de proteção e a ética jurídica do cuidado, acolhimento as pessoas desaparecidas, observar ações institucionais e acessibilidade à justiça e à cidadania. Observância e análise de legislação internacional e nacional relativa ao eixo temático escolhido (pes-

soas desaparecidas), realizando busca ativa com recorte categorial e temporal recente. A coleta documental proposta está delineada a partir da produção técnico-científica e de marcos legais-institucionais. Parte de uma investigação coletiva mais ampla, essa delimitação traz vertente qualitativa, baseada em análise documental (de caráter internacional e nacional, compondo diretrizes, planos e letras jurídicas) e revisão historiográfica contemporânea, recorrendo ao foco temporal desde os anos 90 até a atualidade, valorizando redes sociais e familiares, bem como ações públicas para garantir, promover e coibir processos de silenciamento e não realização de justiça. Tomando casos exemplares (estudo de casos) e com ampla circulação em mass media, destacam-se especialmente situação que envolvem crianças e jovens (até 21 anos) e participação efetiva de integrantes familiares na busca de justiça e efetivação de direitos.

Palavras-Chave: *Desaparecimento, Políticas Públicas, Violências, Direitos Humanos, Brasil.*

**Vanessa Ribeiro Simon
Cavalcanti,**

Universidade Federal da Bahia

Maria Ângela Rosa Soares

Universidade Federal do Espírito Santo

& Fabiana Neiva Almeida

Lino

Universidade Católica do Salvador



EIXO 4 JUSTIÇA E PROTEÇÃO AO AMBIENTE: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FONTE DE EQUILÍBRIO SOCIAL



Ref.: I00000M2039202I

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS AUTÁRQUICAS NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM PORTUGAL

As Autarquias Locais integram a Administração Pública, pelo que constituem a Administração Autónoma. São, desse modo, pessoas coletivas territoriais com órgãos representativos próprios e que, na linha do art. 235º da Constituição da República Portuguesa, visam a prossecução dos interesses da população que representam.

Auferem de autonomia financeira e também têm poder regulamentar, o que não impede a sua sindicância, na linha do cumprimento do princípio da legalidade, ou seja, devem os regulamentos da administração não atentar contra diplomas legislativos hierarquicamente superiores, quer provenientes do Governo, quer derivados do Direito Europeu, que vigora no ordenamento jurídico interno com efeito direto, ou de Convenções Internacionais ratificadas pelo Estado Português, bem da Constituição.

No uso dos poderes de autonomia regulamentar, a Câmara Municipal – órgão colegial executivo – pode adotar políticas públicas, em vários domínios, designadamente no setor social, educativo e cultural, promotoras da cidadania e dos Direitos Humanos.

As autarquias locais traduzem-se numa forma descentralizada de poder administrativo e proporcionaram, sobretudo, uma aproximação entre a Administração Pública e as pessoas reais que o poder local representa.

Podemos, nessa linha, afirmar que os seus representantes e funcionários tendem a ter conhecimento das reais necessidades da população e esse fator de proximidade pode, a nosso ver, contribuir para a melhoria de diagnósticos sociais e para a criação de propostas mais condizentes com a realidade social da população da circunscrição territorial a que se dirigem, bem como para a adoção de políticas públicas equitativas e promotoras da justiça social.

Estas últimas podem desenvolver-se diretamente, através de políticas públicas originariamente municipais, como v.g., o pagamento, por parte do Município, do transporte escolar de todos os alunos residentes no Concelho, como forma de garantir a efetivação do Direito à educação que é um Direito Social constitucionalmente protegido.

Não obstante, essas políticas públicas também podem ser realizadas de modo

Maria João Carvalho Vaz

Doutoranda em Ciências
Jurídico-Criminais na FDUC.
Secretária do Gabinete de Apoio
à Presidência no Município de Vila Flor

Ref.: I00000M2039202I

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS AUTÁRQUICAS NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E EFETIVAÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS EM PORTUGAL

Maria João Carvalho Vaz

Doutoranda em Ciências
Jurídico-Criminais na FDUC.
Secretária do Gabinete de Apoio
à Presidência no Município de Vila Flor

indireto, designadamente mediante a celebração de parcerias interinstitucionais entre a Autarquia e a Administração Central, como por exemplo se um Município celebrar um Protocolo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de género, em que além da divulgação de informação à população possa haver, v.g., um conjunto de formação de crianças e jovens de modo a promover esses valores nas gerações futuras.

Outra forma de concretizar este tipo de políticas públicas dá-se, por exemplo com a celebração de protocolos com outro tipo de instituições que se encontram sob tutela do Governo, v.g., as forças de segurança pública, ou de outro tipo, como a APAV, com o objetivo de sensibilizar a educação para os problemas derivados de situações de violência doméstica.

Podem ser celebrados protocolos com Instituições Particulares de Solidariedade Social ou, a título de exemplo, com associações culturais e/ ou desportivas, na linha da promoção da cultura e salvaguarda dos direitos económicos, sociais e culturais, v.g, em que o Município apoie economicamente a asso-

ciação com determinado valor anual no orçamento e, em contrapartida, a associação realize um plano de atividades para animação sociocultural no Concelho.

Por último, na linha da existência de muitos mais exemplos, a celebração de parcerias entre os Municípios e IPSS's, na linha de desenvolvimento de um papel ativo na criação e desenvolvimento de medidas de inclusão e apoio social, aumentar a coesão social no território, implementar medidas de ação junto dos segmentos mais vulneráveis da população, bem como potenciar a junção de esforços entre o setor público e privado para a solução de problemas sociais de difícil resolução. Podemos apontar, neste eixo, o exemplo do que está a ser desenvolvido em Portugal através dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social. Entre outros exemplos.

Palavras-Chave: *Autarquias Locais, Políticas Públicas, Cidadania, Direitos Humanos, Justiça Social.*

Ref.: I00000M2040202I

THE PROTECTED AREAS CONCESSION: ANALYSIS FROM A SOCIO-ENVIRONMENTAL PERSPECTIVE

Tourism has become an essential socioeconomic and cultural activity in recent years and has been encouraged in APs, mainly in parks. The great potential of protected areas for the development of visitation programs and the significant financial return of this process has gained attention from the private sector. This scenario highlights services' concession, an administrative instrument widely used to consolidate the partnership between the State and companies. Despite the significant increase in the concession of public use activities in Brazilian protected areas in recent years, scientific production on the subject is still scarce, resulting in gaps in the action. This work aims to understand and analyze the convergences and divergences between the interests of the State and private companies in the management of public use based on the service concession process, evaluating the social and environmental principles that guide the institution and management of national parks. Two methods were used to compare data and achieve the objective: documentary research, in which were analyzed

concession documents published by the Ministry of the Environment and the legislation that regulates the creation of APs; and bibliographic review based on studies that approached the topic, dialoguing it with some issues such as local development, resident communities and access to natural resources. The main points of agreement identified were: (i) the adoption of practices with minimal impact during the visitation; (ii) the hiring of community residents; and (iii) stimulating environmental interpretation through visual educational tools. Among the differences, the following stand out: (i) lack of planning aimed at socio-environmental monitoring; (ii) implementation of infrastructure unrelated to the landscape; (iii) high contractual value; and (iv) focus on the quantitative increase in visitation. The concession of natural spaces draws attention to some issues that emerge from the debate on the privatization of nature. The proposal for the insertion of communities in tourism dynamics highlights the lack of a project that effectively covers a perspective of local development and cultural appreciation.

Giovana Cioffi
University of São Paulo

Ref.: I00000M20402021

THE PROTECTED AREAS CONCESSION:
ANALYSIS FROM A SOCIO-ENVIRONMENTAL PERSPECTIVE

Giovana Cioffi
University of São Paulo

The simple hiring as employees differs from strengthening traditional practices, autonomy, community control, and control over the use of territorial resources. It is also highlighted that the expressive contractual value restricts the participation of local associations, third sector organizations, or small companies. The public documents prioritized an economical approach to companies' earnings with tourism without considering tourism's social and educational role. This fact demonstrates a deviation of purpose in relation to visitation in parks to achieve more expressive profits. The implementation of specific structures that negatively impact the landscape, such as souvenir shops or turnstiles, express physically and symbolically the common's limitation, restraining access to the low-income people and promoting gentrification for public use. The gaps in the scope of monitoring by public environmental agencies and companies demonstrate cloudiness critical to the process, subjecting species and local inhabitants to a greater degree of vulnerability, mainly due to the rapid increase of concessions. This work proposes a previous analysis of

the theme to corroborate the progress of the debate. However, it is understood the need for empirical research that allows the practical understanding of the process in question.

Palavras-Chave: *Concession, Protected Areas, Tourism.*

Ref.: I00000M2055202I

O DIREITO À CIDADE NO PROCESSO DE CENARIZAÇÃO DAS CIDADES

Este artigo tem como objetivo verificar os impactos no habitar da população local e seu direito a cidade nos territórios turísticos, compreendendo a limiaridade das dinâmicas das políticas públicas aplicadas, entre os processos e as práticas do urbanismo contemporâneo embasado no city marketing, quando os valores e identidade do território são colocados em xeque. A evidência do impacto social causado por esse processo de venda do território é observada claramente não só no desenho urbano, mas principalmente pela segregação dos espaços públicos destinados ao turista e a população local.

O turismo como base de valorização e fortalecimento das identidades e manifestações da cultura regional, por meio da configuração produtiva das atividades de natureza cultural, potencializam-se os atrativos turísticos atrelados aos costumes, tradições, hábitos, manifestações artísticas, arquitetura, entre outros, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento do turismo, e buscando maior satisfação e fidelização dos visitantes.

As necessidades dos turistas apresentam grandes diferenças em função do tipo do destino – praia, montanha, cidade e etc.; e de seu perfil – idade, estado civil, passatempos, nível cultural, dentre outros. No entanto, em qualquer caso, podem-se identificar alguns pontos em comum entre os diversos segmentos de visitantes – a infraestrutura de serviços e comércio, diretamente ligados à cidade ou núcleos urbanos, resultando em uma tendência global de institucionalização do turismo no âmbito do planejamento urbano (VARGAS, 2015).

Observa-se que é fundamental o atendimento da demanda do turista que influencia diretamente a configuração dos locais e a política urbana. Esta demanda, segundo Güell (2000), é monitorada pela quantidade e diversidade dos atrativos turísticos, disponibilidade e qualidade dos serviços turísticos, oferta adequada de infraestruturas básicas, sistemas de transportes eficientes, existência de sistemas de informação, desenvolvimento de programas de comercialização e promoção,

Fernanda Figueiredo

D'Agostini

Universidade Anhembi Morumbi

Ref.: I00000M20552021

O DIREITO À CIDADE NO PROCESSO DE CENARIZAÇÃO DAS CIDADES

Fernanda Figueiredo

D'Agostini

Universidade Anhembi Morumbi

disponibilidade de recursos humanos qualificados e hospitalidade urbana.

A apropriação da identidade territorial neste cenário torna-a um instrumento para posicionamento do território no cenário global, para tanto deve ser recuperada, valorizada ou reinventada, por meio de planos e projetos urbanos embasados no city marketing e em outras estratégias de venda do território associadas ao turismo. Essas novas realidades junto ao aproveitamento das oportunidades que o território apresenta induz a uma reestruturação político-administrativa que se utiliza da representatividade das instituições – públicas ou privadas, e dos meios de comunicação, como forma de direcionamento do desenvolvimento local junto às dinâmicas positivas existentes.

Entretanto, toda a mudança implementada depende de uma política contínua de manutenção, análise e controle de riscos, visando evitar o empobrecimento da população local pela massificação do comércio e serviços, ou ainda o resultado oposto – a gentrificação, e a degradação das áreas, como colocado por Montaner (2014) ao afirmar que o

turismo traz a necessidade de escolhas frente à diversidade de uma série de interesses e conflitos desencadeados pela apropriação da atividade turística.

Palavras-Chave: *Direito à Cidade, City Marketing, Turismo, Planejamento Urbano.*

Ref.: I00000M2057202I

QUESTÕES AMBIENTAIS E A PROIBIÇÃO DE USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PELAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA - CASE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL

De uma forma geral as religiões de matriz africana guardam uma forte relação com a natureza, condição esta, herdada dos povos africanos que criaram inúmeras deificações associadas a muitos elementos naturais. Com isto, diversos rituais acabam por se apropriar, no ambiente urbano, de espaços públicos que reflitam uma paisagem natural como locais de professar culto. Tal condição se estabelece, muito especialmente, em decorrência do adensamento urbano, com consequente redução nas dimensões dos terrenos urbanos e a eliminação dos “espaços mato”. Algumas formas de uso, entretanto, acabam por ocasionar danos ambientais, com isto gerando um conflito entre dois importantes princípios constitucionais, quais sejam: a liberdade de culto e o direito ao meio ambiente equilibrado. O uso histórico desses espaços públicos, como alternativa a perda dos “espaços mato”, associado ao problema da carência de conhecimento litúrgico de alguns “praticantes” (ou adeptos) em decorrência da perda de informações na transmissão oral, surge como agente

do conflito por um viés. A oralidade se constitui em um meio de conexão entre o passado e o presente com a comunicação se baseando nas lembranças das pessoas, em especial, em sua memória auditiva. Com isto, filtragens ocorrem e partes das informações se perdem, ocasionando o cometimento de erros, ou mesmo adaptações nas práticas ritualísticas. Em outro viés surge um exacerbado ambientalismo que busca se consubstanciar na legislação ambiental para coibir o uso litúrgico de espaços públicos naturais pelos rituais de matriz africana. Os direitos humanos são conquistas do ser humano, através dos tempos, apresentando-se como resposta às necessidades humanas. Os direitos fundamentais são limitados por outros direitos, afigurando-se que os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela Carta Magna. Em decorrência disto, tem-se que, do ponto de vista jurídico, é forçoso admitir que não há hierarquia entre os princí-

Vladimir Stolzenberg Torres
Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Ref.: I00000M20572021

QUESTÕES AMBIENTAIS E A PROIBIÇÃO DE USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PELAS RELIGIÕES
DE MATRIZ AFRICANA
- CASE PORTO ALEGRE, RS, BRASIL

Vladimir Stolzenberg Torres
Prefeitura Municipal de Porto Alegre

pios constitucionais; todas as normas constitucionais têm igual dignidade; em outras palavras: não há normas constitucionais meramente formais, nem hierarquia de supra ou infra-ordenação dentro da Constituição. Em situações de aparente conflito entre princípios, o bom senso não recomenda o simples afastamento de um deles para a aplicação de outro, nem tampouco a aplicação da regra da antinomia. Assim, considera-se que tal antagonismo possa ser superado através da construção de um diálogo e tendo por balizamentos os dispositivos legais vigentes, particularmente o Decreto Federal Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, e o Estatuto da Cidade – Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Palavras-Chave: *Africanismo, Religiosidade, Ambientalismo, Conservacionismo, Urbanismo.*

Ref.: I00000M2080202I

A PROPOSTA WARATIANA DA MEDIAÇÃO PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS CIDADES

O trabalho aborda a mediação com enfoque na teoria do jurista Luiz Alberto Warat, portenho de nascimento mas brasileiro em sua alma. Ao longo das décadas em que o autor transformou o espectro jurídico brasileiro, em especial no período entre os anos de 1990 a 2005, sua obra trouxe a lúmen a ecologia das subjetividades, formas alternativas de resolução de conflitos que buscavam a promoção do diálogo e da escuta para o entendimento, para o arrefecimento das animosidades oriundas do viver humano em sociedade. E, através da mediação, o desenvolvimento de uma cultura de paz em nossa sociedade. Assim, o tema do estudo em questão versa sobre a mediação para a resolução de conflitos socioambientais em cidades, com embasamento na teoria Waratiana.

A problemática do artigo centra-se na verificação da possibilidade de resolução dos conflitos socioambientais urbanos por meio da realização do procedimento de mediação, nas instâncias extrajudiciais para a pacificação desses conflitos socioambientais.

O objetivo geral consiste em analisar a mediação enquanto procedimento a partir da proposta teórica de Warat e na possibilidade desta contribuir para a efetivação do entendimento com o outro, na redução de conflitos socioambientais e na construção de vínculos de paz social em meio aos conflitos advindos de disputas por acesso a recursos

ambientais ou de danos decorrentes de desastres ambientais. Como objetivos específicos o estudo avalia os conceitos de mediação, de conflitos socioambientais, de natureza em uma perspectiva holística e demonstrar que a mediação pode ser utilizada para a resolução de conflitos socioambientais e a promoção de uma cultura de paz.

O método de abordagem eleito para o presente estudo foi o hipotético-dedutivo, como método de procedimento o bibliográfico e, como método de interpretação optou-se pelo sociológico, pois visa a compreensão da mediação e dos conflitos socioambientais a fim de atender as exigências de resolução desses conflitos com vistas ao bem comum.

Ao final, conclui-se que a prática da mediação, na proposição teórica de Luiz Alberto Warat, é um meio eficaz de resolução de conflitos que promove através do diálogo e do respeito mútuo a resolução dos conflitos socioambientais em âmbito extrajudicial e, ainda, conduz para a construção de uma cultura de paz nas cidades.

Palavras-Chave: *Cidade, Cultura de Paz, Direitos Humanos, Mediação, Teoria Waratiana.*

Elenise Felzke Schonardie,
Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul
– UNIJUÍ

**Carina Deolinda da Silva
Lopes**

Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul
– UNIJUÍ

**& Bruna de Medeiros
Bolzani**

Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul
– UNIJUÍ

Ref.: I00000M2I68202I

A JURISPRUDÊNCIA “VERDE” DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS: SINAIS DE UM COMPROMISSO EM VESTIR OS INTERESSES AMBIENTAIS COM OS TRAJES DOS DIREITOS HUMANOS

Susana Almeida

Escola Superior de Tecnologia
e Gestão do Politécnico de Leiria
e Instituto Jurídico Portucalense

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) tem desenvolvido, desde a década de 80 do século passado, uma jurisprudência que progressivamente vai cobrindo com o escudo protetor criado pelos redatores da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) uma realidade outrora não coberta: o meio ambiente.

Com efeito, pese embora na redação original da Convenção de Roma e dos seus inúmeros Protocolos Adicionais normativos nunca se tenha proclamado solenemente um “direito humano ao ambiente”, o Tribunal de Estrasburgo tem interpretado extensivamente direitos expressamente consagrados na Convenção, tais como o direito à vida (art. 2.º), o direito ao respeito pela vida privada e familiar (art. 8.º) ou o direito à proteção da propriedade (art. 1.º do Protocolo n.º 1), por forma a abarcar os “direitos humanos ambientais”. Efetivamente, em virtude de considerar que inúmeros problemas ambientais, como os níveis de ruído emitidos pelos aeroportos, a poluição industrial ou o planeamento urbanístico, podem ter impacto na proteção dos direitos

e liberdades dos indivíduos, o TEDH realiza uma interpretação evolutiva ou dinâmica destes preceitos, que procede a uma adaptação pretoriana do texto de 1950 às alterações dos valores e dos padrões socioculturais verificadas nas sociedades europeias, conferindo, assim, aos “direitos humanos ambientais” uma proteção indireta ou “por ricochete”.

Com esta “defesa cruzada de direitos” vai-se construindo uma normatividade de contornos jurídico-ambientais, à qual os ordenamentos internos dos Estados contratantes não poderão ficar indiferentes, sob pena de enfrentarem uma condenação internacional.

Deve também referir-se que o descrito ativismo jurisprudencial é, todavia, refreado pela designada doutrina da margem de apreciação. Com efeito, atendendo a que o sistema de proteção convencional apresenta um carácter subsidiário relativamente aos sistemas nacionais de garantia dos direitos humanos e considerando, por outra via, que as autoridades nacionais estão, em princípio, melhor posicionadas para aferir da necessidade de restringir os direi-

Ref.: I00000M2I68202I

A JURISPRUDÊNCIA “VERDE” DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS:
SINAIS DE UM COMPROMISSO EM VESTIR OS INTERESSES AMBIENTAIS COM OS TRAJES
DOS DIREITOS HUMANOS

tos, o juiz de Estrasburgo concede-lhes uma certa “latitude” de deferência ou de erro antes de declarar a limitação de um direito convencional como violadora de uma das garantias substantivas da Convenção. Estes traços de “autocontenção jurisprudencial” vislumbram-se sobretudo na jurisprudência ambiental inicial dos órgãos de Estrasburgo, mais resistente a atender às solicitações dos requerentes por considerar que as ações dos Estados contratantes sindicadas caíam no âmbito da margem de apreciação que lhes devia ser reconhecida.

Propomos, pois, no presente trabalho realizar uma incursão nesta jurisprudência “verde” da instância estrasburguesa, que se revelará manifestamente comprometida em vestir os interesses ambientais com os trajes dos direitos humanos, ainda que o diploma que a pauta não lhes faça qualquer referência. Veremos, igualmente, que esta jurisprudência tem desempenhado o papel fundamental de, além de colocar a questão ambiental no centro das preocupações da doutrina internacional, fixar os postulados europeus de teor ambiental que

deverão ser respeitados pelos Estados contratantes, sob pena de enfrentarem uma condenação internacional com o peso da “auctoritas” do TEDH.

Palavras-Chave: *Direito Humano ao Ambiente, Convenção Europeia dos Direitos Humanos, Jurisprudência Ambiental, Interpretação Evolutiva, Ambiente.*

Susana Almeida

Escola Superior de Tecnologia
e Gestão do Politécnico de Leiria
e Instituto Jurídico Portucalense

Ref.: I00000M2I88202I

WWW.SAOJOAODELREITRASPARENTE.COM.BR:
A CIDADE COM QUE SONHAMOS É A CIDADE
QUE PODEMOS CONSTRUIR:
PELO EMPODERAMENTO TRANSPARENTE
LOCAL/GLOBAL

Alzira Agostini Haddad

Atitude Cultural

O Banco de Dados www.saojoaodelreitr transparente.com.br é um projeto voluntário que desenvolvemos desde o ano 2000 em nossa setecentista São João del-Rei, Capital Brasileira da Cultura em 2007. Buscamos criar um projeto modelo passível de ser reaplicável nas cidades, de coleta e tratamento profissional, participativo, permanente e sustentável de dados e imagens local global em rede/inteligência. Inventário digital interativo e integrado, atualizado diariamente, que registra e correlaciona as pesquisas-ação realizadas, as consultas públicas, as principais notícias e fatos, para divulgação de informações e conhecimentos contextualizados e inter-relacionados. Respeitando e difundindo as ações das organizações e lideranças, os padrões e diretrizes internacionais de governança, TICs-Tecnologia da Informação e da Comunicação – pró adesão e difusão da Agenda 2030. É fundamental a construção, organização e o mapeamento democrático dos conteúdos para um melhor planejamento e execução de políticas públicas, de canais, mecanismos e instrumentos de participação para que os atores urbanos e as correntes de interesses que atuam

sobre as cidades, possam exercer seus direitos respeitando o interesse coletivo. Nosso foco: ações e resultados. Buscamos auxiliar a comunidade no conhecimento da cidade, visando identificar, valorizar, divulgar as melhores práticas e melhores produtos e serviços, projetos, expressões, manifestações sócio culturais, registrando e cruzando fontes de informações, pesquisas, ouvidoria e consultas, interagindo com corporações afins (Cidades e comunidades sustentáveis ODS 11).

Na nossa experiência, percebemos que apenas a partir do âmbito local pode-se tornar possível uma prática que envolva todas essas questões e mapear fidedignamente registros multiplicadores e colaborativos dessa imensa gama dos inúmeros pontos de sua própria teia, rede, Bancos de Dados expandível para a região, o país e o mundo. Organizada e articuladamente provida, podendo favorecer o levantamento, a divulgação e a preservação de suas singularidades, paisagens e territórios, seus recursos ambientais, culturais e turísticos. Valorizando e protegendo as suas riquezas. Com

Ref.: I00000M2I88202I

WWW.SAOJOAODELREITRASPARENTE.COM.BR:

A CIDADE COM QUE SONHAMOS É A SIDADE QUE PODEMOS CONSTRUIR:
PELO EMPODERAMENTO TRANSPARENTE LOCAL/GLOBAL

toda autonomia sempre – fortalecendo e sendo fortalecido pelas dimensões regionais, estaduais, federais e internacionais. O passado, presente e futuro em uma linha do tempo e das ações – se organizando em rede, registrando os novos tempos digital, incorporando e estendendo infraestrutura material com imaterial, possibilitando diálogos entre instituições, contextualizando histórias, análises, debates, dados relacionais e conclusões que possam tornar cada vez mais compreensíveis – fragmentos, legados e acervos, biografias, cadastros e documentos, pesquisas acadêmicas, gráficos e arquivos diversos até então indisponíveis ou desconhecidos. Incluindo atividades presenciais e não presenciais, técnicas de conservação, fluxo e interações entre diversos setores sociais, culturais, educacionais e institucionais, envolvendo e dando voz a cada cidadão, cada ação, cada projeto e iniciativa, cada grupo e toda a comunidade. Através de um canal “Big Data”, é possível construir um sistema integrado de dados estruturados, podendo ser construído e usufruído por cidadãos, organizações, governos locais, de outros países e continentes – um

caleidoscópio coletivo, fenomenológico, democrático. A necessária estrutura de uma política de proteção do patrimônio deve se estender no investimento e na proteção dos acervos de dados digitais. Ações deliberadas e irresponsáveis põe a perder registros e conquistas de séculos. Uma vez estabelecidas e classificadas, participativamente, com uma metodologia mais universal e uníssona, estas referências permitirão que as cidades e as comunidades se comuniquem/comunguem através deste esperando digital – não mais em dialetos desconexos, espalhados ou desestruturados – por uma governança mais colaborativa. Na era da TICS, a participação e a transparência se impõem.

Palavras-Chave: *Transparência, Rede, Compartilhamento Colaborativo, Educação Patrimonial, Eixo temático 7.*

Alzira Agostini Haddad

Atitude Cultural

Ref.: I00000M2I9I2021

A “COMODIFICAÇÃO” DE INFORMAÇÃO E O AMBIENTE MIDIÁTICO DEMOCRÁTICO

Carla Ferreira Gonçalves

Professora UNIFESO
e UNIGRANRIO – Curso
de Graduação em Direito

**& Joaquim Humberto
Coelho de Oliveira**

Professor UNIGRANRIO
– Programa de Pós-Graduação
em Humanidades, Culturas e Artes
(PPGHCA) / UNIFESO

A sociedade informacional constitui uma dimensão fundamental da sociedade global. Pode ser descrita como aquela em que os valores imateriais, dados, informações e tecnologia, constituem a força do desenvolvimento social. Reveste-se de características especiais que permitem distingui-la de outros domínios do direito e da economia. Atividades comerciais relacionados à recolha, processamento ou transmissão da informação são capazes de alterar o seu status a ponto de transformá-la numa comodificação. A comodificação da informação pode ser compreendida como a “dimensão comercial, caracterizada pela massificação, produção em série e distribuição em cadeia, que permite a negociação por amostragem de grandes conglomerados” (NETAANAEL e ELKIN-KOREN, 2002. p. viii). Em todas essas condições estão estritamente presentes critérios relacionados ao funcionamento do mercado e a interesses estritamente econômicos. Não há como datar com precisão o aparecimento do conceito de comodificação. No entanto, desde os meados dos anos oitenta do século XX, teóricos já se empenhavam em conceituar e nomear tal fenômeno.

Identificava-se, então, a expansão da mercadoria (commodity) ser referência não apenas de um bem tangível, mas incluir também todos os tipos de bens intangíveis. (FAIRCLOUGH, 2001. p. 255). A propósito das transformações e impactos trazidos pela sociedade informacional, nomeadamente a globalização da economia, apontamos para a perda da autonomia dos Estados para regular as atividades econômicas. A defesa de um mercado autorregulado, ameaça a atuação do Estado na proteção de direitos dos cidadãos. Com o processo de virtualidade promovidos pelas tecnologias, de diferentes setores e ramos de atividades da sociedade, os cidadãos passam à condição de meros consumidores, subordinados aos ditames do mercado. Além dessa consequência sobre os direitos de cidadania, a globalização e a disseminação das tecnologias de informação não significam facilidade de transferência de conhecimento. A falta de ponderação sobre os impactos advindos dos processos de comodificação universal, caso permaneçam omissos, pode gerar processos sociais de objetivação dos indivíduos e padronização das relações

Ref.: I00000M2I9I202I

A “COMODIFICAÇÃO” DE INFORMAÇÃO E O AMBIENTE MIDIÁTICO DEMOCRÁTICO

sociais. O tratamento da informação como mercadoria e a subordinação dos seus interesses aos valores econômicos estipulados única e exclusivamente pelas regras do mercado, estendidas aos domínios que antes a protegiam como bem público sob fiscalização de entidades estatais, trará dentre outras consequências a ampliação das desigualdades entre indivíduos e grupos econômicos detentores da informação. Dessa forma, a informação é hoje a base das relações sociais, da economia e do poder político e a sua apropriação é objeto de disputas entre instituições. Por isso, é fundamental também concebê-la como um bem público, de modo a não restringir o seu acesso a nichos sociais privilegiados por uma infraestrutura informacional.

Palavras-Chave: *Informação, Comodificação, Ambiente Democrático.*

Carla Ferreira Gonçalves

Professora UNIFESO
e UNIGRANRIO – Curso
de Graduação em Direito

**& Joaquim Humberto
Coelho de Oliveira**

Professor UNIGRANRIO
– Programa de Pós-Graduação
em Humanidades, Culturas e Artes
(PPGHCA) / UNIFESO



EIXO 5 MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA: A DEMOCRACIA COMO PROCESSO HISTÓRICO



Ref.: I00000M2087202I

A VOZ DA MEMÓRIA DE FAMILIARES DE VÍTIMAS DA DITADURA PORTUGUESA: MOLDANDO VIDAS E CONSTITUINDO SUBJETIVIDADES

Ainda que envolto em discussões sobre silenciar ou documentar, bem como às questões relativas ao direito ao esquecimento, o movimento de registrar a memória de vários momentos históricos, como as ditaduras, vem alcançando maior espaço nas pesquisas acadêmicas, pois além de uma função histórica pode também ser compreendido pela sua função social e educativa. A partir desta perspectiva, este trabalho tem como foco a memória de um dos atores dentre o universo das vítimas da ditadura portuguesa – os familiares de presos políticos.

As narrativas de filhos, filhas, netos, netas e companheiras de vida de pessoas perseguidas e presas pelo autoritarismo instalado em Portugal à época, representam o olhar do hoje sobre o ontem, ou seja, pessoas que recriam o vivido no trabalho da sua memória, em um movimento que, inevitavelmente, será permeado pelas convicções políticas e ideológicas assumidas ao longo da vida, bem como pelas disputas, conscientes ou não, sobre quais aspectos devem ser lembrados e merecem ser contados. Entretanto, o uso destes tes-

temunhos não se torna inviável dada tal especificidade, corroboramos com vários autores que consideram que, ao contrário, robustece sua relevância na medida em que coloca em paralelo à história oficial uma dimensão humana que os documentos não são capazes de alcançar e permite uma compreensão multidimensional do fato estudado. Vale mencionar que algumas das entrevistas consultadas para este trabalho referem-se a pessoas que relatam memórias de quando eram crianças, momento em que tiveram pais, mães e avôs presos, e mais tarde, na juventude ou na vida adulta, também militaram contra o regime e foram presos políticos, afinal, a ditadura portuguesa perdurou por 48 anos (1926-1974).

Os dados empíricos que fundamentam esta comunicação derivam-se de uma pesquisa mais ampla sobre memória da resistência operária aos regimes autoritários e justiça de transição no Brasil e em Portugal, realizada por meio de uma parceria entre a Universidade Federal do ABC e o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, no âmbito do

**Eliane Cristina da Silva
Nascimento**

Universidade Federal
do ABC/Universidade Tecnológica
Federal do Paraná, Brasil

**& Isabel Maria Freitas
Valente**

Universidade de Coimbra, Portugal

Ref.: I00000M20872021

A VOZ DA MEMÓRIA DE FAMILIARES DE VÍTIMAS DA DITADURA PORTUGUESA:
MOLDANDO VIDAS E CONSTITUINDO SUBJETIVIDADES

**Eliane Cristina da Silva
Nascimento**

Universidade Federal
do ABC/Universidade Tecnológica
Federal do Paraná, Brasil

**& Isabel Maria Freitas
Valente**

Universidade de Coimbra, Portugal

projeto “Direitos Humanos: dos fundamentos teóricos às tendências contemporâneas no nível local”, e originam-se de testemunhos gravados pelo Museu do Aljube/Lisboa, Centro de Documentação 25 de Abril/Coimbra e Museu Fortaleza de Peniche/Peniche, todos em Portugal.[1]

Nossa ida à campo, inicialmente, tinha como primeiro objetivo o testemunho de operários e sindicalistas perseguidos e presos pelo regime, em razão da sua militância. Mas, nosso contato com o material nos fez perceber que a trajetória dos familiares constitui, também, um elemento significativo a ser explorado, não só pelo registro das adversidades que a prisão política de um membro da família causa, mas em adição a isto, por nos permitir explorar uma dimensão mais íntima destas experiências, marcadamente, como estes familiares vivenciaram aquele período em sua individualidade e como isto os constituiu enquanto sujeitos, será nesta dimensão que nos concentraremos.

Do discurso dos entrevistados emergem representações que compõem práticas e sentidos, e suas memórias

revelam pessoas que se sentiram presas e torturadas sem ter sido, ao menos diretamente; pessoas que também relatam violações dos seus direitos e da sua dignidade humana, questões que esperamos, possam contribuir com a reflexão proposta no eixo Memória, Verdade e Justiça.

[1] A apresentação de um recorte dos dados relativos a Portugal deve-se ao fato de que a pesquisa no Brasil, que vinha ocorrendo entre 2019-2020 na Associação dos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A ABC), foi interrompida devido à pandemia de Covid-19 e, portanto, temporariamente, contamos com dados parciais.

Palavras-Chave: *Memória, Ditadura, Portugal, Família, Discurso.*

Ref.: I00000M2099202I

**“NENHUMA BALAVA VAI NOS CALAR”. POR UMA POLÍTICA
DE DES-SILENCIAMENTOS:
O DISPOSITIVO CLÍNICO-POLÍTICO DAS OFICINAS
DE ESCRITA COM O MOVIMENTO MÃES EM LUTO
DA ZONA LESTE**

Neste trabalho nos propomos a discutir a experiência das Oficinas de Escrita do movimento Mães em Luto da Zona Leste como um dispositivo clínico-político que tem como objetivo a produção de narrativas capazes de sustentar uma reinvenção da vida de mulheres que tiveram seus filhos assassinados por agentes do Estado. Neste fazer, visibilizam-se as violências e resistências dos territórios periféricos de São Paulo, rompe-se com a política de silenciamento e denuncia-se a impunidade em torno destes crimes. Os escritos e seu compartilhamento no grupo de escrita das mães/familiares produzem sentido político ao intenso sofrimento vivido cotidianamente.

O referido projeto, desenvolvido pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como pesquisa-intervenção sobre os impactos psicossociais da violência de estado, articula-se ao Observatório da Violência Institucional da PUC-SP, ao Centro de Direitos Humanos de Sapopemba e a outras parcerias para dar forma ao desejo formulado por mães e familiares

do movimento “Mães em Luto da Zona Leste” de escrita sobre suas trajetórias de luta e sobre as memórias afetivas de seus filhos assassinados pela polícia.

Os escritos forjam um corpo-vivo-memória dos corpos desses jovens que foram tombados pela polícia e dos próprios corpos vivos e por vezes adoecidos dessas mulheres que insistem em não se calar e em registrar a história de suas lutas para as futuras gerações. Essas mulheres narradoras nos mostram outros modos de apreender e aprender sobre os movimentos da sociedade em sua complexidade, colocando em suspeita o estado e suas instituições e desestabilizando os enquadres normativos dos sistemas de justiça e de segurança pública em nosso país.

“Nenhuma bala vai nos calar” não é somente um slogan, mas a caminhada diária e o mote político encarnado num ethos de prontidão-presença frente ao aparelho de estado na luta por justiça, verdade, memória e reparação. “Nenhuma bala vai nos calar” é também a luta contra o silenciamento e o medo que a complexa e conflituosa política de segurança pública quer imprimir à

Claudia Cristina Trigo de Aguiar,

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP

Lucia Filomena Carreiro,

Mestranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP

Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Professora Doutora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP

& Cristiane Fernandes

Tavares

UNIFESP

Ref.: I00000M20992021

“NENHUMA BALA VAI NOS CALAR”. POR UMA POLÍTICA DE DES-SILENCIAMENTOS:
O DISPOSITIVO CLÍNICO-POLÍTICO DAS OFICINAS DE ESCRITA COM O MOVIMENTO MÃES
EM LUTO DA ZONA LESTE

**Claudia Cristina Trigo
de Aguiar,**

Doutoranda do Programa
de Estudos Pós-graduados
em Psicologia Social da PUC-SP

Lucia Filomena Carreiro,

Mestranda do Programa de Estudos
Pós-graduados em Psicologia Social
da PUC-SP

**Maria Cristina Gonçalves
Vicentin**

Professora Doutora do Programa
de Estudos Pós-graduados
em Psicologia Social da PUC-SP

& Cristiane Fernandes

Tavares
UNIFESP

vida da população desses territórios às margens da sociedade.

As “Mães em Luto da Zona Leste”, assim como outros coletivos, principalmente composto por mulheres mães espalhados pelo Brasil, têm a perspectiva de desnudar a política de morte do Estado brasileiro – que mira, sobretudo, os jovens negros moradores das periferias – e de lutar por direitos e políticas públicas de qualidade para a juventude. Trata-se, portanto, de um campo de resistência histórica em nosso país.

Ao falar-narrar elas tensionam as lógicas hierárquicas e a hegemonia de saberes e poderes presentes em nossa sociedade, vivem e habitam o mundo contemporâneo em muitos âmbitos, especialmente na política (Fina Birules), constroem outros regimes de verdade (Foucault) e retiram estas mortes do âmbito privado (Adriana Vianna). Ao acionar seus lugares de mães, acusam a colonialidade de gênero (María Lugones) e sua atualização na desigualdade estrutural do país interseccionada pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe. As narrativas de dor e sofrimento fraturam o campo social e forjam

outras formas enunciativas de enfrentamento às racionalidades que regem a violência (Arlete Farge).

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, Regime de Verdade, Colonialidade, Gênero.*

Ref.: I00000M2I06202I

JUSTIÇA E DEMOCRACIA:

ETHOS POLÍTICO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PÕE EM XEQUE O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE À INJUSTIÇA HISTÓRICA DO BRASIL E DEMANDA ABERTURA

A reflexão proposta neste artigo incide sobre três eixos principais em torno da justiça e democracia no Brasil ou sua incipiência, diante de uma sociedade que clama por direitos e diversidade. Parte das políticas públicas de ações afirmativas e cotas raciais, resultado de reivindicações antigas dos movimentos negros por combate ao racismo, direito à educação e reconhecimento. O primeiro eixo, injustiça como padrão, versa sobre a escravidão, instituída e naturalizada na prática cotidiana por mais de três séculos; e sobre a abolição, cuja Lei Áurea de apenas dois artigos, portava em si mesma o esquecimento da população negra. Questiona a justiça do sistema escravocrata, baseado na economia sob a manutenção de seres humanos como coisas, moeda de troca, logo destituídos de ontologia. Lembra a Constituição Imperial, de 1924, que tinha caráter liberal, portanto, incoerente com a escravidão, mas indiretamente fazia referência a esse sistema. À época, a justiça considerava os fundamentos da economia justificáveis à existência da escravidão. Na contemporaneidade, a questão que se coloca é: o que justi-

fica a desigualdade? O segundo eixo a ser analisado são as Ações afirmativas e a rejeição social das políticas públicas, em pauta no início deste século, no Brasil, mobilizando, de um lado, os movimentos negros em reivindicações por direito à educação, combate ao racismo e reconhecimento e, de outro, a mídia tradicional e o discurso contra as cotas raciais, uma das modalidades das ações afirmativas. A análise versará sobre a emergência de um discurso midiático reatualizado do século XIX, forte oposição às cotas raciais e defesa das cotas sociais, que sequer tinham entrado no bojo das lutas iniciais. Aponta como resultado dos discursos a formação da opinião pública de caráter maniqueísta, com prognósticos dramáticos de divisão do país em raças e acusação de inconstitucionalidade das cotas. Contudo, o STF – Supremo Tribunal Federal julga, por unanimidade, a constitucionalidade das Ações afirmativas, liberando universidades públicas e instituições de ensino para adotarem as medidas em seus programas de graduação e de pós-graduação. Após nove anos da declaração de constitucionalidade das políticas públicas, o que se observa são mudan-

Zilda Martins Barbosa

LECC/ECO/UFRJ – Laboratório
de Estudos em Comunicação
Comunitária da Escola de Comunicação
da UFRJ – Pesquisadora
e Coordenadora do Grupo de Estudos
Muniz Sodré sobre Relações Raciais

Ref.: I00000M2I06202I

JUSTIÇA E DEMOCRACIA:

ETHOS POLÍTICO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PÕE EM XEQUE O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE
À INJUSTIÇA HISTÓRICA DO BRASIL E DEMANDA ABERTURA

Zilda Martins Barbosa

LECC/ECO/UFRJ – Laboratório
de Estudos em Comunicação
Comunitária da Escola de Comunicação
da UFRJ – Pesquisadora
e Coordenadora do Grupo de Estudos
Muniz Sodré sobre Relações Raciais

ças nos campi das universidades do país, com o crescente número de estudantes negros e negras. De antigos objetos de estudos, os jovens estudantes portam em si a riqueza da diversidade e atuam como sujeitos, eles próprios, por meio de participação em debates, salas de aula, produção de artigos, apresentação em congressos e interferência na sociedade, a fim de mudar o imaginário racista, presente na estrutura social. “O racismo constitui todo um conjunto imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional.” (ALMEIDA, 2019, p. 65). Por fim, o terceiro eixo abordará o papel da sociedade civil na promoção da justiça e da democracia. Questiona o racismo epistemológico e a necessidade de abertura das universidades para além do cumprimento da lei. Reflete acerca de possíveis ações da sociedade civil na luta contra o racismo, dentre elas a inclusão de obras de intelectuais negros e negras nas grades curriculares das universidades e escolas. No campo midiático tensiona a comunicação tradicional com comunicações comunitárias, insumos para uma nova realidade.

Este artigo traz a hipótese de que sem amplo engajamento da sociedade civil no combate ao racismo, sem direitos humanos, reais e simbólicos, não há justiça social, nem equilíbrio econômico. Metodologicamente, as análises serão ancoradas em autores como Silvio Almeida, Françoise Vergès, Michael Sandel, Muniz Sodré, Achille Mbembe, Lelia Gonzalez, Pap Ndiaye, Boaventura de Sousa Santos, Gramscy e outros, a fim de compreender conceitos de justiça, democracia, e de como a não superação do racismo interfere em uma sociedade supostamente democrática.

Palavras-Chave: *Ações Afirmativas, Racismo e Democracia, Justiça Social.*

Ref.: I00000M2I29202I

O REGIME MILITAR BRASILEIRO E O AUTORITARISMO: UMA REVISÃO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPRESSÃO POLÍTICA E A “DEMOCRACIA CONTROLADA”

Este trabalho tem o objetivo de analisar o Regime Militar Brasileiro (1964-1984) no que tange a institucionalização da repressão e do projeto geopolítico dos militares, frente a ruptura com a Democracia. Assim, investigamos a forma como os militares, orientados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), são chamados a realizar, segundo Lillian Schwartz, “uma missão civilizatória no território nacional”. Ou seja, legitimou-se o rompimento do processo democrático pela imposição de um Regime Ditatorial Autoritário, de acordo com Norberto Bobbio e Héctor L. Saint-Pierre, o qual deveria proteger a segurança nacional.

Em relação à justificativa da pesquisa ressaltamos que, nas Eleições de 2018, ocorreu o fenômeno da volta dos militares ao exercício do poder político, o qual acompanhou uma revisão histórica a respeito dos benefícios do Regime Militar Brasileiro. Dessa forma, nos questionamos sobre quais foram os reais impactos deste período tanto em relação a atuação do Estado brasileiro quanto para os impactos em nossa Democracia.

Assim, delimitou-se este trabalho em três partes: primeiro, através de uma revisão teórica da Ciência Política, da Geografia Política e da Segurança Internacional, estudamos os conceitos de Regime Político, Instituições e Estado Moderno. Em seguida, relacionamos a forma como o Estado enxerga sua segurança, atravessando o papel do controle territorial, o conceito de soberania, a função do monopólio legítimo da violência e a ideia da segurança nacional. Logo após, diferenciamos os Regimes Democráticos dos Regimes Ditatoriais, demonstrado como as ditaduras representam uma exceção a função “normal” da segurança para o Estado Moderno, neste sentido, debatemos conceitos como poder político e violência.

Em segundo, analisamos o contexto da Guerra Fria e a forma como a DSN influenciou no Golpe Civil-Militar brasileiro. Para tanto, revisamos a influência da Política Externa dos EUA na segurança da América Latina e a origem da DSN, sendo que, foi esta ideologia responsável por apontar a necessidade de proteção do Brasil da ameaça do comunismo. Depois, analisamos o contexto

Tiago Viesba Pini Inácio
Universidade Estadual do Centro
Oeste – UNICENTRO

Ref.: I00000M2I29202I

O REGIME MILITAR BRASILEIRO E O AUTORITARISMO:
UMA REVISÃO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPRESSÃO POLÍTICA E A “DEMOCRACIA
CONTROLADA”

Tiago Viesba Pini Inácio

Universidade Estadual do Centro
Oeste – UNICENTRO

do Golpe e a forma como a DSN apontou para a presença de uma ameaça interna ao Estado e a sociedade. Assim, o propósito foi perceber como esta doutrina de segurança justificou a imposição de um regime de exceção que protegesse a Segurança Nacional do Brasil.

Por fim, demonstramos como os militares brasileiros, influenciados pela DSN, construíram um Estado Ditatorial. Neste sentido, revisamos o pensamento geomilitar do General Golbery do Couto e Silva, o principal idealizador do regime. Em seguida, abordamos a atuação autoritária estatal, a partir da criação de uma máquina repressiva e legalizada, baseada no tripé: vigilância, censura e repressão. No final dos anos 1960, esse tripé se ancorou em uma ampla legislação repressiva que incluía a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e a Constituição de 1967. Contudo, este ordenamento jurídico não tinha apenas a função de apresentar um caráter legal ao Regime. Os militares brasileiros, influenciados pela DSN, queriam alcançar uma “Democracia Controlada”, ou seja, apresentar um caráter legal ao

regime de exceção tinha como objetivo a sua institucionalização e a passagem para um governo civil tutelado pelos militares.

A metodologia utilizada baseou-se na revisão bibliográfica dos conceitos abordados, bem como a análise de documentos relevantes para este trabalho. Entre os resultados obtidos destacamos as influências do pensamento geomilitar na construção do Regime Ditatorial, na institucionalização da repressão e no plano de criação de uma Democracia Tutelada. Além disso, percebemos o papel político atribuído aos militares, de último pilar de manutenção da ordem. Contudo, embora chamados a proteger a Segurança Nacional através de um Golpe de Estado, como consequência, levamos 20 anos para restaurarmos nossa Democracia.

Palavras-Chave: *Autoritarismo, Brasil, Ditadura, Militares, Democracia.*



EIXO 6 TEORIAS DA JUSTIÇA, DEMOCRACIA PROCESSUAL E GARANTISMO: O PROCESSO COMO ELEMENTO GARANTIDOR DA JUSTIÇA



Ref.: I00000M2076202I

O CONTRADITÓRIO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E AS AÇÕES REPETITIVAS DECORRENTES DA PANDEMIA DA COVID-19

O presente artigo tem como escopo abordar o aumento significativo das ações repetitivas decorrentes da pandemia da COVID-19 e da relevância do respeito ao contraditório no Código de Processo Civil de 2015, mormente enquanto inserido neste instituto. No cenário atual e ante a intensa diversificação e multiplicidade das demandas que assolam o Poder Judiciário, requer-se o empreendimento de maiores esforços para a perfectibilização de uma tutela jurisdicional efetiva, em atenção aos critérios de celeridade e de economia processual. Bem assim, busca-se coibir a mitigação da prestação jurisdicional efetiva do direito à saúde ante um estado de calamidade pública, através das garantias processuais previstas pela nossa legislação, doutrina e jurisprudência. Uma vez que o direito à saúde detém natureza de direito fundamental, perante um Estado Democrático de Direito, o processo de constitucionalização do direito processual civil lhe confere supremacia em detrimento daqueles direitos previstos na legislação ordinária. Nesse viés, pretende-se compreender o papel do Estado como garantidor do acesso à justiça e consequentemente, ao direito humano à saúde, sendo o papel do

juiz a ferramenta utilizada para tanto. No mesmo sentido, pretende-se perpassar pelos conceitos de jurisdição, processo, ação e de acesso à justiça no ordenamento jurídico brasileiro, para, então, conceituar o direito fundamental do contraditório sob a égide do Código de Processo Civil de 2015, trazendo uma perspectiva histórica da evolução e da importância deste instituto. Na sequência, analisar-se-á a definição da pandemia da COVID-19 e seus respectivos impactos sob a perspectiva processual, seguindo pelas consequências jurídicas deste, incluindo a emergência das ações repetitivas. Posteriormente, passar-se-á à análise dos desafios do contraditório substancial perante os direitos coletivos, difusos, individuais e homogêneos, e finalmente, examinar-se-á o contraditório efetivo nas ações repetitivas decorrentes da pandemia da COVID-19. Nesse andar, cuidará o presente artigo da importância do contraditório substancial no Código de Processo Civil, a partir da análise do surgimento das ações repetitivas decorrentes da pandemia da COVID-19, através do método dedutivo tradicional, bem como por meio de revisão bibliográfica e de coleta jurisprudencial, utilizando-se da legislação comparada, no que couber.

Rafaela Sánchez Vissoky

Bolsista de Iniciação Científica
e graduanda em Direito pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande
do Sul

Palavras-Chave: *Processo, Justiça, Contraditório,
Jurisdição, Saúde.*

Ref.: I00000M21I32021

ASPECTOS POLÊMICOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Fabiano Justin Cerveira

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

O longo dos últimos anos vivenciamos no ordenamento jurídico brasileiro intensa discussão e crítica relacionada ao aumento da demanda e morosidade judicial. Tal situação é complexa e potencializa inúmeros projetos buscando acelerar/encurtar o tramite processual penal e, em muitas vezes, relativizando ou violando as garantias constitucionais do cidadão. Em janeiro de 2020 entrou em vigor a Lei 13.964/19, mais conhecida como “Pacote Anticrime”. Um dos tópicos previstos na referida lei já era discutido há muito tempo, qual seja, a possibilidade de ampliação da justiça negocial, visto que o sistema criminal brasileiro precisa ser aprimorado e precisamos buscar alternativas, pautadas no respeito ao devido processo legal, a presunção de inocência e aos demais princípios inerentes ao Estado Democrático de Direito. Assim, busca-se analisar os requisitos do Acordo de não persecução penal, especificamente a confissão e, nesse sentido, abordar o princípio do *nemo tenetur se detegere* e os aspectos relacionados aos tratados internacionais que o país é signatário. O objeto imediato do presente trabalho é analisar a (in)constitucionalidade de exigência

de confissão para a realização de acordos de não persecução penal, conforme previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal. Assim, pretende-se discutir se a legislação que obriga a confissão formal e circunstanciada como requisito para a realização de Acordos de não persecução penal está em harmonia com a garantia constitucional. A necessidade da confissão, mais do que uma suposta “garantia de culpabilidade” para aqueles que oferecem o acordo, pode violar princípios constitucionais e ainda não oferece nenhuma segurança, visto que estudos já demonstram inúmeros casos onde inocentes confessaram crimes para evitar os riscos de uma sentença. Não podemos esquecer que a confissão ao longo da história já foi obtida de inúmeras formas, tanto com torturas físicas ou como muitas vezes percebemos hoje com o uso indiscriminado de prisões cautelares ou ameaças de elevadas penas.

Palavras-Chave: *Acordo, Confissão, Constitucionalidade, Convencionalidade.*

Ref.: I00000M2I30202I

**O DEVER DE PUNIR COMO STANDARD DE DIREITOS HUMANOS
E A NECESSIDADE DE SE COMPATIBILIZAR O DIREITO À TUTELA
JUDICIAL EFETIVA COM AS DEMAIS GARANTIAS PROCESSUAIS
(- COM A PROPOSTA DE REDUÇÃO DE RECURSOS ÀS VIAS
EXTRAORDINÁRIAS COMO MEIO DE COMPATIBILIZAÇÃO
DESSES DIREITOS)**

O Brasil já sofreu nove condenações no sistema interamericano de direitos humanos. Destes, em oito casos, a responsabilização internacional do Estado ocorreu pela falha na prestação da tutela judicial efetiva. Especificamente, em razão da falta de cumprimento das obrigações positivas assumidas internacionalmente de investigar, processar, julgar e, se for o caso, punir as lesões a direitos e, por não ter, o Estado brasileiro, assim, dado a devida resposta jurisdicional às vítimas de crime.

Causa estranhamento a muitos que, na linha da jurisprudência das cortes regionais de direitos humanos, a falta de punição por parte do Estado remete à responsabilização internacional e que o dever de punir os responsáveis pelo cometimento de crimes é standard de direitos humanos. Tal interpretação das cortes, ademais de não se tratar de retrocesso e nem de punitivismo internacional, reflete uma interpretação sistemática e coerente que visa assegurar a proteção de todos os direitos fundamentais previstos tanto no âmbito interno, como nas declarações de direitos firmadas pelos Estados-partes.

Neste sentido, não basta ao Estado garantir direitos se não tiver meios de efetivar estes direitos. Como as cortes regionais de direitos humanos apontam, o direito de acesso à justiça deve ser sempre compatibilizado com as demais garantias processuais, razão pela qual o Estado tem o dever de prestar uma devida tutela jurisdicional.

Partindo dessa premissa, os processos não podem ser infundáveis e tampouco ineficazes, pois são o meio pelo qual o Estado pode (e deve) agir na proteção dos direitos ameaçados ou lesados. Ocorre que, na visão de que o processo seria somente um instrumento de garantia, entende-se no Brasil que o número de recursos e impugnações previstos no nosso sistema processual seria uma consequência do devido processo legal e estaria justificado pela falibilidade judicial.

Tal entendimento, ademais de não corresponder à realidade, considerando que são poucas as decisões exaradas nas instâncias ordinárias efetivamente alteradas nas instâncias superiores, demonstra que o dever de prestar uma tutela judicial efetiva e de se olhar a

Leticia Schirmer de Souza

Mestre em Direitos Fundamentais
pela Universidad de Granada - ES

Ref.: I00000M2I30202I

O DEVER DE PUNIR COMO STANDARD DE DIREITOS HUMANOS E A NECESSIDADE DE SE COMPATIBILIZAR O DIREITO À TUTELA JUDICIAL EFETIVA COM AS DEMAIS GARANTIAS PROCESSUAIS (- COM A PROPOSTA DE REDUÇÃO DE RECURSOS ÀS VIAS EXTRAORDINÁRIAS COMO MEIO DE COMPATIBILIZAÇÃO DESSES DIREITOS)

Leticia Schirmer de Souza

Mestre em Direitos Fundamentais
pela Universidad de Granada - ES

vítima também como parte do processo não tem sido compreendido de forma adequada em nosso sistema interno.

É certo que não se pode conceber que a exigência a um processo penal eficaz signifique uma “justiça acelerada” e sem as devidas garantias processuais e materiais. No entanto, o que não se pode conceber, também é que o excesso de olhar para as garantias processuais de apenas uma das partes, acarrete na morosidade da tramitação dos processos e, em consequência, na ineficiência da prestação jurisdicional e que, por consequência, dê vazão à diversas condenações do Brasil no âmbito internacional por falha na prestação jurisdicional especialmente na proteção dos direitos das vítimas.

Nessa linha, defende-se neste artigo que com a restrição à possibilidade de acesso às vias extraordinárias, os processos penais transitariam em julgado após decisão (definitiva) exarada pelos órgãos colegiados dos tribunais das vias ordinárias, o que impactaria, sobremaneira, o tempo de duração dos processos e oportunizaria a efetiva prestação jurisdicional. Estaria ainda assegurado

o duplo grau de jurisdição previsto no âmbito internacional e, considerando que as questões fáticas são somente discutidas e apreciadas nas vias ordinárias, não haveria que se presumir prejuízo e nem cerceamento de defesa. Como proteção, uma eventual nulidade poderia ser apresentada pela via rescisória, sendo sempre ainda possível a impetração de habeas corpus.

Nesse enfoque, a redução da via recursal poderia auxiliar na compatibilização dos direitos dos réus- acusados no âmbito do processual penal com o que a Corte Interamericana tem identificado nas condenações do Brasil: falha na proteção ao direito das vítimas, tanto pela morosidade processual como pela ineficiência da prestação jurisdicional.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, Tutela Judicial Efetiva, Obrigações Processuais Penais Positivas, Recursos.*

Ref.: I00000M2I38202I

A ATUAL VISÃO PRINCIPIOLÓGICA DO PROCESSO CIVIL

O processo vem sofrendo, ao longo dos anos, muitas alterações e adaptações, modificando, de certa forma, sua própria essência, já que passa a ter contornos mais principiológicos, o que parecia impossível, se levar-se em conta o Código de Processo Civil de 1973.

Não se admite mais o processo pelo processo, mas sim como instrumento garantidor da efetividade da justiça, o qual deve servir ao direito e não apenas ao próprio processo. Desse modo, passa-se o processo a ser um real pacificador social.

Após a Constituição de 1988, notou-se um movimento de constitucionalização dos demais instrumentos legais brasileiros, o que definitivamente demonstrou a supremacia Constitucional, já que antes da CF88 se via uma prevalência do direito privado, em detrimento do direito público (e o Código de Processo Civil não era diferente).

Com a atual Carta Magna, os Códigos se adequaram e passaram a ter uma visão principiológica mais apurada, como se vê, por exemplo, no Código Civil de 2002, que tem o princípio da

boa-fé objetiva como basilar nas relações. Da mesma forma, o Código de Defesa do Consumidor (1990), entre outras legislações.

Com o Código de Processo Civil não foi diferente. Ainda sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, diversas alterações foram introduzidas, buscando a constitucionalização do processo, trazendo-se novas dinâmicas, as quais beneficiaram, em especial, os jurisdicionados (como a Ação Monitória, a transformação do Processo de Execução Judicial em Cumprimento de Sentença, tornando-se um processo sincrético e mais efetivo). Aliás, a mais impactante modificação sofrida pelo CPC 73 foi a chamada Terceira onda de reforma do Código de Processo Civil, com as Leis nº 11.232/2005, 11.277 e 11.276/2006.

O atual Código de Processo Civil (Lei 13105/2015) já trouxe, desde o seu nascedouro, essa visão mais sistêmica e principiológica, como se nota na Lei como um todo. Merece destaque, todavia, os primeiros artigos do CPC, nos quais se verifica um arcabouço principiológico importantíssimo, atrelando,

Dinara de Arruda Oliveira

Doutora em Direito pela PUC/SP;
Professora do Centro Universitário
UniCathedral; Conselheira Estadual
da OAB/MT

Ref.: I00000M2I38202I

A ATUAL VISÃO PRINCIPIOLOGICA DO PROCESSO CIVIL

Dinara de Arruda Oliveira

Doutora em Direito pela PUC/SP;
Professora do Centro Universitário
UniCathedral; Conselheira Estadual
da OAB/MT

assim, toda a interpretação nesses princípios ali elencados.

Os princípios são categorias universais, sendo que, quando incorporados a um sistema constitucional, acabam por refletir a própria estrutura ideológica daquele dado Estado, e, como consequência, refletem os valores da própria sociedade, em face de que ao estabelecer princípios dentro da Lei Maior, o poder constituinte, legisla de forma a representar o povo, espelhando-se em seus anseios e expectativas, mostrando, assim, os valores e princípios arraigados dentro daquele povo.

São os princípios linhas mestras, sendo, portanto, normas hierarquicamente superiores dentro do sistema jurídico, impondo-se, assim, de forma absoluta. Os princípios são categorias universais, sendo que, quando incorporados a um sistema constitucional, acabam por refletir a própria estrutura ideológica daquele dado Estado, e, como consequência, refletem os valores da própria sociedade.

Princípios constitucionais são, portanto, aqueles que estiverem previstos no Texto Constitucional, de forma explí-

cita ou implícita, de modo a demonstrar os valores impressos na Lei Máxima, os quais exprimem a carga axiológica do próprio Estado, da qual faz parte a sociedade como um todo.

Corroborando com este entendimento, Paulo Nalin assevera que nem todos os princípios encontram-se descritos de forma expressa no sistema jurídico, todavia, não devem ser desconsiderados por esse motivo, até porque, segundo referido autor, ainda que implícitos, os princípios possuem força normativa, e, com maior intensidade os princípios constitucionais. No caso dos princípios elencados no Código de Processo Civil atual, pode-se dizer que eles são a linha mestra para o intérprete do Direito.

Os princípios auxiliam na interpretação, sendo elementos de construção, transformação e mutabilidade do Direito, em face de terem esse caráter mutável, já que se encontram diretamente ligados aos anseios sociais.

Palavras-Chave: *Processo Civil, Princípios, Visão Principiológica.*

Ref.: I00000M2I39202I

UMA NOVA CONCEPÇÃO DE JURISDIÇÃO: COOPERATIVA-PARTICIPATIVA COMO CONDIÇÃO PARA EFETIVAÇÃO, GARANTIA E HUMANIZAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL

A efetividade na entrega da prestação jurisdicional consiste em um valor indispensável, transformando-se em direito fundamental, abrigado pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e disciplinado no Código de Processo Civil de 2015. A presente pesquisa bibliográfica, com base no método hipotético-dedutivo, tem como objetivo demonstrar que o processo está vinculado a um novo modelo de jurisdição, idealizado a partir da cooperação e da participação ativa das partes e dos operadores do direito. A doutrina brasileira e o legislador processual, atentos à existência do direito a uma resposta jurisdicional efetiva, vêm procurando discutir, elaborar procedimentos e meios processuais capazes de oferecer maior efetividade às normas processuais, no sentido de mudar a realidade processual. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, enumera uma série de princípios que convivem no sistema jurídico, como o da segurança jurídica e o da celeridade da prestação jurisdicional. Da adequação entre os princípios acima referidos surge um problema: compatibilizar rapidez processual e a segurança jurídica. A segurança requer

uma dilação temporal, ao passo que a celeridade pressupõe sua abreviação. É evidente que, no caso concreto, um princípio deverá ser sopesado em relação ao outro, com a utilização da proporcionalidade, buscando uma solução que melhor atenda ao postulado objetivado pelo interesse público, no sentido de fazer justiça. As grandes transformações sociais ocorridas no último século fizeram com que um grande e crescente número de indivíduos passasse a ter acesso aos tribunais, o que justifica a criação de novos procedimentos. Um destes mecanismos, elencados no Código de Processo Civil de 2015, artigo 6º, consiste na cooperação entre as partes do processo, incluindo-se o juiz, no sentido de que deve haver um maior diálogo e que se possam evitar procedimentos que dificultem ou retardem o processo. Neste sentido, o presente estudo busca elucidar como o mecanismo de cooperação pode contribuir para a garantia e efetividade da tutela jurisdicional. A ação processual deve ser vista como um instrumento ético de cooperação entre os sujeitos envolvidos na busca da justa solução do litígio e, embora as partes defendam

Adriane Medianeira Toaldo,
Universidade Luterana do Brasil
(ULBRA), Campus Santa Maria, RS
& **Caroline da Rosa**
Cavalheiro

Universidade Luterana do Brasil
(ULBRA), Campus Santa Maria, RS

Ref.: I00000M2I39202I

UMA NOVA CONCEPÇÃO DE JURISDIÇÃO:
COOPERATIVA-PARTICIPATIVA COMO CONDIÇÃO PARA EFETIVAÇÃO, GARANTIA E HUMANIZAÇÃO
DA TUTELA JURISDICIONAL

Adriane Medianeira Toaldo,
Universidade Luterana do Brasil
(ULBRA), Campus Santa Maria, RS
& Caroline da Rosa
Cavalheiro
Universidade Luterana do Brasil
(ULBRA), Campus Santa Maria, RS

interesses antagônicos, deve imperar o princípio da boa-fé. Aliado a isto, o processo deve ocorrer de acordo com os preceitos da justiça processual que o torna devidamente legal. A observância das regras legitima o exercício da jurisdição e constitui a garantia das partes diante do poder estatal. Entende-se que o modelo cooperativo no processo civil proporciona aos operadores do direito uma harmonização no meio jurídico, alcançado na premissa de que todos os participantes das lides colaborem entre si, no intuito de facilitar o trabalho do julgador e auxiliar os demais jurisdicionados à alcançarem a solução justa da lide. A ideia de cooperação gerou um movimento conhecido como jurisdição participativa, partindo da premissa de que, atualmente, faz-se necessário um processo mais humano e público, no qual ocorre a interação dos sujeitos do processo. E a participação das partes constituiria um meio ativo da cidadania processual. Assim, a jurisdição fica mais democrática, retirando do Estado o poder monopolizado de decisão. A colaboração mútua é corolário da efetividade da justiça, gerando, assim, um processo célere, guiado pela responsa-

bilidade, ética e participação dos sujeitos da ação.

Palavras-Chave: *Jurisdição Cooperativa-Participativa, Nova Conceção, Efetividade, Garantia, Humanização.*

Ref.: I00000M2I54202I

COMO O GERENCIAMENTO DO PROCESSO EFETIVA A CELERIDADE PROCESSUAL PREVISTA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O Poder Judiciário brasileiro é percebido como moroso e com déficit entre as demandas ajuizadas e as demandas resolvidas. Além da desorganização e elevada burocratização do processo, a chamada “cultura da sentença” contribui para a sobrecarga de litígios judiciais no Brasil. O case management, ou gerenciamento do processo, age de forma a tornar o processo mais eficiente utilizando-se de participação mais ativa entre magistrados e partes com vistas à pacificação social efetiva, através da adoção de medidas que, dentro do processo judicial, eliminem ou diminuam as demandas desnecessárias e atos protelatórios e, também, na fase pré-processual, incentivando a conciliação, a mediação e a arbitragem dos conflitos. Analisa-se se a duração do processo é um fator a ser considerado quando o objetivo é a pacificação social através da sensação da efetiva aplicação da justiça ao invés da desistência pelo cansaço e desesperança de resolução das demandas. É verificada uma estreita efetividade da tutela jurisdicional e a duração temporal do processo, identificando na morosidade judicial duas vantagens conferidas ao torpe: a temporalmente econômica, uma vez que tem seu prazo de obrigação à solvência dilatado; e a socialmente eco-

nômica, uma vez que a manutenção de um processo é custoso às partes, e a economicamente mais fraca tenderá a não poder arcar com tais custos e ser pressionada à desistência na demanda. Através de pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica a doutrinadores jurídicos e dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça brasileiro, analisa-se o atual estado da morosidade judiciária e avalia-se como a proposta do gerenciamento do processo pode auxiliar no desfogamento das demandas, efetivar o princípio constitucional da celeridade processual e iniciar a transição da “cultura da sentença” para a “cultura da pacificação”. A partir disso, conclui-se que a proatividade baseada no gerenciamento do processo pelo magistrado que atua diretamente para incentivar os meios alternativos de composição dos conflitos, identificar e restringir atitudes protelatórias pelas partes e por si mesmo auxilia a criação de um ambiente propício e pedagógico que influi e motiva um compromisso a ser assumido pelas partes. A proposta do gerenciamento do processo, portanto, é ir além das normas, buscando cultivar atitudes e costumes que possibilitem a abertura de uma nova fase para o Direito brasileiro: a cultura da pacificação.

**Pedro Henrique Gonçalves
Silva**

Fundação Universidade Federal
de Rondônia

& Milena Santos Coelho

Fundação Universidade Federal
de Rondônia

Palavras-Chave: *Processo Civil, Gerenciamento do Processo, Princípio Constitucional da Celeridade Processual.*

Ref.: I00000M2I60202I

REVISITANDO OS CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL

Roberto da Silva,

Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo

Sabrina Paroli,

Tribunal de Justiça do Estado
de São Paulo

Geysa Rodrigues Gomes

Fundação Centro de Atendimento
Socioeducativo do Estado de São Paulo

& Andréa Svicero

Tribunal de Justiça do Estado
de São Paulo

Os diversos métodos e técnicas de mediação pacífica de conflitos possuem grande potencial tanto para diminuir a judicialização dos conflitos sociais quanto para a pacificação da sociedade em busca do entendimento e da solidariedade. Há entretanto, vertentes teóricas que atribuem esta prerrogativa aos profissionais do Direito e às instâncias jurisdicionais do Sistema de Justiça apresentando resistências no sentido de aceitar que o cidadão comum, as lideranças comunitárias, a sociedade civil organizada e as instâncias associativas e colegiadas sejam protagonistas de suas próprias ações e possam assumir tarefas da mediação nos contextos em que atuam. Partimos da hipótese de que a tutela do Estado sobre os métodos e técnicas de mediação de conflitos representa a ruptura do modelo contratualista e conduz ao aprimoramento dos mecanismos de controle social, da diminuição da esfera privada da vida e restrição às liberdades individuais e coletivas. Queremos passar em revista estas diferentes concepções com vistas a recuperar as prerrogativas da livre iniciativa e da menor intromissão do Estado na vida privada dos seus

cidadãos. Os autores são pesquisadores, servidores do Sistema de Justiça no Brasil, mediadores de conflitos e militantes que veem com preocupação a captura dos métodos e técnicas de mediação por parte do Sistema de Justiça. Recorreremos à pesquisa documental para levantamento dos atos normativos destas práticas no Brasil e identificação de pesquisas já realizadas sobre o tema, à pesquisa bibliográfica para identificar os principais teóricos que defendem tais posições e uma pesquisa survey para captar junto a segmentos da população suas impressões sobre as práticas de mediação. A análise dos dados será feita a partir do referencial teórico da Pedagogia Social, que entende a mediação de conflitos como uma prática de Educação Social e, como tal, deve ser acessível a todas as pessoas e não constituir campo de especialidade de determinada profissão ou setor da sociedade.

Palavras-Chave: *Justiça, Conflito, Mediação, Justiça Restaurativa.*

Ref.: I00000M2I7I202I

O PROGRAMA DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA: CONTRIBUIÇÕES, ÓBICES E RESSOCIALIZAÇÃO

O Brasil apresenta nos últimos anos uma aceleração da expansão da população prisional, o que expõe ainda mais as tradicionais mazelas do sistema prisional brasileiro. A privação da liberdade, severa por natureza, se junta à superlotação das cadeias, toda a ordem de violência, falta de tratamento médico adequado, má qualidade das refeições, ausência de atendimento jurídico, e também a falta de programas de trabalho e ressocialização. Assim exposto inicialmente, independentemente do crime praticado, o indivíduo em privação de liberdade também tem seus direitos fundamentais garantidos, como à vida, o trabalho e a educação, em especial por serem esses elementos que permitem a ressocialização do preso e permite o retorno ao convívio social harmônico, agindo de acordo com as normas em sociedade. O objetivo deste estudo é apresentar o programa de “Remição de Pena Pela Leitura”, que permite, a partir de certos critérios, deduzir, o tempo de encarceramento do apenado através da leitura. Apresentaremos contribuições e óbices do programa, com fulcro em sua efetividade como método de ressocialização. A abordagem metodológica

de investigação adotada foi qualitativa e em relação aos objetivos, a presente pesquisa se caracteriza como exploratória. O planejamento contou com três etapas principais: (i) um levantamento bibliográfico e outro documental, via Google acadêmico e com a Coordenadoria de Educação, Cultura e Esporte, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJSP), respectivamente; (ii) análise dos documentos legais e normativos para a compreensão do tema; e (iii) análise dos programas e projetos de extensão sobre o tema do estudo. Na leitura do quadro teórico levantado e disponível nas referências, uma nuvem de palavras foi criada, sendo as mais frequente e relevante: ressocialização, integração social, remição, remissão, leitura, prisão, instituição total, remição pelo estudo, remição pelo trabalho, reeducação, apenado, penitenciária, biblioteca prisional, sala de leitura, resenha, práticas educacionais, população prisional e projeto de extensão. Os seguintes óbices foram observados: (i) baixa escolaridade dos apenados; (ii) falta de bibliotecas prisionais ou salas de leitura apropriadas; (iii) ausência de políticas públicas para o sistema prisional que

Hercules Guimarães

Honorato

Instituto Naval de Pós-Graduação

Ref.: I00000M21712021

O PROGRAMA DE REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA:
CONTRIBUIÇÕES, ÓBICES E RESSOCIALIZAÇÃO

Hercules Guimarães

Honorato

Instituto Naval de Pós-Graduação

fomentem projetos que visem à reinserção social e a reeducação; e (iv) servidores dos órgãos de execução penal apenas focados mais na segurança que no lado educacional. As principais contribuições do programa foram: (i) ressocialização do preso e diminuição das lacunas de alfabetização; (ii) aumento da auto estima do apenado, importante para o convívio social; (iii) oportuniza a troca de momentos ociosos por estudo e conhecimento, ampliando cultura e agregando valores; e (iv) as políticas carcerárias baseadas na remição pela leitura atenuam os problemas gerados pelo hiperencarceramento. Os detentos devem ter seus direitos reconhecidos e não devem ser mantidos na ignorância. A leitura liberta, amplia horizontes, dá autonomia, cria valores e compreensão do mundo em que vivemos e como devemos proceder para continuar a crescer como seres humanos mais criativos e críticos. E o programa de remição da pena pela leitura é algo que pode ser efetivo no trato dos indivíduos privados de liberdade em mudar seus caminhos futuros.

Palavras-Chave: *Indivíduos em Privação de Liberdade, Remição Pela Leitura, Ressocialização, Sistema Prisional.*

Ref.: I00000M2I83202I

OS INFLUXOS DO GARANTISMO PROCESSUAL NO PROCESSO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

O processo é instrumento fundamental para se garantir justiça, sobretudo em um país com inúmeras desigualdades sociais. Mas o processo só consegue se fortalecer como instrumento garantidor de justiça quando efetiva e consolida as premissas do Estado Democrático de Direito, por meio da garantia fundamental do devido processo constitucional legal. Nesta perspectiva, o devido processo legal deve ser tomado como uma estrutura normativa que consagra uma técnica de aplicação do direito desvinculada de elementos subjetivos do agente público julgador. Assim, o devido processo legal deve ser considerado como principiologia metodológica constitucional de garantia dos direitos fundamentais; como um conjunto de vários direitos e garantias fundamentais inafastáveis, como: direito de amplo acesso à justiça, prestado em prazo razoável, garantia do juízo natural, garantia do contraditório, garantia da ampla defesa com todos os meios e recursos a ela inerentes, como a presença de advogado e defensor público, garantia da fundamentação racional das decisões, com base na reserva legal e garantia de um processo sem dilações indevidas. A partir dessa concepção, consolida-se um ciclo de legitimação

decisória, submerso numa perspectiva democrática, sempre vinculado ao princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, no qual o processo deve ser um espaço dialógico-discursivo de construção e efetivação do devido processo legal, perfazendo um verdadeiro processo democrático. E nessa busca do processo democrático por justiça, o garantismo processual tem tido papel preponderante, já que afasta a possibilidade de violação dos direitos e garantias que compõem o devido processo legal, quando concebe o processo como espaço de efetivação e garantia das premissas do Estado Democrático de Direito. O movimento do garantismo processual tem conquistado espaço no terreno científico processual, ao prospectar o processo em dimensões analítico-legal, semântico-conceitual e pragmático-jurisprudencial de efetiva garantia do indivíduo e da sociedade diante do poder estatal de exercer a jurisdição. Portanto o garantismo processual tem atuado como catalisador do processo democrático no sistema jurisdicional brasileiro, sobretudo no que se refere ao acesso à justiça do cidadão, já que ressalta seus direitos e garantias fundamentais.

Fernanda Gomes e Souza

Borges

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Palavras-Chave: *Processo, Devido Processo Legal, Garantismo, Justiça.*

Ref.: I00000M2I99202I

ANÁLISIS A LA CONSULTA POPULAR EN MÉXICO, DESDE LA TEORÍA DEL DERECHO Y DE LA DEMOCRACIA DE LUIGI FERRAJOLI

Ivan Espino Pichardo,

Universidad Autónoma del Estado
de Hidalgo

Roberto Wesley Zapata

Durán

Universidad Autónoma del Estado
de Hidalgo

& Martha Gaona Cante

Universidad Autónoma del Estado
de Hidalgo

Braithwaite, aseguró que todo gobierno democrático que tenga la pretensión de la estabilidad y desarrollo, necesita la confianza de los ciudadanos, pues es la confianza la que construye el desarrollo social, económico, cultural y político. Ante los legítimos cuestionamientos que tiene hoy la ciudadanía mexicana respecto a la efectividad y transparencia de los partidos políticos que proliferan en el país, no sería aventurado afirmar que éstos, por decir de México: no son puentes, sino trampas de una oligarquía occidental, que nos hace pensar que estamos en el disfrute de una verdadera democracia.

Las democracias exigen cambio, renovación y en todo momento evaluación por parte de los ciudadanos a las decisiones de sus representantes, sin improvisaciones ni sabias ideas, sino con la aplicación de lo que históricamente se ha construido en consenso. En una República, los representantes deben cumplir con sus obligaciones y hacer cumplir el “pacto social”; los derechos y obligaciones que contraen las personas, no se derivan de “sabias ocurrencias”, sino de un sentido de conveniencia históricamente determinado, según el pensamiento de David Hume y por lo previsto en nuestra Constitución Política. Lo que exige el México del siglo XXI, es una crítica que evidencie y

construya un Estado que garantice con transparencia y eficacia lo mínimo que le corresponde a éste: la seguridad y la vida de todas las personas, con libertad, igualdad y dignidad.

Ahora bien, Luigi Ferrajoli expuso a la democracia desde una doble vertiente: formal o procedimental y, sustancial. El profesor de la Università degli Studi di Camerino, explica a la primera como, el método de cómo y quién formula las decisiones, lo que significa, garantizar la expresión de la voluntad de la mayoría y, a la segunda, como todo aquello que no puede ser decidido por la mayoría, porque, los derechos humanos lo delimitan.

Bajo esta óptica, se procura garantizar los derechos humanos y, la participación de la ciudadanía en la vida democrática. Ahora bien, la figura de consulta popular en México, tiene la apariencia de transitar entre ambas vertientes, dado que, se plantea como un derecho de la ciudadanía y, a su vez, pretende incluir a todas las voces en la conversación pública, para reflexionar y debatir sobre los grandes temas nacionales.

El objetivo de esta ponencia es, explicar a la consulta popular en México, desde la teoría del derecho y de la democracia de Luigi Ferrajoli.

Palavras-Chave: *Consulta Popular, Democracia, Derechos Humanos.*

Ref.: I00000M2202202I

IMPACTOS DAS SUCESSIVAS SUSPENSÕES DE PRAZOS PROCESSUAIS NO PERÍODO PANDÉMICO NA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA PROCESSUAL PENAL EM PORTUGAL

Por força da pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2, os prazos processuais em Portugal têm sofrido suspensões formais motivadas por preocupações – legítimas – de saúde pública, o que torna os processos mais demorados. Outros aspetos processualmente relevantes têm igualmente sofrido adaptações de nota, designadamente no que tange ao modo de realização de diligências, a critérios de concretização de notificações ou a condicionalismos no acesso ao espaço judiciário.

A celeridade processual é um valor essencial às garantias de defesa dos arguidos (artigo 32.º nº2, 2.ª parte da Constituição da República Portuguesa), mas igualmente uma necessidade imperiosa imposta eficácia da reação penal, condicionada pelas necessidades preventivas da pena. Impõe-se deste modo uma cuidada ponderação dos valores em presença, de molde a que as diferentes vertentes em presença sejam devidamente acauteladas: saúde dos envolvidos, realização da justiça, tutela dos direitos dos arguidos.

Este artigo propõe-se analisar normativos que têm vindo a estabelecer suspensões de prazos e demais condicionalismos ao normal decorrer processual, elencando as adaptações

processuais que os mesmos impõem, as cautelas (meritórias) subjacentes a tais alterações e o impacto das mesmas na realização da justiça penal, na garantia efetiva dos direitos dos arguidos e na tutela dos interesses de outros sujeitos e participantes processuais.

Estando o processo pandémico em curso, esta reflexão assume-se como um work in progress, que ao propor-se condensar as alterações legislativas já pretéritas e as ainda vigentes, se mostra ainda aberto às demais vicissitudes hipotéticas futuras que o processo penal português ainda venha eventualmente a sofrer.

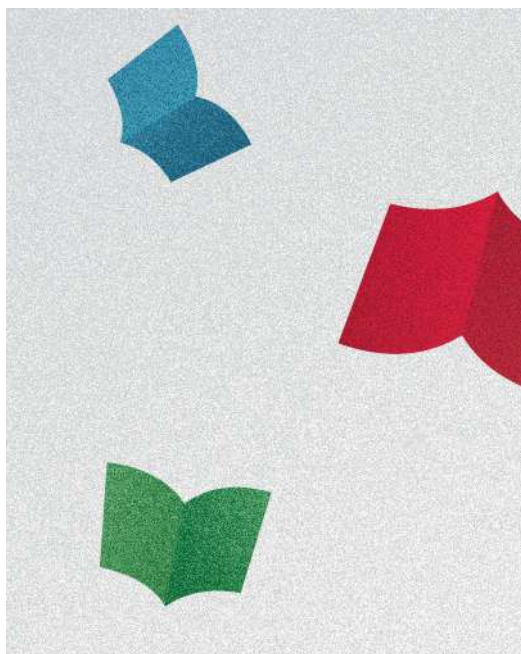
O método adoptado centra-se na análise documental de elementos normativos pertinentes e na pesquisa de jurisprudência que possa ser de valia à ilustração das questões práticas conflituais que possam surgir das adaptações legislativas que se vêm verificand.

Esta reflexão tem como objetivo evidenciar os eixos pressupostos nas alterações legislativas, identificar eventuais aspetos críticos decorrentes das mesmas e, idealmente, suscitar questões a corrigir se a continuação da pandemia impuser a reiteração de medidas de adaptação processual.

Palavras-Chave: *Processo Penal, Prazos Processuais, Impacto do Vírus SARS-COV-2, Garantias do Arguido Realização da Justiça Penal.*

Sandra Tavares

Universidade Católica Portuguesa



EIXO 7 DEMOCRACIA, ESTADO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA: A NECESSIDADE DE UMA COMUNICAÇÃO EFICIENTE



Ref.: I00000M200I202I

OTJUE ENQUANTO GUARDIÃO DO ESTADO DE DIREITO – REINE A JUSTIÇA E PEREÇAM OS QUE A AMEAÇAM

A União Europeia (UE) assenta numa base axiológica, a qual é partilhada pelos Estados-membros. Nesse contexto, estão previstos no artigo 2.º do Tratado da União Europeia (TUE), os valores que pautam toda a sua atividade, dos quais destacamos a democracia e o Estado de Direito. Estes valores fazem parte das tradições comuns aos Estados-membros, encontrando-se a UE vinculada à sua promoção e defesa. Porém, «o governo do povo, pelo e para o povo» – aqui através das instituições eleitas periodicamente – apenas se torna possível de realizar se a proteção dos direitos fundamentais for efetiva e se se cumprir o Estado de Direito.

Deve, assim, o exercício dos poderes públicos estar vinculado a regras pré-definidas, que conciliam a realização das tarefas públicas com o respeito pelos direitos fundamentais dos indivíduos. O princípio da legalidade da administração; o princípio da prevalência e da reserva de lei; o controlo judicial através de tribunais independentes e imparciais, assim como o direito de acesso à justiça; e a responsabilidade do Estado, são reflexos desse respeito

incondicional pelo Estado de Direito, instrumento de defesa dos indivíduos face a todos os abusos de poder.

Este compromisso, numa Europa que visa a promoção e defesa da democracia e do Estado de Direito, e a garantia do respeito dos Direitos fundamentais, em todas as vertentes de actuação da UE, revela o empenhamento em impedir a violação daqueles valores, sobre os quais assenta o projecto europeu. Ora, sendo a confiança mútua no bom funcionamento dos ordenamentos jurídicos de cada dos Estados-membros crucial para a UE, a Comissão Europeia criou vários instrumentos, que passam pela coresponsabilização de todos os Estados-membros por aquelas violações.

Um dos instrumentos mais controversos foi a consagração de um mecanismo de controlo, de natureza política, previsto no artigo 7.º do TUE, que permite observar e sancionar o comportamento dos Estados que violam ou estejam em risco de violar aqueles valores, onde se inclui a democracia e o Estado de Direito. Com efeito, após a instauração de tal procedimento sancionatório, o Conselho Europeu pode suspender

**Maria de Fátima de Castro
Tavares Monteiro Pacheco**

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração do Porto (ISCAP)
– Politécnico do Porto, Portugal

& Dora Resende Alves

Universidade Portucalense Infante
D. Henrique, Porto, Portugal

Ref.: I00000M20012021

O TJUE ENQUANTO GUARDIÃO DO ESTADO DE DIREITO
– REINE A JUSTIÇA E PEREÇAM OS QUE A AMEAÇAM

**Maria de Fátima de Castro
Tavares Monteiro Pacheco**

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração do Porto (ISCAP)
– Politécnico do Porto, Portugal

& Dora Resende Alves

Universidade Portucalense Infante
D. Henrique, Porto, Portugal

certos direitos decorrentes da qualidade de membro da UE, incluindo o direito de voto. Assim, é um dado que tal instrumento pode ser utilizado como uma forma de escrutínio e de pressão política sobre as autoridades dos Estados prevaricadores, em domínios que ultrapassam as atribuições da União.

Assim, com vista a suavizar as repercussões negativas de tal procedimento, sempre que esteja em causa a estrutura constitucional, a separação dos poderes, ou a independência e imparcialidade do sistema judicial de um Estado-membro, a Comissão Europeia criou um «novo quadro para reforçar o Estado de Direito», que precede o procedimento suprarreferido, destinado a assegurar o respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos em situações de ameaça sistémica a eles. Em nome do princípio da cooperação leal (artigo 4.º, n.º 3, do TUE), os Estados-membros destinatários de tal instrumento, devem colaborar na sua implementação, acatando as indicações específicas sobre os meios e as medidas apontadas pela guardião dos tratados para dirimir a situação. Tendo em vista a coresponsa-

bilização de todos os Estados-membros pela salvaguarda dos valores da União, a aplicabilidade deste instrumento viabiliza a efectividade do controlo judicial de tais valores e a sua tutela efetiva.

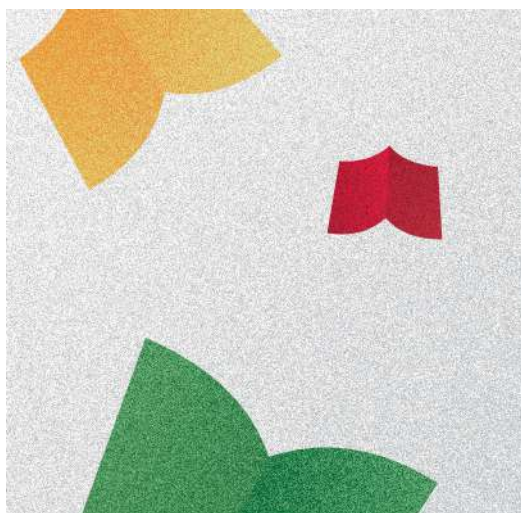
Sabendo que a evolução recente nalguns Estados membros prevaricadores, designadamente na Hungria e na Polónia, experimentou a eficácia de tais mecanismos, a nossa comunicação pretende apresentar as respostas do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), para aquele problema. Saber o destino do veredicto do tribunal relativamente às práticas antidemocráticas que tais Estados-membros têm revelado é o principal objetivo desta comunicação.

Palavras-Chave: *Valores, União Europeia, Estado de Direito, Democracia, Tribunal de Justiça da União Europeia.*



EIXO 8

CRIME, JUSTIÇA E DEMOCRACIA: O GARANTISMO E AS OBRIGAÇÕES PROCESSUAIS PENAIIS POSITIVAS



Ref.: I00000M2I79202I

A PARENTALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA - TRATAMENTO DESIGUAL DOS PAIS, DURANTE A GESTAÇÃO E NASCIMENTO DOS FILHOS

Nesta comunicação, pretende-se olhar para a evolução e alcance sociojurídico, atual, do princípio da proteção da parentalidade, e ver, de que modo, este foi considerado pelo Serviço Nacional de Saúde Português durante o primeiro confinamento que decorreu entre 18 de março e 30 de maio de 2020, fruto da Pandemia covid-19. Num momento crucial nascimento de um/uma filho/a, de que forma foram assegurados os direitos emergentes desta nova relação de paternidade. Nesse sentido, é fundamental fazer uma breve referência à família, e aos papéis, que nela ocupam, cada um dos seus membros, pois sob o ponto de vista histórico- evolutivo, o exercício da parentalidade, demonstra ter passado de um modelo patriarcal, onde toda a organização familiar se centrava na figura masculina, para um novo paradigma de família emergente de uma multifacetada sociedade pós-moderna . A paternidade deixou de compreender, apenas, o papel circunscrito à figura de provedor, para, também, abarcar comportamentos e atitudes de maior envolvimento e contacto afetivo com os filhos. Estas mudanças estão associadas a um novo conjunto

de expectativas, crenças e atitudes de cada género no contexto familiar, que têm vindo a contribuir, de forma decisiva, para aquilo que hoje entendemos como parentalidade. Na contemporaneidade , os homens passaram a dar grande importância à paternidade, assumindo, assim, a responsabilidade educacional, moral e social dos filhos, com uma participação, intensa, na sua rotina e cuidados. É neste contexto que os instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, estabelecem uma íntima interdependência na proteção da maternidade, da paternidade e da família (a parentalidade), sem descurar a proteção e os direitos da criança. Com a aprovação da revisão do Código de Trabalho (Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro) a legislação nacional que enquadra a proteção social na maternidade/ paternidade foi alvo de alterações inéditas, no que há licença parental inicial, diz respeito. A par da sua nova designação, e do reforço dos direitos exclusivos do pai, sucede, também, a substituição dos termos “maternidade” e “paternidade” por “parentalidade”, uma terminologia intencionalmente neutra. Nestes termos, verifica-se que

Susana Loureiro

Escola Superior Educação e Ciências
 Sociais - Instituto Politécnico de Leiria

& José Duque Vicente

Escola Superior Educação e Ciências
 Sociais - Instituto Politécnico de Leiria

Ref.: I00000M2I79202I

A PARENTALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

- TRATAMENTO DESIGUAL DOS PAIS, DURANTE A GESTAÇÃO E NASCIMENTO DOS FILHOS

Susana Loureiro

Escola Superior Educação e Ciências
Sociais - Instituto Politécnico de Leiria

& José Duque Vicente

Escola Superior Educação e Ciências
Sociais - Instituto Politécnico de Leiria

na sua nova designação e modalidade, a licença parental inicial promove à participação autónoma do pai nos cuidados ao bebé desde os seus primeiros dias de vida. Neste trabalho propomo-nos a perceber, o modo como, após se ter alcançado um estágio de desenvolvimento legislativo e social, que confere, independentemente do género, direitos iguais a pais e mães, se estes têm sido concretizados nas maternidades hospitalares durante o confinamento, em tempos Pandemia. De acordo com as últimas linhas de orientação da Direção Geral da Saúde Portuguesa, constata-se na prática, que há uma ausência de uniformidade de tratamento, ao nível nacional, nas normas impostas a cada casal e em diferentes unidades hospitalares. Perante as várias ocorrências, relatadas nos diversos meios de comunicação social, é possível aferir que foi dada a oportunidade a um dos progenitores estar presente em consultas, exames, e no momento do nascimento do filho, e o outro, totalmente impedido de o fazer, com a imperiosidade de conciliar, nesta equação, a necessidade de salvaguardar a saúde pública. No que concerne à metodologia de investiga-

ção, recorreremos à abordagem qualitativa, tendo como técnica de recolha de dados a análise documental e a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo como técnica de análise de dados.

Palavras-Chave: *Parentalidade, Igualdade de Género, Desigualdade de Tratamento, Maternidades Hospitalares, Pandemia.*

Ref.: I00000M2I92202I

AÇÕES DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PERÍODO DE PANDEMIA

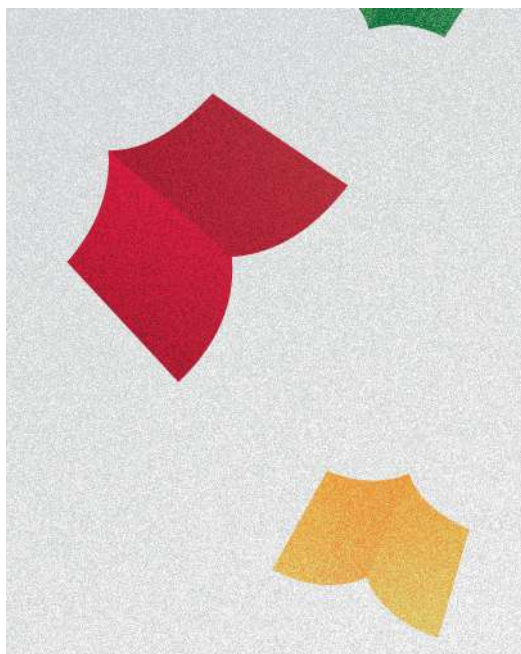
A violência estrutural é um fenômeno social que tem como principais vítimas crianças e adolescentes, sobretudo aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade. Mesmo com a articulação dos Sistemas de Garantias de Direitos das Crianças, na qual envolve os poderes e instituições municipais, estaduais e federais, conforme disposição do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é possível observar o quanto os direitos deste público têm sido negligenciados. Um exemplo, é o aumento da taxa de homicídio entre os jovens. Segundo as pesquisas da organização Save The Children, a cada 100 mil homicídios ocorridos no Brasil no ano de 2019, 17,9% eram de adolescente na faixa de 12 a 19 anos. De acordo com esta organização este cenário de violação de direitos ocorre devido à falta de investimento nas políticas públicas destinadas a este público. Também é possível constatar de acordo com o Observatório da Criança e do Adolescente, da Fundação Abrinq, o aumento das denúncias de abuso e exploração sexual infantil, no ano 2017 foram notificados 938 casos de exploração sexual de menores de 19 anos de idade, já em 2018 foram notificados 981 novos casos. Em relação ao assédio sexual em 2017 foram registrados 7.606 casos e no ano

de 2018 foram notificados 10.027 casos contra crianças e adolescentes e em 2018 foram registrados 31.799 casos de violência sexual. Sabemos que o ano de 2020 foi marcado pela drástica contaminação do COVID-19 que ocorreu no Brasil e no mundo trazendo inúmeras reflexões relacionadas a sociedade, as desigualdades sociais, econômicas e o aumento da violência estrutural. O objetivo deste artigo é refletir sobre as situações de violência em relação ao público infanto juvenil neste período de pandemia e as ações realizadas por instituições como a UNICEF e Save The Children para garantir a proteção de crianças e adolescentes, bem como refletir como essas ações impactaram no cenário da educação, visto que a escola tem um papel fundamental na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, assim como contribuem para a prevenção de violências. Utilizamos como base para discutir o tema os autores: o professor Boaventura de Sousa Santos, a pesquisadora Marilena Chauí e o sociólogo Michel Foucault, na qual nos ajudam a entender a temática violência e a concepção de estado democrático. Desta forma, entendemos o contexto social e histórico na qual estão inseridas nossas crianças.

Érica de Souza Paixão

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Palavras-Chave: *Direito, Políticas Públicas, Educação.*



EIXO 9 PLURALISMO, GARANTISMO E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL: O CONSTITUCIONAL- ISMO CONTEMPORÂ- NEO E A ESSÊNCIA DEMOCRÁTICA



Ref.: I00000M20182021

DIREITOS HUMANOS:

UM ESTUDO SOBRE ALTERIDADE E FRATERNIDADE NA ENCÍCLICA FRATELLI TUTTI DO PAPA FRANCISCO E NO ROMANCE O HOMEM DUPLICADO DE JOSÉ SARAMAGO

A desigualdade social gerada pela globalização e o deslocamento do poder para quem detém o acesso à informação são desafios atuais e que são discutidos em várias obras do escritor português José Saramago. Saramago, sempre atento aos problemas da humanidade, alerta, através de seus romances e de suas falas, para a não observância dos direitos humanos. Em 2002, Saramago publica o romance *O Homem Duplicado*, cerca de dois anos após a publicação do romance *A Caverna*, que mantém a preocupação com o mundo globalizado, com a sociedade do exibicionismo, com a cultura do descartável e com a alienação do ser humano. Enquanto no romance *A Caverna*, a crítica estava no centro comercial e na perda da função pelo ser humano, no romance *O Homem Duplicado* é apresentado um ser humano incapaz de se ver no próximo, em que o 'eu' fica ameaçado pela presença do 'outro'. Nesse romance, não há lugar para a solidariedade e fica explícita a agressividade da humanidade num mundo em que cada vez mais se deterioram as relações entre os seres humanos. Assim, sua obra questiona o modo

como socialmente se está no mundo, como são os relacionamentos com os mais desprotegidos, os diferentes, ou com os animais, sobre o cuidado com a natureza e o meio ambiente e sobre a importância que atribuímos às questões éticas. Nesse sentido, a relação entre o eu e o outro é definida pelo conceito de alteridade, em que o "eu" deve ser entendido a partir da interação com o "outro", ou seja, colocar-se no lugar do outro, entender as angústias do outro e tentar pensar no sofrimento do outro. Em seu artigo I, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) diz que: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade". Portanto, o conceito de fraternidade estabelece com seus semelhantes uma relação de igualdade e assegura-lhes plenos direitos (sociais, políticos e individuais). No dia 3 de outubro de 2020, na cripta da Basílica de São Francisco de Assis, o papa Francisco assinou sua nova encíclica, intitulada *Fratelli tutti* (Todos irmãos). Esta carta papal é sobre a fraternidade e a amizade social entre

Maria Irene da Fonseca e Sá
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ref.: I00000M20182021

DIREITOS HUMANOS:

UM ESTUDO SOBRE ALTERIDADE E FRATERNIDADE NA ENCÍCLICA FRATELLI TUTTI DO PAPA FRANCISCO
E NO ROMANCE O HOMEM DUPLICADO DE JOSÉ SARAMAGO

Maria Irene da Fonseca e Sá
Universidade Federal do Rio de Janeiro

os povos, num mundo em permanente conflito. De modo a tratar o tema proposto, o trabalho, do ponto de vista da forma de abordagem do problema, vale-se da pesquisa qualitativa em que são consideradas e analisadas publicações da obra de José Saramago, em especial o romance *O Homem Duplicado*, assim como a Encíclica *Fratelli tutti* do Papa Francisco. Quanto ao objetivo é pesquisa exploratória por buscar proporcionar maior familiaridade com o tema, com vistas a torná-lo mais explícito. Quanto aos procedimentos técnicos envolve a análise de diversas publicações, especialmente do escritor português José Saramago e do Papa Francisco. A pesquisa conclui que Saramago encaminha seus leitores para a reflexão sobre a alteridade, a ética e a solidariedade. Percebe-se, em suas falas e romances publicados, que Saramago se mantém pessimista quanto à ação do homem no mundo. No mesmo sentido, os papas, através de Cartas Encíclicas, vêm tentando sensibilizar a humanidade para os problemas do mundo e as ações do ser humano. A Encíclica *Fratelli tutti* vem se somar à Encíclica *Laudato si'*, na qual a crítica

tinha seu cerne no consumismo e no desenvolvimento irresponsável, no sentido de convocar a humanidade para um agir mais fraterno, como o Papa Francisco diz em sua oração "[...] infundi nos nossos corações um espírito fraterno. Inspirai-nos o sonho de um novo encontro, de diálogo, de justiça e de paz. Estimulai-nos a criar sociedades mais sadias e um mundo mais digno, sem fome, sem pobreza, sem violência, sem guerras".

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, Fraternidade, Alteridade, José Saramago, Papa Francisco.*

Ref.: I00000M2069202I

SIMBOLISMO CONSTITUCIONAL E LEGITIMAÇÃO SOCIAL NAS DEMOCRACIAS RECENTES

A relativa desobediência às regras impostas pode ser observada em diversos momentos da humanidade. Contudo, quando a expectativa de alguns padrões não se encontra em consonância com a realidade social, o descumprimento generalizado do sistema normativo pode apontar para um cenário de simbolismo normativo, em que o papel simbólico das normas é hipertrofiado e a sua função jurídico instrumental atrofiada. Neste cenário, a constituição, que é o cerne da estrutura normativa, perde progressivamente autoridade e o estado de direito acaba por falhar como expectativa normativa. Desta feita, quando as constituições enfrentam problemas de não realização social, a Carta pode demonstrar apenas uma concepção simbólica, sem qualquer identificação social. Além disso, em democracias recentes, a Constituição, especialmente em sociedades complexas e assimétricas, nas quais existem diferenças significativas em relação ao conteúdo e forma de interpretação sobre questões morais e políticas, pode sofrer impactos top-down na questão democrática, objetivando a manutenção de determinados grupos superintegrados, gerando

um vácuo de expectativas normativas em desconformidade nos interesses sociais. Neste sentido, a Constituição nas sociedades democráticas não pode ser resultado apenas de decisões procedimentais formais, mas, sim, deve ser construída sobre uma proposta que atenda aos interesses e valores da coletividade, pautada por uma ordem que resulte de um discurso racional na esfera pública, em uma comunidade em que haja cooperação jurídico-política, a partir de um procedimento de decisão coletiva compatível com as diferentes concepções de vida. Portanto, nesta perspectiva, o sistema constitucional deve ser reescrito para endossar o conceito de uma sociedade harmônica, plenamente integrada e interconectada, com o propósito de ampliar a legitimação democrática. Assim, em democracias recentes e relativamente fracas, deve-se ter em conta que a ausência de identificação constitucional-social, pode se desdobrar na falsa preocupação de alguns grupos superintegrados da sociedade visando a anulação da dimensão normativa da Constituição. Ou seja, o não cumprimento generalizado da Carta pode expressar a falta de confiança nas

**Luís Cláudio Martins
de Araújo**

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
IBMEC

**& Rodrigo Augusto Fatudo
Magalhães**

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
IBMEC

Ref.: I00000M20692021

SIMBOLISMO CONSTITUCIONAL E LEGITIMAÇÃO SOCIAL NAS DEMOCRACIAS RECENTES

Luís Cláudio Martins

de Araújo

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
IBMEC

**& Rodrigo Augusto Fatudo
Magalhães**

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
IBMEC

instituições e, claramente, o descrédito na Constituição pode levar à tentativa de reforma estrutural por parte de grupos subintegrados e marginalizados da sociedade que, por sua vez, pode se desdobrar na reação de estruturas político-econômicas, até mesmo por meio de regimes autoritários. Consequentemente, o objetivo deste artigo é sustentar que a Constituição deve estar ligada ao reconhecimento da comunidade, com um policentrismo popular no desenho da Constituição e na plasticidade da constituição para novas questões sociais, buscando aumentar permanentemente a legitimidade e o respeito da Constituição, em um processo contínuo de reconhecimento e pluralismo nas sociedades complexas, evitando a instabilidade social, que pode causar ainda mais a hipertrofia desse aspecto simbólico da Constituição.

Palavras-Chave: *Simbolismo Constitucional, Legitimação Social, Democracias Recentes.*

Ref.: I00000M2070202I

UMA NOVA ORDEM JURÍDICA FISCAL INTERNACIONAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO ELETRÔNICA DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS-FISCAIS

Num diálogo luso-brasileiro, confrontando realidades do continente americano e europeu, percebe-se que a União Europeia, através da OCDE com o apoio dos Estados Unidos através da FATCA, contribuem para a cooperação internacional com respeito a propiciar condições legais e procedimentos favoráveis a uma tecnologia de informação integrada no âmbito de seus respectivos sistemas financeiros-fiscais para atender ao controle e fiscalização dos factos geradores de riqueza tributáveis e desta forma concretizar uma justiça distributiva a nível internacional, fortalecendo a todos os países.

Notório, a existência de uma parcela significativa da população utilizando a cultura da fuga a tributação como meio vantajoso de locupletar-se e ter maiores ganhos frente aos concorrentes de forma desleal. Esta postura por parte de pessoas singulares e colectivas nos países americanos e europeus prejudica diretamente a arrecadação, a prestação de serviços públicos e o processo democrático para a efetivação da redução das desigualdades sociais.

O enfrentamento a esta conduta

nefasta e imprópria de exoneração tributária omissiva, que afeta diretamente a efetivação das normas internacionais fiscais e de direitos humanos, está alinhado a um promissor regime legal de trocas a nível tecnológico de informações financeiras-fiscais no combate à fraude e à evasão fiscal. Além de extinguir o financiamento do terrorismo, impedindo o planeamento fiscal agressivo, o branqueamento de capitais e eliminando as organizações criminosas que atuam na lavagem de dinheiro e em outros crimes contra a ordem pública.

A temática da troca de informações fiscais tem sido amplamente debatida e assumido novos paradigmas, nomeadamente em virtude do contexto internacional que temos vivido nas últimas décadas caracterizado pelo fenómeno da globalização das economias nacionais, o avanço tecnológico, o papel do Estado Social e diversos eventos inesperados e impactantes de ordem natural ou provocada, tem favorecido uma nova postura de adaptação, aperfeiçoamento e integração dos países e seus sistemas de operação administrativo e sobretudo fiscal.

Leonardo Saraiva Págio
Universidade Lusófona do Porto

Ref.: I00000M20702021

UMA NOVA ORDEM JURÍDICA FISCAL INTERNACIONAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO ELETRÔNICA
DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS-FISCAIS

Leonardo Saraiva Págio

Universidade Lusófona do Porto

As atividades neste regime legal de trocas, segundo o autor, cabem a uma organização internacional com coordenação técnica especializada (Comissão Europeia/OMC) com poder para decisões quanto ao fomento ou restrições administrativas económicas em prol do interesse público, na regulação rigorosa e sofisticada de todo o fluxo de informações gerado em cada sistema fiscal da União Europeia, do Mercosul e de todos os países do mundo, para que os contribuintes estejam sob monitoramento e segurança relativo aos seus rendimentos e aquisições valorativas, face a economia globalizada, conforme é aprofundado esta investigação científica em sua tese de mestrado em ciências jurídico-empresariais em Portugal.

A União Europeia, como o Mercosul e outras organizações intergovernamentais de integração económica, estão avançando com o objetivo da transparência e melhoria de processos que venham a beneficiar a arrecadação do Estado e a estabelecer regras de natureza fiscal que favoreçam a troca de informações financeiras entre países para um avançado controle e fiscaliza-

ção no sistema fiscal, em face daquele Estado soberano omissor, que porventura não respeita ou está inviabilizado de preservar os direitos constitucionalmente garantidos a todos os seus cidadãos.

O sistema de cooperação na troca de informações financeiras-fiscais em âmbito universal, entre as administrações fiscais integradas aos órgãos da concorrência, possibilitará a execução de ações de apuração, análise, controle e avaliação financeiro-fiscal-mercado de todos os contribuintes e empresas em um determinado território, de forma não aconteça que de determinada empresa decida transferir-se para um outro país para a realização das suas operações, com base em condições privilegiadas e seletivas que a esta foi deferida, sem levar em conta o prejuízo aos concorrentes, aos contribuintes e ao Estado.

Palavras-Chave: *Cooperação e Assistência Mútua Internacional, Troca de Informações Financeiras-Fiscais, Justiça Social e Económica, Combate a Evasão Fiscal e a Concorrência Desleal, Alargamento do Alcance dos Direitos Humanos.*

Ref.: I00000M2089202I

O CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS COMO HIPÓTESE DE EXTRADIÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

O tráfico de pessoas é um crime com notável representação nos países sul-americanos. Caracteriza uma grave violação dos Direitos Humanos na medida que configura uma forma contemporânea de escravidão, enquanto transforma suas vítimas em mercadorias. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima-se que durante o ano de 2005, o tráfico de pessoas produziu 2,4 milhões de vítimas, e o lucro anual produzido chegou a 31,6 bilhões de dólares. Acerca da América do Sul, podemos demonstrar a amplitude do delito através das informações contidas no “Global Report on Trafficking in Persons 2020”, relatório publicado e produzido pela UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). Foram reportadas 3.421 vítimas no ano de 2018. No que diz respeito aos sujeitos ativos do delito, foram reportadas as condenações de apenas 149 pessoas, sendo apurado que apenas 16% dos sentenciados em primeira instância pertenciam a outras nações. A extradição é um importante mecanismo de cooperação internacional que surge com o intuito de combater a impunidade que gozariam os criminosos ao esquivar-se da Justiça, refugiando-

-se em outros Estados. Dessa maneira, a pesquisa em tela, busca pormenorizar esse delito à luz do Protocolo de Palermo, e depreender a influência que essa política de enfrentamento ao tráfico de pessoas causou no âmbito das extradições. A partir da publicação deste Protocolo, gradativamente, ocorreu uma uniformização da legislação sul-americana, expandindo o entendimento das diversas formas que assume o tráfico de pessoas. Partindo-se da hipótese que essa homogeneização trazida pelo Protocolo de Palermo poderia implicar na facilitação das extradições de traficantes de pessoas, foi, sobretudo, realizada uma pesquisa empírica dialética, com pesquisa documental no Supremo Tribunal Federal brasileiro e nas diversas Cortes Supremas da América do Sul, tendo por base amostral acórdãos selecionados a partir dos termos “extradição”, “tráfico de pessoas”, “trata de personas”, tendo como recorte temporal a promulgação do Protocolo das Nações Unidas. Por meio dessa pesquisa, foram identificados os pedidos extradiçionais realizados nas Cortes Superiores, e os motivos que levaram à sua concessão ou recusa. Além disso, foram realizados

Jordana Martins Perussi

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

& Paulo César Correa

Borges

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Ref.: I00000M20892021

O CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS COMO HIPÓTESE DE EXTRADIÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES
DA AMÉRICA DO SUL

Jordana Martins Perussi

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

& Paulo César Correa

Borges

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

levantamentos de fontes reiterando a ocorrência do crime de tráfico de pessoas entre os países da América do Sul, uma análise ao Código Penal brasileiro e de outros países da América do Sul para verificar se a legislação penal acerca do tráfico de pessoas abrange as mesmas formas indicadas no Protocolo de Palermo, e ainda, verificação dos Tratados internacionais, principalmente os tratados bilaterais de extradição firmados entre os países. Nota-se, em um âmbito geral, a existência de uma escassez jurisprudencial, afinal, existem poucas pessoas condenadas pela prática desse tipo penal. Todavia, é possível traçarmos conclusões através dos resultados obtidos. Foi possível constatar que as extradições foram respaldadas nos Acordos Bilaterais de Extradição entre os países envolvidos, desse modo, o Protocolo de Palermo não era mencionado de maneira explícita no deferimento das solicitações de extradição. Apesar disso, a exceção da República Bolivariana da Venezuela, todos os países sul-americanos possuem uma legislação acerca de tráfico de pessoas abrangendo todas as formas indicadas no Protocolo das Nações Unidas sobre

Tráfico de Pessoas, portanto, é nítida a influência para unificar e homogeneizar a conceituação desse crime entre essas nações. A derradeira consequência que podemos inferir dessas informações é que a homogeneização contribui para o deferimento das extradições, pois, um dos pré-requisitos acordados nos Tratados bilaterais é justamente a dupla incriminação, ou seja, que a conduta seja considerada crime no país requerente e no requerido. Assim, se todos os países abrangem as mesmas concepções de tráfico de pessoas em suas legislações, o requisito da dupla incriminação sempre será preenchido.

Palavras-Chave: *Extradição, Tráfico de Pessoas, América do Sul, Protocolo de Palermo.*

Ref.: I00000M2094202I

A JUSTIÇA NA ENCRUZA: DIREITO E INTERSECCIONALIDADE

A sociedade contemporânea pode ser caracterizada como multicêntrica, não havendo uma posição privilegiada para observar e descrever os fenômenos sociais, muito embora a narrativa eurocêntrica tente nos convencer do contrário. Utilizando a linguagem da teoria sistêmica de Luhmann, pode-se dizer que a realidade é hipercomplexa, não havendo um único sistema social a partir do qual esses problemas devam ou possam ser compreendidos. Dessa forma, muito embora o sistema jurídico brasileiro tenha uma forte tendência imperialista, o direito não é capaz de solucionar os conflitos que envolvem as variadas formas de exclusão e não reconhecimento sociais, sobretudo as decorrentes do patriarcado e do modelo escravagista. Em contrapartida, o sistema jurídico se depara com a necessidade de estabilizar expectativas normativas nessa sociedade extremamente plural e conflituosa. A complexidade desordenada do seu entorno representa um potencial de possibilidades de novas seleções de sentido, e cada uma dessas operações inclui como potência o que foi excluído, fazendo-se necessária uma abordagem multiangu-

lar de temáticas como as do machismo e do racismo institucionais. E é isso que o presente trabalho pretende realizar ao questionar se o modelo de cotas raciais adotado pelo Brasil é suficiente para permitir a inclusão e/ou o reconhecimento das mulheres negras nas instituições do sistema de justiça. Para lidar com essa problematização, serão utilizados pressupostos metodológicos e elementos da teoria dos sistemas de Luhmann, bem como a noção de racionalidade transversal de Welsh, além do conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw. Objetiva-se, com isso, trazer ao debate acadêmico um problema invisibilizado na realidade brasileira, qual seja: o reduzido número de mulheres negras ocupando cargos nas principais carreiras jurídicas do país, sobretudo em âmbito federal. Pretende-se, ainda, i. coletar dados sobre a quantidade de mulheres negras nas principais carreiras jurídicas da União; ii. apresentar o conceito de inteseccionalidade; iii. Problematicar a política de cotas raciais para ingresso no serviço público inaugurada pela Lei nº 12.990/2014, cuja constitucionalidade foi confirmada pela ADC, 8 de junho

Chiara Ramos

Faculdade de Direito da Universidade
de Lisboa

Ref.: I00000M20942021

A JUSTIÇA NA ENCRUZA:
DIREITO E INTERSECCIONALIDADE

Chiara Ramos

Faculdade de Direito da Universidade
de Lisboa

de 2017; iv. propor soluções concretas para lidar com a falta de representatividade da mulher negra no sistema de justiça; v. propor um sentido de igualdade como reconhecimento; vi. distinguir reconhecimento de inclusão. A relevância acadêmica desse debate é inconteste e atual, procurando superar os discursos maniqueístas e redutores de complexidade da atual dogmática jurídica, que reproduz uma cultura acadêmica formalista e acrítica. Além disso, a abordagem que se pretende é inovadora, pois promove um entrelaçamento do direito constitucional com a ciência política, a sociologia do direito e a filosofia do direito para discussão de uma temática extremamente atual. O presente trabalho conclui que o modelo de cotas raciais não é suficiente para incluir a mulher negra no sistema de justiça, propondo a elaboração de uma política de cotas que leve em consideração a necessária ideia de interseccionalidade entre gênero e raça.

Palavras-Chave: *Cotas, Interseccionalidade, Racismo, Machismo, Sistema de Justiça.*

Ref.: I00000M2I08202I

JUSTIÇA SOCIAL E POBREZA: O DESAFIO PELA ORDEM ECONÔMICA NA CF DO BRASIL

A Constituição do Brasil tem na dignidade da pessoa humana o seu valor fundamental. Para alcançar esse objetivo, a miséria material deve ser erradicada. O constituinte de 1987 fez criar a Ordem Econômica na constituição do Brasil para controlar, disciplinar e efetivar a distribuição da riqueza econômica que o país produz visando à supressão da pobreza. O objetivo é fazer com que os meios econômicos trabalhem em prol da pessoa humana, através das premissas do artigo 170, entre as quais estão a propriedade privada e sua função social, a livre concorrência, a defesa do consumidor, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego. Mas, apesar da clareza dessas premissas, o povo brasileiro pouco usufrui da plenitude da riqueza que produz. Para a solução desse problema histórico, sobejam dificuldades. Entre outras, há duas complexidades para enfrentar, e ambas são constitucionais: na primeira, encontra-se a excessiva e desnecessária regulação do contrato de trabalho, com nada menos que trinta e quatro(!) institutos; na segunda, a ordem tributária, com dezoito artigos, prevendo três hipóte-

ses de tributos – impostos, taxas e contribuições de melhoria. A União, com sete impostos; os Estados e o Distrito Federal com três impostos; e os Municípios, com quatro impostos; esses entes federativos podem ainda desdobrar as duas categorias restantes, e o fazem intensamente. Embora não haja uma constatação irrefutável, mas já foram identificados nada menos que cinquenta e oito (58!) espécies de tributos. Considerando-se que o Brasil tem 5570 municípios, percebe-se que a tributação se torna efetivamente complexa, e incontrolável. Quanto ao contrato de trabalho, excessivamente regulado, ele tem como consequência única produzir necessariamente intermináveis litígios entre empregados e empregadores, o que conduz ao achatamento da base salarial, com um salário-mínimo padronizado pelo pagamento do formato mês de remuneração (o salário de janeiro é igual ao de fevereiro), igualando a renda do brasileiro a países com efetiva menor produção de riqueza, cujos nomes são propositadamente omitidos por razões de respeito. E essa excessiva tributação faz com que a sofrível renda do brasileiro tenha ainda menor

Celso Lopes Seus

Universidade La Salle, Canoas, Brasil

Ref.: I00000M2I08202I

JUSTIÇA SOCIAL E POBREZA:
O DESAFIO PELA ORDEM ECONÔMICA NA CF DO BRASIL

Celso Lopes Seus

Universidade La Salle, Canoas, Brasil

poder aquisitivo. Somadas, essas dificuldades são indiscutivelmente mantenedoras da pobreza que grassa na população brasileira. Há constatações verdadeiras que comprovam os argumentos aqui expendidos, obtidas a partir de informações do IBGE, publicadas na web. A renda média geral do brasileiro em 2020, nas capitais, é de apenas R\$2.291. E a informalidade, ou seja, pessoas que trabalham sem um vínculo qualquer, representam de 19% a 71% da população economicamente ativa, em dois estados brasileiros, das regiões sul e norte, respectivamente. Embora a atual e insólita situação mundial, de efetiva queda de todos os meios produtivos, com severa diminuição da atividade econômica, a efetiva pobreza no Brasil ainda é de vergonhosa constatação. E o que é pior: tem empecos de base constitucional. Então, a perspectiva de dar-se mais intensa atividade concreta para a supressão, ou diminuição da pobreza, revela-se distante de uma concretude de curto prazo. Enquanto isso, ainda persevera a triste realidade do povo brasileiro: a pobreza, de impossível aceitação pela ordem constitucional brasileira.

Palavras-Chave: *Pobreza, Supressão, Brasil, Constituição.*

Ref.: I00000M2I09202I

MEDIAÇÃO JUDICIAL: UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS JUDICIÁRIOS FRENTE A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

O estudo proposto partirá de uma análise do espaço judiciário com base nas teorias defendidas por Antoine Garapon dada a sua tradicional litigiosidade frente aos mecanismos de solução de conflitos implantados no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC do Foro Central e do Foro Regional do Partenon, haja vista, a instituição pelo CNJ da Resolução n.º 125/2010, que implementou a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário, do Código de Processo Civil – Lei n.º 13.105/2015 que busca estimular o uso de meios alternativos de solução de litígios e, posteriormente da Lei n.º 13.140/2015 denominada Lei da Mediação. O objetivo geral da pesquisa é analisar a influência do espaço judiciário na realização das mediações judiciais, uma vez que, estes espaços são hierarquizados, controlados, representando a força e o poder do Direito. Utilizamos a pesquisa empírica estruturada através do trabalho de campo, analisando os espaços judiciários destinados às sessões de mediação no CEJUSC do Foro Central e do Foro Regional do Partenon, bem

como, nas audiências de conciliação da 1ª Vara de Família do Foro Central e da Vara de Família do Foro Regional do Partenon em Porto Alegre/RS – Brasil. Por fim, utilizamos imagens/fotografias dos espaços judiciários pesquisados. Para fundamentar o estudo realizamos uma pesquisa bibliográfica e de documentos jurídicos.

Palavras-Chave: *Mediação, Mediação Familiar, Espaço Judiciário, Poder Judiciário.*

Graciela Fernandes Thisen
UNISC – Universidade de Santa Cruz
do Sul

Ref.: I00000M21 | I 2021

JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, TRIBUTAÇÃO E DESIGUALDADE – UM DEBATE SOBRE A LEGITIMIDADE DO ESTADO DE REDUZIR DESIGUALDADES ATRAVÉS DA TRIBUTAÇÃO

Jonathan Mendo da Silva
Universidade Federal de São Paulo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o debate normativo entre liberais igualitários e libertarianos sobre a legitimidade do Estado de promover justiça social via políticas de tributação, bem como explorar a maneira como noções normativas de igualdade e acesso a propriedade se articulam com ideias como justiça social, direitos e liberdade efetiva dos indivíduos. O trabalho busca também investigar como mecanismos de acúmulo de riquezas ao longo do tempo, sobretudo em casos de transmissão de herança e ganhos de capital, agem sobre ideais como liberdade e igualdade de oportunidades. Através da obra *Uma Teoria da Justiça* de John Rawls, a concepção sobre o que é uma sociedade justa é colocada no centro do debate teórico entre liberais igualitários, que pensam a construção de princípios de justiça em relação ao mercado e as estruturas básicas da sociedade, e os libertarianos, que defendem que o livre mercado e o sistema de trocas voluntárias entre as pessoas representam uma ordenação justa da sociedade, sem a necessidade de padrões de distribuição estabelecidos por um poder estatal. Como perguntas de pesquisa, a pre-

tensão é responder qual é a concepção de legitimidade do Estado para liberais igualitários e libertarianos de promover políticas de justiça distributiva e quais as implicações dessas duas linhas de pensamento para o caso específico da tributação sobre a herança. A tarefa central desse trabalho é investigar como essas duas diferentes teorias normativas pensam políticas de tributação como instrumentos de justiça distributiva, e de como essas políticas se relacionam com questões como pobreza, direito a propriedade, desigualdades, liberdade e Estado.

A desigualdade é um tema clássico das Ciências Sociais, que muito além de levantar dados brutos sobre percentuais de desigualdades, investiga também como ela afeta os indivíduos nas dimensões sociais e políticas de suas vidas. As tensões entre princípios políticos fundamentais como liberdade e igualdade colocam também a questão da legitimidade de interferência do Estado na produção e distribuição de riquezas materiais, moldando diferentes perspectivas teóricas sobre como em uma sociedade democrática o governo e as

Ref.: I00000M21112021

JUSTIÇA DISTRIBUTIVA, TRIBUTAÇÃO E DESIGUALDADE

- UM DEBATE SOBRE A LEGITIMIDADE DO ESTADO DE REDUZIR DESIGUALDADES
ATRAVÉS DA TRIBUTAÇÃO

diferentes instituições sociais lidam com a questão da desigualdade. O poder de intervenção do Estado na economia é objeto de controversas teóricas que vem de longa data, que justificam aqui uma pesquisa sobre as diferentes relações entre Estado, mercado, indivíduo e princípios como liberdade, igualdade e justiça.

Palavras-Chave: *Justiça, Normatividade, Propriedade, Desigualdades, Tributação.*

Jonathan Mendo da Silva

Universidade Federal de São Paulo

Ref.: I00000M2I142021

A LEGITIMIDADE JUDICIAL DO CONTROLE DOS ATOS DOS DEMAIS PODERES: ONDE SE SITUAM OS LIMITES?

Eugênio Facchini Neto

PUC/RS – Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul
– / Escola de Direito / PPGD

“É inerente a um sistema de divisão e separação de poderes que produza conflitos, confusão e, por vezes, discórdias. Mas ele foi deliberadamente assim estruturado para o fim de garantir um pleno, vigoroso e aberto debate sobre as grandes questões que concernem ao povo e tornar operativos os freios ao exercício dos poderes de governo”. (Warren Burger)

As palavras em epígrafe, pronunciadas pelo então Presidente da Suprema Corte norte-americana, ao julgar o caso *Bowsher v. Synar* (1986), demonstram claramente como a relação entre os poderes nem sempre é harmônica: esta desarmonia, porém, não é disfuncional. Ao contrário, é inevitável em um sistema em que cada um dos poderes deve servir como contrapeso aos demais.

Realmente, como afirma RODOTÀ (Il potere giudiziario nelle moderne democrazie: ruolo, limiti e controlli), à magistratura, em todos os sistemas modernos “tem sido atribuída, de maneira crescente nos últimos anos, uma função de recuperação do sistema de controles ou de construção da legalidade.” Tor-

nou-se evidente que um eficiente controle sobre a legalidade do exercício do poder político representa uma condição essencial para o funcionamento democrático de um sistema, com um evidente crescimento do peso político da atividade judiciária. Na medida em que a democracia se torna mais plural e participativa, recorre-se mais à jurisdição como instrumento de alargamento e flexibilização da dinâmica democrática, potencializando as fricções com os outros poderes.

Existe uma crise de legitimidade que envolve as democracias contemporâneas em todo o ocidente (por todos, MOUNK: O povo contra a democracia). Este fenômeno deriva da redução da capacidade regulatória do direito, da inadequação das suas técnicas de controle e da tendência do poder político de liberar-se dos controles jurídicos e deslocar-se para sedes invisíveis e não institucionais.

Em alguns casos, a corrupção e a ilegalidade foram as causas da degradação da política e da crise dos sistemas governativos em todos lugares. Assim, a repristinação da legalidade é

Ref.: I00000M2I14202I

A LEGITIMIDADE JUDICIAL DO CONTROLE DOS ATOS DOS DEMAIS PODERES:
ONDE SE SITUAM OS LIMITES?

precondição para a retomada de uma autêntica vida democrática. Se isso é verdade, “a intervenção do judiciário não é contra a política, mas constitui um saudável saneamento da mesma” (PEPINO: *Compiti dela politica, doveri dela giurisdizione*).

Por outro lado, o crescimento do intervencionismo judiciário em tempos recentes não tem nada de contingente ou efêmero: afunda suas raízes na transformação do Estado liberal clássico para o Estado social de direito, em que a organização estatal torna-se mais complexa. Não se trata somente de um maior número de intervenções, mas de uma modificação do sistema político e dos papéis dos diversos poderes. O novo papel que assumiu o judiciário, nestes tempos, é algo de estrutural nesse cenário organizacional.

Além disso, cada vez mais se acentua o dever de respeito aos direitos fundamentais do homem, como referência obrigatória para indicar a legitimidade das democracias contemporâneas. Ora, isso acarreta inevitavelmente a necessidade de órgãos jurisdicionais a quem se possa atribuir a função de guardiães

desta categoria de direitos, embora isso possa acarretar, eventualmente, tensões entre o Judiciário e o Legislativo. De fato, ALEXY (*Los derechos fundamentales en el Estado constitucional democrático*) expõe a concepção que denomina de realista para mostrar as tensões latentes entre os direitos fundamentais e a democracia.

Assim, um dos grandes desafios da jurisdição constitucional contemporânea reside justamente em buscar a compatibilização da necessidade de proteção dos direitos fundamentais, por vezes contramajoritariamente, de controlar para que os demais poderes políticos não se afastem do quadro da legalidade, com a necessidade de respeito às opções legítimas da população, expressas através de seus representantes políticos.

Palavras-Chave: *Controle Judicial, Legitimidade Democrática, Limites.*

Eugênio Facchini Neto
PUC/RS – Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul
– / Escola de Direito / PPGD

Ref.: I00000M21I52021

DEMOCRACIA E O CONSTITUCIONALISMO ALÉM DO ESTADO SOB A ÓTICA DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA DIANTE A GLOBALIZAÇÃO E GLOCALIZAÇÃO

Jamile Gonçalves Calissi

Universidade do Estado de Minas
Gerais – UEMG

& Renato Zanolla

Montefusco

Universidade do Estado de Minas
Gerais – UEMG

O objetivo do presente trabalho é a pesquisa a respeito de como o constitucionalismo, atrelado às chamadas globalização e glocalização, implementou alterações significativas nas democracias pós-modernas. Para tanto, será utilizada pesquisa bibliográfica e, na escrita, o procedimento dedutivo. Justifica-se o presente estudo, pois, a partir dele, poderá ser possível enfrentar os desafios que as democracias encontram nos tempos atuais. O século XX testemunhou o crescimento e proliferação em amplitude global dos regimes políticos democráticos, podendo ser considerada uma herança à sociedade do século XXI. Gradualmente observado o crescimento de um “novo regime”, que afrontava a sistemática política baseada em monarquias centralizadas, buscava-se a renovação do paradigma político-jurídico com dimensões globais influenciando percepções locais, sendo que ao final desse período histórico era possível observar a resiliência de regimes não-democráticos. Diversas concepções de democracia existem, abarcando percepções de regimes políticos “mais democráticos” em detrimento a outros graduados como

“menos democráticos”, delineando desta feita inúmeras modelagens e arranjos institucionais que, independentemente de discussões sobre seu: (i) significado; (ii) críticas; (iii) insucessos, e; (iv) fracassos, expõem o triunfo deste regime o qual não pode ser ofuscado do século XX, deixando importante legado ao século XXI. Usualmente associada ao ideal de igualdade e liberdade entre cidadãos se insere a concepção do que seja democracia, entretanto a escalada do sufrágio universal no último século e a agremiação de regimes democráticos com economias de mercado, local e global, provocam aqueles ideais na sociedade contemporânea. Estabelecer parâmetros para mensurar regimes democráticos e o exercício dos direitos e da cidadania desnuda, na atualidade, o desapego a um conceito estático de democracia no singular e apego conceitual de democracias no plural. A teoria democrática moderna sob a ótica de Robert Dahl na obra “A Preface to Democratic Theory” (DAHL, 1956) examina três tipos representativos de teoria democrática: (i) “Democracia Madisoniana” – onde o Estado é limitado pela Lei; (ii) “Democracia

Ref.: I00000M21I52021

DEMOCRACIA E O CONSTITUCIONALISMO ALÉM DO ESTADO SOB A ÓTICA DA SOCIEDADE
PÓS-MODERNA DIANTE A GLOBALIZAÇÃO E GLOCALIZAÇÃO

Populista” – onde soberania popular e igualdade política são princípios fundamentais, e; (iii) “Democracia Poliárquica” – onde a ordem democrática deriva de pré-requisitos sociais. Tais modelos servem para o estudo de vantagens e deficiências de dois métodos de construção de uma teoria democrática contemporânea, a maximização e o descritivo. Pelo método da maximização é possível inferir de forma valorativa o estado das coisas, por exemplo, a igualdade política onde é questionado o modo para se alcançar sua concretização. Nesse sentido, seria possível definir democracia pelos arranjos institucionais governamentais necessários à maximização de tal igualdade. Segundo Robert Dahl, a “teoria madisoniana” e a “teoria populista” estão intimamente ligadas ao método da maximização. “A madisoniana postula uma república não-tirânica como objetivo a ser maximizado; a teoria populista indica a soberania popular e a igualdade política”, (DAHL, 1989, p.67). Em face dos argumentos insculpidos a democracia coaduna o poder “das maiorias” e o “das minorias” buscando equalizar a percepção de igualdade política dos cidadãos ver-

sus limitação de soberania. Acerca da democracia populista onde são expostas a “soberania popular” e a “igualdade política” como princípios maiores de uma república retratam pensamento contraposto à teoria madisoniana. Nesse contexto, para ser alcançado o princípio da soberania popular, políticas governamentais são carentes de decisão majoritária, sendo assim, para abarcar os objetivos expostos pelo princípio da igualdade política, respeitar a preferência de cada cidadão seria necessário – a regra da maioria.

Palavras-Chave: *Democracia, Constitucionalismo, Globalização, Glocalização.*

Jamile Gonçalves Calissi

Universidade do Estado de Minas
Gerais – UEMG

& Renato Zanolla

Montefusco

Universidade do Estado de Minas
Gerais – UEMG

Ref.: I00000M2I16202I

SOBRE JUSTIÇA E AFINS: ALGUNS APONTAMENTOS CONCEITUAIS

Jamile Gonçalves Calissi

Universidade do Estado de Minas
Gerais – UEMG

& Renato Zanolla

Montefusco

Universidade do Estado de Minas
Gerais – UEMG

O objetivo do presente trabalho é a pesquisa a respeito dos conceitos de justiça. Para tanto, será utilizada pesquisa bibliográfica e, na escrita, o procedimento dedutivo. O termo justiça é de ampla determinação. É, pois, termo plurívoco, porque várias são as concepções de abordagem e a cada qual correspondem inúmeras teorias contemporâneas. Tem-se, a priori, três concepções ocidentais de justiça a partir de Aristóteles: comutativa, distributiva e social. Modernamente, essas concepções foram ampliadas e redefinidas, conhecidas agora como comutativa, restaurativa/retributiva, distributiva, procedimental, formal, material, e mais contemporaneamente, participativa. A justiça restaurativa e a justiça retributiva referem-se ao direito penal e pugnam pela restauração de um mal causado a partir da prática de um ilícito. Contudo, são dissonantes na medida em que na primeira justiça não há que se falar propriamente em fato antijurídico uma vez que se considera apenas o fato de que o mal foi direcionado a uma vítima; na segunda, por sua vez, considera-se que o mal, ainda que tenha atingido alguém, tem importância na

medida em que atingiu uma proposição estatal (lei). Estudiosos da justiça procedimental sustentam o processo como instrumento para a criação do direito, e este, embora apartado da moral, tem no procedimento o vetor para, a partir da lei moral, determinar a sua validade. No debate atual entre procedimentalismo e substancialismo, inserido no papel contemporâneo da interpretação do constitucionalismo e do Estado Democrático de Direito, parte-se de premissas das teorias fundacionais do Estado e dos modelos democráticos para discutir a profundidade do conceito de justiça. Segundo os substancialistas a Constituição é composta de valores ou princípios de extrema importância social, e a jurisdição constitucional tem por base a defesa dos direitos fundamentais. Já os procedimentalistas interpretam-na com procedimentos alheios aos conteúdos axiológicos, trabalhando a jurisdição constitucional como instrumento de defesa do procedimento democrático. Contudo, estes, remetendo-se a Kant, acreditam que o procedimento é o vetor para que as teorias da justiça e da moral possam fundamentar os princípios. Ou seja, os princípios têm

Ref.: I00000M2I I6202I

SOBRE JUSTIÇA E AFINS:
ALGUNS APONTAMENTOS CONCEITUAIS

fundamentação moral e isso não é dado ao direito, e o procedimento deve analisar as ações humanas a partir da lei moral para determinar a validade das normas. Por sua vez, a justiça participativa tem por foco a consciência da vida em sociedade. Dispõe, assim, que a pessoa deve participar positivamente de sua sociedade. Do ponto de vista principiológico (ou seja, baluarte do ordenamento jurídico na concretização do texto normativo), o enfoque se dá a partir das justisas formal e material. A justiça formal é a que apresenta dois aspectos de relação (ou de forma), a saber, os sujeitos envolvidos nessa justiça e a forma de manifestação (ou aquilo que é devido). A justiça material (ou substantiva), por sua vez, refere-se ao conteúdo existente na relação que é composta na justiça formal. Na justiça formal delinea-se uma questão ético-social em relação de proporcionalidade aritmética aristotélica. Traduz-se através de uma justiça distributiva, em que os sujeitos se apresentam em situações distintas e em relação à sociedade e a distribuição se dá através de uma análise subjetiva de mérito. De outra forma, a justiça comutativa, onde os sujeitos

estão em igual patamar, sem diferenças hierárquicas. Na justiça distributiva a intenção é a de participação no bem comum, e a sua proposta é a de que “a sociedade dê a cada particular o bem que lhe é devido”. Comutar é trocar. Portanto, a justiça comutativa propõe uma permuta entre iguais. É aquela que “exige que cada pessoa dê à outra o que lhe é devido”. Vale dizer, Aristóteles trabalhou com duas vertentes iniciais de conceitos: uma justiça geral/universal mais próxima de valores morais, e uma particular, dividida em comutativa e distributiva.

Palavras-Chave: *Justiça, Democracia, Igualdade.*

Jamile Gonçalves Calissi

Universidade do Estado de Minas

Gerais – UEMG

& Renato Zanolla

Montefusco

Universidade do Estado de Minas

Gerais – UEMG

Ref.: I00000M2I26202I

LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM NOME DA INTOLERÂNCIA: UM DEBATE SOBRE TECNOLOGIAS POLÍTICAS DO NEOFASCISMO E AS AMEAÇAS À DEMOCRACIA

Marcela Magalhães de Paula
Embaixada do Brasil em Roma

Este trabalho busca fazer uma reflexão sobre a proliferação de discursos e propagandas autoritárias/neofascistas em nome da “liberdade de expressão”, bem como sistemas jurídicos, ao redor do mundo, têm se manifestado a respeito. Durante anos, assistimos à proliferação de exposições, por quase toda parte, de símbolos e atos que lembram o fascismo e o nazismo, resultado de décadas subestimando o fenômeno do retorno dessas ideologias. No Brasil, vemos manifestações saudosistas em relação a períodos de regimes autoritários, além de crescentes adeptos a favor da apologia a várias formas de violações aos Direitos Humanos. Blocos de Carnaval que exultam o Dops, camisetas com rostos de torturadores ou Mussolini ou Hitler, por exemplo. Na Itália, inúmeras passeatas e ocupações têm sido feitas em nome do neofascismo e, atualmente, há uma campanha pública de um projeto de lei, intitulado “Carta di Stazzema”, para barrar a divulgação de propaganda neofascista. Nestes contextos, notamos fenômenos como o da retrotopia – conceito formulado por Bauman (2017) em que

afirma que a nostalgia por um mundo melhor faz com que pessoas puguem o retorno de ideias e ideais de um passado falsamente “glorioso”, com nacionalismos exacerbados e fechamento de fronteiras. Além do aumento mundial desses grupos fortemente violentos, temos constatado discursos de alguns parlamentares brasileiros que defendem a volta do AI-5 e da ditadura militar, e os fazem defendendo que estão usufruindo do seu direito de liberdade de expressão. Para tanto, trabalharemos com os paradoxos de Propper: da democracia e da intolerância. Vale ressaltar que tal “liberdade de expressão” tem sido feita em nome da intolerância. Isso se explica, pois a tecnologia política do neofascismo, em especial a técnica ambígua da “linguagem goliardica” (GREPPI, 2019) faz com que as distinções linguísticas e cognitivas entre o denotativo e conotativo tornem-se menos óbvias (do churrasco em família às redes sociais), dificultando a regulação da liberdade de expressão e, sobretudo, a responsabilização individual e coletiva.

Palavras-Chave: *Neofascismo, Autoritarismo, Liberdade de Expressão, Intolerância, Retrotopia.*

Ref.: I00000M2I42202I

POVOS INDÍGENAS E NECROGOVERNAMENTALIDADE NA GESTÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: O CASO EMBLEMA DO RACISMO INSTITUCIONAL NA JURISDIÇÃO DE ATUAÇÃO DA SESAI

O artigo tem como objetivo apresentar o caso emblemático de racismo institucional, amplificado com a eclosão da pandemia de Covid-19, promovido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), caracterizada como agência governamental federal encarregada de garantir os direitos constitucionais de atenção à saúde diferenciada dos povos e coletividades indígenas no espaço territorial nacional, e analisar os dispositivos da biopolítica e da necropolítica, gestados e geridos pelo estado brasileiro na conjuntura de aparecimento e disseminação glocalista do processo pandêmico e das crises ético política, econômica e socio sanitária, apreendidos como mecanismos estruturais empregados pelo poder soberano da estatalidade ultra conservadora dominante.

No que diz respeito ao campo da saúde indígena, embora a legitimidade dos direitos firmados entre 1988-2015 e a persistência de mecanismos que assegurem o cumprimento das ações protetivas diferenciadas continuem operantes, a conjuntura vigente expõe um aumento de narrativas anti indíge-

nas e a incidência de práticas contrárias ao implemento dos dispositivos legais à disposição da SESAÍ na implementação e execução dos serviços de saúde. A rigor, o recrudescimento da matriz autoritária nacional, expresso de forma inequívoca pelo golpe de estado parlamentar em maio de 2016, constitui um salvo conduto ao crescente processo de desdemocratização e ataque aos avanços e garantias constitucionais conquistados pela sociedade brasileira após a redemocratização da década de 1980. Neste contexto particular, a proliferação da pandemia de Covid-19 acaba assumindo um aspecto de tragicidade no domínio da atenção e cuidada à saúde indígena. Sua propagação inicial esteve concentrada nas regiões norte e nordeste do país. Num segundo momento, distingue-se uma maior incidência de casos nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Nas últimas semanas de setembro aconteceram novos contágios que apareceram no norte, em Roraima e Amazonas. Dados do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena da APIB, no início de março de 2021, registraram óbitos em 161 povos, com um total de 35.000 contaminados e a

Walmir Pereira
UNISINOS/COGIPIT

Ref.: I00000M2I42202I

POVOS INDÍGENAS E NECROGOVERNAMENTALIDADE NA GESTÃO DA PANDEMIA
DE COVID-19 NO BRASIL:

O CASO EMBLEMA DO RACISMO INSTITUCIONAL NA JURISDIÇÃO DE ATUAÇÃO DA SESAI

Walmir Pereira
UNISINOS/COGIPIT

confirmação de 800 mortes indígenas[APIB. Em larga medida, a disseminação da Covid-19 entre os povos, coletividades e indígenas exemplifica de modo emblemático o tratamento dispensado aos coletivos, famílias e grupos étnicos indígenas originários no âmbito da atenção primária à saúde indígena no Brasil contemporâneo.

Conquanto a agência oficial do executivo federal afiance a adoção de medidas protocolares na prestação de atendimento diferenciado aos indígenas, vide Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Covid-19) em Povos Indígenas, a realidade da experiência pandêmica de propagação da covid-19 incidente entre os povos, aldeias e pessoas indígenas evidencia um cenário que caminha em direção oposta. De forma sistemática, o *modus operandi* da SESAI tem ativado dispositivos e práticas contrários aos ditames constitucionais pactuados entre diversos e plurais interesses sociais do universo sócio sanitário brasileiro, assim como das esferas científicas, políticas e dos direitos humanos indígenas.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos Indígenas, Necropolítica, Racismo Institucional, Negrogovernamentalidade.*

Ref.: I00000M2I43202I

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E LIBERDADE OPINIÃO EM RISCO?

PONDERAÇÕES ACERCA DO POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO SOBRE “ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS”

O presente artigo parte do pressuposto de que, no Brasil, as garantias constitucionais e a liberdade de opinião, no momento, estão “subjudice”, em nome da “proteção democrática”. Por meio deste trabalho, busca-se ponderar acerca do posicionamento do Supremo Tribunal Federal brasileiro a respeito do que compreende por “atos antidemocráticos” e limites à liberdade de opinião – assunto que será analisado com base na leis, convenções e tratados internacionais sobre o tema, assim como no posicionamento de algumas cortes internacionais. Argumenta-se que possíveis ofensas ao garantismo jurídico podem estar a ocorrer, principalmente sob o viés da liberdade política, que compreende por garantismo a concepção “da liberdade política [...] como liberdade do indivíduo do Estado e frente ao Estado” (De Ruggiero, 1984, p. 63), ou seja, a “concepção das garantias da liberdade” (De Ruggiero, 1984, p. 57). Apesar de reconhecer que “a liberdade é uma delicada construção social que necessita de contrapesos jurídicos e de equilíbrios institucionais” (De Ruggiero, 1984, p. 57), nenhuma ameaça de supostos atos antidemocrá-

ticos deverá servir de estímulo para a pesada mão do Estado agir com arbitrariedade por meio de suas instituições – a ferir os princípios do próprio Estado Democrático de Direito. Não se pode valer da lei da mordaza em nome da democracia. Atos “antidemocráticos” não deveriam se julgados com base em leis antidemocráticas. Foram analisados dois casos práticos, consistentes das prisões do jornalista Oswaldo Eustáquio e do deputado federal Daniel Silveira, assim como suas participações comunicativas no espaço virtual. Concluiu-se, com o presente artigo, que os riscos de perda dos direitos de liberdade são constantes: uma hora, é com alguém indiferente a você; em outro momento, poderá ser com você. Por isso mesmo, faço minhas as palavras da célebre frase atribuída a Voltaire em defesa dos direitos civis e políticos e da liberdade de opinião: “Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las”.

Palavras-Chave: *Garantias Constitucionais, Liberdade de Opinião, Atos Antidemocráticos.*

Mônica Faria Baptista Faria
Faculdade de Direito da Universidade
de Coimbra

Ref.: I00000M2I69202I

A PROTEÇÃO DO WHISTLEBLOWER COMO MECANISMO DE COMBATE À CORRUPÇÃO: NOTAS SOBRE O ESTADO DA ARTE EM PORTUGAL

Tânia Ferreira

ESTG/Politécnico de Leiria

& Ana Lambelho

ESTG/Politécnico de Leiria

O termo corrupção não tem um significado unívoco, mas pode ser entendido como um comportamento que visa retirar benefícios, próprios ou em prol de terceiro, patrimoniais ou não, através do abuso de um poder que lhe foi conferido ou através do abuso de uma função que lhe foi acometida. Trata-se de um conceito mais amplo do que o utilizado pela lei penal portuguesa (cfr. CP). É um fenómeno que não conhece fronteiras e que tem proliferado em larga escala, minando todas as esferas da vida em sociedade, nomeadamente, o sistema económico. Estudos comprovam a correlação negativa entre os níveis de corrupção e os de empreendedorismo/ inovação.

Os mais recentes casos de corrupção (ENRON, Comissão Europeia, Qosmos, Wikileaks, Edward Snowden, Cambridge Analytica, Facebook) foram conhecidos devido à investigação jornalística subsequente a denúncias parte daqueles que conhecem a organização “por dentro” – os whistleblowers. A exposição mediática destes casos tem contribuído para moldar a perceção da opinião pública sobre estes sujeitos e para lhes conferir

alguma proteção, ainda que indireta.

Em Portugal, apesar de recentes ocorrências de denúncias alvo de tratamento mediático (v.g. Bragaparkes; Football e Luanda Leaks), os casos de whistleblowing por trabalhadores subordinados são praticamente inexistentes.

Na estratégia de combate à corrupção, reconhece-se fundamental criar um mecanismo de proteção eficaz dos whistleblowers, porquanto estes têm acesso a informação que, de outro modo, estará fora do alcance das autoridades. A denúncia de comportamentos ilegítimos do empregador pelo trabalhador é ainda mais difícil, na medida em que é ainda maior a possibilidade de este vir a sofrer graves represálias que ultrapassam o mero despedimento por suposta justa causa (assédio moral, impedimento de progressão na carreira, isolamento físico, etc). Para além dos princípios e das normas gerais de proteção dos trabalhadores, o Código do Trabalho não contém normas específicas sobre a proteção dos trabalhadores que denunciem situações ilícitas de que tenham conhecimento por ocasião do exercício das suas funções, nem as

Ref.: I00000M2I69202I

A PROTEÇÃO DO WHISTLEBLOWER COMO MECANISMO DE COMBATE À CORRUPÇÃO:
NOTAS SOBRE O ESTADO DA ARTE EM PORTUGAL

empresas são obrigadas a ter canais de denúncia. A proteção conferida aos denunciantes pelas Leis n.º 19/2008 e n.º 93/99 é insuficiente. Ao contrário de outros países da Europa (v.g. Reino Unido, Bélgica, França, Holanda, Suécia e Irlanda), Portugal não tem legislação específica de enquadramento do whistleblowing.

Considerando as prioridades definidas na Estratégia Nacional Contra a Corrupção e a necessidade de transposição da Diretiva (EU) 2019/1937 do PE e do Conselho, de 23/10/2019, é expectável que o ordenamento jurídico português conheça alterações nesta matéria.

Nesta apresentação pretendemos identificar os pontos-chave em que, em nosso entender, deveria assentar o regime jurídico português de regulação do whistleblowing, considerando, além do mais, as principais linhas orientadoras da UE nesta matéria. Para tanto, começaremos por apresentar uma noção de whistleblowing, tipificando-o e inferindo sobre as suas consequências para whistleblower, organização e confiança dos stakeholders e shereholders.

Discutiremos a questão controvertida de saber se o ato de denúncia praticado pelo trabalhador constitui ou não um ato de dissidência e a quebra do dever de lealdade e se, por isso, é sancionável laboralmente, baseando-nos, além do mais, no conceito de Lealdade Racional e na Critical Complexity Theory.

Concluiremos chamando à colação as normas de proteção legal aplicáveis, discutindo sobre a sua suficiência.

Palavras-Chave: *Whistleblowing, Corrupção, Trabalhador.*

Tânia Ferreira

ESTG/Politécnico de Leiria

& Ana Lambelho

ESTG/Politécnico de Leiria

Ref.: I00000M2I942021

O (DES)CASO DE LUAN: UMA TRAJETÓRIA DE DESPROTEÇÃO SOCIAL

Margarethe de Freitas

Corrêa

Universidade Federal do Pará

& Andréa Bittencourt Pires

Chaves

Universidade Federal do Pará

Contemporaneamente, o campo da pesquisa carcerária tem se ampliado e abordagens cada vez mais interdisciplinares, tem sido utilizadas como modo de compreensão dessa área do conhecimento. O caso aqui compartilhado compõe parte da pesquisa de doutorado em Sociologia e Antropologia/UFGA. A escolha do tema prisão, em boa medida perpassa por uma realidade singular a história de vida da autora, que atua como psicóloga da Superintendência do Sistema Penal do Pará (SUSIPE), desde 2009. Vale observar que em 03 de dezembro 2019 a instituição passou de autarquia para a condição de Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP).

A construção de novas unidades penais de regime fechado entre os anos de 2013 e 2015 se deram a passos largos, sendo planejado a construção dos Centros – Marituba; Vitória do Xingu, com 105 vagas; Santarém, com 96 vagas; Marabá, com capacidade para 86 vagas, o primeiro do Norte do Brasil a ser planejado com um berçário – cinco leitos – destinado à amamentação de bebês das internas custodiadas na casa

penal e o berçário, anexo ao Centro de Recuperação Feminino (CRF), cuja capacidade de atendimento é também de 14 leitos para recém-nascidos.

Na perspectiva de Azevedo e Cifali (2015), o entendimento que se extrai é que a LEP não é respeitada, pelos órgãos que a constituíram, é a resposta ao delito no contexto pós-neoliberal tem sido o mesmo, o de aprisionar.

O aumento das taxas de encarceramento, derivado de uma demanda punitiva que encontra respaldo no parlamento (criminalização primária) e na atuação dos órgãos de segurança pública e justiça criminal (criminalização secundária), não surte o efeito esperado de queda da criminalidade, uma vez que a atuação do sistema penal é seletiva, atingindo apenas a base da cadeia criminal, e reunindo nas prisões indivíduos que, pela sua vulnerabilidade social, são presas fáceis das facções criminais, que comandam o mercado das ilegalidades dentro e fora das prisões (AZEVEDO E CIFALI, 2015, apud OLIVEIRA; AZEVEDO, 2012, p. 14).

A necessidade das construções dessas unidades penais de acordo com

Ref.: I00000M2I94202I

O (DES)CASO DE LUAN:
UMA TRAJETÓRIA DE DESPROTEÇÃO SOCIAL

superintendência aconteceu considerando a política estadual que estava em construção, mas, sobretudo pelo respeito a diferenças de gênero, como assinala André Cunha: Por muito tempo na história, a especificidade da mulher esteve negada com um tratamento penitenciário impregnado de conceitos masculinos. Temos o compromisso em construir um sistema heterogêneo, que respeite as diferenças de gênero daqueles que estão encarcerados, tratando-os de acordo com suas peculiaridades e condições pessoais. (Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, 2013).

Nesta perspectiva de respeito às diferenças de gênero e dignidade, foi proposto no Centro de Reeducação Feminino (CRF), inaugurado em 1977, localizado no município de Ananindeua/PA, a construção de modelos de assistência e cuidado, com caráter que fosse além dos atendimentos de rotina já existente na unidade, como os atendimentos da equipe biopsicossocial composta na unidade (enfermagem; médico; terapeuta ocupacional; psicologia; assistência social,) se restringiam a triagem e "CTC" e atendimentos pontuais de enfermeiras e técnicas de enfermagem e médico. Para isso, foi

realizado diagnóstico institucional que constatou que das 731 mulheres, um terço se encontravam presas por tráfico e apresentavam sinais e sintomas que configuravam um quadro clínico de uso abusivo de substâncias psicoativas. Além deste fato, observaram-se casos de depressão, bem como, outros transtornos mentais. Que pese o fato das inúmeras incidências de agressões físicas e torturas psicológicas entre as internas. (CORRÊA, 2015).

A estratégia utilizada foi à elaboração e implantação na unidade do programa de atenção e cuidado a mulher em condição de cárcere, cujo pilar perpassa pela garantia e promoção dos direitos humanos, justiça e equidade, em especial no que concerne a Assistência, Tratamento e Cuidado em Saúde, com propósito de eliminar e/ou reduzir o sofrimento vivenciado pelas internas, bem como, promover a arrefecimento dos índices de problemas comportamentais entre internas, e destas com a equipe de segurança, o que finda com a melhora da qualidade na assistência prestada à mulher em condição de cárcere e fortalecimento da reinserção social.

Palavras-Chave: *Estudo de Caso, Proteção Social, Cárcere Feminino.*

**Margarethe de Freitas
Corrêa**

Universidade Federal do Pará

**& Andréa Bittencourt Pires
Chaves**

Universidade Federal do Pará

Ref.: I00000M22012021

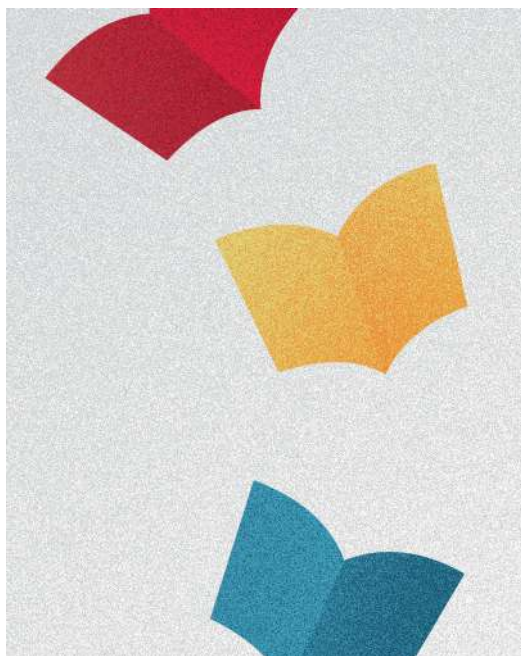
PARADOXOS E DIMENSÕES DE HUMANOS DIREITOS: COMPOSIÇÃO ÉTICA E HISTÓRICA RECENTE

António Carlos da Silva
Universidade Católica do Salvador
& Vanessa Ribeiro Simon
Cavalcanti
Universidade Católica do Salvador

Atingimos um ponto relevante de composição de agendas e decisões mundiais em prol de defesa e de promoção de direitos humanos, tomando pactos e estruturação jurídico através de direito internacional. Entretanto, também se matiza ponto de impasse e frequentes paradoxos em plena crise sanitária, política e de esfera global, determinada no biênio 2020 e 2021. Conseguimos nos tornar mais intolerantes, mais violentos, mais consumidores? Os últimos oitenta anos – justamente pós-II Guerra e dinâmicas político-econômicas bipolares – foram intensos e tensos: buscamos ser sustentáveis e conscientes ou teremos um processo de intensificação de crises? São abordagens urgentes e que tomam conta, cada dia mais, das emergências de um “ponto sem retorno”. Tendo essa premissa, o texto compreende uma análise descritiva-histórica, de caráter ensaística e pautada em revisão historiográfica contemporânea, versando sobre interfaces entre Direitos Humanos, História, Ética e Política. Apresenta recorte no Tempo Presente e toma como objetivo analisar o processo que compreende as efemérides das sete décadas da Declaração

Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) e das três décadas da Constituição Federal do Brasil, compondo dimensões internacional e nacional na promoção e princípios enquadrados no campo dos Direitos Humanos. Utilizando metodologia qualitativa, descritiva e com viés histórico, traçando um panorama dos ranços e dos avanços almejados e conquistados, levando em considerações contextos que tensionam regimes totalitários e democráticos, ademais do intenso paradoxo (Teoria Crítica) como foco analítico. A base documental atrela-se à produção transdisciplinar e promovida por grupos acadêmicos europeus e latino-americanos, indicando categorias analíticas e interpretações sobre o atual estágio do capital e de seu desenvolvimento e violências sobrepostas. Resultados de caráter analítico, apontando para a urgência de identificar e reconhecer processo histórico, institucional e internacional já alcançados como pressupostos de desenvolvimento sustentável e em prol de/para Direitos Humanos, em suas múltiplas dimensões.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, Educação, Teoria Crítica, Política, Ética.*



EIXO 10 SISTEMAS DE DIREITOS HUMANOS: A CONCILIAÇÃO DE INTERESSES MÚLTIPLOS E O RESPEITO A INDIVIDUALIDADE



Ref.: I00000M20522021

THE CASE OF MUSLIM POLYGAMY WITHIN WESTERN EUROPEAN LEGAL SYSTEMS: COMPARATIVE APPROACH BETWEEN FRANCE AND ENGLAND

The practice of polygamy within Muslim European communities poses an array of questions to the European legal systems forced to come to terms with an institution that has no legal parallel and is, furthermore, looked upon with disapproval. Particularly regarding women's rights and against an equalitarian backdrop, Muslim polygamy finds itself as one of the most controversial issues. The practice is considered to be in violation of the principles of gender equality and non-discrimination, and has been vividly condemned by the Committee on the Elimination of Discrimination against Women. Amidst all the controversy, European legal systems which are committed to following and abiding by the human rights' standards set by International Human Rights Law, cannot, at the same time, neglect the reality of a continued practice of polygamy within their Muslim populations. The acknowledgment that polygamy does exist within the national landscapes is, therefore, the first step to be taken in the domestic legal approaches to polygamous marriages. When polygamy-related issues are raised, there is an immediate connection with the violation of the principle of non-discrimination. One must not forget that polygamy and its approach by the national legal orders entail serious consequences in women and their children's lives and rights. If the prohibition of polygamy means that the effects of the marriage,

namely, pension, social security, inheritance rights, are not recognised, this non recognition will surely put those women and children in an even more precarious situation. The respect and protection of their individual rights is demanded from the European legal systems which cannot – or must not – adopt a “brush under the rug” attitude towards their realities. A reality that shows that even if legally prohibited, this prohibition does not correspond to the non-existence of polygamy or its abolishment from European borders.

The papers' purpose is to examine the responses given by the French and the English legal orders to their polygamy questions, sensitive to the fact that whatever arguments are raised, in the midst of all the discussions, those women and children's rights require protection. While engaging in this analytical effort between legal and policy responses, the focus is on realising that although polygamy is illegal, some degrees of recognition must be ensured. Only through this recognition the rights of women and their children can be protected. On the other hand, not recognising any effects will accentuate the already unprotected situation that women and children in polygamous marriages find themselves in.

Palavras-Chave: *Muslim Polygamy,
Human Rights, France and England.*

Ana Filipa Neves
Universidade de Coimbra

Ref.: I00000M20782021

DIREITOS HUMANOS “CONTRARIADOS”: AO ENCONTRO DE INTERVENÇÕES SOCIAIS CULTURALMENTE SENSÍVEIS

Helena Reis Amaro da Luz,

Universidade de Coimbra/FPCE

– CEIS20

Clara Cruz Santos

Universidade de Coimbra

– Observatório de Cidadania

e Intervenção Social da FPCEUC

& Vanessa Nunes

Universidade de Coimbra

– Observatório de Cidadania

e Intervenção Social da FPCEUC

A centralidade dos direitos humanos nos referenciais associados à conceção e implementação de políticas públicas traduz uma realidade amplamente adotada por entre as várias sociedades cuja regulação beneficia de um Estado de direito e da democracia. Constituindo princípios fundamentais, os direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais, confluem no imperativo de assegurar o respeito a todo o ser humano e a dignidade da sua existência e condição de vida. A ênfase colocada nos direitos humanos pela Agenda 2030, sustenta a necessidade de não deixar “ninguém para trás” (UN, 2015) projetando os seus ODS, esforços e metas convergentes com a dignidade humana, respeito (pela raça, etnicidade e diversidade cultural), justiça, igualdade de oportunidades e não discriminação, fornecendo deste modo uma estrutura e orientação cruciais para a formulação de políticas responsáveis e sustentáveis. Esta atenção para com os direitos humanos (re)inscrita no terceiro milénio não é alheia aos múltiplos conflitos, emergências humanitárias e às graves violações à vida humana, circunstâncias estas, que se por um lado os penalizam, por outro, reatualizam e redirecionam o debate em torno das premissas do universalismo, da diferença, das especificidades culturais, da multiculturalidade e da interculturalidade, como desafios à construção da sociedade contemporânea perpassada pela complexidade

(e.g., Almeida & Sousa, 2014; Santos, 2009; EU, 2020). Sobretudo, advoga-se a importância de melhor apreender as diversidades, as pluralidades, convocando práticas de proximidade, de diálogo, apurando a sensibilidade cultural e afirmando o sentido dos direitos humanos da alteridade (e.g., Magro, 2016). Os interventores sociais (e.g., assistentes sociais) enquadram-se neste debate, em termos de reflexão e de ação, possibilitando a compreensão da relação com “o outro”, da diferença, da individualidade, das “identidades”, através de uma postura culturalmente sensível capaz de estabelecer os equilíbrios que carecem de nortear as práticas. Neste enquadramento, a presente abordagem de cariz analítico reflexivo, suportada metodologicamente pela revisão da literatura e análise documental, visa, discutir a articulação entre as noções de desenvolvimento e direitos humanos elencando a oportunidade que a mesma reveste no campo das estratégias de política pública; esclarecer numa ótica compreensiva, as noções do pluralismo cultural e interculturalidade, (re)atualizando o diálogo que as mesmas suscitam com os direitos humanos, e posicionar as questões da sensibilidade cultural e alteridade como incitamentos para uma intervenção social competente, capaz de restringir as tensões à dignidade humana e de fazer regredir as contrariedades que se colocam ao exercício dos direitos humanos.

Palavras-Chave: *Direitos, Pluralismo, Interculturalidade, Intervenção, Sensibilidade.*

Ref.: I00000M2083202I

A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E OS DIREITOS HUMANOS:

UMA INTERPRETAÇÃO CONVENCIONAL DO ART. 489, § 1º. DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

O estudo tem por objeto a fundamentação das decisões judiciais. O objetivo é analisar em que medida a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH) propicia uma interpretação convencional do artigo 489, § 1º., do Código de Processo Civil (CPC) brasileiro. O referido parágrafo do CPC exigiu uma fundamentação qualificada ou analítica das decisões proferidas pelos juízes brasileiros. O estudo justifica-se, então, pela necessidade de se compatibilizar a novidade do CPC com a interpretação das garantias judiciais do artigo 8º. da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). Para tanto, buscou-se na base de dados de jurisprudência da CorteIDH casos relacionados à fundamentação das decisões judiciais, dando-se prioridade a casos não-penais. Os resultados apontaram que poderiam auxiliar nessa interpretação convencional do artigo 489, § 1º., do CPC os seguintes casos: *Apitz Barbera e Outros vs. Venezuela*, *Tristán Donoso vs. Panamá*, *Escher vs. Brasil*, *Chocrón Chocrón e Outros vs. Venezuela*, *López Mendonza vs. Venezuela*, *Atala Riffo e Filhas vs. Chile*, *Ramírez Escobar e Outros vs. Guatemala* e *López Lone e Outros vs. Honduras*. Chegou-se à conclusão que, quanto à interpretação con-

vençional do artigo 489, § 1º., do CPC: a) o Caso *Ramírez Escobar e Outros vs. Guatemala* e o Caso *López Lone e Outros vs. Honduras* podem fortalecer a interpretação do inciso I, de modo a exigir da fundamentação a relação entre os fatos e as normas indicadas nas decisões; b) por sua vez, o Caso *Atala Riffo e Filhas vs. Chile* é exemplo do que proíbe o inciso II, com a invocação de princípios jurídicos como se fossem “palavras mágicas” nas decisões judiciais; c) o mesmo vício encontrado no Caso *Escher vs. Brasil* é apontado pelo inciso III, ou seja, aquele tipo de decisão “CTRL C + CTRL V”, que serve para justificar qualquer outra causa; d) o Caso *Apitz Barbera e Outros vs. Venezuela* e o Caso *Tristán Donoso vs. Panamá* têm o mesmo padrão normativo do inciso IV, ou seja, não se exige uma resposta detalhada e exaustiva a todo argumento das partes, mas o grau de exigência da fundamentação das decisões judiciais pode variar segundo a natureza da decisão; e e) o Caso *López Mendonza vs. Venezuela* demonstra a proibição da chamada fundamentação per relationem pela CorteIDH, pois o juiz dever responder e sustentar autonomamente suas decisões, e não simplesmente remeter-se à declaração de outrem.

Vitor Fonsêca

Faculdade La Salle Manaus

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, Fundamentação das Decisões Judiciais, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Controle de Convencionalidade, Código de Processo Civil.*

Ref.: I00000M20952021

DECISÃO EUROPEIA DE INVESTIGAÇÃO E O DIREITO À AÇÃO CONSAGRADO NO ARTIGO 47º DA CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA

Mário Simões Barata
Politécnico de Leiria

Em 2019 o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) proferiu a sua primeira decisão referente à Decisão Europeia de Investigação (DEI) adotada pela Diretiva 2014/41/UE no Processo C-324/17. De acordo com o nº1 do Artigo 1º da Diretiva a DEI “é uma decisão judicial emitida ou validada por uma autoridade judiciária de um Estado-membro para que sejam executadas noutro Estado-Membro uma ou várias medidas de investigação específicas, tendo em vista a obtenção de elementos de prova em conformidade com a referida diretiva”.

O processo tem origem num caso de associação criminosa e de evasão fiscal na Bulgária e no decurso do mesmo, o Tribunal Criminal Especial búlgaro ordenou, no quadro de uma DEI, um conjunto de buscas e apreensões na sede de uma empresa e no domicílio do seu representante na República Checa, bem como a inquirição de uma testemunha através de vídeo conferência. Contudo, o Tribunal sentiu algumas dificuldades no preenchimento da secção J do formulário constante do anexo à Diretiva DEI no que toca à obrigação de infor-

mar acerca da existência de uma via de recurso contra as medidas de investigação solicitadas pela autoridade judicial do Estado de emissão, dado que a mesma não existe no quadro do direito processual penal búlgaro. Perante esta inexistência, o Tribunal formulou um pedido de reenvio prejudicial, ao abrigo do artigo 267º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). O TJUE aceitou o pedido e considerou que a questão essencial se prendia com a interpretação do Artigo 5º da Diretiva DEI relativamente ao preenchimento do formulário. Nesse sentido, decidiu que não recai nenhuma obrigação sobre a autoridade judicial do Estado de emissão de fornecer informação acerca das vias de recursos existentes para impugnar as medidas de investigação solicitadas na DEI. Para tanto, recorreu ao elemento literal para interpretar o nº 1 do Artigo 5º da DEI e os nº s 1) e 2) da Secção J do formulário para fundamentar o seu entendimento.

Contudo, o aspeto mais interessante do processo não se prende com a decisão nem com a fundamentação apresentada pelo TJUE, mas com as conclusões

Ref.: I00000M20952021

DECISÃO EUROPEIA DE INVESTIGAÇÃO E O DIREITO À AÇÃO CONSAGRADO NO ARTIGO 47º
DA CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA

apresentadas pelo Advogado Geral (AG) Yves Bot no mesmo. Nas suas conclusões, o AG opta por recorrer ao elemento sistemático e analisa o pedido do Tribunal búlgaro na ótica dos direitos fundamentais. De acordo com o parecer do AG a legislação búlgara não está em conformidade com o Artigo 14º da Diretiva DEI, uma vez que a mesma não prevê a existência de um recurso contra "os fundamentos materiais subjacentes às medidas de investigação referidas na DEI". Assim, as pessoas (singulares ou coletivas) não têm a possibilidade de se defender de qualquer abuso ou intromissão por parte do Estado para defender a sua privacidade e outros direitos fundamentais. Logo, na falta dessas garantias a DEI não pode ser iniciada sob pena de violar o artigo 47º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) que consagra um direito à ação. Consequentemente, o AG concluiu que a impossibilidade de preencher a Secção J do formulário anexo à DEI deve constituir fundamento para não formular e executar a mesma.

Face às leituras opostas deste instrumento de cooperação judiciária em

matéria penal, este trabalho visa analisar a decisão do TJUE e as conclusões do AG, de modo a tomar uma posição acerca de a eventual necessidade de o legislador da União alterar a Diretiva DEI em conformidade com as exigências de respeito pelos direitos fundamentais.

Palavras-Chave: *Decisão, Europeia, Investigação, Direitos, Fundamentais.*

Mário Simões Barata
Politécnico de Leiria

Ref.: I00000M2I02202I

A APLICAÇÃO DA CEDH NA JURISPRUDÊNCIA PORTUGUESA: EM ESPECIAL A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

**Melanie Oliveira Neiva
Santos**

ISCET – Instituto Superior de Ciências
Empresariais e do Turismo

O Estado Português foi acionado perante o TEDH em 359 casos, dos quais 275 resultaram em condenação. Nas referidas condenações contam-se 27 casos de violação do direito de liberdade de expressão.

Uma sociedade democrática, com uma opinião pública robusta, exige uma abordagem de abertura na interpretação e aplicação dos limites à liberdade de expressão, em especial na dimensão da liberdade de imprensa.

Em caso de conflito entre o direito ao nome e à honra e a liberdade de expressão, em especial na vertente da liberdade de imprensa, os tribunais portugueses tendem a realizar uma concordância entre os direitos em jogo, partindo da tutela do direito à honra para depois situar na suas ressalvas o exercício da liberdade de expressão.

A CEDH não tutela no plano geral o direito à honra, considera-o no âmbito das restrições à liberdade de expressão. A construção jurídica presente na Convenção levou o TEDH a seguir o caminho inverso aos dos tribunais nacionais, construindo uma interpretação e aplicação da liberdade de expressão em termos mais amplos.

O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de julho de 2017, Processo nº 3017/11.6TBSTR.E1.S1, constitui uma linha divisória, na jurisprudência portuguesa, no caminho para uma efetiva proteção da liberdade de expressão. A orientação adotada pelo

STJ no aludido acórdão é inovadora quer na sua fundamentação, quer na via metodológica aberta, potenciando um maior e melhor diálogo entre os tribunais nacionais e o TEDH.

A jurisprudência do nosso supremo tribunal tem vindo a adotar um percurso feito de avanços e recuos, no sentido da convergência com o TEDH nesta matéria.

Se o Estado Português é condenado pelo TEDH, em última instância, são os contribuintes a pagar. Acresce que, o legislador nacional seguiu a Recomendação R(2000), de 19 de Janeiro de 2000, do Comité de Ministros do Conselho da Europa e, na reforma processual de 2007, previu um novo fundamento específico do recurso de revisão— artigo 449.º, n.º 1, alínea g) , do CPP e artigo 771.º, alínea f), do CPC (atual artigo 696º alínea f) do CPC).

A revisão de sentenças transitadas em julgado, por força de uma eventual condenação pelo TEDH, constitui um importante agravo para a segurança jurídica na ordem interna.

A nossa análise centrar-se-á na relação entre a CEDH e o direito nacional, no percurso das instâncias jurisdicionais portuguesas na aplicação da convenção, em caso de conflito entre o direito ao nome e a liberdade de expressão, e nos mecanismos de aplicação da CEDH de que o STJ lançou mão no acórdão já referido.

Palavras-Chave: *Liberdade, Expressão, CEDH, Conflito, Direitos.*

Ref.: I00000M2I57202I

A IMPORTÂNCIA DA CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA NA CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO UNIFICADO DE DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são, indubitavelmente, uma “ideia nova” que, após o fim da II Guerra Mundial, encontrou o momento propício para a sua efetiva concretização, mediante a adoção de alguns textos internacionais fundamentais, de cariz universal, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 e, de cariz regional, como a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, em 1950.

Os direitos humanos constituem um símbolo universal, ou pelo menos um símbolo para o mundo ocidental. De tal forma que os direitos humanos (civis, políticos, económicos, sociais e culturais), assim como as liberdades fundamentais que se encontram, hoje, consagradas nas Constituições da maior parte dos Estados, bem como nos diversos instrumentos jurídicos internacionais (Cartas, Convenções, Declarações, Pactos e Protocolos Internacionais) não são mais do que o reflexo das vicissitudes e contingências da evolução histórica da humanidade. São o resultado da luta e conquista do homem por um conjunto de valores e princípios hoje considerados essenciais aos olhos dos

cidadãos do século XXI. Valores e princípios como a dignidade, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a responsabilidade e a universalidade.

A nível europeu cabe destacar a ação do Conselho da Europa na criação de uma identidade europeia de direitos humanos. Não obstante, centraremos a nossa atenção no processo de integração europeu. Na realidade, para a União Europeia (UE), o respeito pelos direitos humanos assumiu, desde sempre, o objetivo primacial de legitimar o processo de integração europeu, funcionando como uma espécie de crivo ou de filtro, não apenas para os Estados membros, mas também para os Estados candidatos. A pretensão da UE não foi tanto a de inovar, mas, fundamentalmente, fazer com que fossem respeitados, tanto a nível interno pelos Estados membros, como a nível da própria União. Neste sentido, o respeito pelos direitos humanos surge como condição fundamental para a manutenção na União daqueles que já são Estados membros assim como para os que pretendem aderir à União. A nível externo, a UE tem-se debatido pela

Susana Sardinha Monteiro
IJP-IPLeiria. ESECS-Politécnico de Leiria

Ref.: I00000M2I57202I

A IMPORTÂNCIA DA CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA NA CONSTRUÇÃO
DE UM ESPAÇO UNIFICADO DE DIREITOS HUMANOS

Susana Sardinha Monteiro
IJP-IPLeiria. ESECS-Politécnico de Leiria

difusão, tutela e proteção dos direitos humanos por parte de Estados terceiros. Mas o processo que levou ao seu reconhecimento pelas instituições comunitárias e que conduziu, décadas depois, à proclamação solene de um catálogo de direitos, próprio e exclusivo da União, não foi um processo fácil, rápido nem mesmo linear.

A atualidade europeia de proteção dos direitos humanos só poderá ser entendida, na sua plenitude, se tivermos em conta a evolução da proteção dos direitos humanos no âmbito das Comunidades Europeias, primeiro, e da União, depois. Neste sentido propomo-nos escarpelizar as razões por detrás da inexistência de um catálogo de direitos humanos na versão originária dos Tratados e analisar o ativismo judicial do Tribunal de Justiça no sentido da enunciação e proteção dos direitos humanos na UE. Analisaremos, depois, a receção dessa jurisprudência no direito derivado, ou seja, na atuação das instituições e ainda no direito originário, após o que focaremos a nossa atenção nas insuficiências da proteção dos direitos humanos na União e que

foram determinantes na decisão política de elaborar a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Por fim, centraremos a nossa atenção em alguns aspetos da Carta, tais como os seus objetivos, as especificidades do seu processo de elaboração, o seu conteúdo e as respetivas consequências para o futuro do processo de integração no sentido da edificação de um espaço unificado de direitos humanos. No que concerne o conteúdo, em 54 artigos, a Carta enumera todos os direitos e liberdades que corporizam os valores comuns da União em torno de alguns princípios base, a saber: a dignidade (humana), as liberdades (fundamentais), a igualdade (entre as pessoas), a solidariedade, a cidadania e a justiça.

Palavras-Chave: *Direitos Humanos, União Europeia, Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.*

Ref.: I00000M2I74202I

INTELIGENCIA ARTIFICIAL, FAKE ETHICS Y DERECHOS HUMANOS:

UN COMENTARIO A PARTIR DE LAS “DIRECTRICES ÉTICAS PARA UNA IA FIABLE” DE LA UNIÓN EUROPEA

El avance y desarrollo en la Inteligencia Artificial (IA) transformará nuestra vida de manera incuestionable. Profundos cambios están ocurriendo en áreas como la salud y sanidad, la educación, la movilidad ciudadana e incluso la administración pública. Incluso la manera en cómo se realizan las investigaciones científicas se verá afectada (por el uso del Big Data o el Deep learning, por ejemplo). Esto plantea la necesidad de su regulación desde el punto de vista de las políticas públicas, así como desde el punto de vista ético. Sin embargo, los acercamientos éticos son, en unos casos, un tanto imprecisos en cuanto los detalles técnicos y, en otros, posiciones bastante generales sobre postura ética que carecen de lo que se conoce como el “on-the-ground approach”. De hecho, esto último es lo que usualmente reclaman las grandes compañías privadas que dominan el campo de la IA: la regulación es inadecuada y limita la innovación debido a esta falta de conocimiento de la realidad tecnológica. Situación que resulta ser un tanto paradójica ya que a pesar de que en el mundo existen algunas estrategias nacionales esto no implica el establecimiento de una regulación particular, ni muchos menos un posicionamiento claro con respecto al tipo de regulación o postura ética deseada.

Datos sobre Europa muestran que “Del 2010 al 2014 las ventas de robots aumentaron una media del 17 % por año y es la industria electrónica la que está generando el mayor número de ofertas de empleo” (Normas de Derecho Civil sobre Robótica). Situaciones como estas, entre otras, han provocado que la Unión Europea (UE) genere informes y documentos para su futura regulación. Esto genera un interesante antecedente que sirve como base para problematizar un tipo concreto de postura ética sobre el tema: La autorregulación. Tema muy común en las discusiones sobre este tema. El discurso ético en muchos casos se vuelve una fachada para evitar la verdadera regulación. La autorregulación ética por parte de las empresas, en concreto lo que busca es la desregulación, al mismo tiempo que promueve la gobernanza impulsada por el mercado, y no por los Estados. Las propuestas de UE parecen seguir estas posturas imprecisas y ambiguas, alejándose de una verdadera protección de los derechos humanos, impidiendo que IA sea adecuadamente regulada. Las directrices éticas son un primer paso, pero la regulación europea debería dirigirse más a un enfoque de derechos humanos que a un marco que parece seguir el enfoque ético predominante en las empresas.

Jonathan Piedra Alegría
Universidad Nacional, Costa Rica

Palavras-Chave: *Inteligencia Artificial, Unión Europea, Ética, Razonamiento Moral, Derechos Humanos.*

Ref.: I00000M2I76202I

**PASSOS LARGOS AO RETROCESSO:
A IMAGEM DO BRASIL FRENTE ÀS DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO
DE DIREITOS HUMANOS NA ONU DURANTE A PANDEMIA
DE COVID-19**

Mizia Duarte Silva

Universidade Católica do Salvador

Este artigo propõe realizar uma análise sobre a imagem representativa do Brasil frente às inúmeras denúncias de violações de Direitos Humanos recebidas na Organização das Nações Unidas, ocorridas no País no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19. O problema tem como fundamento a onda de ações violentas e autoritárias que estão se intensificando no país, e tem por consequência a supressão de direitos fundamentais Constitucionalmente conquistados. Apesar de o Brasil ser um país que possui resguardados os direitos fundamentais através da Constituição Federal, Tratados e Convenções Internacionais vive-se um estado de decadência e retrocesso, em que mínimas efetivações conquistadas através de extensas lutas sociais, vêm sendo usurpados de forma aterrorizante por um sistema político, que busca o controle social e manutenção do poder em desfavor de vidas. A psicose capitalista impõe um modo predatório de existir e se materializa no neoliberalismo, modo escancarado de corrupção que se apropria da vida das pessoas direta ou indiretamente, disseminando a fome, a miséria, o medo e a

indignidade. Por consequência ao processo de cerceamento de direitos, que se intensificou de forma devastadora no processo de pandemia da Covid-19 em 2020, o Brasil vem sofrendo diversas denúncias de Organizações, Partidos, Entidades Estrangeiras, na Organização das Nações Unidas como forma de resguardar os direitos fundamentais outrora conquistados. A inércia do Brasil frente às questões de violações sofridas por líderes e tribos indígenas, condutas policiais, migrantes e refugiados, cerceamento à liberdade de expressão, e a defesa a ditadura militar de 1964 fragiliza internacionalmente um país que possui o histórico de luta a favor dos direitos sociais após a reestruturação da democracia em 1985 e possui uma cadeira no Conselho Nacional da ONU renovado em 2020. Sendo assim, é fundamental a compreensão dessas ações e omissões do Estado e como isso implica internacionalmente para que assim, haja ações efetivas para resguardar direitos historicamente conquistados. Com isso, o presente trabalho propõe como objetivo geral realizar uma análise sobre a imagem do Brasil após as denúncias de violações

Ref.: I00000M21762021

PASSOS LARGOS AO RETROCESSO:

A IMAGEM DO BRASIL FRENTE ÀS DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS
NA ONU DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

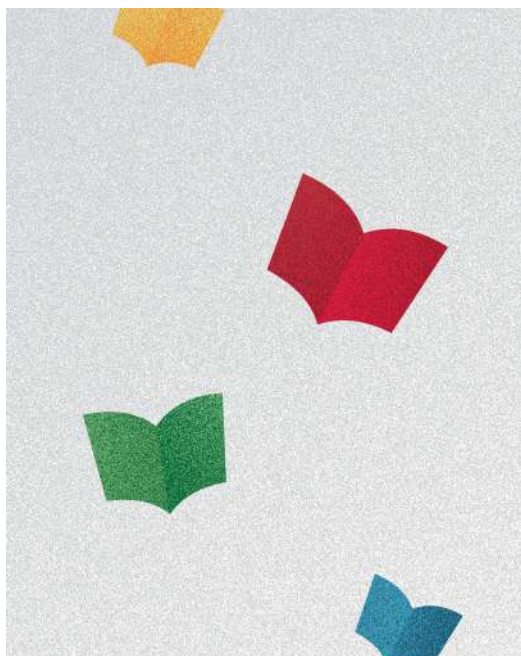
de Direitos Humanos na ONU durante a pandemia do coronavírus. Inicia-se a partir da discussão do processo histórico no Brasil frente a ONU e sua posição atual enquanto membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH/ONU), em seguida, exemplificar as denúncias recebidas pela organização referente às violações de Direitos do Brasil no ano de 2020 e as implicações desses cerceamento de direitos para o país sobretudo em âmbito internacional. A metodologia parte de revisão bibliográfica, desenvolvida por meio do método teórico dogmático, aliado à análise documental (normas atinentes, relatórios de Organizações Internacionais, dados oficiais etc). Os referidos procedimentos foram realizados a partir das palavras-chave nas bases de dados eletrônicas SciELO, Google Acadêmico, fontes jornalísticas nacionais e internacionais (principalmente CNN Espanhol, BBC, O Globo, G1 etc) e base de dados da Organização das Nações Unidas (ONU) e Human Rights Watch (Relatório Mundial 2020). Os resultados finais mostraram que respeitar os Direitos Humanos enquanto norma Constitucional é fundamental para resguardar a

dignidade da população em primazia às minorias que sofrem devido ao contexto de desigualdade social. Os atos e omissões cometidos pelo Governo, denunciados na ONU dificultam a efetivação de direitos e traz por consequência instabilidade internacional através da imagem de desconfiança que perpassa.

Palavras-Chave: *Violação de Direitos, Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas, Democracia.*

Mizia Duarte Silva

Universidade Católica do Salvador



EIXO II MEDIA, JUSTIÇA E DEMOCRACIA: O PAPEL DA MEDIA NO DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA



Ref.: I00000M20492021

POR UMA OUTRA COMUNICAÇÃO? A MÍDIA LIVRE E A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - UMA ANÁLISE DE DISCURSOS DO COLETIVO BRASILEIRO INTERVOZES

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, diz que todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão o que inclui transmitir informações e ideias por quaisquer meios. Ou seja, todo indivíduo tem o direito à comunicação e tem a liberdade de informar e ser informado. No entanto, esse papel de transmitir informações é muitas vezes relacionado às mídias de comunicação, sobretudo ao jornalismo. Pesquisa feita em 2018 intitulada Monitor de Propriedade de Mídia (MOM) e organizada pela Repórteres Sem Fronteiras mostra que o Brasil apresenta os piores indicadores para a pluralidade na mídia entre 12 países em desenvolvimento. Por exemplo: o Brasil possui quatro principais redes de TV que somam mais de 71% de toda a audiência do país. Em contra mão a estes conglomerados midiáticos existe o conceito de mídia livre que é a mídia caracterizada por ser um modelo de comunicação contra hegemônico, isto é, uma alternativa aos modelos de comunicação oligárquicos que compõem o cenário midiático brasileiro. Nesse sentido, sites ativistas, revistas, rádios e televisões comunitárias e produtores de conteúdos digitais que não possuem fins lucrativos, mas que produzem notícias sobre movimentos sociais, acadêmicos e culturais podem ser considerados constituído-

res da mídia livre. É o caso do Coletivo Brasileiro de Comunicação Social Intervozes. Diante deste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar quais os discursos que o Intervozes faz sobre si mesmo quando se auto intitula como uma mídia livre e democrática. Qual reconhecimento o Intervozes faz de si mesmo? Quais produções de sentidos seus textos geram no leitor? Para a análise o corpus do estudo compreende seis textos do site oficial do Intervozes (<https://intervozes.org.br>), especificamente os textos das sessões Quem somos, Apoio Institucional, Carta de Princípios, Estatuto Social, Áreas de Atuação Direitos Humanos e Comunicação Pública e Popular. Ancorados sobre os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD), que entende que todo discurso é uma construção social e que tem o intuito de gerar sentidos, a análise recorre aos teóricos Pinto (1999) e Orlandi (2013) para falar de condições de produção e formação discursiva. Também abordamos sobre comunicação e democracia a partir da visão de Chauí (2018) e Vilela (2018). Os resultados apontam para um discurso com caráter auto afirmativo e transformador no sentido que o objeto de estudo analisado se entende como um novo meio de comunicação capaz de trazer transformações para a sociedade a partir do tipo de jornalismo que faz e defende.

Mayara da Costa e Silva
Universidade de Brasília

Palavras-Chave: *Mídia Livre, Direitos Humanos, Análise de Discursos, Comunicação, Intervozes.*

Ref.: I00000M205I202I

MÍDIA, MEMÓRIA E JUSTIÇA: NOTÍCIAS DO AI-5 NO JORNAL DE ALAGOAS

Rafael Cavalcanti Barreto
Centro Universitário Cesmac

Com a ascensão do capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro a chefe de Estado e de governo da República Federativa do Brasil em 2019, o regime militar brasileiro (1964-1985) voltou a ter destaque no debate público. Um dos episódios mais emblemáticos do período foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que ficou em vigor por quase 10 anos, até ser revogado pela Emenda Constitucional nº 11 de 1978.

O AI-5 se diferenciou dos demais atos institucionais devido ao excesso de poder reservado ao chefe do Poder Executivo Federal, que passou a ter independência para se sobrepor a outros Poderes da República e entes federativos. Como prova disso, o dispositivo legal facultou ao presidente do país decretar o recesso do Congresso Nacional e a intervenção discricionária nos estados e municípios, sem submeter qualquer das medidas previstas no AI-5 à análise do Poder Judiciário.

No campo dos direitos fundamentais, ficou suspenso a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Foi além: facilitou a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. As manifestações públicas de oposição ao poder vigente se tornaram proibidas, até mesmo por censura prévia da

imprensa e cultura.

Por entender ser necessário revisar episódios desse passado recente, o presente estudo tem como objetivo registrar o comportamento da mídia do Estado de Alagoas sobre o primeiro ano de vigência do AI-5, por meio da análise de discurso das notícias veiculadas por um jornal local no período de dezembro de 1968 a dezembro de 1969, sob a perspectiva dos estudos midiáticos articulados com memória social, história e justiça.

O periódico escolhido foi o Jornal de Alagoas que acompanhou os principais fatos do regime militar, na condição de veículo integrante do então maior conglomerado de empresas de mídia do Brasil, o Diários Associados, pertencente ao jornalista e empresário Assis Chateaubriand. Ao lado da Gazeta de Alagoas, o matutino foi um dos principais jornais alagoanos por décadas, até sua extinção em 1993.

Para realização do estudo, a metodologia definida foi o estudo de caso, com levantamento bibliográfico, seleção de publicações da época disponíveis na Biblioteca Pública de Alagoas e análise de texto. A delimitação do conteúdo jornalístico se deu pelo critério de espaço dedicado à temática, que, nos formatos noticioso ou opinativo, tinham o AI-5 como objeto principal.

Palavras-Chave: *Mídia, Memória Social, Justiça, AI-5, Jornal de Alagoas.*

Ref.: I00000M20652021

DIREITO À IMAGEM, AGENTES PÚBLICOS E MÍDIA: IMPACTOS SOBRE A PROTEÇÃO DA IMAGEM DE SUSPEITOS APÓS A NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

O centro do debate da pesquisa gira em torno do direito à imagem por ser um direito da personalidade que ganhou destaque com a evolução dos direitos fundamentais e dos meios de comunicação.

A mídia quando divulga de maneira irresponsável a imagem de um suspeito de cometer crime além de conduzir a opinião pública a condenar antecipadamente esse suspeito faz com que a realidade seja retratada de maneira distorcida, assumindo ares de julgadora, na ânsia desesperada de noticiar escândalos e explorar a miséria humana, sem se dar conta dos seus limites, passando assim, a acusar, julgar e penalizar com execração pública.

Mas, como a sociedade não vê o criminoso como sujeito de direitos humanos, a partir da sua desumanização, tudo de ruim lhe é permitido aplicar e sua punição não seria nada mais que uma retribuição, uma tentativa de retirar “as impurezas” da sociedade. Segundo Lindgren Alves, “o criminoso comum é ‘por natureza’ outro, um ser distinto ou outra coisa, que se diferencia, por sua atividade transgressora, da espé-

cie a que pertencemos nós, cidadãos honestos e seres humanos verdadeiros” (ALVES, 2005, p. 4).

As dificuldades de proteção ao direito à imagem apontavam para a necessidade de sua regulação pelo ordenamento jurídico brasileiro, o que ocorreu recentemente, no dia 03 de janeiro de 2020, com a vigência da Lei 13.869/2019, popularmente conhecida como nova lei de abuso de autoridade.

A Lei 13.869 de 2019, em seu artigo 13, passou expressamente a proibir a violação ao direito à imagem de suspeitos de cometer crimes por parte de agentes públicos, bem como estabeleceu como punição, a pena de detenção de 1 a 4 anos e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência, o que pode ocasionar mudança nesse cenário de violação ao direito à imagem de suspeitos da prática de crimes.

Assim, o objetivo da pesquisa é investigar se o artigo 13 da Lei 13.869/2019 impactou na atuação de agentes públicos do Estado de Pernambuco e no discurso da mídia quanto a não violação ao direito à imagem.

Elaine Alves Silva de Santana
Universidade Católica de Pernambuco

Ref.: I00000M2065202I

DIREITO À IMAGEM, AGENTES PÚBLICOS E MÍDIA:
IMPACTOS SOBRE A PROTEÇÃO DA IMAGEM DE SUSPEITOS APÓS A NOVA LEI
DE ABUSO DE AUTORIDADE

Elaine Alves Silva de Santana
Universidade Católica de Pernambuco

A metodologia utilizada na pesquisa será a análise de conteúdo dos vídeos das notícias sobre operações policiais, no combate ao crime de tráfico de drogas, no estado de Pernambuco, divulgados nos sites dos principais programas que apresentam ações policiais no estado, quais sejam: Por dentro com Cardinot (TV Jornal/SBT) e Balanço Geral PE (TV Clube/Rede Record), no período entre 2019 a 2020.

Nesse sentido, a relevância de se estudar os impactos do artigo 13 da Lei 13.869/2019 para coibir a exposição da imagem por parte dos agentes públicos, deve-se ao fato de tentar garantir que a partir dos holofotes das câmeras, a dignidade do ser humano tenha maior importância e a imagem das pessoas suspeitas de cometer crimes deixe de ser matéria-prima da diversão, bem como instrumento de manutenção de poder do Estado.

A relevância do tema deve-se ainda a uma tentativa de analisar se agentes públicos continuam a contribuir, após a publicação da referida lei, para que a mídia exiba programas nos quais se espetaculariza a violência e toleram-se

a violação ao direito à imagem dos indivíduos suspeitos de cometer crime em troca de audiência e lucro, tornando a vida privada em espetáculo público.

O presente trabalho conclui que o artigo 13 da Lei 13.869/2019 surge como uma estratégia de preservação do direito à imagem de suspeitos de cometer crime, indivíduos que são marginalizados e vítimas sistemáticas de opressão. Não se pode ignorar que, nesta última década, houve muitas mudanças e adaptações na legislação pertinente à comunicação social, visando, de uma parte, a impedir ou dificultar que empresas priorizem apenas lucros e dividendos econômicos. Mas, faz-se necessário um marco regulatório que se refira ao controle do mercado de mídia e à garantia de direitos humanos fundamentais.

Palavras-Chave: *Direito à Imagem, Violação, Mídia, Agente Público, Lei 13.869/2019.*

Ref.: I00000M2074202I

A PUBLICIDADE DIRIGIDA A MENORES E OS REFLEXOS DOS NOVOS LIMITES EM VELHOS HÁBITOS NO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

A nossa comunicação almeja uma reflexão em torno da questão de saber quais as razões que norteiam a consagração das normas relativas à publicidade dirigida a menores, com particular acuidade para as mais recentes restrições à publicidade dirigida a menores de 16 anos de géneros alimentícios e bebidas que contenham elevado valor energético, teor de sal, açúcar, ácidos gordos saturados e ácidos gordos transformados.

Reconhecendo-se embora os progressos entretanto logrados em matéria de protecção de crianças e jovens, não se olvida a subsistência e/ou o agravamento de outras problemáticas, a demandar um debate sério, de que resultem respostas urgentes. De entre tais problemáticas, a obesidade, quantas vezes sobrevinda da infância, é uma doença crónica e complexa, com uma prevalência crescente em todo o mundo e considerada pela Organização Mundial de Saúde como a epidemia global do século XXI, enquanto, do outro lado da balança, a subnutrição aparece como a principal causa de morte de crianças em alguns países, sobretudo no continente

africano.

Os motivos que presidiram ao nosso interesse e escolha na abordagem da presente temática prendem-se precisamente com a constatação de tais realidades tão díspares entre si: por um lado, a epidémica obesidade infantil, não raras vezes a desembocar em situações de bullying, designadamente desenvolvidas em contexto escolar, fenómeno que compreende múltiplas realidades e variantes de intimidações, agressões e assédios, de natureza física ou psicológica e que, no essencial, se caracteriza pela reiteração de actos praticados por um ou mais agressores contra outro elemento da mesma comunidade escolar que, por razões diversas, como seja, precisamente, a obesidade infantil, se encontra numa situação de maior fragilidade; por outro lado, a inquietante subnutrição de milhares de crianças.

Como logo se vê, a discussão em torno de tais realidades, tendo a alimentação como denominador comum, não poderá descurar ordinariamente o conceito de consumo sustentável, também ele de importância capital e que

**Rita Guimarães Fialho
d'Almeida**

Escola Superior de Tecnologia e Gestão,
Politécnico de Leiria

Ref.: I00000M20742021

A PUBLICIDADE DIRIGIDA A MENORES E OS REFLEXOS DOS NOVOS LIMITES
EM VELHOS HÁBITOS NO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

**Rita Guimarães Fialho
d'Almeida**

Escola Superior de Tecnologia e Gestão,
Politécnico de Leiria

marca a actualidade dos discursos político, económico e social.

Se dúvidas houvesse quanto à sua importância, a Declaração Universal dos Direitos do Homem veio expressamente consagrar o direito humano à alimentação no contexto do direito a um padrão de vida adequado, cuja efectividade é *conditio sine qua non* da promoção e protecção da saúde e salvaguarda da dignidade humana, da luta contra a pobreza e exclusão social e, em correspondência, da construção de sociedades mais justas e democráticas.

Cremos que, também neste domínio, a actuação dos Estados frente aos deveres de promoção da saúde se impõe, no sentido da democratização e justiça no seu acesso e, bem assim, do bem-estar dos/as cidadãos/ãs, figurando as normas relativas à publicidade dirigida a menores como instrumentos bem relevantes, embora insuficientes, na efectivação do direito humano à alimentação.

Palavras-Chave: *Publicidade, Menores, Obesidade, Alimentação, Sustentabilidade.*

Ref.: I00000M2I24202I

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO CENÁRIO POLÍTICO

O presente estudo visa analisar sob a égide da teoria tridimensional do Estado, a evolução da propaganda política no Brasil, após o advento das redes sociais e sua interferência no cenário político, traçando um paralelo entre os conceitos oriundos da doutrina clássica e os acontecimentos políticos no Brasil atual, abordando aspectos relacionados ao uso de dados pessoais do cidadão para finalidade de campanhas políticas, disseminação de Fake News, utilização de ferramentas digitais no âmbito da propaganda eleitoral e a ainda como essas questões são abordadas na legislação eleitoral vigente e na Lei Geral de Proteção de dados que entrará em vigor em breve no Brasil, demonstrando um panorama geral a respeito do cenário político do país em tempos de redes sociais.

A evolução da democracia e sua relação com a Teoria Política do Estado foi objeto de estudo pela doutrina clássica através dos séculos, destacando-se neste contexto a teoria tridimensional do Estado.

Para Sahid Maluf, fala-se em Teoria Política do Estado quando o estudo

“justifica as finalidades do governo em razão dos diversos sistemas de cultura.”

1 diferentemente das Teorias Social e Jurídica que possuem outro escopo. Para Clóvis Beviláqua: “O Estado é uma criação social e tem por fim

2 garantir a ordem, o equilíbrio e o desdobramento das energias sociais”. Assim, segundo a teoria tridimensional, sob a qual fundamenta-se o presente estudo, o Estado não se resume a ordem jurídica, e é na feição política do Estado que se insere o conceito de democracia. A democracia, portanto, integra a feição política do Estado intrinsecamente ligada à realidade social, no que tange a representatividade do povo, considerando que estamos a tratar da democracia representativa, sob a égide do princípio da soberania popular. A evolução da democracia e sua relação com a Teoria Política do Estado foi objeto de estudo pela doutrina clássica através dos séculos, destacando-se neste contexto a teoria tridimensional do Estado.

Palavras-Chave: *Redes Sociais, Fake News, Democracia, Lei Geral de Proteção de Dados, Eleições.*

Thaysa Luarrah Prado
Leandro

Universidade Portucalense

Ref.: I00000M21652021

FREE SPEECH AND DISINFORMATION UNDER ARTICLE 13 OF OAS CONVENTION: MEDIA AND INFORMATIONAL LITERACY AS A POSSIBLE SOLUTION

Elder Maia Goltzman

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Article 13 of the American Convention of Human Rights states that “everyone has the right to freedom of thought and expression. This right includes freedom to seek, receive, and impart information and ideas of all kinds, regardless of frontiers, either orally, in writing, in print, in the form of art, or through any other medium of one’s choice”.

In the context of South America this right has been forsaken in many situations (v. g. Herrera Ulhoa vs Costa Rica), notably during moments where power was concentrated, such as dictatorships.

Recently the technological development has caused the spread of disinformation to be faster than it ever was before. Disinformation can be understood as false information created purposely to deceive the audience, especially in electoral contexts.

Although disinformation and its consequences to democracy have to be fought, free speech must be preserved.

Legislation may not discourage citizens to actively participate in political matters (chilling effect). Also, breathing spaces are necessary for free speech to function properly.

Instead of creating sanctions that prevent citizens to be involved in political issues, they have to be empowered

and learn to sort out quality information on their own.

Therefore, Media and Informational Literacy (MIL) is seen as a possible solution to foster independent and critical citizens.

MIL is understood as a diverse set of tools that enables people to see information thoughtfully and without their own bias and preconceived ideas. It helps people understand the role the media plays in democracy and how different opinions are important for society to thrive. Moreover, it clarifies that all information is interpreted and seen through different lenses and interests.

The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) has adopted and defended this concept worldwide.

On the other hand, the Organization of American States (OAS) has criticized new legislation passed to address the issue due to the possibility of creating barriers to political participation.

Based on UNESCO and OAS ideas and official publications, this paper recommends Media and Information Literacy as a possible solution against disinformation without harming free speech in Americas.

Palavras-Chave: *Free Speech, Disinformation, Media and Informational Literacy.*

Ref.: I00000M2I80202I

A INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS E DAS FAKE NEWS NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO: EXISTEM ALTERNATIVAS JURÍDICAS PARA DEFESA DO SISTEMA DEMOCRÁTICO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS?

As primeiras décadas do século XXI se caracterizam pela separação entre poder e política. Em tal conjuntura, marcada pela crise do Estado e pela ascensão de atores privados – em especial empresas transnacionais de tecnologia e comunicação – no exercício de poder, as implicações políticas decorrentes da utilização de robôs e algoritmos para identificar o perfil de eleitores e interferir em sua decisão de voto tem ressoado de maneira crescente e vêm se configurando como ameaça real à democracia e aos direitos humanos. A partir do emblemático caso da Cambridge Analytical, ao serem verificadas as eleições presidenciais ao redor do globo, percebe-se o crescimento exponencial da influência de fake news no processo eleitoral e sua associação direta com a aprovação de candidatos com viés político autoritário, avessos ao sistema democrático vigente. O Brasil, durante as eleições de 2018, foi um dos países em que as fake news foram diretamente utilizadas na manipulação de eleitores para obtenção de voto. Diante desse quadro, e, principalmente, da polarização política e da intolerância ao debate de ideias, o presente estudo,

em fase de coleta de dados, objetiva avaliar de que maneira as notícias falsas replicadas exponencialmente nas redes sociais são capazes de afetar a democracia e quais os riscos que elas geram aos direitos humanos de liberdade e privacidade. Para a realização da pesquisa, será feita uma abordagem quantitativa centralizada na cidade de Rio Verde – GO, acompanhada de revisão bibliográfica, fundada no método dialético crítico, numa perspectiva analítica interdisciplinar. Assim, serão observados o acesso à informação e a liberdade de expressão, assim como o direito à proteção dos dados pessoais, em contraponto aos excessos e à própria manipulação de conteúdo, com o intuito de alavancar votos favoráveis a candidatos autoritários. Os resultados alcançados com a pesquisa poderão ser utilizados como subsídio à construção de alternativas jurídicas que apresentem efetividade para coibir a reiteração do citado expediente em eleições futuras e, assim, garantir a vigência do regime político democrático.

Palavras-Chave: *Democracia, Fake News, Eleições, Direitos Humanos, Intolerância.*

Carolina Merida

Professora e Pesquisadora
na Universidade de Rio Verde (Brasil),
Doutoranda em Direito Público
na UNISINOS

& Jasmyne Linhares Yassin

Universidade de Rio Verde (Brasil)

COMISSÃO ORGANIZADORA



Marco Ribeiro Henriques

Assistente Convidado no Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra e investigador na área dos direitos humanos, é mestre em direito e pós-graduado em direitos humanos, direito penal económico e europeu. É bolseiro de doutoramento FCT em Direito na NOVA School of Law.



Daniela Serra Castilhos

Professora Auxiliar da Universidade Portucalense. É doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca.

Coordenadora do Módulo Jean Monnet The European Union as a global player for Democracy and Fundamental Rights.



Isabelle de Valença Figueiredo

Promotora de Justiça do Tocantins (MP/TO).

Pós-graduada em Estado de Direito e Combate à Corrupção (ESMAT), com extensão em Combate ao Crime Organizado. Especialista em Direito Público e em Direito e Processo Penal. Bacharela em Direito pela (UNICAP – 2006).



Paulynne de Valença Figueiredo

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco com ênfase em Direito Internacional Privado, Processo Civil Internacional e Direito Internacional da Criança. Mestre e Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP. Servidora Pública do Estado de Pernambuco exercendo a função de assessoria jurídica à Polícia Civil de Pernambuco. Autora de artigos e publicações em temas de Direito Internacional Privado, Processo Civil e Direito Internacional da Criança.



ISBN 978-989-54998-4-7



9 789895 499847